

Laurence Bardin, professora-assistente de Psicologia na Universidade de Paris V, aplicou as técnicas da Análise de Conteúdo na investigação psicossociológica e no estudo das comunicações de massas. Este livro procura ser um manual claro, concreto e operacional desse método de investigação, que tanto pode ser utilizado por psicólogos e sociólogos, qualquer que seja a sua especialidade ou finalidade, como por psicanalistas, historiadores, políticos, jornalistas, etc.

ISBN 978-972-44-1506-2



9 789724 415062

ANÁLISE DE CONTEÚDO LAURENCE BARDIN

ANÁLISE DE CONTEÚDO

ANÁLISE DE
CONTEÚDO
ANÁLISE DE
CONTEÚDO
ANÁLISE DE
CONTEÚDO

Laurence Bardin
EDIÇÃO REVISTA E ACTUALIZADA

Laurence Bardin,
professora-assistente de psicologia
na Universidade de Paris V,
aplicou as técnicas da Análise de Conteúdo
na investigação psicossociológica
e no estudo das comunicações de massas.
Este livro procura ser um manual claro,
concreto e operacional
desse método de investigação,
que tanto pode ser utilizado por psicólogos e sociólogos,
qualquer que seja a sua especialidade ou finalidade,
como por psicanalistas, historiadores,
políticos, jornalistas, etc.

ANÁLISE DE CONTEÚDO

TÍTULO ORIGINAL
L'Analyse de Contenu

© Presses Universitaires de France, 1977

TRADUÇÃO
Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro

DESIGN DE CAPA
FBA.

DEPÓSITO LEGAL N.º 280681/08

PAGINAÇÃO
Gráfica de Coimbra

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
DPS - DIGITAL PRINTING SERVICES, LDA
Setembro, 2016

ISBN: 978-972-44-1506-2
ISBN DA 4.ª EDIÇÃO: 978-972-44-1154-5
ISBN DA 3.ª EDIÇÃO: 972-44-1214-8
ISBN DA 2.ª EDIÇÃO: 972-44-0898-1
ISBN DA 1.ª EDIÇÃO: 972-44-0020-4

Direitos reservados para todos os países de língua portuguesa por
EDIÇÕES 70, Lda

EDIÇÕES 70, Lda
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, n.º 11 – 3.º C
1900-221 Lisboa / Portugal
e-mail: geral@edicoes70.pt

www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado, incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor. Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível de procedimento judicial.

Laurence Bardin

ANÁLISE DE CONTEÚDO

70

Introdução

Para um ser humano, 30 anos é uma idade bonita: nascer, crescer, agir. E para um livro? Escrevê-lo, ser útil, evoluir?...

Há 30 anos, em meados dos anos 70, assistiu-se a um período extremamente fértil de desenvolvimento das ciências sociais e humanas. A liberdade de expressão, a efervescência do pensamento e a explosão da comunicação obrigavam a estar à escuta. Como estar à escuta, cientificamente e com rigor, de palavras, de imagens, de textos escritos e discursos pronunciados? Como passar do uno ao múltiplo? Como compreender, analisar, sintetizar e descrever inquéritos, artigos de jornais, programas de rádio ou de televisão, cartazes publicitários, documentos históricos e reuniões de trabalho?

O método da análise destas comunicações ainda não existia, mas a explosão comunicacional, bem como o interesse em compreendê-las, já estava presente. Havia apenas embriões de práticas empíricas: nos gabinetes de estudos de marketing, entre sociólogos que levavam a cabo estudos qualitativos através de entrevistas, o interesse dos psicoterapeutas em encontrarem novos meios de compreensão dos seus pacientes, linguistas preocupados com a enunciação ou com a semiologia, etnólogos em busca de equações estruturais, historiadores à procura, nos vestígios dos discursos, de realidades humanas passadas. E, paralelamente, um grande interesse pela compreensão através das palavras, das imagens, dos textos e dos discursos: descrever e interpretar opiniões, estereótipos, representações, mecanismos de influência, evoluções individuais e sociais.

Como fazer isso? Qual era o método? Onde estava o «livro de receitas»?

Por vezes, para um ser humano ainda muito jovem, mas que cresce e procura o seu lugar e a sua utilidade na própria vida, surgem de repente várias circunstâncias favoráveis. Foi o que aconteceu com este livro.

Um pequeno emprego para viver, num sector emergente nesta época, é o de estudos de satisfação junto de consumidores potenciais de um novo produto. Por exemplo: como analisar uma vineta de inquéritos a grupos compostos por «donas de casa» solicitadas na rua, reunidas à volta de uma mesa redonda, onde se oferece uma série de queijos para degustação? Estes queijos, na verdade, são feitos da mesma matéria, mas apresentam diferentes argumentos de sedução: folha de carvalho, especiarias vermelhas moídas, grãos de pimenta moídos... Fazer falar, debater... Registrar fielmente o que é dito... Transcrevê-lo em centenas de páginas... E depois? Analisar metodicamente com vista a elaborar uma síntese fiel e convincente para a empresa que encomendou o estudo?

Mas como analisar o material verbal obtido?

Paralelamente, uma investigação universitária no seio de uma equipa multidisciplinar que reúne psicossociólogos e linguistas, encarregada de um estudo sobre o papel das representações sociais induzidas pelo desenvolvimento de imagens publicitárias. Como proceder para analisar, e depois teorizar, a partir de um material abundante, sobredeterminado de sentido, na ausência quase total de um método técnico para além da primeira e original demonstração de Barthes a propósito das relações entre texto e imagem das famosas massas Panzani?

Como fazê-lo? Em França, os trabalhos publicados, artigos e obras, sobre a prática deste tipo de análise eram ainda raríssimos. E em língua inglesa? Nos Estados Unidos, por exemplo? A América, abertura natural para o Oeste, fascinava nessa época. Mas os Estados Unidos eram ainda de difícil acesso. Seriam necessárias mais duas épocas para que se implantasse a transmissão electrónica à distância.

Surgiu então uma oportunidade durante uma breve escala entre dois aviões, em Nova Iorque, após uma viagem de tipo etnológico pelas altas montanhas e profundos vales andinos na América do Sul. Para mim, jovem explorador, o regresso à civilização manifestou-se pela visita às livrarias da principal avenida que atravessa Manhattan. Após o espanhol e o quechua, alguns livros nos quais figurava a exótica expressão content analysis pareciam poder substituir, no caminho de volta ao Velho Continente, na minha mochila, as bússolas e as botas de montanha que tinham sido úteis para os desfiladeiros cheios de neve e para as florestas virgens escarpadas.

Será que estas páginas impressas iriam servir de pista para abordar eficazmente a análise da comunicação em ciências sociais e humanas?

É verdade que havia algumas pistas e «receitas» rigorosas. Mas se a cozinha americana não se compara com a francesa, o mesmo sucedia com a content analysis anglo-saxónica, um produto quase desconhecido em Paris. Muito funcionais, as técnicas propostas, que multiplicavam os conselhos necessários de descrições rigorosas, de fidelidade dos programadores, bem como a tónica colocada no risco da propaganda insidiosa dos media..., eram úteis. Mas não eram suficientes face à efervescência multidisciplinar das correntes culturais francesas. Com efeito, tínhamos então em curso investigações de tipo estrutural, semiológico, psicanalítico, literário, que iriam ser exportadas de França para o mundo em geral e para os Estados Unidos em particular.

Tínhamos também muito bons editores. Um deles era a Presses Universitaires de France. Podia-se escrever um «livro de receitas», o que foi concretizado em 1977.

A história deste livro evoluiu no plano do conteúdo. Uma parte, cerca de um quarto, foi modificada dez anos depois, em 1987. A «análise automática do discurso» de Pêcheux, protótipo demasiado experimental para ser útil de forma concreta, foi suprimida. Foi criado um capítulo unicamente dedicado à análise de entrevistas, uma vez que os nossos ensinamentos e práticas demonstraram a extrema necessidade de descrever, passo a passo, os métodos mais heurísticos de análise dos conteúdos temáticos, mas também das formas enunciativas e estruturais para este material rico e complexo que é uma entrevista, ou uma série de entrevistas comparáveis. Foi introduzida uma síntese sobre as experiências de análise proposicionais do discurso da equipa de Ghiglione, estimulantes apesar da dificuldade de aplicação concreta. Estas modificações foram bem recebidas pelos leitores⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Nos anos 90, levantou-se uma nova questão quanto à evolução do conteúdo deste livro. Estava ligada ao aparecimento no mercado de programas informáticos de análise de dados de material verbal. Será que se devia dedicar páginas a isso, e como? Várias razões dificultavam a escolha: no terreno, a prática destes programas revelava-se muito pesada para a preparação do texto; além disso, a interpretação nem sempre era fiável sem um conhecimento rigoroso das operações efectuadas pelos programas para se apreender o sentido dos resultados. A rápida evolução das capacidades técnicas implicava multiplicar as actualizações. Pareceu mais sensato ao autor, cujo saber se baseava em práticas artesanais facilmente observáveis, deixar este domínio para as publicações de artigos especializados.

A continuidade, regular, desde há cerca de 30 anos – tanto em língua francesa como espanhola e portuguesa –, da utilidade deste manual surpreendeu o próprio autor. A receita? Qualidade e notoriedade de uma editora, a Presses Universitaires de France? Faro e confiança de um director de colecção? ⁽²⁾ Momento oportuno para o publicar? Interesse pedagógico, sentido do concreto, por um modesto método, de alguém que nunca parou de pôr a mão na massa? Discípulos convencidos de que tomaram as rédeas?

Os agradecimentos vão para todos. Sem esquecer os leitores, que, pelas suas práticas, continuam, entre o artesanato e o conhecimento prático, a fazer evoluir a análise de conteúdo.

LAURENCE BARDIN,
laurence.bardin@univ-paris5.fr

Prefácio

O que é a análise de conteúdo actualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O factor comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até à extracção de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de «desocultação», responde a esta atitude de voyeur de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico. Analisar mensagens por esta dupla leitura onde uma segunda leitura se substitui à leitura «normal» do leigo, é ser agente duplo, detective, espião... Daí a investir-se o instrumento técnico enquanto tal e a adorá-lo como um ídolo capaz de todas as magias, fazer-se dele o pretexto ou o alibi que caucione vãos procedimentos, a transformá-lo em gadget inexpugnável do seu pedestal, vai um passo... que é preferível não transpor.

O maior interesse deste instrumento polimorfo e polifuncional que é a análise de conteúdo reside – para além das suas funções heurísticas e verificativas – no constrangimento por ela imposto de alongar o tempo de latência entre as intuições ou hipóteses de partida e as interpretações definitivas. Ao desempenharem o papel de «técnicas de ruptura» face à intuição aleatória e fácil, os processos de análise de conteúdo obrigam à observação de um intervalo de tempo entre o estímulo-mensagem e a reacção interpretativa.

⁽²⁾ Paul Fraisse, professor na Université René-Descartes – Paris V.

Se este intervalo de tempo é rico e fértil, então há que recorrer à análise de conteúdo...

Este livro pretende ser um manual, um guia, um prontuário. Tem por objectivo explicar o mais simplesmente possível o que é actualmente a análise de conteúdo e a utilidade que pode ter nas ciências humanas. Para desempenhar melhor esta tarefa foram tomadas algumas opções:

- Descrever a evolução da análise de conteúdo, delimitar o seu campo e diferenciá-la de outras práticas (primeira parte: história e teoria).*
- Pôr o leitor imediatamente em contacto com exemplos simples e concretos de análise, decompondo pacientemente o mecanismo dos processos (segunda parte: práticas).*
- Descrever a textura, ou seja, cada operação de base, do método, fazendo referência à técnica fundamental, a análise de categorias (terceira parte: métodos).*
- Apresentar, indicando os seus princípios de funcionamento, outras técnicas diferentes nos seus processos mas que respondem à função da análise de conteúdo (quarta parte: técnicas) ⁽³⁾.*

No conjunto tentou-se conseguir um equilíbrio entre a diversidade (referência a trabalhos americanos, muitas vezes mal conhecidos em França; indicação das possibilidades de tratamento informático; menção de aplicações a materiais não linguísticos) e a unidade (no início dos últimos vinte e cinco anos do século XX era necessário desembaraçar a análise de conteúdo dos diversos olhares sobre «o que fala» e marcar a sua especificidade).

PRIMEIRA PARTE

HISTÓRIA E TEORIA

⁽³⁾ Cada uma das quatro partes pode ser abordada independentemente das outras.

I

Exposição Histórica

«Content analysis should begin
where traditional modes of
research end.» (*)

LASSWELL, LERNER e POOL ⁽¹⁾.

Descrever a história da «análise de conteúdo» é essencialmente referenciar as diligências que nos Estados Unidos marcaram o desenvolvimento de um instrumento de análise das comunicações; é seguir passo a passo o crescimento quantitativo e a diversificação qualitativa dos estudos empíricos apoiados na utilização de uma das técnicas classificadas sob a designação genérica de análise de conteúdo; é observar *a posteriori* os aperfeiçoamentos materiais e as aplicações abusivas de uma prática que funciona há mais de meio século. Mas também é pôr em questão as suas condições de aparecimento e de extensão em diversos sectores das ciências humanas, e tentar clarificar as relações que a análise de conteúdo mantém ou não com disciplinas vizinhas pelo seu objecto ou pelos seus métodos.

1. OS ANTECEDENTES E A PRÉ-HISTÓRIA

Antes de analisar as comunicações segundo as técnicas modernas do século XX tornadas operacionais pelas ciências humanas,

(*) A análise de conteúdo deve começar onde os modos tradicionais de investigação acabam (*N. do T.*)

(1) H. D. Lasswell, D. Lerner, I. de S. Pool, *The comparative study of symbols*, Standford, Standford University Press, 1952.

os textos já eram abordados de diversas formas. A hermenêutica, a arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos, é uma prática muito antiga. O que é passível de interpretação? Mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda (a que importa aqui) só pode surgir depois de uma observação cuidada ou de uma intuição carismática.

Por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissémico esconde-se um sentido que convém desvendar. A interpretação dos sonhos, antiga ou moderna, a exegese religiosa (em especial a da Bíblia), a explicação crítica de certos textos literários, até mesmo de práticas tão diferentes como a astrologia ou a psicanálise relevam de um processo hermenêutico. Também a *retórica* e a *lógica* são de agrupar nas práticas de observação de um discurso, práticas estas anteriores à análise de conteúdo. A primeira estudava as modalidades de expressão mais propícias à declamação persuasiva, a segunda tentava determinar, pela análise dos enunciados de um discurso e do seu encadeamento, as regras formais do raciocínio certo.

A atitude interpretativa continua em parte a existir na análise de conteúdo, mas é sustentada por processos técnicos de validação. Certos estudos assemelhavam-se pelo seu objecto à *retórica* (a propaganda, por exemplo), ou à *lógica* pelo seu procedimento (por exemplo, a análise de um desenvolvimento normativo e das suas regras de enunciação), ou até mesmo pelo seu objectivo (a análise de conteúdo não é, esperamo-lo⁽²⁾, nem doutrinal nem normativa).

Para além destas maneiras de abordar os textos cuja tradição é longínqua, a precisão histórica refere alguns casos geralmente isolados que em certa medida seriam análises de conteúdo prematuras. Por exemplo, a pesquisa de autenticidade feita na Suécia por volta de 1640 sobre os hinos religiosos. Com o objectivo de se saber se estes hinos, em número de noventa, podiam ter efeitos nefastos nos Luteranos, foi efectuada uma análise dos diferentes temas religiosos, dos seus valores e das suas modalidades de aparição (favorável ou desfavorável), bem como da sua complexidade estilística. Mais recentemente (1888-1892) o francês B. Bourbon, para ilustrar um trabalho sobre «a expressão das emoções e das

(2) De facto, o sociólogo crítico sabe – e a sua função é precisamente o desvendar crítico – que é difícil afastar toda e qualquer implicação ideológica, mesmo multiplicando as técnicas de rigor e validação.

tendências na linguagem», trabalhou sobre uma parte da Bíblia, o Livro do Êxodo, de maneira relativamente rigorosa, com uma preparação elementar do texto e classificação temática das palavras-chave. Uns anos depois (1908-1918), foi feito um estudo sociológico profundo, a respeito da integração dos emigrantes polacos na Europa e na América, por Thomas (professor em Chicago) e Znaniecki (antropólogo polaco). Utilizou-se uma técnica elementar da análise de conteúdo – mais do que uma sistematização de uma leitura normal – num material composto por elementos vários (cartas, diários íntimos, mas também relatórios oficiais e artigos de jornal).

2. O COMEÇO: A IMPRENSA E A MEDIDA

A partir do princípio do século, durante cerca de quarenta anos, a análise de conteúdo desenvolveu-se nos Estados Unidos. Nesta época, o rigor científico invocado é o da medida e o material analisado é essencialmente jornalístico. A Escola de Jornalismo de Colúmbia dá o pontapé de saída e multiplicam-se assim os estudos quantitativos dos jornais. É feito um inventário das rubricas, segue-se a evolução de um órgão de imprensa, mede-se o grau de «sensacionalismo» dos seus artigos, comparam-se os semanários rurais e os diários citadinos. Desencadeia-se um fascínio pela contagem e pela medida (superfície dos artigos, tamanho dos títulos, localização na página). Por outro lado, a Primeira Guerra Mundial deu lugar a um tipo de análise que se amplifica aquando da Segunda: o estudo da propaganda.

O primeiro nome que de facto ilustra a história da análise de conteúdo é o de H. Lasswell: fez análises de imprensa e de propaganda aproximadamente desde 1915. Em 1927 é editado: *Propaganda Technique in the World War*.

O *behaviorismo* dita a sua lei nas ciências psicológicas de então nos Estados Unidos. Rejeita a introspecção intuitiva em benefício da psicologia comportamental objectiva.

Trata-se de descrever o comportamento enquanto resposta a um estímulo, com um máximo de rigor e cientificidade. Tal como a sociologia após Durkeim, a psicologia distancia-se face ao seu objecto de estudo. O nascimento da análise de conteúdo provém da mesma exigência que se manifesta igualmente na linguística. Mas a linguística e a análise de conteúdo ignoram-se mutuamente, e

continuam a desenvolver-se ainda por muito tempo tomando caminhos distintos, apesar da proximidade do seu objecto, já que uma e outra trabalham na e pela linguagem. Depois de Saussure, Troubetzkoy – a fonologia (1926-1928) – e Bloomfield – a análise distributiva (1933) – rompeu com uma concepção tradicional da língua: a linguística torna-se funcional e estrutural.

3. 1940-1950: A SISTEMATIZAÇÃO DAS REGRAS E O INTERESSE PELA SIMBÓLICA POLÍTICA

Nos Estados Unidos, os departamentos de ciências políticas ocuparam um lugar de destaque no desenvolvimento da análise de conteúdo. Os problemas levantados pela Segunda Guerra Mundial acentuaram o fenómeno. Durante este período, 25% dos estudos empíricos que relevam da técnica de análise de conteúdo pertencem à investigação política. Pesquisa esta muito pragmática e que tem por objectivo específico o conflito que abala o mundo. Por exemplo, durante os anos da guerra, o Governo americano exortou os analistas a desmascararem os jornais e periódicos suspeitos de propaganda subversiva (principalmente nazi). Foram empregues vários processos de despistagem:

- Referenciação dos temas favoráveis ao inimigo e percentagem destes em relação ao conjunto dos temas.
- Comparação entre o conteúdo do jornal incriminado (*The Galilean*) com o das emissões nazis destinadas aos Estados Unidos.
- Comparação de duas publicações suspeitas (*Today's Challenge*, *Forum Observer*) com duas publicações cujo patriotismo era evidente (*Reader's Digest* e *Saturday Evening*).
- Análise de favoritismo/desfavoritismo de vários livros e periódicos em relação aos dois temas seguintes: «A União Soviética vence» e «As doutrinas comunistas são verdadeiras» (temas estes divididos em cerca de quinze subtemas).
- Análise lexical a partir de uma lista de palavras consideradas palavras-chave da política e propaganda nazis (aplicada às mesmas publicações).

H. D. Lasswell continua os seus trabalhos sobre a análise dos «símbolos»⁽³⁾ e as mitologias políticas na Universidade de Chicago e na Experimental Division for the Study of Wartime Communications na Biblioteca do Congresso. Aumenta o número de investigadores especializados em análise de conteúdo: H. D. Lasswell, N. Leites, R. Fadner, J. M. Goldsen, A. Gray, I. L. Janis, A. Kaplan, D. Kaplan, A. Mintz, I. de Sola Pool, S. Jakobson participaram em *The Language of Politics: Studies in Quantitative Semantics* (1949).

Com efeito, o domínio de aplicação da análise de conteúdo diferencia-se cada vez mais. Pertencem a este período dois exemplos: um, próximo da crítica literária, outro, um caso célebre centrado na personalidade de uma mulher neurótica.

A análise do romance autobiográfico *Black Boy*, de Richard Wright, foi efectuada por R. K. White em 1947⁽⁴⁾. Trata-se de uma análise estatística dos valores, assinalados ao longo do livro, por anotação à margem, codificada com a ajuda de três tipos de símbolos: *os fins* ou *objectivos* (ex: a alimentação, sexo, amizade...) as *normas* (normas de moralidade, de verdade, de civilização...), as *pessoas* (R. Wright, os negros, os brancos...), símbolos combináveis entre si numa mesma frase. Para além disso, esta análise estatística fornece informações que a análise subjectiva «normal», por si só, não fazia aparecer.

A análise das «cartas de Jenny» (Jenny Gove Masterson)⁽⁵⁾, manifesta a mesma preocupação de objectividade e a superioridade (ou a complementaridade) de uma técnica sistemática em relação a uma apreensão clínica «impressionista». Estas cartas, em número de 167, são materiais de eleição para os psicossociólogos, já que, analisadas em 1942 por Baldwin⁽⁶⁾, vêm também a interessar a Allport (que as publica em 1946 como um caso de especial interesse para o estudo da personalidade) e a J. M. Paige, que as uti-

⁽³⁾ *Political Symbol Analysis*. Mas *Symbol* neste caso tem o sentido do significante maior, de palavra-chave, e não o sentido de símbolo em francês. «Um símbolo-chave é um termo básico da mitologia política». Exemplos de símbolos-chave nos anos quarenta nos Estados Unidos: «direitos», «liberdade», «democracia», «igualdade».

⁽⁴⁾ R. K. White, «Black Boy: a value-analysis». *J. abnorm. soc. Psychol.*, 1947, 42.

⁽⁵⁾ Na realidade este nome é um pseudónimo.

⁽⁶⁾ A. L. Baldwin, «Personality structure analysis: a statistical method for investigating the single personality» *J. abnorm. soc. Psychol.*, 1942, 37.

liza de novo em 1966 ⁽⁷⁾ para renovar o estudo do seu antecessor, usando as novas possibilidades que o computador oferece. A análise de Baldwin apresenta-se como uma «análise da estrutura da personalidade» (*personal structure analysis*), tendo por objectivo funcionar como um «componente da perspicácia mais ou menos brilhante do clínico». Ou, como diz ainda Baldwin, «uma técnica que proporciona uma avaliação e uma análise que terão a virtude da objectividade e revelarão também os aspectos do material que poderiam ter escapado ao exame minucioso do clínico». Entre a tónica colocada na necessidade de objectividade e as medidas de verificação que neste período são gerais, a técnica empregue por Baldwin para incrementar a compreensão de um caso neurótico constitui uma das primeiras tentativas de «análise de contingência» (ou análise de co-ocorrências, isto é, das associações – duas ou mais palavras ou temas – ou exclusões presentes no material de análise). A *contingency analysis* será desenvolvida por Osgood uma quinzena de anos mais tarde e generalizada em seguida graças às possibilidades ampliadas pelo uso do computador.

Do ponto de vista metodológico, o final dos anos 40-50 é, sobretudo, marcado pelas regras de análise elaboradas por E. Berelson ⁽⁸⁾, auxiliado por P. Lazarsfeld. A célebre definição de análise de conteúdo, que Berelson dá então, resume bastante bem as preocupações epistemológicas deste período:

«A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação.»

Na verdade, esta concepção e as condições muito normativas e limitativas de funcionamento da análise de conteúdo foram completadas, postas em questão e ampliadas pelos trabalhos posterior-

⁽⁷⁾ J. M. Paige, «Letters from Jenny: an approach to the clinical analysis of personality structure by computer», P. J. Stone, D. C. Dunphy, M. S. Smith, e D. M. Ogilvie, *The General Inquirer: a computer approach to content analysis in the behavioral sciences*, Cambridge, MIT Press, 1966, pp. 431-451.

⁽⁸⁾ B. Berelson e P. F. Lazarsfeld, *The analysis of communications content*, University of Chicago and Columbia University, Preliminary Draft, Chicago e Nova Iorque, 1948; depois, B. Berelson, *Content analysis in communication research*, Glencoe, Ill, The Free Press, 1952; e B. Berelson, «Content Analysis em G. Lindzey (org.), *Handbook of Social Psychology*, Cambridge, Addison-Wesley Publishing Co., 1954.

res dos analistas americanos. No entanto, em França, afigura-se que até uma data recente (1973-1974) se continuou a obedecer de uma maneira rígida ao modelo berelsoniano. Para nos convenceremos de que assim é, basta que observemos as referências bibliográficas ou as instruções fornecidas pelos raros manuais franceses que se dignavam abordar o problema da análise de conteúdo. Esta ignorância soberba que consistia em negar vinte ou trinta anos de progressos americanos, ou em negligenciar a contribuição francesa ou estrangeira das ciências conexas à análise de conteúdo (a linguística, a semântica, a semiologia, a documentação, a informática), começa, felizmente, a ser substituída por uma insatisfação tanto prática como teórica, susceptível de impelir os professores ou os técnicos para a busca de informações complementares.

Quaisquer que sejam os progressos posteriores a Lasswell e a Berelson, os seus critérios marcam a preocupação deste período em trabalhar com amostras reunidas de maneira sistemática, a interrogar-se sobre a validade do procedimento e dos resultados, a verificar a fidelidade dos codificadores e até a medir a produtividade da análise. É o período significativo de uma prática com uma metodologia nascente, onde as exigências de rigor e de objectividade presencidas adquirem um carácter obsessivo, susceptível de encobrir outras necessidades ou possibilidades.

4. 1950-1960: A EXPANSÃO E A PROBLEMÁTICA

O período seguinte é caracterizado pela expansão das aplicações da técnica a disciplinas muito diversificadas e pelo aparecimento de interrogações e novas respostas no plano metodológico. Na realidade, depois da codificação imperiosa que atinge o seu apogeu com Berelson, o período imediatamente posterior à guerra é marcado por anos de bloqueio e desinteresse. Durante algum tempo, a análise de conteúdo parece ter caído num impasse e uns quantos investigadores desiludidos (Berelson, Janis, Lasswell, Leites, Lerner, Pool) parecem abandonar a partida. O próprio Berelson chega à conclusão desencantada:

«A análise de conteúdo como método não possui qualidades mágicas» e «raramente se retira mais do que nela se investe e algumas vezes até menos; – no fim de contas, nada há que substitua as ideias brilhantes.»

Isto equivale, de certa forma, a negar o que já fora adquirido.

Mas no início dos anos 50, o Social Science Research Council's Committee on Linguistics and Psychology convocou diversos congressos sobre os problemas da «Psicolinguística». O último, conhecido pelo nome de Allerton House Conference, por causa do local da reunião (Illinois), teve lugar em 1955 e uma parte das contribuições foi publicada em 1959 sob a orientação de I. de Sola Pool⁽⁹⁾, que se torna o nome marcante deste decénio nos sucessivos *readers*⁽¹⁰⁾ americanos.

Os participantes descobrem então duas coisas: os investigadores e técnicos provenientes de horizontes muito diversos interessam-se doravante pela análise de conteúdo; se os problemas precedentes não se encontram resolvidos, novas perspectivas metodológicas, no entanto, vão eclodindo. O congresso manifesta, pois, um interesse redobrado. A análise de conteúdo entra, de certo modo, numa segunda juventude. A etnologia, a história, a psiquiatria, a psicanálise, a linguística, acabam por se juntar à sociologia, à psicologia, à ciência política, aos jornalistas, para questionar estas técnicas e propôr a sua contribuição.

Desenvolvem-se novos considerandos metodológicos e epistemológicos. No plano epistemológico, confrontam-se duas concepções, dois «modelos» de comunicação: o modelo «instrumental», representado por A. George e G. Mahl, e o modelo «representacional», defendido por G. E. Osgood. Eis como I. de Sola Pool resume a orientação de cada uma destas concepções:

«De maneira grosseira, arrogamo-nos o direito de dizer que “representacional” significa que o ponto importante no que diz respeito à comunicação é o revelado pelo conteúdo dos *itens* lexicais nela presentes, isto é, que algo nas palavras da mensagem permite ter indicadores válidos sem que se considerem as circunstâncias, sendo a mensagem o que o analista observa. *Grosso modo*, “instrumental” significa que o fundamental não é aquilo que a mensagem diz à primeira vista, mas o que ela veicula dados o seu contexto e as suas circunstâncias.»

No plano metodológico, a querela entre a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa absorve certas cabeças. Na análise quantitativa, o que serve de informação é a *frequência* com que

⁽⁹⁾ I. de Sola Pool (org.), *Trends in content analysis*, Urbana, University of Illinois Press, 1959.

⁽¹⁰⁾ *Reader*: recolha de textos.

surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a *presença* ou a *ausência* de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração⁽¹¹⁾.

A um nível mais estritamente técnico, Osgood propõe ou aperfeiçoa diversos procedimentos: a análise das asserções avaliadoras de uma mensagem (*Evaluative assertion analysis*), a análise das co-ocorrências (*Contingency analysis*), e, depois de W. Taylor, o método Cloze (*Cloze Procedure*)⁽¹²⁾. É conhecido, aliás, o importante trabalho sobre «a medida das significações»⁽¹³⁾ efectuado nesta época. A tónica é colocada nas orientações de valor, afectivas ou cognitivas, dos significantes ou dos enunciados de uma comunicação; tendo por pressuposto que estas orientações são bipolarizadas, passíveis de medida por intermédio de escalas e que algumas das dimensões consideradas são universais, qualquer que seja a cultura do locutor.

De facto, para além dos aperfeiçoamentos técnicos, duas iniciativas «desbloqueiam», então, a análise de conteúdo. Por um lado, a exigência de objectividade torna-se menos rígida, ou melhor, alguns investigadores interrogam-se acerca da regra legada pelos anos anteriores, que confundia objectividade e cientificidade com a minúcia da análise de frequências. Por outro, aceita-se mais favoravelmente a combinação da compreensão clínica, com a contribuição da estatística. Mas, para além do mais, a análise de conteúdo já não é considerada exclusivamente com um alcance *descritivo* (cf. os inventários dos jornais do princípio do século), pelo contrário, toma-se consciência de que a sua função ou o seu objectivo é a *inferência*. Que esta inferência se realize tendo por base indicadores de frequência, ou, cada vez mais assiduamente, com a ajuda de indicadores combinados (cf. análise das co-ocorrências), toma-se consciência de que, a partir dos resultados da análise, se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações.

⁽¹¹⁾ A. L. George, «Quantitative and qualitative approaches to content analysis», em I. de Sola Pool, *op. cit.*, 1959, pp. 7-32.

⁽¹²⁾ C. E. Osgood, «The representational model and relevant research methods», em I. de Sola Pool, *op. cit.*, 1959, pp. 33-88.

⁽¹³⁾ C. E. Osgood, G. J. Suci, P. H. Tannenbaum, *The measurement of meaning*, Urbana, University, University of Illinois Press, 1957.

Se fizermos o ponto da situação em finais dos anos 50, apercebemo-nos de que, quantitativamente, a análise de conteúdo progrediu segundo uma razão geométrica. A partir do critério numérico de estudos por ano, constata-se que a evolução se processa da seguinte maneira: 2,5 estudos por ano em média entre 1900 e 1920, 13,3 entre 1920 e 1930, 22,8 entre 1930 e 1940, 43,3 entre 1940 e 1950, mais de cem estudos por ano entre 1950 e 1960⁽¹⁴⁾.

5. DE 1960 A 1975: COMPUTADORES E SEMIOLOGIA

Nos anos 60 e inícios dos anos 70, três fenómenos primordiais afectam a investigação e a prática da análise de conteúdo. O primeiro é o recurso ao computador; o segundo o interesse pelos estudos respeitantes à comunicação não verbal e o terceiro é a inviabilidade de precisão dos trabalhos linguísticos.

O primeiro «cérebro electrónico» nasceu em 1944; em 1960 surge «a segunda geração de computadores», graças aos transistores, à qual se sucede rapidamente a terceira geração, em 1966, com os circuitos integrados. Actualmente, fala-se já da quarta geração. Além de o tratamento informático permitir assimilar rapidamente quantidades de dados impossíveis de manipular manualmente e permitir testes estatísticos anteriormente impraticáveis, o uso do computador tem consequências nas questões privilegiadas da análise de conteúdo. O *computador* vem oferecer novas possibilidades, mas a realização de um programa de análise exige um *acréscimo de rigor* em todas as fases do procedimento. A primeira obra importante a dar conta das novas análises pelo computador e a tentar responder às dificuldades que elas suscitam apareceu em 1966 sob o título de *General Inquirer*⁽¹⁵⁾. Uma vez que permite apurar a contagem por frequência, o computador leva-nos a pôr questões

⁽¹⁴⁾ F. E. Barcus, «Communications content: analysis of the research, 1900-1958» unpublished doctor's dissertation, University of Illinois, 1959; citado por O. R. Holsti, *Content analysis for the social sciences and humanities*, Addison-Wesley Publishing Company, 1969.

⁽¹⁵⁾ P. J. Stone, D. C. Dunphy, M. S. Smith, D. M. Ogilvie, *The General Inquirer: a computer approach to content analysis in the behavioral sciences*, Cambridge, MIT Press, 1966.

sobre a ponderação ou a distribuição das unidades de registo, assim como a ultrapassar a dicotomia: análise quantitativa/análise qualitativa. Exige-se uma preparação dos textos a tratar e, por conseguinte, uma definição mais precisa das unidades de codificação, e tornar operacionais procedimentos de análise automática das unidades de contexto, quando o sentido de uma unidade de registo é ambíguo. Deste modo, o analista é obrigado a apelar para os progressos da linguística, a fim de formular regras justificadas. Uma parte importante destes esforços é dedicada a actualizar «dicionários», isto é, grelhas de índices capazes de referenciar e avaliar as unidades do texto em categorias ou subcategorias. Isto, de forma pertinente tanto relativamente aos materiais como aos objectivos visados, é também generalizável aos materiais e objectivos similares. Finalmente, os estatísticos darão daqui em diante o seu contributo, uma vez que o tratamento por computador facilita a utilização de testes estatísticos ou permite tratamentos com muitas variáveis (do tipo da análise factorial).

As novas técnicas são aplicadas a «textos» muito diversos dentro do quadro de disciplinas cada vez mais variadas, como o testemunha o conteúdo dos artigos resultantes de investigações automatizadas de procedimento do grupo do *General Inquirer*:

- A mudança social nos grupos de auto-análise (estudo de pequenos grupos).
- As relações internacionais (ciências políticas).
- A linguagem psicótica; a temática do psicoterapeuta no decorrer das suas entrevistas (psicologia clínica).
- As características de cartas de «candidatos ao suicídio»; a percepção de identidade de si, nos estudantes (psicologia social).
- A relação entre o uso do álcool e o conteúdo temático dos contos populares (antropologia).
- ... etc.

Enquanto surge o resultado do conjunto dos programas informáticos, feitos por Stone e seus colaboradores, intitulado *General Inquirer*, reúne-se um congresso em Filadélfia (1967) (The Annenberg School of Communications). Este congresso reúne 400 investigadores, sendo as suas comunicações publicadas em 1969, sob a direcção de G. Gerbner, O. R. Holsti, K. Krippendorff, W. J. Pais-

ley e P. J. Stone ⁽¹⁶⁾. Uma parte importante das discussões foi consagrada às diferentes contribuições do computador. O tecnicismo destas discussões torna-se cada vez mais exacto: problemas de «reconhecimento», contextos de significação, regras de «desambiguação», «cobertura da informação» e também, num plano estritamente material, contribuições técnicas a fim de adaptar a máquina às operações rigorosas requeridas pelas análises.

Contudo, a adaptação da análise de conteúdo ao computador (ou vice-versa) não cobre a totalidade dos trabalhos da Annenberg School Conference. No plano metodológico e teórico, alguns temas de reflexão abordados em 1955 na Allerton House Conference continuam a suscitar estudos: a questão da *inferência*, devido às características do conteúdo das causas ou dos efeitos da mensagem; a formalização de sistemas de *categorias standard*. A necessidade de *normas* ou de critérios de comparação exteriores ao núcleo teórico torna-se um novo centro de interesse em 1967. Em contrapartida, os problemas de sistemas de enumeração e de unidades de análise, no centro das discussões em 1955, despertam muito menos interesse, ou, devido ao uso do computador, são pelo menos equacionados de forma diferente.

Esta evolução geral técnica (utilização do computador) e metodológica (prosseguimento das investigações dos anos anteriores) é interna ao desenvolvimento da análise de conteúdo. Nos anos 60, outras tendências, desta vez externas, afectam o seu movimento. Trata-se do florescimento e até da «invasão» do campo científico por disciplinas afins, tais como a semiologia e a linguística. No primeiro caso, uma espécie de inflação anárquica explora o campo de sistemas de signos não linguísticos, até aí inexplorado. O território semiótico, mal definido, invasor, mas portador de um novo dinamismo, vem, através dos seus novos objectos (a imagem, a tipografia e a música, por exemplo) ou dos seus fundamentos teóricos (o estruturalismo, a psicanálise, por exemplo) perturbar o movimento relativamente linear da análise de conteúdo. A dificuldade com a linguística é de outra ordem: a análise de conteúdo é confrontada (e eventualmente comparada) com uma disciplina

solidamente constituída e metodologicamente confirmada, mas em que a finalidade é diferente.

Face a este antagonismo, a análise de conteúdo actual recua, ou melhor, protege-se, continuando basicamente na sua perspectiva, uma vez que se julga ameaçada de dissolução ou de recuperação. Contudo, em França, por exemplo, os analistas actuais viram-se para o exterior, para *Le cru et le cuit*, de Levi-Strauss, para a análise estrutural do discurso de A. Greimas, para as reflexões sobre a nossa mitologia de R. Barthes e para a análise semântica de J. Kristeva... e outros, como M. Pécheux, exploram a sua formação linguística para tentar a automatização da análise do discurso.

6. TENDÊNCIAS ACTUAIS

Após meados dos anos 70, a proliferação dos computadores pessoais e as experiências em inteligência artificial aumentam a esperança nas possibilidades informáticas. Por influência de uma linguística mais aberta, e graças também às investigações levadas a cabo por um certo tipo de análise do discurso, a experimentação informática, depois de ter ultrapassado os obstáculos anteriores de programação e de ter relativamente dominado as descrições lexicais, concentra-se na apresentação das estruturas sintácticas dos textos.

A análise de conteúdo, se multiplica as aplicações, marca um pouco passo, ao concentrar-se na transposição informática, em matéria de inovação metodológica. Mas observa com interesse as tentativas que se fazem no campo alargado da análise de comunicações: lexicometria, enunciação linguística, análise da conversação, documentação e bases de dados, etc.

⁽¹⁶⁾ G. Gerbner, O. R. Holsti, K. Krippendorff, W. J. Paisley, P. J. Stone, *The Analysis of Communication Content: Developments in Scientific Theories and Computer Techniques*, John Wiley & Sons, Inc., 1969.

II

Definição e relação com as outras ciências

Sou investigador sociólogo e o meu trabalho visa determinar a influência cultural das comunicações de massa na nossa sociedade. Sou psicoterapeuta e gostaria de compreender o que as palavras dos meus «clientes» – os seus balbúcios, silêncios, repetições ou lapsos – são susceptíveis de revelar no seu rumo para a superação das suas angústias ou obsessões. Sou historiador e desejaria saber, baseando-me nas cartas enviadas à família antes da catástrofe, a razão pela qual determinado batalhão se deixou massacrar, aquando da Primeira Guerra Mundial. Sou psicólogo e gostaria de analisar as entrevistas que efectuei a crianças de uma turma para avaliar o seu grau de adaptação. Estudo literatura, e ao debruçar-me sobre a obra de Baudelaire tento delinear, através de *Fleurs du Mal*, de poemas em prosa e notas íntimas encontradas, a estrutura temática do seu imaginário. Sou político e candidato desditoso, confio a um grupo de estudos a tarefa de desmontar a mecânica da propaganda do meu rival, de maneira a que no futuro possa daí tirar partido. Sou publicista, e, pretendendo uma melhor adequação de determinada campanha ao seu fim, peço a um gabinete de estudos que realize uma análise comparativa de temas associados ao produto por altura das entrevistas de opinião e de temas utilizados na campanha actual. Para cada um dos casos e para muitos outros, as ciências humanas facultam um instrumento: a *análise de conteúdo* de comunicações. Esta técnica, ou melhor, estas técnicas⁽¹⁾ implicam um trabalho exaustivo com as suas divisões, cálculos e aperfeiçoamentos incessantes do *métier*.

(1) P. Henry e S. Moscovici, em «Problèmes de l'analyse de contenu», em *Langage*, Setembro 1968, n.º II, definem a análise de conteúdo «como um conjunto dispar de técnicas...»

Porquê então este trabalho de Penélope, diria o filósofo que não se incomoda com tais instrumentos, ou o profano que os desconhece? Porquê estes «pacientes rodeios», estas enumerações de uma precisão minuciosa assentes no estado actual do progresso das técnicas de análise das mensagens, essencialmente no inventário metódico e cálculo de frequências estatísticas?

1. O RIGOR E A DESCOBERTA

Apelar para estes instrumentos de investigação laboriosa de documentos, é situar-se ao lado daqueles que, de Durkheim a P. Bourdieu passando por Bachelard, querem dizer não «à ilusão da transparência» dos factos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. É igualmente «tornar-se desconfiado» relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjectivo, destruir a intuição em proveito do «construído», rejeitar a tentação da sociologia ingénua, que acredita poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais, mas que somente atinge a projecção da sua própria subjectividade. Esta atitude de «vigilância crítica» exige o desvio metodológico e o emprego de «técnicas de ruptura» e afigura-se tanto mais útil para o especialista das ciências humanas, quanto mais ele tenha sempre uma impressão de familiaridade face ao seu objecto de análise. É ainda dizer não «à leitura simples do real», sempre sedutora, forjar conceitos operatórios, aceitar o carácter provisório de hipóteses, definir planos experimentais ou de investigação (a fim de despistar as primeiras impressões, como diria P. H. Lazarsfeld).

Isto, sem que se caia na armadilha (do jogo): construir por construir, aplicar a técnica para se afirmar de boa consciência, sucumbir à magia dos instrumentos metodológicos, esquecendo a razão do seu uso. Com efeito, da necessidade pertinente do utensílio à justificação de prestígio do *instrumento-gadget* medeia apenas um passo... Daí esta «falsa segurança dos números» que Pierre Bourdieu estigmatiza, a propósito das estatísticas.

No entanto, desde que se começou a lidar com comunicações que se pretende compreender para além dos seus significados imediatos, parecendo útil o recurso à análise de conteúdo.

De uma maneira geral, pode dizer-se que a subtilidade dos métodos de análise de conteúdo corresponde aos objectivos seguintes:

- a *superação da incerteza*: o que eu julgo ver na mensagem estará lá efectivamente contido, podendo esta «visão» muito pessoal ser partilhada por outros?
Por outras palavras, será a minha leitura válida e generalizável?
- e o *enriquecimento* da leitura: se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que *a priori* não possuíamos a compreensão.

Estes dois pólos, desejo de rigor e necessidade de descobrir, de adivinhar, de ir além das aparências, expressam as linhas de força do seu desenvolvimento histórico e o aperfeiçoamento que, actualmente, ainda faz a análise de conteúdo oscilar entre duas tendências. Historicamente, como já se viu, foi nos Estados Unidos, no contexto behaviorista das ciências humanas e por interesse dos governos em adivinhar as orientações políticas e estratégicas dos países estrangeiros, com a ajuda de documentos acessíveis (imprensa, rádio), que se fez do analista um detective munido de instrumentos de precisão. Metodologicamente, confrontam-se ou completam-se duas orientações: a verificação prudente ou a interpretação brilhante.

Por outras palavras, a análise de conteúdo de mensagens que deveria ser aplicável – com maior ou menor facilidade, é certo – a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte (do tam-tam à imagem, tendo evidentemente como terreno de eleição o código linguístico), possui duas funções, que na prática podem ou não dissociar-se:

- uma *função heurística*: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta. É a análise de conteúdo «para ver o que dá».
- uma função de «*administração da prova*». Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de directrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação. É a análise de conteúdo «para servir de prova».

Na prática, as duas funções da análise de conteúdo podem coexistir de maneira complementar. Tal produz-se, sobretudo, quando o analista se dedica a um domínio da investigação ou a um tipo de mensagens pouco exploradas, onde faltam ao mesmo tempo a problemática de base e as técnicas a utilizar. Neste caso, as duas funções interagem, reforçando-se uma à outra. A análise «às cegas» – aplicando de maneira quase aleatória (pelo método de tentativa e erro) procedimentos de inventário e de classificação, por exemplo (primeiro os mais fáceis de manejar) – pode fazer surgir hipóteses que, servindo então de guias, conduzirão o analista a elaborar as técnicas mais adequadas à sua verificação. Enquanto que, por outro lado, os analistas já orientados à partida para uma problemática teórica poderão, no decorrer da investigação, «inventar» novos instrumentos susceptíveis, por sua vez, de favorecer novas interpretações. Isto explica que, aquando destes procedimentos de «leituras sistemáticas» – mas não ainda sistematizadas –, há muitas vezes uma passagem incessante do corpo teórico (hipóteses, resultados), que se enriquece ou se transforma progressivamente, para as técnicas que se aperfeiçoam pouco a pouco (lista de categorias, grelhas de análise, matrizes, modelos). Este vaivem contínuo possibilita facilmente a compreensão da frequente impressão de dificuldade no começo de uma análise, pois nunca se sabe exactamente «por que ponta começar».

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependente do tipo de «fala» a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objectivo. Não existe pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objectivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento, excepto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da descodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas.

Contudo, três quartos de século de investigação, de estudos empíricos ou de interrogações metodológicas, fornecem actualmente um leque de modelos, a partir dos quais nos podemos inspirar, e um quadro de funcionamento que é conveniente colocar antes de ilustrar a prática da análise com exemplos.

O que é ou não a análise de conteúdo? Onde começa e acaba a análise de conteúdo? É necessário *definir* o seu campo (determinar

uma «linha de fronteira», como diria Roland Barthes). Para que serve a análise de conteúdo? É preciso dizer *por que razão* e com que finalidade recorreremos a este instrumento. *Como funciona ela?* é necessário familiarizarmo-nos com a sua utilização e fornecer um modelo para essa utilização. Sobre que materiais funciona a análise de conteúdo? É preciso indicar os lugares possíveis do seu *território*...

O quê, porquê, como, onde...

2. O CAMPO

A análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações*.

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

Documentos e objectivos dos investigadores, podendo ser bastante diferentes os procedimentos de análise, sê-lo-ão, obrigatoriamente, conforme se trate de:

- pôr em evidência a «respiração» de uma entrevista não directa;
- desmascarar a axiologia subjacente aos manuais escolares;
- estabelecer uma tipologia das aspirações maritais, nos anúncios matrimoniais do *chasseur français*;
- medir a implicação do político nos seus discursos;
- seguir a evolução da moral da nossa época, através dos anúncios de uma revista;
- radiografar a rede das comunicações formais e informais de uma empresa a partir das ordens de serviço ou das chamadas telefónicas;
- avaliar a importância do «interdito» na sinalização urbana;
- encontrar o inconsciente colectivo, por detrás da aparente incoerência dos grafitos inscritos em locais públicos;
- pôr em relevo o esqueleto ou a estrutura da narrativa das histórias humorísticas;
- fazer o recenseamento do repertório semântico ou sintaxe de base de um sector publicitário;

- compreender os estereótipos do papel da mulher, no enredo fotonovelístico;
- provar que os objectos da nossa vida quotidiana funcionam como uma linguagem; que o vestuário é mensagem, que o nosso apartamento «fala», etc.

(Estes são alguns exemplos citados a título ilustrativo, de entre a infinidade de análises de conteúdo possíveis.)

Desde mensagens linguísticas em forma de ícones até «comunicações» em três dimensões, quanto mais o código se torna complexo, ou instável, ou mal explorado, maior terá de ser o esforço do analista, no sentido de uma inovação com vista à elaboração de técnicas novas. E quanto mais o objecto da análise e a natureza das suas interpretações forem invulgares e mesmo insólitas, maiores dificuldades existirão em colher elementos nas análises já realizadas, para nelas se inspirar. E mais ainda, porque cada investigador tem repugnância em descrever a sua hesitante alquimia, contentando-se com a exposição rigorosa dos resultados finais, evitando assim explicitar as hesitações dos cozinhados que os procederam, com grande prejuízo para os principiantes que não encontram modelos, receitas acabadas, logo que se dedicam a análises que, pelo seu material ou pelo seu objectivo, se afastam por pouco que seja, das vias tradicionais.

De facto, se nos tentamos distanciar dos métodos de análise de conteúdo e do domínio em que estes podem ser explorados, apercebemo-nos de que o campo de aplicação é extremamente vasto. Em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo.

P. Henry e S. Moscovici⁽²⁾, dizem:

«tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo.»

(²) P. Henry e S. Moscovici, «Problème de l'analyse de contenu», em *Langage*, Setembro 1968, n.º II.

Estes autores alargam potencialmente (embora com reticências) este domínio já muito diversificado, acrescentando em nota:

«Excluimos do campo de aplicação da análise de conteúdo tudo o que não é propriamente linguístico, tal como filmes, representações pictóricas, comportamentos (considerados "simbólicos"), etc., embora *em certos aspectos* o tratamento destes materiais levante problemas semelhantes aos da análise de conteúdo...»

Ora, quaisquer que sejam as dificuldades de aplicação ou de transposição das técnicas da análise de conteúdo para as comunicações não linguísticas e os exageros a que por vezes conduz a recente moda da semiologia, parece difícil recusar-se ao vasto campo das comunicações não linguísticas (ao qual se aplica, por comodidade, os termos do campo semiológico ou semiótico) os benefícios da análise de conteúdo.

De que modo se poderá passar em revista de maneira exaustiva os domínios da aplicação potencial das técnicas da análise de conteúdo, quaisquer que sejam os procedimentos a utilizar? Numa primeira fase, contentemo-nos com sistematizar o conjunto dos tipos de comunicações, segundo dois critérios (é provável que existam outros igualmente adequados):

- a quantidade de pessoas implicadas na comunicação;
- a natureza do código e do suporte da mensagem.

Uma classificação segundo estes dois critérios pode resumir-se num quadro de dupla entrada. Indicamos para cada caso alguns exemplos, a título de ilustração⁽³⁾.

Por conseguinte, parece difícil definir a análise de conteúdo a partir do seu território, pois que, à primeira vista, tudo o que é comunicação (e até significação) parece susceptível de análise. Poder-se-á, pelo menos, descobrir uma unidade ao nível das suas regras de funcionamento?

(³) Cf. quadro na página seguinte.

Domínios possíveis da aplicação da análise de conteúdo

Quantidade de pessoas implicadas na comunicação			
Código e suporte	Uma pessoa «monólogo»	Comunicação dual «diálogo»	Grupo restrito
LINGÜÍSTICO	Escrito	Agendas, maus pensamentos, congeminções, diários íntimos.	Cartas, respostas a questionários, a testes projectivos, trabalhos escolares.
	Oral	Delírio do doente mental, sonhos.	Entrevistas e conversas de qualquer espécie.
ICÓNICO (sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes, etc.).		Garatujas mais ou menos automáticas, grafitos, sonhos.	Ordens de serviço numa empresa, todas as comunicações escritas trocadas dentro de um grupo.
			Exposições, discursos, rádio, televisão, cinema, publicidade, discos.
OUTROS CÓDIGOS SEMIÓTICOS (i.e., tudo o que não sendo linguístico pode ser portador de significações; ex.: música, código olfactivo, objectos diversos, comportamentos, espaço, tempo, sinais patológicos, etc.).		Respostas aos testes projectivos, comunicação entre duas pessoas através da imagem.	Sinais de trânsito, cinema, publicidade, pintura, cartazes, televisão.
		Comunicação não verbal com destino a outrem (posturas, gestos, distância espacial, sinais olfactivos, manifestações emocionais, objectos quotidianos, vestuário, alojamento...), comportamentos diversos, tais como rituais e regras de cortesia.	Meio físico e simbólico: sinalização urbana, monumentos, arte...; mitos, estereótipos, instituições, elementos de cultura.

3. A DESCRIÇÃO ANALÍTICA

A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Tratar-se-ia, portanto, de um tratamento da informação contida nas mensagens. É conveniente, no entanto, precisar de imediato que em muitos casos a análise, como já foi referido, não se limita ao conteúdo, embora tome em consideração o «continente».

A análise de conteúdo pode ser uma análise dos «significados» (exemplo: a análise temática), embora possa ser também uma análise dos «significantes» (análise lexical, análise dos procedimentos). Por outro lado, o *tratamento descritivo* constitui uma primeira fase do procedimento, mas não é exclusivo da análise de conteúdo. Outras disciplinas que se debruçam sobre a linguagem ou sobre a informação também são descritivas: a linguística, a semântica, a documentação. No que diz respeito às características *sistemática e objectiva*, sem serem específicas da análise de conteúdo, foram e continuam a ser suficientemente importantes para que se insista nelas.

Este aspecto de manipulação objectiva aparecia numa definição do *Handbook of Social Psychology*⁽⁴⁾ de Lindzey (primeira edição) uma vez que a análise de conteúdo era apresentada como «uma técnica que consiste em apurar descrições de conteúdo muito aproximativas, subjectivas, para pôr em evidência com objectividade a natureza e as forças relativas dos estímulos a que o sujeito é submetido»⁽⁵⁾.

Esta definição corresponde a uma primeira exigência histórica, de fornecer à prática da psicossociologia um aval de *objectividade* científica. Não se trata de renegar este aspecto da técnica, sempre válido em ciências humanas, mas de compreender que não é o único objectivo da análise de conteúdo.

Algumas outras definições têm do mesmo modo insistido no aspecto manifesto das comunicações e no carácter sistemático e quantitativo dos procedimentos.

A definição de análise de conteúdo dada por Berelson, há cerca de uns vinte anos, continua a ser o ponto de partida para as expli-

⁽⁴⁾ Ao que parece, actualmente em França o método de análise de conteúdo está dependente essencialmente de duas disciplinas: a Psicologia Social e a Sociologia.

⁽⁵⁾ Note-se o vocabulário behaviorista.

cações que todos os principiantes reclamam, tendo-a ele definido do seguinte modo: «uma técnica de investigação que através de uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação *destas* mesmas comunicações». Os analistas principiantes debitam de boa vontade as famosas regras, às quais devem obedecer as *categorias* de fragmentação da comunicação para que a análise seja válida, embora estas regras sejam, de facto, raramente aplicáveis. As regras devem ser:

- homogêneas: poder-se-ia dizer que «não se mistura alhos com bugalhos»;
- exaustivas: esgotar a totalidade do «texto»;
- exclusivas: um mesmo elemento do conteúdo não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes;
- objectivas: codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais;
- adequadas ou pertinentes: isto é, adaptadas ao conteúdo e ao objectivo.

Ainda em virtude da fragmentação objectiva e do comentário irónico de Violette Morin, «*point ne sert de compter, il faut couper à point*» [de nada serve contabilizar, mas antes cortar a preceito], o analista, no seu trabalho de poda, é considerado como aquele que delimita as *unidades de codificação*, ou as *de registo*. Estas, consoante o material ou código, podem ser: a palavra, a frase, o minuto, o centímetro quadrado. O aspecto exacto e bem delimitado do corte tranquiliza a consciência do analista. Quando existe ambiguidade na referência do sentido dos elementos codificados, necessário é que se definam *unidades de contexto*, superiores à unidade de codificação, as quais, embora não tendo sido tomadas em consideração no recenseamento das frequências, permitem contudo compreender a significação dos itens obtidos, repondo-os no seu contexto.

Este procedimento é pertinente em certos casos (embora levante grandes problemas ao nível da imagem, a qual é indivisível por natureza) e não haveria razão para o pôr em causa se, apesar de tudo, ele fosse produtivo.

Este tipo de análise, o mais generalizado e transmitido, foi cronologicamente o primeiro, podendo ser denominado *análise categorial*. Esta pretende tomar em consideração a totalidade de um

«texto», passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. Isso pode constituir um primeiro passo, obedecendo ao princípio de objectividade e racionalizando através de números e percentagem uma interpretação que, sem ela, teria de ser sujeita a aval. É o método das *categorias*, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem. É portanto um método taxonómico bem concebido para satisfazer os coleccionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente.

Este procedimento é simples, se bem que algo fastidioso quando feito manualmente.

Imagine-se um certo número de caixas, tipo caixas de sapatos, dentro das quais são distribuídos objectos, como por exemplo aqueles, aparentemente heteróclitos, que seriam obtidos se se pedisse às passageiras de uma carruagem de metro que esviassem as malas de mão. A técnica consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir alguma ordem na confusão inicial. É evidente que tudo depende, no momento da escolha dos *critérios* de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar.

O exemplo escolhido (objectos contidos nas malas das senhoras) pode parecer metafórico: estes objectos não constituem uma verdadeira comunicação, na medida em que não correspondem a um conjunto de significações voluntariamente codificadas pelo emissor; são índices. Contudo, *in extremis*, o analista semiólogo pode considerá-los como sendo uma mensagem e submetê-los à análise de conteúdo para os fazer falar. Como proceder então e segundo que objectivo? Uma repartição seguida de um desconto de frequência de cada «gaveta» pode ser realizada segundo o critério do valor mercantil de cada objecto: caixa de pó-de-arroz, maço de cigarros, caneta, etc., serão divididos segundo o preço estimado para cada um deles. A classificação pode ainda ser feita tendo por critério a função dos objectos: objectos de maquilhagem, dinheiro ou seus substitutos, etc. A finalidade desta classificação é deduzir daí certos dados, que dizem, por exemplo, respeito à situação sócio-cultural das senhoras observadas, em determinada hora, ou em determinado local de utilização do metropolitano.

É possível ir ainda mais longe no procedimento: estabelecer a estrutura-tipo ou modal do conteúdo de uma mala de senhora; ou ainda referenciar as regras de associação (certo objecto encontra-se sempre junto a um outro), ou de equivalência (encontra-se tal objecto ou o seu substituto), ou ainda de exclusão (certo objecto é substituído com frequência significativa por um outro). Aproximamo-nos então de um tipo de análise muito mais recente: a análise de contingência ou análise estrutural.

Este exemplo não está, assim, tão distante da realidade como pode parecer, uma vez que ainda há pouco tempo os sociólogos planearam realizar uma análise de conteúdo dos caixotes de lixo. Esta análise pode, efectivamente, ensinar-nos muito sobre o comportamento dos habitantes de determinado bairro, sobre o seu nível socioeconómico, as formas de desperdício numa sociedade de abundância, ou sobre a evolução dos hábitos de consumo num período de crise, por exemplo.

4. A INFERÊNCIA

Recapitulemos: a análise de conteúdo aparece como um *conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens*. Mas isto não é suficiente para definir a especificidade da análise de conteúdo.

Retomemos os dois exemplos, mais ou menos metafóricos, anteriormente citados. Nos dois casos (objectos contidos nas malas de senhora e dejectos encontrados nos caixotes de lixo), o interesse não está na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a «outras coisas».

Estes saberes deduzidos dos conteúdos podem ser de natureza psicológica, sociológica, histórica, económica...

É portanto necessário completarmos os segmentos de definições já adquiridas, pondo em evidência a finalidade (implícita ou explícita) de qualquer análise de conteúdo:

A intenção da análise de conteúdo é a *inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)*.

O analista é como um arqueólogo. Trabalha com *vestígios*: os «documentos» que pode descobrir ou suscitar⁽⁶⁾. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenómenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles. Tal como a etnografia necessita da etnologia para interpretar as suas descrições minuciosas, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para *inferir* (deduzir de maneira lógica)⁽⁷⁾ conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detective, o analista trabalha com *índices* cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos. Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a *interpretação* (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermédio, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra.

O aspecto inferencial da análise de conteúdo que, acrescido das outras características, fundamente a sua unidade e a sua especificidade foi realçado quando da Allerton House Conference⁽⁸⁾.

Estas inferências (ou deduções lógicas) podem responder a dois tipos de problemas:

- o que é que *levou* a determinado enunciado? Este aspecto diz respeito às *causas* ou antecedentes da mensagem;
- quais as *consequências* que determinado enunciado vai provavelmente provocar? Isto refere-se aos possíveis *efeitos* das mensagens (por exemplo: os efeitos de uma campanha publicitária, de propaganda).

Podemos, por conseguinte, inferir a partir da procedência (o emissor e a situação na qual este se encontra) e a partir do destinatário da comunicação, embora este caso seja mais raro e incerto. Tal

⁽⁶⁾ Dois tipos de documentos podem ser submetidos a análise:

- documentos naturais, produzidos espontaneamente na realidade (tudo o que é comunicação, como vimos anteriormente);
- documentos suscitados pelas necessidades de estudo (por exemplo: respostas a questionários de inquéritos, testes, experiências, etc.).

⁽⁷⁾ *Inferência*: operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceites como verdadeiras.

Inferir: extrair uma consequência (*Petit Robert, Dictionnaire de la langue Française*, S. N. L., 1972).

⁽⁸⁾ Ver o primeiro capítulo deste livro.

como Pool se inteira das actas principais dos congressos, procura-se, por exemplo, adivinhar as intenções militares que estão por trás dos discursos de propaganda estrangeira (A. George); tenta-se descobrir estados de tensão em diferentes momentos, através das palavras de um grande homem histórico (J. Garraty); tenta-se medir o grau de ansiedade a partir das perturbações da linguagem de um doente (G. Mahl); ou ainda, deseja-se pôr em evidência as avaliações (opiniões, juízos, tomadas de posição conscientes ou não) e as associações subjacentes de um indivíduo, a partir dos seus enunciados (C. Osgood).

Estes factos, deduzidos logicamente a partir de certos índices seleccionados e fornecidos pela fase descritiva da análise de conteúdo, podem ser de natureza muito diversa. Alguns autores franceses chamam-lhes *condições de produção*:

«Qualquer análise de conteúdo visa, não o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação mais ou menos parcial do que chamaremos *as condições de produção* dos textos, que são o seu objecto. O que tentamos caracterizar são estas condições de produção e não os próprios textos. O conjunto das condições de produção constitui o campo das determinações dos textos⁽⁹⁾».

O termo *condições de produção* é suficientemente vago para permitir possibilidades de inferência muito variadas: variáveis psicológicas do indivíduo emissor, variáveis sociológicas e culturais, variáveis relativas à situação de comunicação ou do contexto de produção da mensagem. Esta denominação leva apenas em consideração a produção, deixando de lado as possibilidades de inferência sobre a recepção da mensagem. Poder-se-á preferir a denominação mais neutra de *variáveis inferidas*.

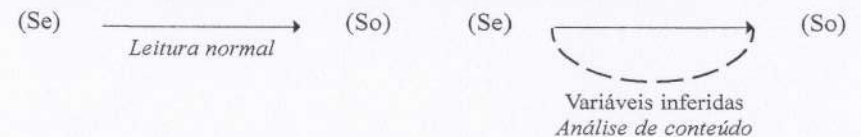
Qualquer que seja o termo utilizado, parece que o fundamento da especificidade da análise de conteúdo (e os trabalhos actuais produzidos acerca deste assunto indicam um certo consenso) reside nesta articulação entre:

- a *superfície dos textos*, descrita e analisada (pelo menos alguns elementos característicos) e
- os *factores que determinaram estas características*, deduzidos logicamente.

⁽⁹⁾ P. Henry e S. Moscovici, «Problèmes de l'analyse de contenu», em *Langage*, Setembro 1968, n.º II.

Ou, por outras palavras⁽¹⁰⁾, o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise conscientemente ou não é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados. De maneira bastante metafórica, falar-se-á de um plano sincrónico ou plano «horizontal» para designar o texto e a sua análise descritiva, e de um plano diacrónico ou plano «vertical», que remete para as variáveis inferidas.

Na realidade, este processo dedutivo ou inferencial a partir de índices ou indicadores não é raro na prática científica. O médico faz deduções sobre a saúde do seu cliente graças aos sintomas, do mesmo modo que o grafólogo que pretende proceder com seriedade infere dados sobre a personalidade do seu cliente a partir de índices que se manifestam com frequência suficiente, ou em associação significativa com outros índices, na grafia do escritor. O mesmo se passa com a análise de conteúdo, mas a superficialidade do procedimento analítico está estreitamente relacionada com a diligência normal, habitual, de leitura e de compreensão da mensagem. O grafólogo pode tirar as suas conclusões sem se preocupar com o sentido do manuscrito que tem diante de si. O arqueólogo pode completar conhecimentos históricos através da análise de uma ânfora, sem que seja obrigado a servir-se dela. Pelo contrário, a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente *desviar* o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efectuada pelo analista, do conteúdo das comunicações, não é, ou não é unicamente, uma leitura «à letra», mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes, para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes, ou de significados (manipulados), outros «significados» de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc.



⁽¹⁰⁾ A. Lévy, Prefácio de *Sujet(s) et object(s) de l'analyse de contenu*, Epi, 1964, número especial de *Connexions*, n.º 12.

Suponhamos um exemplo: pretendo medir o grau de ansiedade de um sujeito – por ele não expresso conscientemente na mensagem que emitiu – exigindo isto, *a posteriori*, uma transcrição escrita da palavra verbal e manipulações várias. Posso decidir-me pela adopção de um indicador de natureza semântica. Por exemplo (ao nível dos significados), anotar a frequência dos termos ou dos temas relativos à ansiedade, no vocabulário do sujeito. Ou então posso servir-me, se isso me parecer válido, de um indicador linguístico (ordem de sucessão dos elementos significantes, extensão das «frases»), ou paralinguístico (entoação e pausas).

Definitivamente, o terreno, o funcionamento e o objectivo da análise de conteúdo podem resumir-se da seguinte maneira: actualmente, e de um modo geral, designa-se sob o termo de análise de conteúdo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que, embora parciais, são complementares. Esta abordagem tem por finalidade efectuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens). O analista possui à sua disposição (ou cria) todo um jogo de operações analíticas, mais ou menos adaptadas à natureza do material e à questão que procura resolver. Pode utilizar uma ou várias operações, em complementaridade, de modo a enriquecer os resultados, ou aumentar a sua validade, aspirando assim a uma interpretação final fundamentada. Qualquer análise objectiva procura fundamentar impressões e juízos intuitivos, através de operações conducentes a resultados de confiança.

Para completar a definição, falta-nos delimitar o seu campo de acção em comparação com as ciências conexas. Há duas práticas científicas intimamente ligadas à análise de conteúdo, quer pela

identidade do objecto, quer pela proximidade metodológica: *a linguística e as técnicas documentais*.

5. A ANÁLISE DE CONTEÚDO E A LINGUÍSTICA

Aparentemente, a linguística e a análise de conteúdo têm o mesmo objecto: a linguagem. Na verdade, não é nada assim: a distinção fundamental proposta por F. de Saussure entre *língua* e *fala*, e que fundou a linguística, marca a diferença. O objecto da linguística é a língua, quer dizer, o aspecto colectivo e virtual da linguagem, enquanto que o da análise de conteúdo é a fala, isto é, o aspecto individual e actual (em acto) da linguagem. A linguística trabalha numa língua teórica, encarada como um «conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições regulamentadas em elementos definidos...»⁽¹¹⁾. O seu papel resume-se, independentemente do sentido deixado à semântica, à descrição das regras de funcionamento da língua, para além das variações individuais ou sociais tratadas pela psicolinguística e pela sociolinguística. Pelo contrário, a análise de conteúdo trabalha a fala, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis. Retomando a metáfora do jogo de xadrez utilizada por F. de Saussure, a linguística não procura saber o que significa uma partida, antes tenta descrever quais as regras que tornam possível qualquer partida. A linguística estabelece o manual do jogo da língua; a análise de conteúdo tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis. Contrariamente à linguística, que apenas se ocupa das formas e da sua distribuição, a análise de conteúdo toma em consideração as significações (conteúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição destes conteúdos e formas (índices formais e análise de co-ocorrência).

É o trabalhar a fala e as significações que diferencia a análise de conteúdo da linguística, embora a distinção fundamental resida noutro lado. A linguística estuda a língua para descrever o seu funcionamento. A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. A linguística é um estudo *da* língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades *através* das mensagens.

⁽¹¹⁾ M. Pécheux, *Analyse automatique du discours*, Dunod, 1966.

Por outro lado, para encerrar esta tentativa de diferenciação entre linguística e análise de conteúdo, procuremos situar, *grosso modo*, o lugar da semântica, da sociolinguística, da lexicologia, da estatística linguística e da análise do discurso. A *semântica* é o estudo do sentido das unidades linguísticas, funcionando, portanto, com o material principal da análise de conteúdo: os significados. Descreve, no entanto, os universais do sentido linguístico (ao nível da língua e não da fala). A *sociolinguística* movimenta-se da língua para as palavras, de modo a estabelecer de uma maneira sistemática correlações (co-variância) entre estruturas linguísticas e sociais. Está, por conseguinte, próxima da análise de conteúdo, na medida em que deixa a esfera dessocializada da linguística e tenta descrever correspondências entre características «linguajeiras» e grupos sociais. Tem contudo em consideração um conjunto linguístico (geral) para o pôr em paralelo (co-variância) com um conjunto social (geral). A análise de conteúdo, por seu lado, visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares. A *lexicologia*, estudo científico do vocabulário, e a *estatística lexical*, aplicação dos métodos estatísticos à descrição do vocabulário, aproximam-se da análise de conteúdo por funcionarem com unidades de significações simples (a palavra) e por remeterem para classificações e contabilização pormenorizadas de frequências. Estas ciências podem ser úteis à análise de conteúdo (normas de comparação e índices de inferência), mas a sua analogia é puramente técnica e limitada. A *análise do discurso* trabalha, tal como a análise de conteúdo, com unidades linguísticas superiores à frase (enunciados). Mas como o seu objectivo releva da mesma dimensão que o objectivo puramente linguístico do qual ela deriva por extensão – formular as regras de encadeamento das frases, quer dizer, ao fim e ao cabo descrever as unidades (as macro-unidades que são os enunciados) e a sua distribuição – é difícil situá-la na contiguidade (e mesmo no lugar) da análise do conteúdo.

6. A ANÁLISE DE CONTEÚDO E A ANÁLISE DOCUMENTAL

O peso do desenvolvimento das técnicas documentais tem-se mantido relativamente discreto no campo científico. A documentação permanece uma actividade muito circunscrita e a análise documental, pouco conhecida do profano, é um assunto para especialistas. No entanto, alguns procedimentos de tratamento da informação documental apresentam tais analogias com uma parte das técnicas da análise de conteúdo que parece conveniente aproximá-los para melhor os diferenciar. A finalidade é sempre a mesma, a saber, esclarecer a especificidade e o campo de acção da análise de conteúdo.

Se a esta suprimirmos a sua função de inferência e se limitarmos as suas possibilidades técnicas apenas à análise categorial ou temática, podemos, efectivamente, identificá-la com a análise documental.

O que é a análise documental? Podemos defini-la como «uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência»⁽¹²⁾. Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objectivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados.

A análise documental permite passar de um documento primário (em bruto) para um documento secundário (representação do primeiro). São, por exemplo, os resumos ou *abstracts* (sínteses do documento segundo certas regras); ou a *indexação*⁽¹³⁾, que permite,

⁽¹²⁾ J. Chaumier, *Les techniques documentaires*, PUF, 1974, 5.^a ed., 1989, e J. Chaumier, *Le traitement linguistique de l'information*, Entreprise moderne d'Édition, 3.^a ed., 1988.

⁽¹³⁾ G. Van Slype, *Les langages d'indexation: conception, construction et utilisation dans les systèmes documentaires*, Les Éditions d'Organisation, 1987.

por classificação em palavras-chave, descritores ou índices, *classificar* os elementos de informação dos documentos, de maneira muito restrita. Esta foi uma prática corrente desde os finais do século XIX (classificação por «assuntos» das bibliotecas, classificação decimal universal – CDU). Esta indexação é regulada segundo uma escolha (de termos ou de ideias) adaptada ao sistema e ao objectivo da documentação em causa. Através de uma entrada que serve de pista, as *classes* permitem dividir a informação, constituindo as «categorias de uma classificação, na qual estão agrupados os documentos que apresentam alguns critérios comuns, ou que possuem analogias no seu conteúdo»⁽¹⁴⁾.

A operação intelectual: o recorte da informação, divisão em categorias segundo o critério da analogia, representação sob forma condensada por indexação, é idêntico à fase de tratamento das mensagens de certas formas de análise de conteúdo.

Contudo, por detrás da semelhança de certos procedimentos, existem diferenças essenciais.

- A documentação trabalha com documentos; a análise de conteúdo com mensagens (comunicação).
- A análise documental faz-se, principalmente, por classificação-indexação; a análise categorial temática é, entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo.
- O objectivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenamento; o da análise de conteúdo é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.

SEGUNDA PARTE

PRÁTICAS

⁽¹⁴⁾ C. Guinchat e M. Menou, *Introduction générale aux Sciences et Techniques de l'Information et de la Documentation*, Publ. de l'Unesco, 1982.

Depois desta primeira parte que situa a análise de conteúdo actual no plano cronológico e epistemológico, decidimos remeter o leitor para alguns exemplos representativos daquilo que se pode pôr em prática no campo da psicologia (principalmente em psicologia social) e da sociologia. Estes exemplos, tratados de uma forma simples e sem pretensões, visam iniciar o leitor na *tarefa* seguinte: o jogo entre as *hipóteses*, entre a ou as *técnicas* e a *interpretação*. Isto porque a formação em análise de conteúdo se faz pela prática. Estes exemplos não são para serem tomados como modelo, mas como ilustrações que permitirão uma compreensão dos mecanismos. Para facilitar esta passagem pelo empirismo, nós mesmos concebemos e praticámos pacientemente estas análises com um olhar «retrospectivo», numa espécie de auto-observação, de modo a esclarecer o *desenrolar do procedimento*, sem que nos tenhamos orientado como habitualmente, para a produção dos resultados.

A maior parte das técnicas propostas é do tipo *temático e frequencial* (o método mais fácil, mais conhecido e mais útil numa primeira fase de abordagem da maioria dos materiais). No entanto, outros *indicadores*, mais formais ou estruturais, aparecem aqui e ali, deixando assim entrever desde a primeira abordagem a possibilidade de outros índices.

I

Análise dos resultados num teste de associação de palavras: estereótipos e conotações

1. A ADMINISTRAÇÃO DO TESTE

A fim de serem estudados os estereótipos sociais espontaneamente partilhados pelos membros de um grupo relativos a certas profissões, países ou nomes próprios, aplicou-se um teste de associação de palavras a uma amostra de indivíduos.

Um estereótipo é «a ideia que temos de...», a imagem que surge espontaneamente, logo que se trate de... É a representação de um objecto (coisas, pessoas, ideias) mais ou menos desligada da sua realidade objectiva, partilhada pelos membros de um grupo social com alguma estabilidade. Corresponde a uma medida de economia na percepção da realidade, visto que uma composição semântica pré-existente, geralmente muito concreta e imagética, organizada em redor de alguns elementos simbólicos simples, substitui ou orienta imediatamente a informação objectiva ou a percepção real. Estrutura cognitiva e não inata (submetida à influência do meio cultural, da experiência pessoal, de instâncias e de influências privilegiadas como as comunicações de massa), o estereótipo, no entanto, mergulha as suas raízes no afectivo e no emocional, porque está ligado ao preconceito por ele racionalizado, justificado ou criado.

O teste por associação de palavras, o mais antigo dos testes projectivos, permite, em psicologia clínica, ajudar a localizar as zonas de bloqueamento e de recalçamento de um indivíduo. Este teste é aqui utilizado para fazer surgir espontaneamente associações rela-

tivas às palavras exploradas ao nível dos estereótipos que criam. A aplicação do teste é simples. Pede-se aos sujeitos que associem, livre e rapidamente, a partir da audição das *palavras indutoras* (estímulos), outras palavras (respostas) ou *palavras induzidas*.

Exemplos de palavras indutoras, entre outras igualmente utilizadas:

Fotógrafo	Genoveva
Contabilista	Carlos
Manequim	Maria
Psicólogo..., etc., da lista de profissões	Alexandre..., etc., da lista dos nomes próprios.
Chinês	
Bretão	
Inglês, etc.,	
Loreno..., da lista dos países e províncias.	

2. PROPOSTAS DE ANÁLISE

Para cada palavra indutora e para cada sujeito obtém-se uma, duas, três ou quatro palavras inseridas numa pequena ficha, que são substantivos, adjetivos, expressões e nomes próprios. Uma vez reunida a lista das palavras suscitadas por cada palavra indutora (ou as fichas divididas em pilhas, segundo o estímulo respectivo), sendo este o primeiro trabalho de classificação, confrontamo-nos perante um conjunto heterogéneo de unidades semânticas. Face a esta desordem, torna-se necessário introduzir uma ordem. Mas qual a ordem a introduzir, e segundo que critérios? Para que a informação seja acessível e manejável, é preciso tratá-la, de modo a chegarmos a representações condensadas (análise descritiva do conteúdo) e explicativas (análise do conteúdo, veiculando informações suplementares adequadas ao objectivo a que nos propusemos: neste caso, o elucidar de certos estereótipos).

Antes de qualquer agrupamento por classificação (divisão das unidades significativas em categorias, rubricas ou classes), começamos por reunir e descontar as palavras idênticas, sinónimas ou próximas a nível semântico. Veja-se, por exemplo, após este último

procedimento, as listas seguintes, relativas às etnias chinesa e americana⁽¹⁾.

AMERICANO	Frequência de ocorrência	CHINÊS	Frequência de ocorrência
Cabelos louros	(8)	Pequeno	(10)
Grande, grandioso, grandeza, imenso	(10)	Povo	(6)
Edifício	(11)	Livro vermelho	(4)
Califórnia	(4)	Oriente	(1)
Atlético	(2)	Olhos rasgados	(8)
G. Ford	(3)	Multidão, 800 milhões, muitos	(16)
Violência	(3)	Muro, muralha, muralha da China	(7)
Pastilha elástica	(12)	Trança	(4)
Nova Iorque	(9)	Sabedoria, serenidade, meditação, reflexão	(9)
Relaxação, displicência, descontração	(4)	Arroz	(15)
Cow-boy, cavalo, espora, rodeo	(9)	Amarelo	(5)
Capitalismo	(5)	Comunismo	(7)
Ingenuidade	(2)	Ideograma	(1)
Dólares, dinheiro, «massa»	(8)	Uniforme	(3)
Charuto	(6)	Revolução	(7)
Blue-jeans	(4)	Cozinha, restaurante	(11)
Coca-cola	(9)	Mao	(23)
Automóvel, carro viatura	(11)	Mistério, secreto	(2)
Arranha-céus	(4)	Confúcio	(5)
etc.		etc.	

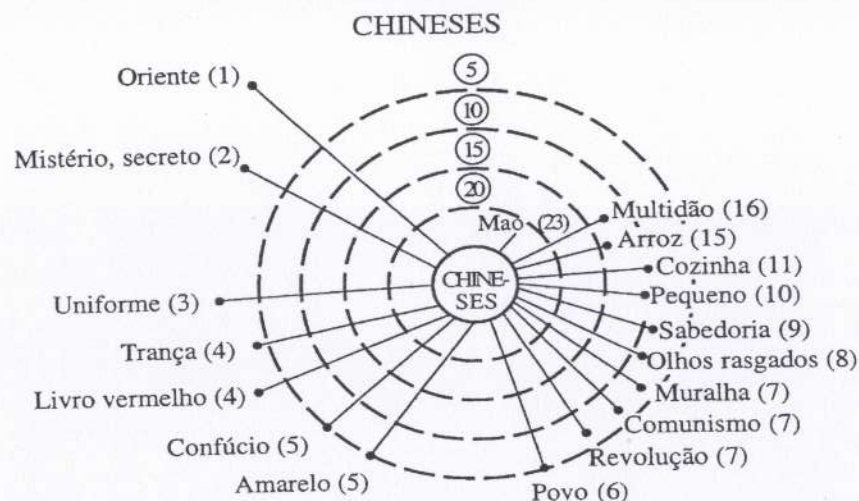
Esta primeira análise estabelecida por aproximações semânticas ligeiras («cow-boy, cavalo, espora, rodeo», ou «sabedoria, serenidade, meditação, reflexão»), mas não destituídas de critérios de agrupamento (o cavalo, a sabedoria meditativa), permite representar a informação de maneira condensada: por exemplo, através de um diagrama em barras por ordem decrescente de frequência, ou ainda por um alvo de «constelações de atributos», conforme quadro na página seguinte.

⁽¹⁾ Facultam-se propositadamente resultados de uma amostra restrita (30 sujeitos) e homogénea, por comodidade de apresentação detalhada.

AMERICANO

Edifício, arranha-céus	(15)	_____
Pastilha elástica	(12)	_____
Automóvel	(11)	_____
Grandeza, grandioso, imenso	(10)	_____
Nova Iorque	(9)	_____
Cow-boy, cavalo, espora	(9)	_____
Coca-cola	(9)	_____
Dólares, dinheiro	(8)	_____
Cabelos louros	(8)	_____
Charuto	(6)	_____
Capitalismo	(5)	_____
Califórnia	(4)	_____
Descontracção	(4)	_____
Jeans	(4)	_____
G. Ford	(3)	_____
Violência	(3)	_____
Atlético	(2)	_____
Ingenuidade	(2)	_____

Frequências por ordem decrescente



Mais à frente na análise convém classificar as unidades de significação criando categorias, introduzindo uma ordem suplementar reveladora de uma estrutura interna.

Pode-se, por exemplo:

- *Comparar os diferentes países testados com o mesmo sistema de categorias:*
 - traços e atributos físicos do cidadão do país;
 - traços psicológicos de carácter;
 - traços socioeconómicos do país;
 - atributos simbólicos;
 - lugares geográficos;
 - pessoas de referência.

Será então possível reunir os dados para cada país, segundo cada uma das categorias, num quadro de dupla entrada.

Um sistema de categorias é válido se puder ser aplicado com precisão ao conjunto da informação e se for produtivo no plano das inferências.

A leitura do quadro na página seguinte permite a comparação dos estereótipos dos diferentes países, quadrícula por quadrícula. Observe-se, por exemplo, a importância dos atributos simbólicos materiais no estereótipo americano: «pastilha elástica, carro, coca-cola, jeans». Estes símbolos reflectem o carácter de consumo do país, tal como é sentido por um grupo de franceses.

O quadro permite também compreender as dimensões gerais (títulos de categorias) em que se apoiam os estereótipos.

- *Realçar uma dicotomia interna:*

Uma análise atenta da lista: «chinês» indica que as associações se organizam em redor de dois pólos:

- a China antiga: de Confúcio e da sabedoria...;
- a China moderna: de Mao, do livro vermelho, do comunismo, da revolução e do uniforme.

Uma comparação sincrónica com alguns anos de intervalo ou entre gerações diferentes mostraria, talvez, a evolução da persistência de alguns elementos. Da mesma maneira, uma comparação segundo grupos sociais ou políticos diferentes indicaria provavelmente uma insistência numa ou noutra tendência.

Categorias						
Países	Traços			Lugares geográficos	Pessoas de referência	Totais
	Características físicas	Traços psicológicos	Traços socioeconómicos do país	Atributos simbólicos		
América	Cabelos louros (8)	Descontração (4)	Grandeza (10)	Prédio (15)	Nova Iorque (9)	G. Ford (3)
	Atlético (2)	Ingenuidade (2)	Capitalismo (5)	Pastilha elástica (12)	Califórnia (4)	
China				Carro (11)		
				Cow-boy, cavalo (9)		
				Coca-cola (9)		
				Charuto (5)		
Outros países				Jeans (4)		
Totais						
China	Pequeno (10)	Sabedoria (9)	Multidão (16)	Arroz (15)	Mao (23)	
	Olhos rasgados (8)	Mistério (2)	Comunismo (7)	Cozinha (11)	Confúcio (5)	
	Amarelo (5)		Revolução (7)	Muralha (7)		
	Trança (4)		Povo (6)	Livro vermelho (4)		
Totais	Uniforme (3)		Oriente (1)			

- *Analisar o material segundo as atitudes de avaliação subjacentes:* temas favoráveis ou positivos e temas desfavoráveis ou negativos. Pode proceder-se atribuindo a cada uma das unidades de significação um sinal «mais» ou «menos»; eventualmente, pode-se prever o sinal «zero», nos casos de temas neutros, bem como o sinal «mais ou menos», para o caso de temas ambivalentes.
- Se se prevê no teste que a palavra indutora acarrete várias palavras induzidas em cadeia, pode orientar-se a análise para as *estruturas de encadeamento da associação*. Assim, poder-se-á estabelecer uma tipologia referenciando-se de maneira constante nos encadeamentos: palavra indutora $x \rightarrow$ palavra induzida x_1 , palavra induzida x_2 , palavra induzida x_3 , palavra induzida x_4 ...
- *Analisar os resultados em função de variáveis externas* relativas aos locutores: sexo, idade, nível sócio-cultural, traços de personalidade, contacto com estrangeiros, etc.

II

Análise de respostas a questões abertas: a simbólica do automóvel

1. AS PERGUNTAS

Tomemos um outro exemplo, mais clássico e muito conhecido de análise de conteúdo de tipo classificatório: as respostas a perguntas abertas de um questionário.

Trata-se de examinar as respostas a um inquérito que explora as relações psicológicas que o indivíduo mantém com o automóvel. As perguntas a que se pretende aplicar a técnica de análise são as seguintes:

PERGUNTA A: A que é, geralmente, comparado um automóvel?

PERGUNTA B: Se o seu automóvel lhe pudesse falar, que lhe diria? ⁽¹⁾

A

1. a uma máquina infernal
2. a um bólido
3. ao seu proprietário, ao estatuto
4. a uma mulher, objecto de amor e de cuidados
5. a uma mulher
6. um vitelo
7. a uma carroça
8. uma mulher
9. ao dinheiro

B

1. o meu bom funcionamento depende de uma boa manutenção
2. vai com calma
3. partamos para o desconhecido
4. que está esgotado
5. que nos vemos demasiado
6. ai, a minha pobre alavanca de mudanças!
7. tenho um mosquito no motor
8. não puxes demasiado, sou limitado
9. deixa-me na garagem

⁽¹⁾ Esta pergunta foi-me inspirada por P. -H. Giscard.

- | | |
|---|---|
| 10. cavalos | 10. falaria de tudo como um ser humano |
| 11. animal forte | 11. cuida bem de mim e não me maltrates |
| 12. lata de conserva ambulante | 12. <i>(ausência de resposta)</i> |
| 13. um animal | 13. estou cansado de andar |
| 14. um ser humano | 14. estou cansado |
| 15. a um objecto que permite que nos valorizemos | 15. merda |
| 16. a uma grande carocha VW | 16. porque és tão bonita? |
| 17. a uma mulher (tratá-la com delicadeza) | 17. para o pôr na reforma |
| 18. a uma tartaruga | 18. não me maltrates e sê prudente |
| 19. meio de transporte | 19. dir-me-ia quando é preciso meter combustível e eu indicar-lhe-ia os perigos a evitar |
| 20. meio de locomoção, utilidade | 20. queixas, escravagista |
| 21. a uma mulher, neste caso a esposa | 21. falar-me-ia como uma pessoa, da sua vida, das suas preocupações, das suas opiniões |
| 22. a uma mulher, a uma fera | 22. não sejas louco |
| 23. um cavalo, um tanque | 23. estou farto |
| 24. a uma pessoa | 24. <i>(ausência de resposta)</i> |
| 25. a um autocarro | 25. não posso esperar pela noite, para nos deitarmos |
| 26. progresso, sucesso | 26. tenho sede, dá-me combustível, acabaste de me arruinar os travões |
| 27. uma mulher, um animal, um apelido | 27. porque és o senhor? Porque és o escravo? Qual de nós é o senhor e o escravo? Não passas de um idiota por me teres comprado, farias melhor em andar a pé |
| 28. a uma segunda casa | 28. críticas sobre a forma como é tratado pelo dono |
| 29. uma tartaruga | 29. guiaria o meu caminho |
| 30. a uma amiga que pode permitir-nos viajar, em trabalho ou em lazer | 30. poder-me-ia falar da paisagem ou avisar-me quando conduzo de forma imprudente |
| 31. um animal | 31. estou farto de engarrafamentos, gostava de estradinhas de campo |
| 32. a um capital, um objecto indispensável que faz parte da família | 32. considerava-se escravo e tratava-me como um ocioso |
| 33. compara-se a uma casa ou a uma prisão | 33. espero que me diga «olá» |
| 34. um meio de evasão, de relação e faz-se dele um fim | 34. não consigo imaginar as vontades de um automóvel. Dir-me-ia talvez que tenho falta de criatividade, a menos que me trate como um «alienado» |
| 35. virilidade | 35. os infelizes! |
| 36. uma mulher | 36. espero que me dissesse que não o maltrato demasiado |
| 37. um túmulo (lido num artigo de jornal) | 37. <i>(ausência de resposta)</i> |

- | | |
|--|---|
| 38. um caixão | 38. não passes o volante à tua mãe |
| 39. a um animal | 39. podes ir. Eu fico aqui. Podes contar comigo |
| 40. ao macho (virilidade) | 40. estou farto de ser maltratado |
| 41. a uma pessoa | 41. dormir na rua não é vida |
| 42. segundo a publicidade: uma mulher | 42. <i>chi va piano, va sano...</i> olha ali. Um belo prado. Pára um pouco... estou a ficar velho |
| 43. a uma mulher | 43. para ter mais cuidado (ele é caprichoso) |
| 44. a um tigre | 44. que preferia ir passear ao campo em vez de respirar os gases dos seus companheiros |
| 45. a uma banheira | 45. que me incomoda com as tuas velocidades |
| 46. a uma jóia | 46. estou cansado |
| 47. casa ambulante | 47. sinto-me a rebentar |
| 48. a um cavalo, a uma máquina poluente, objecto de prestígio | 48. estou cansado, quero beber |
| 49. a um ovo, a uma casa, a um sofá | 49. levo-te aonde quiseses, damos a volta ao mundo |
| 50. a uma lata de sardinhas | 50. insultos |
| 51. a uma mulher | 51. devias cuidar de mim |
| 52. a uma mulher | 52. tem cuidado! Lembra-te de ver se não preciso de água ou de óleo. Devias ter pena da minha carroçaria. Lava-me com mais frequência |
| 53. máquina do século XX | 53. cansas-me. Deixa-me algum tempo na garagem. Estou farto de ver sempre as mesmas caras |
| 54. um cavalo de corrida | 54. trata de mim |
| 55. a uma mulher | 55. faz o que quiseses de mim, estou à tua disposição. Mas não exagares |
| 56. uma caixa de sabão | 56. estou farto, não me ligam, já não ando mais. Acabou-se |
| 57. a uma mulher se pertence a um homem; a uma casa | 57. gostaria que me dissesse: «Está tudo bem, ando perfeitamente bem e levo-te sem problemas aonde quiseses» |
| 58. compara-se geralmente um automóvel a uma jovem casada, porque é acariciado pelo seu proprietário, polido e amado | 58. devagar, não pises com tanta força, não sou um Maserati |
| 59. a uma mulher | 59. estou cansado, deixa-me dormir |
| 60. um tractor | 60. vamos ao bosque |

2. PROPOSTAS DE ANÁLISE

A partir de uma primeira «leitura flutuante» podem surgir intuições que convém formular em hipóteses, como por exemplo: as relações que o indivíduo mantém com o seu automóvel não são estritamente funcionais, mas estão coloridas de afectividade, simbolicamente carregadas. São relações que remetem para representações sociais, ou para estereótipos relativos ao automóvel. Variam segundo o sexo, etc.

A pergunta A é muito mais fácil de analisar do que a pergunta B. Com efeito, para as respostas A basta «pegar no conteúdo» de forma descritiva. Neste caso, categorizar implica apenas um baixo nível de teorização. Para as respostas B, já não podemos ficar pela leituras do conteúdo estrito e torna-se necessário recorrer a teorias (quer de senso comum, como experiências pessoais, quer decorrentes de um saber – psicológico ou outro – mais elaborado). Ora, esta interpretação deve ser controlada, ou seja, consciente (formulação de hipóteses implícitas, regra de pertinência entre projecção teórica e conteúdo do texto, explicitação dos indicadores que permitem a inferência).

Como classificá-las e segundo que critério?

a) É possível dividir as respostas segundo o critério do *objecto de referência* citado: mulher, animal, outro meio de locomoção... etc., e inferir a partir dos resultados determinados conhecimentos a propósito da imagem sócio-afectiva do automóvel numa dada população.

Não descrevemos os pormenores mecânicos (qualquer analista está em contacto com pormenores materiais do tipo: pequenas fichas ou notações maquinais), os quais têm, aliás, a sua importância.

É de assinalar, no entanto, que o procedimento de repartição pode fazer-se:

- do geral para o particular: determinam-se em primeiro lugar as rubricas de classificação e tenta-se em seguida arrumar o todo;
- ou inversamente: partimos dos elementos particulares e reagrupamo-los progressivamente por aproximação de elementos contíguos, para no final deste procedimento atribuímos um título à categoria.

Conforme o material produzido, a grelha categorial pode variar... Por exemplo, a categoria «objecto fechado protector, como casa, ovo...» poderia eventualmente ser acrescentada. Ou então o ponto de vista pode ser radicalmente diferente. Por exemplo, um sistema de categorias, já não descritivo dos objectos de referência, mas que leve em conta as conotações subjacentes, podia ser aqui aplicado:

- perigo, morte;
- prestígio, valorização social;
- potência, velocidade;
- utilidade, instrumentalidade;
- protecção;
- extensão corporal (prótese técnica), etc.

Neste caso, a margem de interpretação pessoal e de subjectividade aumenta e deve ser bem controlada por um trabalho de equipa.

b) Mas também é possível efectuarmos a classificação das respostas B segundo o tipo de *relação psicológica* mantida em relação ao objecto automóvel: dominação, dependência, cumplicidade, cuidados quase maternos, rivalidade, agressividade, relação puramente funcional, cooperação, negociação, etc.

Como se fosse projectado no carro pelo sujeito um modo de relação interpessoal de tipo «conjugal», provavelmente influenciado pelo seu comportamento real ou fictício com o seu (ou os seus) «outro privilegiado».

Mas poder-se-ia também analisar estas respostas segundo o tipo de interlocução em causa: trata-se de *conselhos, queixas, sugestões, pedidos...*

Com efeito, pondo-se no lugar do carro, o entrevistado efectua uma espécie de substituição, tipo jogo de papéis, que manifesta tanto a sua concepção do automóvel como as raízes profundas e inconscientes das suas relações com o outro numa relação a dois.

Se as duas dimensões se podem cruzar, como é o caso, é possível, então, realizar-se a síntese dos resultados sob a forma de um quadro de dupla entrada. Esta grelha de análise reúne os resultados e é susceptível de fazer surgir um sentido suplementar. No nosso exemplo, esta grelha permite tornar visíveis certos tipos ou modelos de comportamentos emocionais mais ou menos inconscientes relativamente ao objecto automóvel na população estudada, pela leitura da repartição dos itens em cada quadrícula.

A) Exemplo de grelha de análise, utilizável para estudar a relação simbólica e afectiva indivíduo / automóvel

OBJECTO DE COMPARAÇÃO		TIPO DE RELAÇÃO								
		Relação puramente funcional	Relação amorosa	De dominação	De dependência	De cuidados	De cumplicidade	De rivalidade	De agressividade	Ausência de relação explícita
Seres humanos	Homem									
	Mulher									
	Criança									
	Amigo									
Animais	«Dinâmico» ex.: tigres, puro-sangue									
	«Asténicos» ex.: veado, carneiro									
Outros meios de locomoção	Transportes colectivos									
	Veículos individuais									
	Automóveis									
Objectos diversos										
Ausência de objecto de comparação										
Percentagens absolutas e relativas (*)										

(*) Indica-se para cada caso o número ou a percentagem de temas pertencentes às duas categorias cruzadas.

Este procedimento por classificação dos elementos de significação contidos nas respostas, obtidos e classificados segundo o objecto de comparação invocado e o tipo de relação psicológica que liga o indivíduo ao seu automóvel, dá conta da simbologia específica deste.

Ela indica também a maneira como o simbolismo é vivido pelos indivíduos face a este objecto de consumo – raramente vivido como puramente funcional, mas antes com grande carga emotiva –, imbricando-se e actualizando-se numa relação de investimento afectivo, quantitativa e qualitativamente variável. Donde a possibilidade de reunir por categorias os indivíduos da amostra, segundo o critério das duas dimensões escolhidas como pertinentes e cruzadas numa tipologia que reflecte e sistematiza as relações simbólicas e afectivas indivíduo/automóvel, na população considerada.

– Mas a clarificação da informação a tratar pode ser totalmente diferente. Sem explorar de modo exaustivo a totalidade das significações, é possível que se pretenda, por exemplo, procurar as imagens relativas à atitude face à vida urbana e tecnológica. Neste caso, torna-se provavelmente possível fazer o desconto das *atitudes positivas ou negativas* para com a poluição, a mecânica, o aglomerado urbano, a fuga para as cidades... Se a amostra é suficientemente diferenciada, podem surgir resultados significativamente diferentes, consoante a idade ou o meio sócio-cultural dos indivíduos interrogados.

– Ou ainda, pode-se hipostasiar e procurar verificar essa hipótese por meio de um procedimento adequado, de que a *atitude masculina e feminina* para com os automóveis, revelada pelo conteúdo das respostas, é diferente. Por exemplo, demonstrar que, se por um lado a relação homem/automóvel é unívoca, marcada pela assimilação do automóvel à mulher (mulher enquanto companheira independente ou mulher-objecto, amante ou esposa, etc.) e investida pelas atitudes habituais do homem para com a mulher, a relação desta última com o seu carro afigura-se muito menos clara.

Efectivamente, esta relação simbólica da mulher com o carro surgiu, nas respostas femininas, ambígua, instável ou dicotomizada, visto que a mulher da nossa sociedade, oprimida pelo símbolo estereotipado e dominante do carro como imagem feminina, somente pode escolher uma das duas soluções: ou adopta o estereótipo dominante mas desconfortável, ou inadequado para ela, já que se trata de um estereótipo para uso masculino, ou então, em prejuízo deste estereótipo, cria novas conotações e novas relações simbólicas.

B) *Outro exemplo de grelha de análise*
(sobre um material verbal equivalente) (*)

TIPO DE RELAÇÃO OBJECTO DE COMPARAÇÃO		Cumplicidade conselhos relações amorosas	Domínio (do sujeito pelo carro) Iniciativa do carro	Submissão			Ausência de relação	Somas marginais
				Dependência: sujeitar-se aos cuidados do condutor	Queixas: dependência vivida negativamente	Agressividade: não aceitação da depen- dência		
Seres humanos	Homens							2
	Mulheres	□		▣ L	▣			17
	Não especificado				L			4
Animais	Dinâmicos (tigres...)			L	L			6
	Apáticos				L			3
	Outros				L			3
Objectos móveis		▣ ▣			L			13
Objectos envolventes		▣						8
Diversos							L	4
Ausência de comparação								
Somas marginais		24	4	10	17	2	3	60
				29				60

(*) Resultados de G. Moser.

Pode-se marcar uma barra ou o número de ordem da resposta.

Neste caso, há poucas relações de domínio do sujeito pelo automóvel, mas muito mais cumplicidade (24 ocorrências) e *submissão* do carro ao condutor (29 ocorrências). Quando o sujeito compara o carro a um objecto animado, domina-o na sua relação, mas quando o sujeito o compara a um objecto inanimado, tem mais uma relação de cumplicidade.

III

Análise de comunicações de massa: o horóscopo de uma revista

«A astrologia não é preditiva mas sim
descritiva (descreve muito realisticamente
condições sociais).»

R. BARTHES em *Barthes*, por Roland Barthes
Le Seuil, 1975.
[Edições 70, 1976, Lisboa].

A revista feminina *Elle* apresenta todas as semanas, como muitas outras revistas e diários, as «previsões» ou conselhos astrológicos segundo os doze signos do Zodíaco. O que é que se pode ler ou revelar através destas pseudoprevisões que, de facto, não ensinam grande coisa ao leitor sobre o seu futuro, mas têm outras funções? Em que é que, neste exemplo preciso, as técnicas de análise de conteúdo poderão ser úteis, pela classificação de itens de sentido ou de unidades de vocabulário? O «texto» em questão possui a vantagem de ser curto e preciso, ao mesmo tempo que constitui um sistema fechado e acabado em si mesmo. Pode, portanto, servir de base a uma análise do horóscopo da revista *Elle* e parece suficientemente denso para que tal análise seja rica (cf. texto)⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Texto publicado nos anos 60 em França. A análise aqui apresentada foi retirada de uma amostra de uma dezena de textos.

Balança (24 Set. - 23 Out.)	Escorpião (24 Out. - 22 Nov.)	Sagitário (23 Nov. - 21 Dez.)	Capricórnio (22 Dez. - 20 Jan.)	Aquário (21 Jan. - 18 Fev.)	Peixe (19 Fev. - 20 Mar.)
CORAÇÃO Semana um pouco complexa. A situação exige equilíbrio, discernimento e não faça com que o ente querido se sinta ciumento, possessivo e não faça com que Harmonia com os amigos, mas riscos de impaciência e discussões com os outros. Possibilidade de viajar, de colher experiências úteis, de novos conhecimentos. Deixe os seus familiares expor as suas ideias e os seus projectos. Compreensão perfeita com Capricórnio.	CORAÇÃO Consolide as suas relações afectivas. Não seja demasiado possessivo e não faça com que o ente querido se sinta ciumento. Harmonia com os amigos, mas riscos de impaciência e discussões com os outros. Possibilidade de viajar, de colher experiências úteis, de novos conhecimentos. Deixe os seus familiares expor as suas ideias e os seus projectos. Compreensão perfeita com Capricórnio.	CORAÇÃO Não se mostre demasiado exigente para com o ente querido, evite discussões e cenas de ciúme, porque se arrisca a ser demasiado impulsivo. A amizade desempenha sempre um papel importante, mas não deve distrair-lo dos seus projectos pessoais. Numerosas ocasiões para efectuar novos conhecimentos. Torne-se mais maleável em família. Relações construtivas com Aquário.	CORAÇÃO Semana bastante boa. Desejará estabelecer relações claras e seguras, fundadas em bases sólidas. Mostre-se mais afectuoso e maleável e tudo correrá bem. Reavie as relações com os seus amigos, eles dar-lhe-ão novas ideias, mas respeite a opinião deles, não imponha demasiado a sua personalidade. Dê directrizes precisas em casa. Compreensão com Gémeos.	CORAÇÃO Ausência de <i>élan</i> , embora, no conjunto, a semana seja interessante. Alguns Aquários tomarão uma grande decisão. Outros encetarão novos laços, que serão fonte de alegrias, mas que abre o risco de pouco durar. Procure a companhia dos seus amigos. Relações sociais agradável e animadas. Harmonia em família e com Gémeos.	CORAÇÃO Período pleno de promessas. Domine a sua sensibilidade, não critique o ente querido e, pelo contrário, tente compreendê-lo. Receberá testemunhos de simpatia entusiasmantes. Seja mais aberto com os amigos, eles estimularão. Cuide das suas relações sociais e melhore as relações familiares. Acordo perfeito com Balança.
SAÚDE Evite qualquer esforço prolongado.	SAÚDE Poupe-se para conservar as forças.	SAÚDE Nada de esforços excessivos.	SAÚDE Riscos de dores reumáticas.	SAÚDE Cuide sem demora de eventuais doenças, próprias da estação.	SAÚDE Prudência ao volante e no desporto, se o pratica.
VIDA SOCIAL Tem bastante energia para se ocupar do seu trabalho. Mas o seu caminho estará semeado de obstáculos. Por outro lado, proceda com ordem, sem queimar etapas. Liberte-se das questões instantâneas, seja diplomata.	VIDA SOCIAL Tudo bem. Se tem que tomar iniciativas ou efectuar mudanças, não perca tempo para chegar a conclusões definitivas. Situação material cheia de promessas, mas já previsível. Não faça demasiadas confidências.	VIDA SOCIAL Não force o ritmo: o seu trabalho exige aplicação, atenção e tempo, mas dar-lhe-á satisfações. Não queira fazer demasiadas coisas ao mesmo tempo. Dinheiro: mostre-se parcimonioso, não faça despesas a mais.	VIDA SOCIAL Dará ao seu trabalho uma direcção definitiva. Com um pouco de calma e disciplina, superará os eventuais obstáculos. Esteja aberto a novas propostas, a uma modernização dos seus métodos. Entrada de dinheiro.	VIDA SOCIAL As suas iniciativas são favorecidas. Terá boas ideias e será mais perseverante do que habitualmente. Receberá propostas boas e construtivas. Grande movimento de dinheiro.	VIDA SOCIAL Não perca a coragem se algumas tarefas lhe parecerem difíceis. Encontrará soluções e verá os seus esforços reconhecidos, o que o tornará mais optimista. Boas possibilidades materiais, não aproveite para fazer compras inúteis.
O MEU CONSELHO Aproveite os seus dons inatos, que por vezes são estíreis por falta de vontade, por preguiça, ou porque não consegue adaptar-se ao seu meio. Não se deixe influenciar pelos outros.	O MEU CONSELHO Organize-se de maneira a dar-lhe as sólidas a sua vida. Analise a situação e tome as decisões e as medidas necessárias para tomar os seus dias menos penosos.	O MEU CONSELHO Continue fiel aos seus princípios, não procure aventuras, não crie complicações. Siga a via pela qual enveredou com confiança.	O MEU CONSELHO Tente dominar os seus estados de espírito, que por vezes o bloqueiam e fazem parecer difidente. Alargue o seu círculo de amigos.	O MEU CONSELHO Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje. Se adiar a resolução das questões mais fáceis por indecisão ou preguiça, acabará por criar dificuldades.	O MEU CONSELHO Não renuncie a certas iniciativas por ter receio de se enganar ou de correr riscos. O seu sentimento de insegurança impede-o de aproveitar circunstâncias que se poderão apresentar de improviso.

1. O JOGO DAS HIPÓTESES

Como proceder? Uma *primeira leitura*, quer seja «flutuante» – leitura intuitiva, muito aberta a todas as ideias, reflexões, hipóteses, numa espécie de *brain-storming* individual – quer seja parcialmente organizada, sistematizada, com o auxílio de procedimentos de descoberta, permite situar um certo número de observações formuláveis a título de hipóteses provisórias:

A) *O horóscopo funciona para o leitor como um sistema projectivo.* – A situação é *ambígua* (discurso vago e condicional) e *motivante* ou *implicante* (é centrada unicamente no sujeito leitor).

Por consequência, a *identificação* é facilitada para o leitor. Tanto mais que a polissemia voluntária do discurso se junta o elogio do *narcisismo*. Tudo no texto gira em redor do sujeito tornado subitamente herói. O horóscopo é um espelho. Um espelho deformador, visto que não reflecte o sujeito, mas sim um modelo ideal (e normativo). O leitor não sabe que ele é deformador: olha-o e «reconhece-se». Um discurso semelhante favorece a introspecção e leva ao exame de consciência, ou, pelo menos, a fazer o ponto da situação.

Facilita a auto-análise ⁽²⁾ *neutralizando a angústia* da introspecção solitária, ou canalizando-a para a acção, através da fixação do esforço.

B) A segunda hipótese será, portanto, a de que o horóscopo *tem menos um valor predicativo do que uma função de suporte moral*.

Mas esta certeza não é directa, ela passa pelo próprio sujeito, o qual tem um papel a desempenhar. Daqui a terceira hipótese:

C) *Paradoxalmente, o horóscopo não é o reino do fatalismo visto que tudo é reposto nas mãos do próprio sujeito...* Este pode atingir a felicidade, *na condição de realizar o que para tal for necessário*.

Contudo, através do horóscopo, o sujeito dispõe de um guia, espécie de director de consciência indicando, sob a forma de *conselhos e de imperativos* precisos, o modo de emprego da semana vindoura.

⁽²⁾ Como assinala R. Escarpit, «Ler o horóscopo talvez não nos dê muitas informações sobre o futuro, mas obriga-nos, quanto mais não seja durante um breve instante, a interrogarmo-nos a nós próprios...»

D) *O horóscopo coloca o indivíduo num quadro de referência, fornecendo-lhe ou impondo-lhe modelos de conduta.* – O comportamento do leitor é normalizado numa forma pré-determinada. Mesmo sem efectuarmos a análise de conteúdo propriamente dita apercebemo-nos de que, pelo horóscopo, recortamos, classificamos e limitamos os desejos e os deveres do indivíduo num plano estandardizado (coração, saúde, vida social), cuja estrutura se decompõe ela própria em subtemas invariantes.

E) Pelo horóscopo, a revista *Elle* difunde um sistema de valores, que correspondem à *ideologia e ao modo de vida* de uma certa burguesia.

Mesmo antes da análise sistemática, damos-nos conta de que a primeira exigência desta moral bem definida é a procura activa da *felicidade*. Apresenta tal procura como necessária, pormenoriza as suas componentes e indica os meios que lhe parecem pertinentes para a atingir.

Os elementos constitutivos deste sistema de valores parecem ser:

- *O amor.* Mas o amor ligado à ideia de segurança (estabilidade do casal) e de harmonia. Não o amor paixão, impulsivo, mas o amor conjugal normalizado e controlado.
- *As relações sociais.* Amizade, relações sociais, adquirem uma grande importância. Devem ser procuradas (a sociabilidade, vida de relação, são valorizadas). Serão atingidas pelo preço da conciliação e da *diplomacia*. Trata-se mais de «alargar o círculo» de relações numerosas, num clima bem oleado, travando a propensão para a agressividade (sobretudo evitar as discussões e os conflitos), do que de relações espontâneas e profundas.
- *A saúde* constitui um valor em si. Aliás, está sempre ameaçada. É curioso que a única relação com o corpo seja uma relação centrada na saúde; saúde a preservar pela cautela, o cuidar de si, numa espécie de «automaternidade».

Será possível adiantarmos que a ansiedade se cristalizou numa «somatização», em que o corpo tem apenas o direito de se manifestar através da doença ou do cansaço?

- A referência ao *dinheiro* parece estar presente em todos os signos do Zodíaco. Não como dinheiro para ser gasto, mas como *riqueza para poupar*: sempre que o dinheiro é prometido, segue-se o conselho de poupança.

- De modo menos evidente, também existem como elementos-chave do sistema de valores as exigências do sucesso e até do prestígio (o parecer e a aparência), ou, pelo menos, a necessidade de resultados positivos.

F) *O horóscopo contribui para o desenvolvimento do conformismo e para o aumento da integração deste grupo social* oscilante que é a pequena burguesia (leitora da *Elle*), amarrando-a quer ao individualismo (mas não à autonomia), quer à tensão relativamente a uma finalidade (mas cuidadosamente doseada e calculada), o êxito (imposto), etc.

Porque, definitivamente, a própria essência deste discurso é o que poderíamos chamar:

G) *a consagração de uma ideologia da temperança* – tudo se organiza em redor da moderação e do autocontrolo. É a «prudência ao volante», pérola do texto que resume na perfeição, metaforicamente, a atitude geral. O indivíduo é senhor do seu destino *se for* senhor de si mesmo.

E a finalidade essencial é comparável à da ética capitalista, tal como foi definida por Max Weber⁽³⁾, e que consiste no seguinte:

H) *a busca do lucro através do investimento de uma energia controlada* – é a moral do *esforço*, principalmente esforço de si mesmo, com a finalidade de alcançar a satisfação, a qual contará talvez menos do que o próprio esforço.

Eis lançado – ou melhor, proposto – um conjunto de hipóteses, graças à leitura atenta, crítica, já «distante» em relação aos mecanismos e valores subjacentes.

2. ANÁLISE TEMÁTICA DE UM TEXTO

Se nos servirmos da análise temática – quer dizer, da contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada –, apercebemo-nos de que se torna fácil escolhermos, neste discurso, a frase (limitada por dois sinais de pontuação) como unidade de codificação.

⁽³⁾ M. Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Presença.

ANÁLISE DE CONTEÚDO

ATITUDES VALORIZADAS			+	
			FREQUÊNCIAS	
CATEGORIAS OU RUBRICAS	COMPONENTES	EXEMPLOS	Número de itens presentes % (*)	
PRUDÊNCIA REFLEXIVA	Prudência Atenção Lucidez Paciência Calma Organização Disciplina, etc.	«Controle-se» «Aja com ordem, sem queimar etapas» «Permaneça nos limites da prudência» «Contemporize» «Faça frente com lucidez»	18	11,5
DIPLOMACIA	Souplesse Conciliação Distinção	«Seja mais flexível em família» «Não imponha demasiado a sua personalidade»		
RESERVA	Não compromisso	«Cuide das suas relações sociais» «Faça pactos» «Seja conciliador»	10	6,5
ENERGIA	Optimismo Energia Iniciativa	«Mantenha o moral» «Siga em frente» «Certas tarefas exigem optimismo»	17	11
OPTIMISMO	Confiança em si			
EXPLORAR AS SUAS CAPACIDADES	Boa vontade Aplicação	«Dê provas de aplicação...» «Dê provas de boa vontade...» «Tire proveito dos seus dons inatos»	5	3
TOTAL			50	32

(*) Percentagem em relação ao número total de frases.

ANÁLISE DE RESPOSTAS A QUESTÕES ABERTAS

ATITUDES REJEITADAS			=			
			FREQUÊNCIAS		RESULTANTES (*)	
CATEGORIAS OU RUBRICAS	COMPONENTES	EXEMPLOS	N.º de itens presentes %		N.º de itens presentes %	
IMPULSIVI- DADE	Nervosismo Instabilidade Agitação Impaciência Estranheza Sensibilidade	«Risco de impaciência» «Demasiado impulsivo» «Controle-se» «Arrisca-se a perder a calma»	10	6,5	28	18
FRANQUEZA	Franqueza	«Não faça demasiadas confidências» «Aprenda a não dizer com demasiada franqueza o que pensa»				
ESPÍRITO CRÍTICO	Espírito crítico	«Modere o seu espírito crítico em público»	3	1,5	13	8,5
DESENCORA- JAMENTO E PREGUIÇA	Desencoraja- mento Pessimismo Preguiça Indecisão Falta de entusiasmo	«Não se deixe desencorajar pelas dificuldades» «Falta de entusiasmo»	12	7,5	29	19
DESPERDÍCIO	Desperdício das próprias forças e capacidades	«Não desperdice as suas forças»	3	1,5	8	5
			28	18	78	52

(*) Resultados globais por adição das atitudes positivas e negativas.

Vejamos o seguinte exemplo: procuramos validar, pelo menos parcialmente, as duas últimas hipóteses adiantadas, a *ideologia da temperança* e a *procura de resultados por exploração de determinadas capacidades* («qualidades» individuais).

Por enumeração temática, é possível levar a cabo, num texto, o levantamento das atitudes (qualidades, aptidões) *psicológicas* aconselhadas ou desaconselhadas, que o leitor deve actualizar ou afastar de modo a poder chegar aos seus fins. Contam-se, assim, em cada unidade de codificação (neste caso, a frase), a «qualidade» ou o «defeito» presentes.

Reagrupando as diferentes atitudes em grandes categorias e adicionando *atitudes valorizadas* e *atitudes desvalorizadas* correspondentes, pode-se estabelecer um quadro geral (cf. quadro nas páginas anteriores) representativo dos valores e qualidades individuais, que constam do horóscopo da *Elle*.

Inicialmente, apercebemo-nos de que metade das frases do texto (52%) atraem ou rejeitam as «qualidades» ou os «defeitos» individuais. Trata-se, por conseguinte, de um aspecto importante do texto, o qual se encontra bem centrado no indivíduo (cf. a hipótese do narcisismo lisonjeado) e que orienta certas atitudes e condutas precisas, valorizando-as ou frustrando-as.

As atitudes positivas são: a *prudência reflexiva*, que tempera a energia e o optimismo, eles próprios indispensáveis; a *diplomacia* e a *reserva*; e, por fim, a *exploração das próprias capacidades*, pela aplicação e boa vontade.

As atitudes negativas são: a *impulsividade*, o *desencorajamento* e a *preguiça*, a *franqueza*, o *espírito crítico* e o *desperdício das próprias forças e capacidades*.

Estes resultados, vê-se bem, confirmam em parte as hipóteses avançadas, ou melhor, aferem-nas. Por outro lado, a análise realizada segundo esta dimensão fornece outras informações, que dizem respeito a outras hipóteses iniciais (exemplo: o aspecto ego-cêntrico do discurso centrado no indivíduo), ou remete-nos para outras hipóteses não perceptíveis numa primeira leitura.

Isto ilustra bem o aspecto de «vaivem» da análise de conteúdo, entre a teoria e a técnica, hipóteses, interpretações e métodos de análise. E, no entanto, o exemplo que acabamos de descrever constitui um ponto de vista, uma dimensão da análise, uma abordagem particular e muito restrita sobre um assunto muito limitado. Seria necessário abordar este texto por todos os lados, numa infinidade de *dimensões* (direcções de análise), com descontos frequenciais

numerosos obtidos através de *técnicas* diversificadas. Isto é moroso, tanto mais que o processo da análise de conteúdo é «arborescente», quer dizer, técnicas e interpretações atraem-se umas às outras e, *à la limite*, não é possível esgotar o discurso (este pode ser considerado como esgotado quando os procedimentos já nada adiantam de novo). Isto por vezes é inútil, já que algumas operações não fornecem nenhum resultado significativo ou utilizável.

É isto a análise de conteúdo, muitas vezes trabalho gratuito ou desconcertante. Mas a alegria do investigador é enorme quando o estudo «bate certo» (confirmação ou infirmação de uma hipótese, não importa, desde que se obtenham resultados), ou quando um «achado» permite que se siga por outra pista ou em direcção a outras interpretações.

É certo que o género de resultados obtidos pelas técnicas de análise de conteúdo não pode ser tomado como prova inelutável. Mas constitui, apesar de tudo, uma ilustração que permite corroborar, pelo menos parcialmente, os pressupostos em causa.

Esta análise temática, conduzida segundo a dimensão das atitudes ou qualidades pessoais valorizadas e desvalorizadas, verifica, portanto, algumas das hipóteses adiantadas intuitivamente. Quantitativamente, a elevada frequência no discurso de temas centrados nas qualidades pessoais do leitor confirma o carácter «*centrado no sujeito*», narcísico, do horóscopo: tudo gira em redor do sujeito, que assim se encontra directamente implicado. Qualitativamente, a análise pormenorizada destes temas (e a verificação de um conjunto de dez horóscopos da mesma revista prova que aqueles variam pouco) indica quais são os *valores de referência* e os *modelos de comportamento* presentes neste discurso. Em filigrana, por detrás das pseudoprevisões, perfila-se uma moral individualista. Moral do esforço, moral da moderação, que poderíamos resumir na fórmula: «uma linguagem de acção controlada». É certo que o indivíduo necessita dos outros, mas estes são apresentados como meios (relações afectivas e sociais procuradas por necessidade e a manter com diplomacia) para atingir fins pessoais: a segurança afectiva, a riqueza material, o sucesso e o êxito sociais. Estes fins são os componentes do «ideal-tipo» da felicidade pessoal⁽⁴⁾, tornando-se acessíveis se o indivíduo «investe algo de seu» para aju-

(4) É de assinalar que o termo «felicidade» não surge uma única vez no vocabulário de uma dezena de horóscopos da *Elle*. Será que esta exigência de felicidade é demasiado evidente para que apareça explicitamente no discurso?

dar as influências dos astros através das atitudes e condutas que lhe são insistentemente aconselhadas.

Poder-se-iam assim multiplicar os desmembramentos temáticos, classificando e dividindo as significações do discurso em *categorias* em que os critérios de escolha e de delimitação seriam orientados pela *dimensão* da análise, ela própria determinada pelo objectivo pretendido... Deixemos de lado a análise temática e experimentemos mostrar como se pode utilizar a *análise lexical e sintática*.

Nesta abordagem, já não se trata de detectar e descontar e depois classificar os elementos de significação, mas de ter em conta como material de análise os próprios significantes. Trabalha-se então directamente no código: unidades semânticas e sintaxe (vocabulário, características gramaticais...).

3. ANÁLISE LEXICAL E SINTÁCTICA DE UMA AMOSTRA ⁽⁵⁾

Para fazermos um estudo do código de um texto é necessário:

- *Convenções* – Quanto ao vocabulário, pode-se enumerar num texto:
 - o número total de palavras presentes ou «*ocorrências*»;
 - o número total de palavras diferentes ou «*vocábulos*»; estes vocábulos representam o vocabulário (ou repertório lexical, campo lexical) que o autor do texto utiliza;
 - a relação ocorrências/vocábulos, ou O/V, dá conta da riqueza (ou da pobreza) do vocabulário utilizado pelo autor da mensagem, visto que indica o número médio de repetições por vocábulo no texto.

Podem classificar-se as unidades de vocabulário segundo a distinção entre:

- *palavras plenas*, isto é, palavras «portadoras de sentido»: substantivos, adjetivos, verbos;
- *palavras-instrumento*, isto é, palavras funcionais de ligação: artigos, preposições, pronomes, advérbios, conjunções, etc.

⁽⁵⁾ Dez números da *Elle*.

Também é possível estudar o modo (ou tempo) dos verbos presentes no texto, se previrmos que isso possa ser significativo.

Por último, a análise qualitativa das unidades de vocabulário por ordenação frequencial segundo o sentido pode fornecer informações. De igual modo, alguns aspectos sintáticos – organização da frase, por exemplo – são susceptíveis de ser reveladores das características de um discurso, ou podem fornecer a confirmação de certas hipóteses formuladas.

• *Possibilidades de comparação*. – As características de um discurso necessitam da comparação com outros discursos... ou com normas que as destaquem.

É possível comparar-se o texto analisado com o *Trésor de la Langue Française* ⁽⁶⁾, o qual nos fornece indicações sobre a frequência actual de uso das palavras do idioma francês.

Mas também seria possível comparar os resultados de outras análises de textos específicos, caso estas tenham sido feitas. É assim que, no nosso caso, seria talvez pertinente fazer-se comparações com:

- discursos astrológicos provenientes de outras origens, quer escritas (por exemplo: previsões astrológicas provenientes de outras publicações), quer orais (astrólogos estabelecidos em «consultório», emissões radiofónicas);
- outras rubricas da revista *Elle*: existirá uma analogia com o repertório linguístico utilizado nos restantes artigos? O sistema de valor que estes estudos da linguagem traduzem será o mesmo para toda a revista?
- a linguagem publicitária; se supusermos a existência de traços comuns (por exemplo, comunicação fática para centralizar a mensagem no leitor), talvez se torne interessante a realização de um estudo comparativo dos dois tipos de discurso;
- discursos diversos já analisados pelos métodos de linguística estatística. Por exemplo: características do vocabulário e da sintaxe do general De Gaulle nos seus discursos políticos, características do vocabulário e da sintaxe de dois jornalistas da actualidade, nos seus escritos ou emissões, características do campo lexical utilizado por quadros de empresas, na descrição das suas funções...

⁽⁶⁾ E. Brunet, *Le vocabulaire français de 1789 à nos jours d'après les données du Trésor de la Langue française*, Slatkine, 1982.

A nossa análise incide sobre dez horóscopos da *Elle*. Este *corpus* parece suficientemente significativo de um tipo de discurso que surge extremamente estereotipado, de número para número da revista, tanto em termos dos conteúdos temáticos como das características formais.

A) A média de palavras por frase é de 13 e o comprimento das frases varia muito pouco (dispersão fraca em torno da média, excepto em casos particulares e raros, tais como uma palavra entre dois sinais de pontuação). Porquê?

Em primeiro lugar, as exigências materiais de uma revista (espaço caro, espaço limitado às duas páginas consagradas, habitualmente, em cada um dos números da revista, espaço idêntico em colunas idênticas e invariáveis para cada signo do Zodíaco) explicam, em parte, a razão de ser desta frase curta. Por outro lado, este número médio de 13 palavras por frase corresponde, provavelmente, a uma preocupação de legibilidade: foi demonstrado que a capacidade de memorização de um sujeito médio é, aproximadamente, de 15 palavras por frase num texto escrito. Os leitores de um horóscopo não devem ser obrigados a esforços (pelo menos ao nível da leitura!).

O que impressiona mais nas frases deste horóscopo é a sua regularidade quase matemática. Estas frases apresentam-se como um modo de emprego (da vida). São comparáveis, no arranjo estereotipado e na sua frequente organização em duas orações complementares, aos ditados e provérbios da sabedoria popular (afirmação de um sentido, seguida de atenuação ou contradição através de um segundo sentido que, ou modula o primeiro, ou se lhe opõe francamente). Diz-se branco e logo a seguir diz-se preto ou cinzento, graças à transição operada por um «mas» ou por um «e» (a frequência destes termos é particularmente elevada). A escolha cabe ao leitor... É a arte de manejar subtilmente os contrários, que deste modo, e sem que disso nos apercebamos, deixa a porta aberta às diferentes cores do devir. A mensagem assim construída, deliberadamente ambígua ou ambivalente, favorece a projecção individual. O «estilo telegráfico», por seu lado, confere ao discurso o aspecto de mensagens breves provenientes do além; e a rapidez decisiva e afirmativa de frases com aspecto de ordens precisas estimula a acção eficaz.

O vocabulário do horóscopo

Palavras	Frequência			
	V			
	Frequência absoluta	Percentagem em relação ao número total de vocábulos	O	O / V
Substantivos	382	42,50	3 328	8,71
Adjectivos	255	28,75	1 543	6,05
Verbos	182	20,25	2 546	13,93
Palavras-instrumento	78	8,50	4 686	60,07
Totais	897 (léxico)	100	12 103	13,49

Legenda: V = vocábulos
O = ocorrências
O/V = relação ocorrências/vocábulos (riqueza/pobreza de repertório).

B) O estudo sistemático do *vocabulário* é revelador do léxico ou repertório de base (ver quadro na página seguinte):

– Existem 12 103 palavras nos dez textos (total das ocorrências) para um vocabulário de base (vocábulos) de 897 palavras.

A relação O/V é igual a 13,49, número elevado porque traduz o número médio de repetições por vocábulo do discurso considerado (F. Giroud, nos seus escritos: O/V = 5,82; general De Gaulle nos seus discursos: O/V = 11).

Isto significa que o repertório de base é, neste caso, extremamente limitado. As palavras utilizadas são sempre as mesmas: o vocabulário é, portanto, muito pobre. Esta pobreza do registo em parte provém da elevada repetição das palavras-instrumento, o que é relativamente normal. O registo dos adjectivos é proporcionalmente o mais rico, seguindo-se o dos substantivos. Mas o repertório de verbos, pelo contrário, é pobre.

– Quais são as palavras mais frequentes? A lista que se segue, indica por ordem decrescente de frequência as 40 palavras plenas e as 10 palavras-instrumento mais frequentemente utilizadas.

O verbo *ser* aparece em primeiro lugar na lista das palavras plenas e também aparece em primeiro plano no *Trésor de la Langue Française*, assim como nos artigos da jornalista F. Giroud.

*As palavras mais frequentes
do vocabulário do horóscopo da Elle*

PALAVRAS PLENAS				
1 SER	220	V	1 (TLF; FG)	
2 FAZER	217	V	6 (TLF)	
3 PODER	130	V	9 (TLF) 3 (FG) 11 (GG)	
4 BOM	115	A	29 (FG)	
5 AMIGO(S)	92	S	11 (GG)	
6 NOVO	89	A		
7 PROBLEMA(S)	86	S		
8 FAMÍLIA	84	S		
9 RELAÇÃO/ÕES	83	S		
10 REGULARIZAR	70	V		
11 TOMAR	65	V	38 (TLF)	
12 FAVORECIDO	63	A		
13 POSSIBILIDADES	60	S		
14 SITUAÇÃO/ÕES	59	S		
15 TER	56	V	2 (TLF; FG)	
16 QUESTÃO/ÕES	54	S		
17 PROJECTOS	52	S		
18 DAR	51	V		
19 RELAÇÃO/ÕES	50	S		
20 SENTIR	49	V		
21 PESSOA	48	S		
22 TRABALHO	47	S		
23 INICIATIVAS	46	S		
24 PROVA(S)	46	S		
25 DEIXAR	42	V		
– ORGANIZAR	42	V		
27 EVITAR	41	V		
– SUCESSO	41	S		
– VIDA	41	S		
30 COMPANHEIRO(S)	38	S	31 (TLF) 29 (FG) 16 (GG)	
31 AGIR	36	V		
32 CONCEDER	35	V		
33 SOCIAL	34	A		
34 PEQUENO	33	A	22 (TLF)	
35 ORDEM	32	S		
– DECISÃO/ÕES	32	S		
– GRANDE	32	A	17 (TLF)	
38 QUOTIDIANO	31	A		
– QUERER	31	V	17 (TLF) 16 (FG)	
39 COMPANHIA	30	S		
– CONHECIMENTOS (S)	30	S		

PALAVRAS- -INSTRUMENTO		
1	Vós, Vosso(s), os vossos	943
2	O, A, Os	352
3	(negação)	279
4	E	213
5	A, Aos	208
6	Com	124
7	Em	122
8	Mas	112
9	Um, Uma	106
10	Que	97

Legenda:
1, 2, 3, 4, ...: posição ou ordem de frequência decrescente das palavras.
220, 217, ...: número que indica a frequência de ocorrência em 10 horóscopos.
V: verbo; A: adjetivo; S: substantivo.
1 (), 6 (): posição destas palavras em vocabulário de comparação.
TLF: *Trésor de la Langue Française*.
FG: *Françoise Giroud*, jornalista.
GG: *General De Gaulle* nos seus discursos.

O verbo *ter*, pelo contrário, apenas surge no décimo quinto lugar no horóscopo, enquanto que se encontra na segunda posição no *Trésor* e nos textos de Giroud. Significará isto que o discurso astrológico da *Elle* é mais uma linguagem existencial do que uma linguagem de posse? Nada é adquirido, mas tudo poderá sê-lo na condição de Fazer (2.º lugar) e de Poder (3.º lugar)...

Os amigos(s), a família, as relações (sociais), e, mais adiante na lista, a convivência (social), a companhia, os conhecimentos, aparecem com uma frequência significativa.

Os adjetivos mais frequentes são Bom, Novo e Favorecido, adjetivos estes que correspondem a uma projecção *optimista* no futuro. O termo *Problema* (s), seguido de Situação/ões e Questão/ões, remete de maneira *vaga* para as dificuldades que todos deveriam encontrar na vida. Mas os Projectos, termo igualmente vago, poderão completar-se graças às iniciativas e às Decisões tomadas pelo indivíduo, assim como às Provas (que, no texto, surgem sempre ligadas ao verbo Fazer no imperativo) que este pode prestar.

Para além dos verbos Ser, Fazer e Poder, existem outros também maioritários: Regularizar (quantas conotações significativas existem neste termo!), Tomar, mais frequente do que Dar, Ter, relativamente raro, Sentir (a sensibilidade existe, apesar de tudo!), Deixar, Organizar, Evitar, que traduzem a acção sistemática (a mulher ajuizada), prudente e orquestrada pela vontade (Querer).

E, por fim, o Trabalho e o Sucesso figuram num bom lugar.

É curioso comparar tudo isto com os termos privilegiados pelos quadros de empresa, na descrição das suas funções⁽⁷⁾: na lista de nomes estabelecida por ordem decrescente de frequência aparecem a Decisão (1.0), a Organização (2.0) e a Ordem (7.0) (muito frequente também no horóscopo da *Elle*), assim como a Iniciativa (19.0). Deverá a leitora da *Elle* orientar a sua vida como os especialistas de gestão controlam o funcionamento das suas empresas?

Uma vida gerida, organizada e controlada pela prudência e pelo autocontrolo, em que as relações sociais (do mesmo modo que as relações públicas na empresa) devem ser conduzidas com diplomacia (este termo aparece no texto com muita frequência), em que o trabalho e o sucesso se encontram em boa posição, tal é o modelo proposto às leitoras de uma revista de modas...

Todo o vocabulário do discurso do horóscopo, não relatado aqui, possui a acepção dessa «imagem-modelo» de uma mulher que con-

(7) R. Hogenraad e J. Morval, *op. cit.*

trola o seu destino, tal como um director de empresa controla o futuro da sua firma, com as mesmas exigências e as mesmas armas. «A senhora e a gestão»! Tudo isto com o fito do lucro, quer dizer, da felicidade e do êxito harmonioso, graças ao esforço e à competência.

C) Quais são as informações fornecidas pelas *palavras-instrumento*?

A frequência dos pronomes pessoais Vós, Vossos, Vosso é enorme (aproximadamente 8% de ocorrências). Esta incidência constitui o sinal de que o horóscopo possui uma função «fática», isto é, que procura estabelecer e personalizar o contacto com o leitor, dando a ilusão do estabelecimento de um diálogo. É a confirmação de uma das nossas hipóteses: este discurso é concebido para elogiar o egocentrismo do sujeito. Aliás, encontra-se frequentemente o mesmo procedimento no discurso publicitário, que, para seduzir, tem a necessidade de fazer esquecer o seu estatuto de comunicação de massa anónima e impessoal.

O aparecimento da negação com muita frequência revela o número de interditos e de precauções recomendados pelo astrólogo: «não seja», «não faça», «evite», «deixe», etc.

As conjunções E e Mas figuram de maneira característica na ordem das frequências, modulando, tal como já assinalámos, as informações demasiado precisas, afinando os comportamentos aconselhados e temperando o negativo através do positivo.

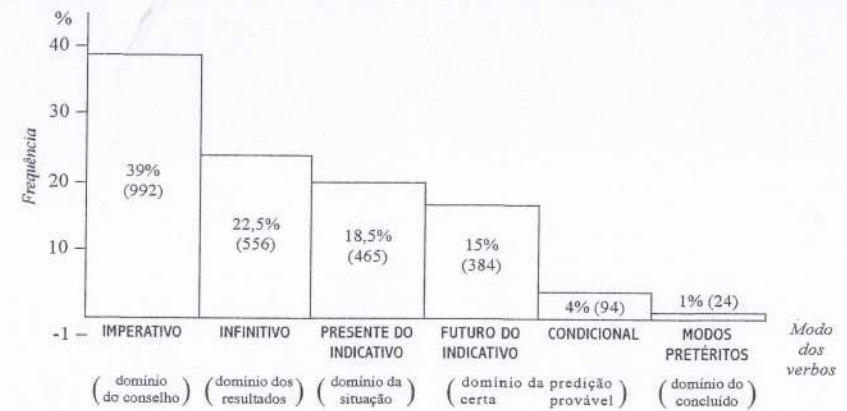
D) Será que o *tempo* (ou modo) dos *verbos* é revelador?

Era de esperar que a frequência dos verbos no *futuro* fosse elevada num horóscopo; já que a sua função oficial é a previsão. Ora isto não acontece: o modo futuro apenas diz respeito a 15% dos verbos, sendo principalmente o verbo Poder que é conjugado neste modo: poder é o possível e não o certo.

Será então que a função preditiva é servida pela utilização do *condicional* (menos eficazmente, é certo, visto que o condicional apresenta os factos como possíveis, embora não inelutáveis)? Nem sequer é isso que acontece, já que o condicional não ultrapassa a percentagem de 4%.

Por conseguinte, confirma-se a hipótese avançada: o papel da previsão do horóscopo, que poderíamos julgar essencial, é muito pouco assumido, mesmo na «prudência» de um condicional.

Frequência dos verbos por modo



Inversamente, 39% dos verbos estão no *imperativo*. Este facto corrobora o carácter essencialmente injuntivo deste discurso. O astrólogo produz autoridade e dá conselhos que, na realidade, são ordens. Os verbos conjugados sobretudo no imperativo são: deixe, conceda, evite, experimente, siga, (não) perca, dê (provas), domine, supere. Estes comportamentos de evitamento, ensaio, precaução e autocontrolo constituem outras tantas ordens a cumprir.

Uma análise de tipo estrutural (relações de oposição, de associação, de equivalência, etc.) seria pertinente, mas exigiria o recurso a um tratamento electrónico dos dados⁽⁸⁾. Contudo, mesmo a «olho nu» apercebemo-nos de que alguns itens semânticos aparecem concretamente, e que outros variam no seio de uma frase sempre constante e imutável...

Em conclusão, face a este discurso astrológico temos a impressão de nos confrontarmos com uma combinatória cujos elementos de base são muito limitados: uma espécie de sistema fechado, de átomos semânticos (as palavras) cuja construção em moléculas (as frases) e a seguir em macro-moléculas (os signos do Zodíaco) é realizada aleatoriamente.

Segundo parece, dez milhões de Franceses recorrem à astrologia: horóscopos da imprensa, astrólogos com consultório, emissões radiofónicas, horóscopos por computador (o último «achado» que

⁽⁸⁾ A análise lexical e sintáctica das páginas precedentes é provavelmente programável no seu conjunto.

se vende caro e bem). Este recurso à astrologia pode ser confessado ou escondido por vergonha; ser feito por brincadeira, ou por uma convicção desesperada.

O horóscopo da *Elle*, após ter sido analisado, surge-nos como um sistema bem ordenado e que ordena segundo o modo de injunção camuflada. O astrólogo apresenta-se como um adivinho, mas, no fundo, que adivinha ele?

A palavra astrológica é a «boa nova» para aqueles que já não têm deus, mas que, apesar de tudo e sem o saberem, procuram um. Quer se acredite sem se acreditar, quer se organize meticulosamente a vida em função das «previsões» da semana, lê-se o horóscopo a rir ou com seriedade. A moral deste discurso é a moral de todos os que não têm moral e que buscam uma, desesperadamente. E que moral? A da nossa boa e velha sociedade puritana e exigente. Moral que se reveste de um verniz progressista, desenhando a imagem de uma mulher esclarecida e senhora da sua vida. Contudo, o modo de emprego dessa vida é cuidadosamente definido e enquadrado. Uma mulher que se crê livre porque lhe são subtilmente propostas (ou impostas) receitas cujos nomes são: Prudência, Segurança, Sucesso, Dinheiro, Triunfo.

A vida é um comboio que desliza sobre carris e o comentário privilegiado de tal moral seria: «*Do not lean out of the window*» (*). Deixa-se o leitor acreditar que a locomotiva é automática e programada. Mas, dissimuladamente, pede-se-lhe uma «participação». Ao leitor agrada-lhe esta posição: permanecer sentado, muito ajuizado e bem instalado nos assentos das carruagens, escutando a voz suave e firme que lhe vai debitando, através de um modelador acústico, os gestos que ele deve ou não executar para desfrutar a viagem e chegar ao seu destino, estando sempre disposto a chamar o revisor, ao menor balanço ou à primeira corrente de ar que surja⁽⁹⁾...

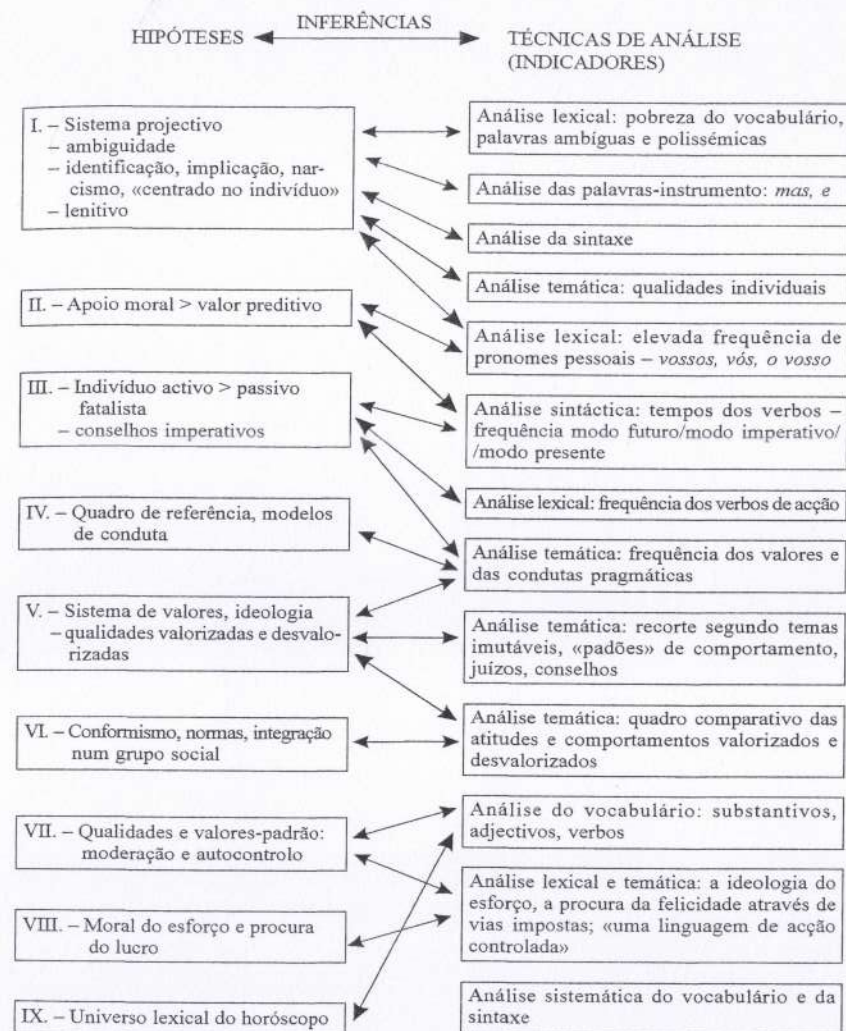
(*) Em inglês no original. Em tradução livre: «É perigoso debruçar-se». (*N. do T.*).

(9) 20 anos depois, em 1995, a análise dos horóscopos da revista *Elle* foi novamente efectuada sobre um *corpus* semelhante. Relativamente a 1975, existem constantes, mas:

- se o apoio moral continua a ser grande, o conformismo diminui, reforçando a ilusão da autonomia e do poder de decisão do leitor;
- se a ambivalência do discurso se mantém, manifestam-se uma pseudo-cientificidade e uma acentuação da previsão dos comportamentos futuros.

Os nossos agradecimentos a alguns alunos do DESS «Intelligence de la communication écrite» (Paris V), por terem efectuado esta nova análise sob a nossa direcção.

A dialéctica hipóteses/indicadores (inferência)



IV

Análise de entrevistas: férias e telefone

O recurso à análise de conteúdo, para tirar partido de um material dito «qualitativo», é indispensável: entrevistas de inquérito, de recrutamento, de psicoterapia... que fornecem um material verbal rico e complexo.

1. A ENTREVISTA: UM MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO ESPECÍFICO

Há várias maneiras de fazer uma entrevista. Tradicionalmente, classificam-se as entrevistas segundo o seu grau de directividade – ou melhor, de não-directividade – e, por conseguinte, segundo a «profundidade» do material verbal recolhido. Entrevistas não directivas de uma ou duas horas, que necessitam de uma prática psicológica confirmada, ou entrevistas semidirectivas (também chamadas com plano, com guia, com grelha, focalizadas, semi-estruturadas), mais curtas e mais fáceis: seja qual for o caso, devem ser registadas e integralmente transcritas (incluindo hesitações, risos, silêncios, bem como estímulos do entrevistador).

Lidamos então com uma fala relativamente espontânea, com um discurso falado, que uma pessoa – o entrevistado – orchestra mais ou menos à sua vontade. Encenação livre daquilo que esta pessoa viveu, sentiu e pensou a propósito de alguma coisa. A subjectividade está muito presente: uma pessoa fala. Diz «Eu», com o seu próprio sistema de pensamentos, os seus processos cognitivos, os seus sistemas de valores e de representações, as suas emoções, a sua afectividade e a afloração do seu inconsciente. E ao dizer «Eu»,

mesmo que esteja a falar de outra pessoa ou de outra coisa, explora, por vezes às apalpadelas, uma certa realidade que se insinua através do «estrito desfiladeiro da linguagem», da *sua* linguagem, porque cada pessoa serve-se dos seus próprios meios de expressão para descrever acontecimentos, práticas, crenças, episódios passados, juízos...

Qualquer pessoa que faça entrevistas conhece a riqueza desta fala, a sua singularidade individual, mas também a aparência por vezes tortuosa, contraditória, «com buracos», com digressões incompreensíveis, negações incómodas, recuos, atalhos, saídas fugazes ou clarezas enganadoras. Discurso marcado pela multidimensionalidade das significações exprimidas, pela sobredeterminação de algumas palavras ou fins de frases. Uma entrevista é, em muitos casos, polifónica. Cerca de 40 páginas (é a norma para uma entrevista não directiva e pouco aprofundada), multiplicadas por cerca de 30 indivíduos (mínimo) é o suficiente para perturbar o analista principiante. E que dizer de uma entrevista de grupo a 6 ou 7 vozes! A análise de conteúdo de entrevistas é muito delicada. Este material verbal exige uma *perícia* muito mais dominada do que a análise de respostas a questões abertas ou à análise de imprensa. E o computador, apesar da evolução actual das suas capacidades (sistemas especializados, inteligência artificial), debate-se com uma complexidade dificilmente programável.

A principal dificuldade da análise de entrevistas de inquérito deve-se a um *paradoxo*. De uma forma geral, o analista confronta-se com um conjunto de «x» entrevistas, e o seu objectivo final é poder inferir algo, através dessas palavras, a propósito de uma realidade (seja de natureza psicológica, sociológica, histórica, pedagógica...) representativa de uma população de indivíduos ou de um grupo social. Mas ele encontra também – e isto é particularmente visível com entrevistas – *pessoas* na sua unicidade. Como preservar «a equação particular do indivíduo»⁽¹⁾, enquanto se faz a síntese da totalidade dos dados verbais proveniente da amostra das pessoas interrogadas? Ou então, como diz Michelat, como «utilizar a singularidade individual para alcançar o social»?

⁽¹⁾ G. Michelat, «Sur l'utilisation de l'entretien non directif en sociologie», *Revue française de Sociologie*, XVI, 1975.

O analista que lida com este tipo de material verbal fica rápida e concretamente sujeito a um dilema. Pode, certamente, proceder a uma análise de conteúdo clássica, com *grelha de análise categorial*, privilegiando a repetição de frequência dos *temas*, com todas as entrevistas juntas. A técnica já deu provas e permite percorrer ao nível manifesto todas as entrevistas. Mas, no fim, esta redução deixará na sombra parte da riqueza de informação específica deste tipo de investigação. O resultado final será uma abstracção incapaz de transmitir o essencial das significações produzidas pelas pessoas, deixando escapar o latente, o original, o estrutural, o contextual. É possível resolver algumas destas insuficiências referenciando quantitativamente co-ocorrências, por exemplo, ou codificando temas numa base latente... No entanto, a técnica temática de frequência, tipo Berelson, ainda que indispensável, mostra-se, quando utilizada apenas sobre este tipo de material, demasiado limitada. A manipulação temática acaba então por colocar todos os elementos significativos numa espécie de «saco de temas», destruindo definitivamente a arquitectura cognitiva e afectiva das pessoas singulares.

Teremos então de rejeitar a análise horizontal⁽²⁾ em matéria de entrevistas? Não, porque esse tipo de análise é insubstituível no plano da síntese, da fidelidade entre analistas; permite a relativização, o distanciamento; mostra as constâncias, as semelhanças, as regularidades. Só que é preciso completá-la, e de preferência previamente, por outra técnica de decifração – e de arroteamento – entrevista por entrevista.

Propomos então dois níveis de análise, em duas fases sucessivas ou imbricadas, em que uma enriquece a outra. Este processo pode parecer pesado, mas, com um pouco de prática, não é; e aumenta a produtividade da informação final.

⁽²⁾ A que podemos também chamar transversal, por oposição à análise vertical, subjectiva.

2. A DECIFRAÇÃO ESTRUTURAL

O primeiro nível consiste num processo de *decifração estrutural* centrado em cada entrevista⁽³⁾. Esta abordagem leva em conta os trabalhos existentes em matéria de enunciação, de análise do discurso e da narrativa⁽⁴⁾, e até da psicanálise... mas de forma não sistemática, com flexibilidade, em função do próprio material verbal. Para o técnico, trata-se menos de projectar teorias já feitas do que servir-se, eventualmente, das suas competências e saberes, sejam eles quais forem. Esta abordagem *ad hoc*, que procura compreender a partir do interior da fala de uma pessoa, lembra talvez a atitude de *empatia* no sentido do psicoterapeuta americano Rogers, ou seja, «de imersão no mundo subjectivo do outro». Trata-se de uma atitude que exige esforço – mas que não exclui a intuição –, na medida em que, em cada nova entrevista, é necessário fazer uma abstracção de si mesmo e das entrevistas anteriores. É preciso fazer tábua rasa de *a priori* pessoais ou da contaminação proveniente de decifrações anteriores, *ao mesmo tempo* que se beneficia, de algum modo num «outro cérebro», dos conhecimentos adquiridos pela prática ou dos contributos teóricos ou metodológicos exteriores, *enquanto* se prepara, deixando-a amadurecer, aquilo que será a segunda fase da análise, ou seja, a *transversalidade temática*. «Que um dos seus ouvidos ensurdeça, tanto quanto o outro deve estar atento», dizia Lacan. Mas ambos os ouvidos ouvem.

«Os indivíduos não são intermutáveis», escreve Michelat. O técnico, habituado a trabalhar com material verbal produzido por entrevistas – quer seja investigador, analista de conteúdo, psicoterapeuta... –, depressa compreende que cada entrevista se constrói segundo uma lógica específica. A apoiar os temas, a conservá-los (manifestando-os ou escondendo-os), há uma organização subjacente, uma espécie de calculismo, afectivo e cognitivo, muitas vezes inconsciente na medida em que a entrevista é mais um discurso espontâneo do que um discurso preparado.

⁽³⁾ Entrevista por entrevista, ou seja, pessoa por pessoa para uma entrevista, ou sessão por sessão para uma psicoterapia.

⁽⁴⁾ Acerca da análise das narrativas de vida, ver: J. Poirier, S., Clapier-Valadon, P. Rambaut, *Les récits de vie. Théorie et pratique*, PUF, 1983.

Sob a aparente desordem temática, trata-se de procurar a estruturação específica, a dinâmica pessoal, que, por detrás da torrente de palavras, rege o processo mental do entrevistado. Cada qual tem não só o seu registo de temas, mas também a sua própria maneira de os (não) mostrar. Claro que tal como se pode, ao longo de várias entrevistas, e sobretudo se forem muitas, ver manifestarem-se repetições temáticas, pode também ver-se tipos de estruturação discursiva.

A prática de entrevistas não directivas, por exemplo, torna sensível um discurso de tipo planificado. Tal como numa tela com urdidura e trama, os temas aparecem e depois reaparecem um pouco mais à frente, em função da progressão de um pensamento que se procura. O processo de análise transversal sintética consiste em destruir, com tesoura e cola (ou tratamento de texto), este pequeno jogo do eixo do espírito, mas, aquando da decifração estrutural, é muito instrutivo referenciá-lo. Noutro exemplo, as primeiras frases de uma entrevista não directiva têm geralmente uma importância fundamental (tal como uma primeira entrevista em psicoterapia), na medida em que, apanhado desprevenido, sem tempo para se «defender», o entrevistado mostra a sua estruturação temática, de imediato e quase sem querer. Os temas e a sua lógica pessoal que, por vezes, precisarão de uma hora de entrevista (ou uma cura de psicoterapia) para ser encontrados... Por vezes, estas frases «originais» são precedidas, ou dissimuladas, por uma ou várias frases estereotipadas de «generalidades», normalmente fáceis de identificar. Também aqui, o nível de análise sintética poderá mostrar, em «sinopse», todas essas frases-chave de início de entrevista, como uma espécie de *slogans*, mas o nível de decifração singular tentará, pelo contrário, ligar cada uma ao desenvolvimento do discurso individual que se lhe segue.

Por razões materiais (extensão), não é possível apresentar aqui um conjunto completo de entrevistas reais. Também deixaria de ser instrutivo pensar em sequências parciais de entrevistas. Para resolver a dificuldade, iremos experimentar as técnicas de análises propostas numa entrevista curta e, depois, num conjunto de produções verbais «abreviadas» pelas necessidades da demonstração, espécie de «modelos reduzidos» de entrevistas reais. Uma margem confortável, à direita e à esquerda, permite registar notas ou sinais codificados. Pode utilizar-se marcadores de cor, trabalhar com um código alfabético ou numérico, marcas simbólicas, sublinhar, as-

sinalar com um círculo, ou então tirar partido do tratamento de texto de um computador... conforme a necessidade. Com papel, convém ter duas fotocópias, uma para conservar intacta e a outra para um eventual recorte, de forma a permitir o relacionamento de um mesmo tema espalhado por vários pontos de uma mesma ou várias entrevistas. Evidentemente, é fundamental atribuir um número a cada entrevista (repetido em cada página).

Em primeiro lugar, é preciso «ler». Mas não basta ler e compreender «normalmente». É possível usar perguntas como auxílio: «O que está esta pessoa a dizer realmente? Como é isso dito? Que poderia ela ter dito de diferente? O que não diz ela? Que diz sem o dizer? Como é que as palavras, as frases e as sequências se encadeiam entre si? Qual é a lógica discursiva do conjunto? Será que posso resumir a temática de base e a lógica interna específica da entrevista?, etc.».

(Após a decifração de várias respostas ou entrevistas, outras perguntas se acrescentarão por comparação: «Esta pessoa manifesta em tal sítio tal tema, onde é que já o vi noutra entrevista? Ou, que outra pessoa encontrei num contexto equivalente? Será que posso nomear a especificidade de uma determinada entrevista, dar-lhe um título, por exemplo?, etc.».)

A leitura é «sintagmática» (segue o encadeamento, único e realizado numa entrevista, de um pensamento que se manifesta por uma sucessão de palavras, frases e sequências) e, ao mesmo tempo, «paradigmática» (tem em mente o universo dos possíveis: isto não foi dito, mas podia tê-lo sido, ou foi efectivamente dito noutra entrevista).

3. EXEMPLO: UMA ENTREVISTA SOBRE AS FÉRIAS

Tomemos o seguinte exemplo, breve, mas suficientemente rico, e decomponhamos concretamente as diferentes possibilidades analíticas.

Mulher – 28 anos – solteira:

- O que são as férias para si?
- As férias? Ah... Para mim... A minha opinião sobre as férias...?
- Sim, sim, as férias, para si, o que representam?
- Oh, é fantástico, claro... Sim... Ah... Bem, é igual para toda a gente, aliás. Enfim, pelo menos é o que penso. Sim, ah! Sonhamos com elas... Esperamo-las... Ah, ah.

– Sim, esperamos por elas...

– Verdade, só esperamos isso. Pelo menos em certas alturas. Por exemplo, agora está cinzento, é triste, toda a gente está mais doente, cansada... Bem! Para mim, as férias é tudo a cores. Azul, o mar, o céu. E depois a areia, tudo dourado. Calor, é calor.

A areia quente. E depois os coqueiros (*riso*)... Bem, é um postal ilustrado que estou a descrever. Mas é isso!... O sonho. Mesmo se for esquí, é também a cores. Azul, sol, branco... mas daquele branco que brilha, as pessoas bronzeadas, alegres. É isso.

– Para si, as férias são as cores...

– Oh, não... Também... Ah... Não fazemos nada durante as férias. Quero dizer, não se trabalha. Fazemos o que quisermos por prazer. Não há constrangimentos. Levantamo-nos ao meio-dia. Demoramo-nos. Não há pressa.

E não há barulho. Não há telefones a tocar. Sossego. O silêncio. Enfim... Sim. Bem. Ah! É sobretudo bom nos primeiros dias. Porque também não nos podemos aborrecer. De facto... Ah... Ah... Não... é preciso mudar. As férias é a mudança. Mudamos de «cabeça», de sítio, de hábitos. Vemos outra coisa. Eu gosto muito de descobrir coisas durante as férias. Bem, pode ser um país que eu não conheça, ou aprender a fazer olaria... Ou... Não sei... aperfeiçoar a esquerda com umas aulas de ténis.

Mas, sobretudo, largar tudo. A mala, ups! e pronto. Já não há facturas nem toda a gente que conhecemos demasiado. Outra coisa diferente. Já não fazer sempre os mesmos gestos.

E depois, em geral, bem, vive-se mais saudavelmente em férias, mais perto da natureza. Na cidade, é preciso usar roupas, usar... Ia dizer sorrisos. Eu sinto-me fechada, presa, pouco à vontade. Tenho a sensação de não poder respirar fundo. Nas férias, corremos, rimos, mexemo-nos. Como crianças. Talvez seja isso as férias... Enfim, para mim, é assim que penso nelas... a inocência... tudo novo...! As férias, quando éramos crianças, isso é que eram férias.

Porque, há que dizê-lo, por vezes ficamos desiludidos. É preciso gozar bem as férias. Por vezes, estamos tão cansados que nem temos coragem para as organizar. Ou então, tínhamos qualquer coisa planeada e, bem... depois falha... As pessoas com quem devíamos viajar já não querem ir. Ou então planeia-se ir com alguém... Organizamos... e no momento de partir apercebemo-nos de que já não temos vontade de sair com aquele tipo. Ou então... saímos com uma amiga, uma boa amiga... Enfim, pensávamos até então que era uma boa amiga... dávamo-nos bem com ela... Simpática... divertida... e durante a viagem é um monstro de egoísmo. Ou apercebemo-nos de que ela entra em pânico quando surge algum contratempo.

De facto, não se sabe muito bem o que se irá encontrar nas férias... É uma lotaria! Podemos descobrir... fazer novos amigos... encontrar a alma gémea (*riso*). Ou então... Ah... nada, o vazio... o aborrecimento. Ou os aborrecimentos. Isso mete medo antes de partir. Não se pode estragar. Férias estragadas, pode ser sinistro. Sim, Ah...

– Sim... Sim...isso pode estragar as férias.

– Sim, e isso angustia-me sempre um pouco... antes. Gosto de sair.. mas, de facto... ãh. Por exemplo, eu tenho horror a fazer a mala... Então isso... Verdadeiro horror... Faço isso sempre em pânico à última da hora. Assim, de repente... Saio para viajar no deserto. Bem, ainda não fiz isso, mas espero fazê-lo um dia. Além disso, em geral, gosto muito disso, do improvisado (*riso*).

a) *Análise temática.* – Podemos dividir o texto em alguns temas principais (que se poderá aperfeiçoar, eventualmente, em subtemas se o desejarmos):

- expectativa positiva;
- cenário hedonista;
- ausência de constrangimentos;
- mudança (descoberta, de vida);
- necessidade de organização;
- imprevisto;
- eventual decepção.

b) *Características associadas ao tema central.* – Ao concentrarmos-nos mais no tema geral de investigação, podemos extrair os significados associados às férias na mente da pessoa entrevistada:

- fantástico, sonho;
- cores (azul, dourado, branco, brilhante);
- calor;
- alegria;
- elementos da natureza (mar, céu, areia, coqueiros, neve, deserto);
- (liberdade), ausência de constrangimentos, tempo;
- sossego, silêncio;
- descoberta, novidade (pessoas, lugares, hábitos...);
- aprender (olaria, ténis);
- viver saudavelmente, naturalmente (correr, rir, pouca roupa, respirar...);
- ser ainda criança (inocente, novo);
- conseguir as férias (estar em forma para as organizar, as pessoas com que se vai de férias);
- encontros (amigos, alma gémea).

Obtemos a *imagem* das férias, a sua representação positiva. Mas apercebemo-nos também de que, por detrás, há o reverso do

cenário, que se deixa ver progressivamente na entrevista, segundo o seguinte esquema:

- o ideal;
- o agradável;
- o desagradável;
- o risco.

Se as primeiras palavras são «fantástico» e «sonho», as últimas, apesar da pirueta verbal e do riso de negação, são «angústia e pânico».

c) *Análise sequencial.* – A entrevista é dividida em sequências. Critérios semânticos (organização da sequência em torno de um tema dominante), mas também estilísticos (ruptura de ritmos, operadores gramaticais) estão na base desta divisão. Há aqui, parece, 7 ou 8 sequências (ver entrevista codificada nas páginas seguintes).

• *Sequência 1* de introdução, com o aparecimento espontâneo do tema da *expectativa de um sonho*, que, após o estímulo do entrevistador e a série de hesitações «ãh... ãh», é desenvolvido concretamente (descrição da cena «*postal ilustrado*») pela sequência 2, que acaba com um «É isso».

• A repetição, um pouco selectiva do entrevistador, sobre as «cores», ocasiona, após uma perturbação «Oh, não...», outro tipo de explicação na *sequência 3* (negativa na sua formulação «não há») sobre a *ausência de constrangimentos*. Em seguida, após algumas frases lapidares, sem verbos e um «enfim» que recalca talvez um tema ou tenta superar uma contradição, as *sequências 4* e *5* desenvolvem no locutor a ideia da *mudança*, com os seus subtemas de *aprendizagem*, *vida saudável*, *regresso à infância*, que pertencem provavelmente a um mesmo universo de referência, a *criança livre exploradora*.

• As sequências seguintes, até ao fim, oscilam, apesar do esforço do interlocutor para o evitar, no *negativo* das férias. De facto, este negativo já fora aflorado, mas recusado, no final da *sequência 3* e no início da *sequência 4*: «Enfim... Sim... Bom» e «também não nos podemos aborrecer», passagem de transição marcada pela perturbação da produção do discurso. A *sequência 6*, introduzida por «Porque, há que dizê-lo», começa a libertar um recalcado, o da

Temática	Sequências	Enunciação
Expectativa positiva	1	frase de partida espontaneidade hesitante uso do «nós» retomar eficaz e apropriado
	2	desenvolvimento fácil uso do «eu» e «mim» riso de censura
	3	encerramento retomar muito selectivo perturbação seguida de um novo desenvolvimento regresso do «nós»
Mudança	4	frases curtas, secas interrupção de um tema censurado <i>retoma do discurso</i>
Liberdade da infância	5	regresso do «eu» hesitações devidas à busca de exemplos retoma segura da evolução do pensamento
	6	aprofundamento regresso do «nós» enumeração num estilo menos entrecortado
Imprevisto	7	riso de censura frases inacabadas
	8	estilo entrecortado regresso do «eu» e «mim» retoma do domínio dos verbos: presente, passado, futuro e generalização riso de conjuração

– O que são as férias para si?

– As férias? Ah... Para mim... A minha opinião sobre as férias...?

– Sim, sim, as férias, para si, o que representam?

– Oh, é **fantástico, claro...** *Sim... Ah... Bem, é igual para toda a gente, aliás.*

Enfim, pelo menos é o que penso. Sim, ah! Sonhamos com elas... Esperamos-las... Ah, ah, /

– *Sim, esperamos por elas...*

– Verdade, só esperamos isso. Pelo menos em certas alturas. Por exemplo,

agora está cinzento, é triste, toda a gente está mais doente, com o cansaço...

Bem! Para mim, as férias é tudo a cores. Azul, o mar, o céu. E depois a areia,

tudo dourado. Calor, é calor. A areia quente. E depois os coqueiros (riso)...

Bem, é um postal ilustrado que estou a descrever. Mas é isso!... O sonho.

Mesmo se for esquí, é também a cores. Azul, sol, branco... mas daquele

branco que brilha, as pessoas bronzeadas, alegres. É isso. /

– Para si, as férias são as cores...

– *Oh, não... Também... Ah...* Não fazemos nada durante as férias. Quero

dizer, não se trabalha. Fazemos o que **quisermos** por **prazer**. Não há

constrangimentos. Levantamo-nos ao meio-dia. Demoramo-nos. Não há

pressa.

– E não há barulho. Não há telefones a tocar. **Sossego**. O silêncio. **Enfim...**

Sim. Bem. Ah! / É sobretudo bom nos primeiros dias. Porque também não nos

podemos aborrecer. De facto... Ah... Ah... Não... é preciso mudar. As férias

é a mudança. Mudamos de «cabeça», de sítio, de hábitos. Vemos outra coisa.

Eu gosto muito de descobrir coisas durante as férias. Bem, pode ser um país

que eu não conheça, ou aprender a fazer olaria... Ou... Não sei... aperfeiçoar

a esquerda com umas aulas de ténis.

Mas, sobretudo, largar tudo. A mala, ups! e pronto. Já não há facturas nem

toda a gente que conhecemos demasiado. Outra coisa diferente. Já não fazer

sempre os mesmos gestos. /

E depois, em geral, bem, vive-se mais saudavelmente em férias, mais

perto da natureza. Na cidade, é preciso usar roupas, usar... la dizer sorrisos.

Eu sinto-me fechada, presa, pouco à vontade. Tenho a sensação de não poder

respirar fundo. Nas férias, corremos, rimos, mexemo-nos. Como crianças.

Talvez sejam isso as férias... Enfim, para mim, é assim que penso nelas... a

inocência... tudo novo...! As férias, quando éramos crianças, isso é que eram

férias. /

Porque, há que dizê-lo, por vezes **ficamos** desiludidos. É preciso **gozar**

bem as férias. Por vezes, estamos tão cansados que nem temos coragem para

as **organizar**. Ou então, *tinhamos* qualquer coisa planeada e, bem... depois

falha... As **pessoas** com quem devíamos partir já não querem ir. *Ou então*

planeia-se partir com alguém... Organizamos... e no momento de partir

apercebemo-nos de que já não temos vontade de sair com aquele **tipo**. *Ou*

então... *saimos* com uma amiga, uma boa amiga... Enfim, pensávamos até

então que era uma boa amiga... dávamo-nos bem com ela... Simpática...

divertida... e, durante a viagem, é um monstro de egoísmo. *Ou* apercebemo-

nos de que ela entra em pânico quando aparece algum contratempo. /

De facto, não se sabe muito bem o que se encontrará durante as férias...

É uma lotaria! Podemos descobrir... fazer novos amigos... encontrar a alma

gémea (riso). Ou então.. Ah... nada, o vazio... o aborrecimento. Ou os

aborrecimentos. Isso mete medo antes de partir. Não se pode estragar. Férias

estragadas, isso pode ser sinistro. Sim, Ah... /

– Sim... Sim...isso pode estragar as férias.

– Sim, e isso **angustia-me** sempre um pouco... antes. Gosto de sair... *mas,*

de facto... Ah. Por exemplo, eu tenho horror em fazer a mala... *Então isso...*

Verdadeiro horror... Faço isso sempre em pânico à última da hora. Assim, de

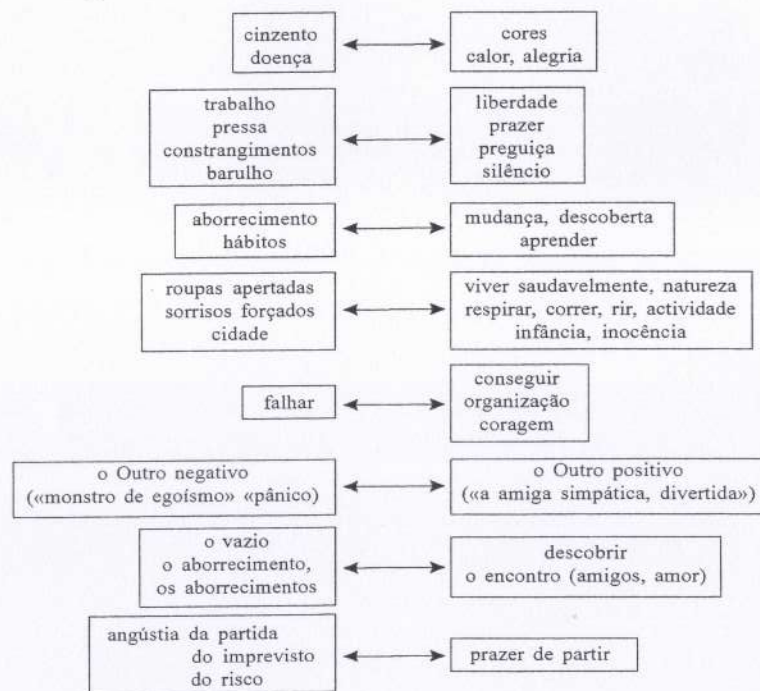
repente... Saio para viajar no deserto. *Bem, ainda não fiz isso, mas espero*

fazê-lo um dia. Além disso, em geral, gosto muito disso, do imprevisto (riso).

/

«falha», sob o tema mais dominado da *necessidade de uma organização* para as férias correrem bem. Quatro «ou então» e «ou» testemunham a invasão das dificuldades. Nesta fase, o «pânico» é projectado para outrem: «uma amiga». Um «de facto» conduz à sequência 7, a do jogo do destino («a lotaria») entre o «encontro» da amizade ou do amor (riso que marca embaraço) e o «nada» ou o «vazio». As palavras fortes «medo» e «sinistro» terminam esta sequência e preparam a seguinte. A sequência 8 testemunha pelo seu vocabulário («angústia», «horror», «pânico» e até a palavra «deserto») e pelo estilo entrecortado um universo *ansioso* ligado à partida no locutor. Apesar do restabelecimento final e da negação («gosto muito disso» e o riso), estamos longe do sonho do início da entrevista.

d) *Análise das oposições*⁽⁵⁾. – Dois universos opostos, num minicombate maniqueísta, defrontam-se neste discurso. Encontrar o seu esquema é também uma maneira de analisar o texto:



⁽⁵⁾ Agradeço a G. Moser, que, mostrando-me as suas próprias concepções sobre a análise desta entrevista, enriqueceu aquilo que aqui proponho.

Através deste jogo de oposições, particularmente marcante neste discurso, podemos observar várias coisas:

- O «*sossego*» e o «*silêncio*», atributos positivos das férias, podem resvalar para o *aborrecimento* (sequências 3 e 4), e o aborrecimento pode criar o vazio («nada», «vazio» da sequência 7).
- As férias são, numa espécie de equação, reduzidas à infância, matriz original de um paraíso perdido («respirar», a «inocência», «novo») pelo locutor, tal como era anteriormente, mas de maneira mais social, na descrição do paraíso de «postal ilustrado» («azul», «branco», «mar», «sol», «calor»).

e) *Análise da enunciação*. – Uma entrevista, como se trata de uma fala espontânea de inquérito, é feita de palavras, expressões, fins de frases aparentemente supérfluos, não levados em conta pela determinação semântica da procura de temas, mas muitas vezes, de facto, portadores de sentido. Além disso, o próprio estilo, nas suas variações, está carregado de significações. Uma leitura da «maneira de dizer», separada da leitura temática, pode completar e aprofundar a análise.

No caso presente, podemos observar, por exemplo:

- a evolução do estilo (comprimento, conclusão ou não das frases, nível de correcção ou de familiaridade da linguagem) em função do conteúdo abordado pelo locutor. Esta variação estilística fornece uma luz diferente sobre o modo como o entrevistado *sente* aquilo que exprime⁽⁶⁾;
- a alternância do uso do «nós», do «isso» (colocação à distância, generalização) e do «eu», «mim» (reapropriação, investimento pessoal);

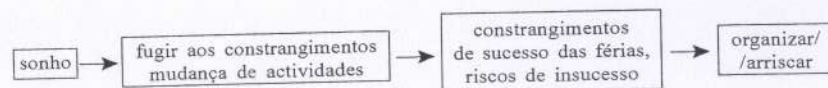
⁽⁶⁾ Na entrevista não directiva, longa por causa do mecanismo de planeamento, vemos, em muitos casos, que algumas sequências estão, à distância, ligadas entre si, apesar das sequências «incidentes» ou intercaladas (poderíamos assinalá-lo com um código apropriado), quer porque o tema desaparece e depois reaparece (ou se transforma, ou inverte-se, ou desenvolve-se, ou associa-se a outro, ou contamina outro, etc), quer porque a própria expressão, a maneira de dizer, impõe uma ligação. Por exemplo, uma sequência A1 «intelectual» será seguida de B1 «emotiva», depois novamente de A2 «intelectual», A3 «intelectual», B2 «emotiva». Ou então uma «particular», ou uma «narrativa», uma «intemporal», ou uma «estável», uma «perturbada», etc.

- a aparecimento de perturbações de linguagem, como «ãh», frases truncadas, cujo sentido é variável, traduzindo tanto um pensamento que se procura (sequência 1) como perturbações afectivas ligadas à emergência de um tema (final da sequência 3);
- a especificidade de determinados tiques de linguagem próprios de um locutor ou de uma entrevista: aqui, há muitos «enfim» e «ou então», que correspondem a um modo de pensamento enumerativo que procede por justaposição;
- o papel central do «enfim», que conclui a sequência 3: o âmago da entrevista, isto é, a ruptura entre dois mundos, o bom (prazer, sonho de férias felizes) e o mau (angústia do risco e do vazio), encontra-se aí, a meio caminho entre uma primeira parte facilmente dominada e uma segunda parte que tenta lutar com um sucesso decrescente contra a irrupção da ansiedade.

f) *O esqueleto da entrevista (estrutural e semântico)*. – As diferentes abordagens anteriores permitem agora esclarecer o miolo substancial desta entrevista, tanto no plano da organização cognitiva como no da temática profunda (ou seja, latente, no sentido em que o locutor não tem clara consciência disso)⁽⁷⁾.

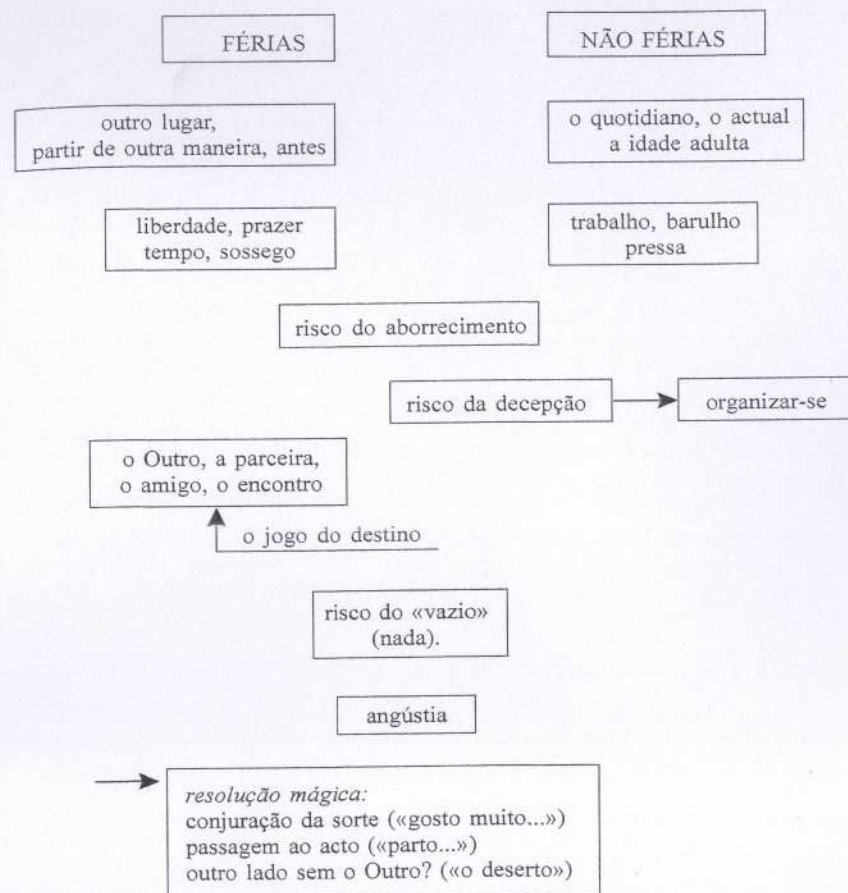
Por exemplo, pode-se simplificar a complexidade da entrevista por uma estrutura de base, que exprime o esqueleto de um conflito, de uma ambivalência, de um progresso, de uma superação, de uma narração, etc.

Aqui, poderíamos resumir assim o papel central do *constrangimento*:



Ou então extrair o jogo afectivo entre o desejo e o receio da partida, a necessidade do imprevisto e o medo do nada, a necessidade do outro e a solidão:

⁽⁷⁾ Uma entrevista não directiva pode conferir saber ao próprio locutor. Algumas reflexões ingénuas de fim de entrevista do tipo «Fez-me dizer coisas!» ou «É interessante, realmente, reflectir nisso», são a marca desta descoberta.



4. EXEMPLO: UM CONJUNTO DE RESPOSTAS SOBRE A RELAÇÃO COM O TELEFONE

Na sequência de um inquérito feito aos Franceses através de entrevistas não directivas sobre *os usos sociais do telefone como meio de comunicação*⁽⁸⁾, e para as necessidades de demonstração deste capítulo, pedimos a cerca de 30 pessoas (jovens dos 17 aos 25 anos) que produzissem escritos com cerca de uma página. Deviam responder o mais espontaneamente possível ao mesmo

⁽⁸⁾ L. Bardin, *Images et usages du téléphone*, contrato DGT, 1979.

pedido que o utilizado para desencadear as entrevistas no inquérito citado, a saber: «*Gostaria que me falasse da importância que o telefone tem na sua vida, o que representa ele para si...*»

É claro que estes escritos, limitados, são muito diferentes do jogo da fala de uma entrevista. No entanto, a sua temática não se afasta nada das entrevistas reais – como sabemos⁽⁹⁾ –, e se a sua enunciação (no sentido de acto de fala, com toda a retórica espontânea que isso induz) é fraca, a lógica interna está presente, ainda que simplificada, e isso é suficiente para ilustrar a análise de um conjunto.

Análise temática e sequencial

Entrevista n.º 2: na primeira abordagem, são referenciados os seguintes temas (poderão ser depois completados): *utilidade*, comparação com *carta* e *frente-a-frente*, função de *protecção*, *sociabilidade* (contexto emocional; conservação dos laços), *rapidez*, função *informativa*, *uso*, *prazer*, *incómodo*.

A divisão em sequências leva em linha de conta, ao mesmo tempo, particularidades expressivas ou enunciativas.

Sequência 1: frase de entrada, simultaneamente tomada de posição pessoal muito assertiva e adesão a um estereótipo (a pessoa não diz «para mim, o telefone é...»).

Sequência 2: introdução do «Eu». Linguagem quase matemática («posiciono», «limite», «equilíbrio»), em que a pessoa situa o telefone numa *hierarquia*: frente-a-frente / telefone / carta.

Sequência 3: o entrevistado explicita a sequência 2, mas a um nível muito mais psicológico e afectivo («fachada», «protege», «evitando-me», «estimula», «confronto», «revelar», «inibido»). A sequência é bastante complexa e deve ser decomposta na sua estrutura para revelar as oposições:

Telefone (+)	Não-telefone (-)
Fachada, dar valor	Entrevista física (a evitar)
Autoprotecção	Relações directas ou confronto
Estímulo	Inibição pelo interlocutor
Revelar-se	

(9) Por comparação com as entrevistas realmente efectuadas no inquérito.

Observações	Sequências	Nº 2 – «O equilíbrio»		Temática
Frase de partida: profissão de fé Equilíbrio: a palavra-chave? Relações com os outros	1 2 3	/O telefone é indispensável! [1]/ Posiciono-o no limite da entrevista e da carta . Permite um equilíbrio ./ Pode servir de fachada e dar valor, ou seja, protege-me em certos casos, evitando-me a entrevista física e estimula também, porque não há as mesmas relações directas, não há confronto, podemos revelar-nos sem ficar inibidos pelo interlocutor./	(+) utilidade máxima [1] hierarquia: frente-a-frente/tel./carta (+) e (-) tel. = protecção frente-a-frente = receio e inibição	
Interlocutor: termo anónimo	4	O telefone desempenha um papel importante no contacto e na amizade , um pequeno telefonema pode mudar muitas situações ; isso cria laços para falarmos regularmente./ Para além do contacto afectivo, o telefone é quase indispensável [2] para a vida profissional ; constitui uma enorme e muito rápida fonte de informações . / Sirvo-me do telefone praticamente todos os dias para me dar prazer [1], para dar prazer [2], e também por razões práticas./	(+) sociabilidade: conservação dos laços	
Influência da publicidade?	5	Mas também é preciso ver o lado negativo do telefone: «ser incómodo» demasiado frequentemente (mas isso pode ou não ser um prazer), ligarem por brincadeira./	(+) utilidade e rapidez para o profissional	
Repetição do prazer: centrípeto, centrífugo	6		Uso: quotidiano prazer	
Reserva no fim: o negativo, contraste com o início!	7		(-) incómodos (chamadas demasiado frequentes, chamadas intempestivas)	

Os números entre parêntesis rectos indicam um tema repetido várias vezes (ex. «indispensável»); podemos afectar cada retorno temático a um número. Numa entrevista real, logo maior, isto facilita a determinação ulterior dos lugares de aparecimento de um mesmo tema.

A carta (correio) é esquecida e a sequência 2 transforma-se numa sequência 3, que manifesta a preferência da *protecção* estimulante pelo telefone e o *receio* da relação directa inibidora com outrem, que é aqui nomeado com um termo remoto e anónimo: o «interlocutor».

Note-se a progressão entre as três sequências: de uma frase curta e de estrutura gramatical mínima para uma frase complexa e longa.

As três sequências seguintes (4, 5 e 6) regressam a afirmações simples e positivas:

Sequência 4: referência positiva à sociabilidade sócio-afectiva («contacto», «amizade») e ao papel de *coesão* social do telefone («laços», «regularmente»). Surge intercalado um significado mais subtil, o do pequeno «telefonema», que modifica, resolve uma «situação»: carácter *mágico*, apropriado e benéfico da comunicação telefónica.

Note-se o adjectivo «pequeno» no singular, que testemunha o investimento mínimo para um máximo de soluções.

Sequência 5: ruptura de nível («para além»), muda-se de registo, reafirmação do carácter indispensável, para o domínio *profissional*. Qualidade de *rapidez*, para um conteúdo preciso, a *informação* (isso poderia ser a organização, a decisão).

Sequência 6: regresso do «Eu». Informação sobre o *uso* temporal do telefone pela pessoa e aparecimento de um tema hedonista: o *prazer*, com repetição da palavra no sentido centrípeto (para mim) e centrífugo (para os outros), que traduz um equilíbrio na direcção da sociabilidade. As razões práticas invocadas surgem anexas e citadas de memória.

Sequência 7: reequilíbrio terminal por um tema negativo, o do *incómodo*, quer pela frequência demasiado grande das chamadas (com *nuanças*, subentendido não explicitado, em função das circunstâncias, de quem liga... provavelmente, e reaparecimento condicional do tema do prazer), quer por chamadas intempestivas⁽¹⁰⁾.

Entrevista n.º 3: se a resposta n.º 2 manifesta um *equilíbrio*, a palavra-chave aqui é o *receio*. Confessado logo no início, e apesar

⁽¹⁰⁾ As análises das respostas seguintes serão mais breves.

Observações	Sequências	Nº 3 - «O receio»	Temática
	1	Confesso sentir um certo receio [1] em relação ao telefone que não consigo explicar! ...O telefone é evidentemente muito prático e gosto de poder dispor dele, mas a minha primeira reacção é tentar evitá-lo [1]. Quando preciso de telefonar, primeiro penso se é possível deslocar-me e ir ver [1] a pessoa em questão, em vez de usar o aparelho. Se puder ir lá sem dificuldade, opto por esta solução. Mas se a única solução for telefonar, faço-o sem sentir qualquer medo [2] intenso, acompanha do de manifestações físicas! Só tento evitá-lo [2] se for possível. Prefiro o contacto directo [2] com as pessoas. Mas este medo [3] não se faz sentir se eu tiver de telefonar a alguém que conheço perfeitamente (ainda que, mesmo neste caso, prefira encontrar-me [3] com a pessoa). Quando o telefone toca, espero que outra pessoa [3] atenda antes de mim. Se estiver sozinha, às vezes não respondo [4] ou tardo em atender./ Talvez receie [4] tomar conhecimento de uma notícia má ? É a única resposta que encontro. Aliás, é um pouco a impressão que tenho./ Desde há algum tempo que tento poder telefonar sem hesitar e acho que progredi nesse sentido. Depois de a conversação se iniciar, sinto-me perfeitamente à vontade ./	(-) medo [1] (+) prático (-) evitar [1] encontro > telefone [1]
Negação?	2		medo [2] evitar [2] encontro [2] medo [3]
Trauma anterior?	3		encontro [3] evitar [3] evitar [4] medo [4] medo da notícia má
Autopersuasão?	4		(±) esforço para estar à vontade

do final desta à vontade (autopersuasão), este medo do telefone marca toda a entrevista. Esta pode dividir-se em quatro sequências:

- 1) uma frase de introdução, directa;
- 2) uma longa sequência de explicação com *nuances*; como que por uma fobia, a relação com o telefone aqui expressa é mais ou menos ansiógena conforme os casos: máxima na recepção (o desconhecido), menor com uma pessoa conhecida e quando a conversa decorre. O encontro frente-a-frente (deslocação e até contacto directo) parece, por comparação, altamente preferível;
- 3) uma frase de explicação eventual do problema;
- 4) uma final, que tenta tornar a situação menos negra.

Comparado com a resposta n.º 2, muito completa, o registo desta é mais limitado, com repetições temáticas.

Entrevista n.º 4: a divisão desta entrevista em sequências não mostra nada. A dominante da resposta é: um *mal necessário*, mas com o qual não se pode *ver* os outros.

Entrevista n.º 9: resposta muito mais densa do que a anterior e muito *positiva*: em certos casos, há vários temas por frase. Aparecem temas novos, como o *prazer* da fala ou a *magia* da voz

Entrevista n.º 13: posição aparentemente positiva, técnica e impessoal. Mas, de facto, a partir da sequência 2, o locutor revela uma falta de confiança em si e depois uma *insegurança* (seq. 3) e uma preocupação em ser incomodado por chamadas intempestivas (seq. 4). Embora o nível manifesto seja positivo, há um nível latente, mais *ansioso*, já iniciado, de facto, pela palavra «seguro» da primeira frase ou pela evocação das «cartas que se perdem».

Entrevista n.º 15: alternância de sequências impessoais («indispensável», «intermediário», «profissional») e afectivas.

A função «de *juntar*» («unir», «aproximar») é forte, mas a relação com o telefone é *ambivalente*, as opiniões positivas de três quartos da resposta são postas em causa pelo medo do exterior e pela angústia ligada à irrupção dos outros ou de notícias.

Observações	Sequências	Nº 4 - «Um mal necessário»	Temática
Não gosto	*	O telefone representa para mim um meio de comunicação rápido, instantâneo (ao contrário do correio, que precisa de algum tempo), «directo» (o correio é mais indirecto). Representa um grande progresso técnico. A este respeito, aliás, espero com grande impaciência a chegada de novos telefones que permitam ver [1] o interlocutor e não apenas ouvi-lo. [Não gosto] muito do telefone, justamente porque o contacto visual [2] não existe. Acho que a comunicação pode ser <i>falsada</i> por este pormenor. Contudo, não posso dispensá-lo. Viver hoje sem telefone parece-me impossível ou difícil.	(+) rapidez (+) comunicação directa (-) falta de visão [1] (-) falta de visão [2] (-) comunicação falsa
Não posso dispensá-lo		É um instrumento indispensável , mas talvez as pessoas tenham tendência para se verem menos devido à facilidade oferecida por esta invenção.	(+) indispensável [1] (+) indispensável [2] Telefone? encontro
* Não há sequências claras.			
Objecto... utilizado: um instrumento		Nº 9 - «Falar... a voz»	
1		É um objecto que <i>gosto muito</i> de <i>usar</i> . / Posso ficar muito tempo ao telefone se a <i>conversa</i> [1] for interessante. Se não tiver nada para fazer, costumo <i>telefonar</i> a um(a) <i>amigo(a)</i> para saber novidades. [falar] [2], etc./	(+) (+) uso: conversação [1] telefone > nada fazer (+) amizade (+) conversação, falar [2]
2		Por isso, para mim é um meio de comunicação indispensável . O telefone é também um meio para obter informações rapidamente / e talvez o facto de se poder permanecer anónimo dê maior facilidade para nos exprimirmos ou fazermos perguntas. Não importa que nos queixemos ou coremos... porque a pessoa não nos vê, não nos conhece. /	(+) indispensável (+) função informativa
3		É também, de certo modo, um instrumento <i>mágico</i> por causa da <i>voz</i> . /	(+) protecção do anonimato, da ausência de visão (= timidez)
4		Indispensável , mas complementar, não me impede de escrever e de me deslocar. /	(+) carácter mágico (+) a voz
5			(+) indispensável [2]
6			igualdade e complementaridade com a carta e a deslocação

Observações	Sequências	Temática	
Nº 13 – «Necessidade de estar seguro»			
Único «eu» do texto	1	O telefone é mais rápido e mais seguro do que as cartas, que se perdem ou chegam tarde de mais... / Além disso, o telefone permite revelar mais o carácter do que o físico. <i>Eu</i> digo isto para os recrutamentos: no telefone, não se julga pela cara da pessoa, mas realmente pelo seu interior: inteligência, forma de se exprimir, etc. / Permite fazer passar uma informação sem ter de pagar uma deslocação.	(+) rapidez (+) fiabilidade } ≠ carta (+) protecção por falta de visão valorização Interior > física função informativa (+) custo menor tel.>deslocação }
	2	Permite receber notícias ou pessoas com mais frequência.	(+) sociabilidade
	3	Permite contactar pessoas úteis muito depressa: ambulância, bombeiros, anti-veneno, etc. / Porém, é mau para vendas por telefone, que são enervantes.	(+) segurança (-) incómodo
	Um utensílio	4	De facto, é um <i>utensílio</i> prático, com o qual o contacto é concreto, embora possa servir por vezes para tornar esse contacto negativo: ver, a este respeito, o número cada vez maior de pessoas que não aparecem na lista telefónica por causa das chamadas desagradáveis. /
Protecção			

Nº 15 – «Juntar... para e melhor e pa ra o pior»

Estereótipo impessoal	1	O telefone é um meio de comunicação indispensável nos dias de hoje. / Permite estar em contacto com diferentes regiões e por vezes até países.	(+) indispensável (+) proximidade geográfica
	2	O telefone serve para aproximar os interlocutores: por exemplo, numa viagem ao estrangeiro, <i>sentia-me só</i> . Graças ao telefone, os <i>meus</i> pais puderam estar comigo , e, por isso, reconfortaram-me . / O telefone é um intermediário que pode fazer passar mensagens, tanto comuns como sentimentais . /	(+) aproximação afectiva (+) antídoto para a solidão reconforto intermediário dupla função: «comum», «sentimental»

Impessoal, frase de transição	3	No plano profissional , o telefone também é muito útil, pois permite que as empresas comuniquem. Por exemplo, na área da documentação, como as relações entre centros de documentação são muito importantes, o telefone tem um papel essencial. Permite transmitir informações actuais. /	(+) utilidade profissional (+) função informativa
	4	É verdade que o telefone é prático, mas, contudo, o seu toque angustia-me [1]. O facto de levantar o auscultador incomoda-me . Muitas vezes os interlocutores não sabem apresentar-se ou são desagradáveis , e isso exaspera-me . A angústia [2] vem também do facto de <i>eu</i> ter sempre medo [3] de receber uma notícia má por telefone. /	(-) angústia [1], [2], [3] (-) incómodo, desagradável, exasperação (-) eventualidade de uma notícia má

Nº 16 – «Indispensável para a organização, mas...»

Interlocutores vagos: «as pessoas»	1	Em primeiro lugar, é um meio de comunicação que utilizo muito porque moro muito longe [1] da maioria das pessoas que conheço e i sso permite-me organizar [1] coisas com elas. Permite-me também contactar com pessoas que vivem muito longe [2] de mim e ter um diálogo com elas que a escrita não permite. /	uso frequente (+) resposta à distância [1], [2] (+) organização [1] (+) diálogo > carta
	2	Mas não gosto dos telefonemas que duram demasiado tempo e nos quais só se dizem banalidades . Prefiro ser concisa e breve. /	(-) tempo, banalidades
	3	Entfim, o telefone enerva-me porque, em minha casa, não há refeição em que o telefone não toque, há quase sempre alguém ao telefone... / O telefone é importante na minha vida porque organizo-me [1] muito em função dos contactos telefónicos. No entanto, utilizo-o sobretudo porque a isso sou obrigada: é indispensável . /	(-) incómodo invasor, ruptura da intimidade familiar organização [2] (±) obrigação de uso indispensável

Observações	Sequências	Temática
«simultaneamente» positivo Restrição O pior Positivo Restrição	*	Nº 19 – «Melhor do que o... vazio» O telefone é uma coisa <i>simultaneamente</i> , agradável e desagradável . Permite comunicar com pessoas de quem gostamos e que estão longe . Preferíamos ir vê-las [1], poder ver os seus rostos, tocar-lhes , mas não se pode, e é pena. Mesmo assim é melhor do que o vazio [1], o silêncio total. Podemos também marcar encontros [1]. Não gosto de falar horas ao telefone. Prefiro ter a pessoa à minha frente [2]. No trabalho , o telefone é muito útil para obter informações , marcar encontros [2], poupar tempo . Mas pode ser também muito incômodo , se estiver sempre a tocar . O ideal seria poder fazer uma triagem das chamadas. ... Não gosto nada quando um desconhecido telefona e faz partidas – se assim lhes podemos chamar – de gosto duvidoso, nem quando o telefone toca e ninguém fala, ou quando atendemos e não respondem logo.
Positivo Restrição Solução		(±) ambivalência (+) redução da distância (-) ausência de visão; de contacto [1] medo do vazio; (+) marcar encontros (-) recusa de conversação longa frente a frente [2]>telefone (+) utilidade profissional Função informativa encontro [2], poupança de tempo (-) incômodo; desejo: triagem selectiva (-) chamadas intempestivas medo do vazio [2]
Negativo		

* Alternância de oposições

Nº 21 – «Nenhum sentimento...»

Restrição	O telefone é para mim sobretudo um objecto prático [1] que me permite resolver os problemas à distância . Não tenho por ele nenhum sentimento , nem apreensão nem alegria. Só incômodo quando o aparelho toca todos os cinco minutos ou quando é preciso falar durante meia-hora para <i>nada</i> dizer a um a pessoa que não compreende que estamos a fazer outra coisa. É verdade que não gosto muito de ter conversas sérias ao telefone, porque não vejo o rosto do meu interlocutor, o que <i>impede</i> ler no seu rosto ao mesmo tempo que ele fala. Senão útil, prático [2], é tudo .	prático [1] função instrumental: resolver os problemas (-) incômodo (-) perda de tempo (-) ausência de visão útil [1], prático [2]
«Nenhum» «Só» Negações		
«Não gosto» Negação «Impede»		

Nº 23 – «Gosto de telefonar»

Centrifuga e centrípeta	É um instrumento genial! Gosto de telefonar e de receber telefonemas. Não considero o telefone apenas um simples objecto, é para mim uma espécie de « ponto de encontro » e um «objecto» com o qual posso aprender , rir e sentir emoções fortes. De Facto, o telefone está carregado de símbolos e talvez lhe dê uma importância demasiado invasora para os meus próximos. Mas ficaria muito infeliz se amanhã me firassem o meu telefone!	(+++) encontro função emotiva
«meu» telefone		

Nº 26 – «Não gosto de telefonar»

Negação Restrição	Para mim, o telefone não é senão um aparelho utilitário. Permite-me evitar deslocações aborrecidas e telefonar a amigos que não posso ver com frequência. Mas, em geral, não gosto de telefonar, não gosto de ligar. Isso não me impede de gostar de receber telefonemas. O telefone é um objecto com o qual nunca me consegui familiarizar .	utilidade estrita paliativo das deslocações (--) (-) imitar (inibição) (+) receber estranheza
Não gosto		

Nº 27 – «O amigo ou o inimigo...»

Eu e o mundo	É um elo [1] entre mim e o «mundo» em primeiro lugar. O telefone é um objecto e um utensílio agradável, porque põe as pessoas em relação [2]. Mas [1] é também a ave de mau augúrio pela qual chegam as notícias más [1]. Tenho tendência a passar demasiado tempo ao telefone, pelo menos para o gosto dos meus pais. O telefone tranquiliza-me e inquieta-me [2]. Esperamos com prazer e impaciência uma chamada, receamos [3] ou somos surpreendidos pelo toque. Mesmo que não me sirva dele, gosto de o ter, no caso de... é o objecto de companhia para a solidão . Conforme os meus humores, o telefone torna-se <i>o amigo ou o inimigo</i> . Risos, choros passam por vezes por ele. Quer faria eu sem ele?	(+) elo, relação [1], [2] eventualidade de uma notícia má uso frequente culpabilidade relativamente aos próximos (±) ambivalência [2], [3] Inquietação; Incômodo (++) segurança antídoto para a solidão (±) ambivalência [4] medo de privação indispensável
«Mas» de ambivalência		

Entrevista n.º 16: a construção é a de uma dissertação escolar: sequência positiva, sequência negativa, conclusão com *nuances*, que retoma os argumentos anteriores.

A palavra «indispensável» aparece aqui a uma nova luz: ligada à *obrigação* (isto levará, talvez, a reconsiderar este tema como não totalmente positivo).

Entrevista n.º 19: a concepção do telefone é marcada pelo «sim, mas...». Mais do que uma divisão em sequências, deve notar-se o movimento de balança: afirmação positiva, depois restrição, e o final pende para o negativo.

É instaurada uma hierarquia, em que o melhor seria o *frente-a-frente*, o pior a *ausência de comunicação*, e o termo médio a *comunicação telefónica*, que apresenta vantagens e desvantagens.

Entrevista n.º 21: as palavras-chave desta resposta são «distância» e «é tudo». O locutor utiliza toda a sua resposta para marcar a *distância* relativamente a uma eventual implicação na comunicação. Há uma dezena de formas lexicais ou gramaticais de tipo *negativo* ou *restritivo* para quatro frases. É um atitude de «defesa».

Entrevista n.º 23: reacção oposta à resposta 21. O conjunto caracteriza-se por um *investimento* máximo, marcado pela apropriação («o meu telefone»), decorrente de uma *apetência relacional forte*, com consciência de uma expansividade «invasora» e medo da *privação* «se no futuro mo tirassem...»

Mas esta resposta fornece mais informação sobre um *desejo de sociabilidade* geral, que encontra satisfação num instrumento telefónico, do que características precisas sobre o uso deste meio.

Entrevista n.º 26: atitude negativa pela incapacidade de se «familiarizar» com este modo de comunicação. A função é limitada ao «*utilitário*», ou seja, ao mínimo estrito. Parece que a dificuldade é, sobretudo, o facto da emissão e não da recepção: dificuldade de se dirigir aos outros?

Entrevista n.º 27: atitude em que a *ambivalência* do telefone é claramente expressa: segurança/ansiedade, prazer/apreensão, «amigo»/«inimigo», «riso»/«choros».

A temática psicológica é fértil, com uma dominante na função *relacional* do telefone («elo», medo da privação). É o telefone «cordão umbilical», por onde passa o pior e o melhor.

Note-se pela segunda vez (cf. também n.º 23) a referência aos outros com quem a linha é partilhada.

Esta primeira leitura codificada, a três níveis (temático, estrutura, expressão), tem como função:

- preparar a ou as grelhas categoriais transversais;
- fornecer hipóteses de interpretação.

Por uma questão de espaço, mas também devido ao fenómeno de saturação, limitámos aqui os exemplos a uma dúzia. Com efeito, a partir de certo número de respostas ou de entrevistas, a temática repete-se, fornecendo cada vez menos novidades.

Temática: vantagens e desvantagens	Números											
	4...	9...	13...	15...	16...	19...	21...	23...	26...	27...		
Fiabilidade												
Utilidade												
Rapidez												
Comodidade												
Economia												
Favorece a organização												
Aumenta a informação												
Reduz a distância												
Substitui a deslocação												
Aumenta a segurança												
Favorece a protecção												
Bom para a sociabilidade												
Aproxima afectivamente												
Constitui um elo												
Permite o diálogo												
Preserva da solidão												
Fornece o prazer da fala												
Permite o diálogo												
Inquietante, ansiógeno												
Ausência de visão, de presença física												
Sujeito às chamadas a qualquer hora												
Perda de tempo												
Exige uma habituação, uma aprendizagem												
Pode trazer uma notícia má												
Etc.												

Quando se faz análise de entrevistas, raramente é possível estabelecer uma grelha categorial única e homogênea, devido à complexidade e à multidimensionalidade do material verbal. É preferível «atacar em vários flancos».

Há duas possibilidades: ou assumir um ponto de vista geral e homogêneo, ou analisar alguns aspectos específicos, e as duas completam-se.

Por exemplo, no nosso caso, podemos estabelecer uma grelha categorial das qualidades e defeitos, ou das *vantagens* ou *desvantagens*, atribuídos ao meio de comunicação telefónico por todos os indivíduos. Constrói-se então uma grelha com, nas linhas, os temas qualificadores e, nas colunas, os indivíduos. Basta depois marcar cada intersecção (presença/ausência, ou número de ocorrências, por indivíduo).

É também possível referenciar em todos os textos, por uma nota, um aspecto particular. Por exemplo:

- Reunir todas as primeiras frases, que funcionam um pouco como *slogans*, analisá-las, compará-las (a hipótese subjacente é que a primeira frase revelaria, na maioria dos casos, a atitude base do indivíduo).
- Escolher um título para cada pessoa, que resuma a especificidade do seu discurso, um pouco à maneira de Barthes na sua análise do estado apaixonado⁽¹¹⁾ (tem a vantagem de obrigar a perceber a originalidade de cada fala, bem como de facilitar o manuseamento geral quando a massa de entrevistas ou de respostas se torna maior).
- Apontar um projector sobre as *designações* que os interlocutores utilizam para designarem a materialidade do *telefone*: «objecto», «instrumento», «aparelho», «lugar de encontro», «intermediário», «ave»... (tendo como pressuposto que as próprias formulações contêm significados carregados de sentido).
- Do mesmo modo, procurar nos textos e analisar as palavras utilizadas para designar os *interlocutores* (em resposta à pergunta «quem se invoca quando se cita parceiros telefónicos?»): «amigos», «família», «doutor», «interlocutores», «gente»,

⁽¹¹⁾ R. Barthes, *Fragments d'un discours amoureux*, Seuil, 1977 [*Fragmentos de um Discurso Amoroso*, Lisboa, Edições 70].

«nós», «aqueles que conheço», «pessoas», «organismos», «os meus próximos»... ou ausência de referência ao interlocutor.

- Determinar o *sentido das comunicações* telefónicas: emissão/recepção ou centrífuga/centrípeta, e os significados associados em contexto.
- Esboçar uma tipologia dos indivíduos segundo o seu *tipo de sociabilidade* manifesta: grau de apetência relacional, necessidade dos outros; defesa ou inibição, sociabilidade real e aspirações, etc., referindo os critérios semânticos ou os índices expressivos que permitem a análise desta dimensão no texto.
- Coligir as circunstâncias, situações, episódios concretos evocados (seriam mais numerosos em entrevistas reais).

Há muitas outras possibilidades, que os discursos a analisar e as suas particularidades poderão sugerir ao analista...

TERCEIRA PARTE

MÉTODO

I

Organização da análise

As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três pólos cronológicos:

- 1) a pré-análise;
- 2) a exploração do material;
- 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

1. A PRÉ-ANÁLISE

É a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas tem por objectivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Recorrendo ou não ao computador, trata-se de estabelecer um programa que, podendo ser flexível (quer dizer, que permita a introdução de novos procedimentos no decurso da análise), deve, no entanto, ser preciso.

Geralmente, esta primeira fase possui três missões: a *escolha dos documentos* a serem submetidos à análise, a formulação das *hipóteses* e dos *objectivos* e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Estes três factores não se sucedem, obrigatoriamente, segundo uma ordem cronológica, embora se mantenham estreitamente ligados uns aos outros: a escolha de documentos depende dos objectivos, ou, inversamente, o objectivo só é possível em função dos documentos disponíveis; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices. A pré-análise tem por objectivo a orga-

nização, embora ela própria seja composta por actividades não estruturadas, «abertas», por oposição à exploração sistemática dos documentos.

a) *A leitura «flutuante»*. – A primeira actividade consiste em estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. Esta fase é chamada de leitura «flutuante», por analogia com a atitude do psicanalista. Pouco a pouco, a leitura vai-se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projecção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos.

b) *A escolha dos documentos*. – O universo de documentos de análise pode ser determinado *a priori*:

- por exemplo: uma empresa solicita a uma equipa de analistas a exploração dos recortes de imprensa reunidos num «*press-book*», acerca do novo produto lançado no mercado alguns meses atrás.

Ou então o objectivo é determinado e, por conseguinte, convém escolher o universo de documentos susceptíveis de fornecer informações sobre o problema levantado:

- por exemplo: o objectivo é seguir a evolução dos valores da instituição escolar francesa durante um determinado ano. Opta-se então pela análise dos discursos de distribuição dos prémios: material homogéneo, regular, conservado, acessível e rico em informações relativamente ao objectivo.

Estando o universo demarcado (o género de documentos sobre os quais se pode efectuar a análise), é muitas vezes necessário proceder-se à *constituição de um corpus*. O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, selecções e regras. Eis as principais regras:

- *Regra da exaustividade*: uma vez definido o campo do *corpus* (entrevistas de um inquérito, respostas a um questionário, editoriais de um diário de Paris entre tal e tal data, emissões de televisão sobre determinado assunto, etc.), é preciso

ter-se em conta todos os elementos desse *corpus*. Por outras palavras, não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou por aquela razão (dificuldade de acesso, impressão de não-interesse), que não possa ser justificável no plano do rigor. Esta regra é completada pela de *não-selectividade*.

Por exemplo, reúne-se um material de análise da publicidade a automóveis publicada na imprensa durante um ano. Qualquer anúncio publicitário que corresponda a estes critérios deve ser recensado.

- *Regra da representatividade*. A análise pode efectuar-se numa *amostra* desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial. Neste caso, os resultados obtidos para a amostra serão generalizados ao todo.

Para se proceder à amostragem é necessário ser possível descobrir a distribuição dos caracteres dos elementos da amostra. Um universo heterogéneo requer uma amostra maior do que um universo homogéneo. A costureira, para que possa fazer ideia de uma peça de tecido com flores, tem necessidade de uma amostra maior desse tecido do que aquela que seria necessária para ter a ideia de um tecido liso. Tal como para uma sondagem, a amostragem pode fazer-se ao acaso, ou por *quotas* (sendo conhecidas as frequências das características da população, retomamo-las na amostra, em proporções reduzidas).

Por exemplo, se se souber que existem x marcas de automóveis e que cada uma possui uma taxa média de n anúncios por ano. Além disso, conhece-se a distribuição pelos órgãos de imprensa. Finalmente, avaliamos a repartição quantitativa e a variação qualitativa dos conteúdos temáticos segundo os meses do ano. Tidos em conta estes critérios (marcas, órgãos de imprensa, períodos), que dependem do objectivo da análise, pode proceder-se a uma redução pensada (amostragem) do universo e diminuir a parte submetida a análise.

Nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo (e portanto o alcance da análise) se este for demasiado importante.

• *Regra da homogeneidade*: os documentos retidos devem ser homogêneos, quer dizer, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha.

Por exemplo, as entrevistas de inquérito efectuadas sobre um dado tema devem referir-se todas a esse tema, ter sido obtidas por intermédio de técnicas idênticas e ser realizadas por indivíduos semelhantes. Esta regra é, sobretudo, utilizada quando se deseja obter resultados globais ou comparar entre si os resultados individuais.

Precisemos, no entanto, que se a constituição de um *corpus* é uma fase habitual na análise de conteúdo, para algumas análises monográficas (uma entrevista aprofundada, a estrutura de um sonho ou a temática de um livro), tal fase não tem sentido (caso de um documento único, singular).

• *Regra de pertinência*: os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objectivo que suscita a análise.

c) *A formulação das hipóteses e dos objectivos*. – Uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos procedimentos de análise. Trata-se de uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros. O *objectivo* é a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados.

Levantar uma hipótese é interrogarmo-nos: «será verdade que, tal como é sugerido pela análise *a priori* do problema e pelo conhecimento que dele possuo, ou, como as minhas primeiras leituras me levam a pensar, que...?».

De facto, as hipóteses nem sempre são estabelecidas quando da pré-análise. Por outro lado, não é obrigatório ter-se como guia um *corpus* de hipóteses, para se proceder à análise. Algumas análises efectuam-se «às cegas» e sem ideias pré-concebidas. Uma ou várias técnicas são consideradas adequadas *a priori*, para fazerem «falar» o material, utilizando-se sistematicamente. Isto é o que sucede muitas vezes ao recorrermos à informática.

A propósito deste problema do primado do quadro de análise sobre as técnicas e vice-versa, P. Henry e S. Moscovici⁽¹⁾ parecem

privilegiar os *procedimentos exploratórios* (em que «o quadro de análise não está determinado» e em que «se parte de uma colocação em evidência das propriedades dos textos») em relação ao que estes autores chamam os procedimentos fechados.

«Pôr em funcionamento um procedimento fechado é começar-se a partir de um quadro empírico ou teórico de análise de certos estados psicológicos, psicossociológicos ou outros, que se tentam particularizar, ou então a propósito dos quais se formularam hipóteses ou se levantaram questões. Reúnem-se textos (...) Depois observam-se esses textos através de um determinado quadro teórico (...), quadro esse pré-estabelecido e que não pode ser modificado.»

Os *procedimentos fechados*, caracterizados essencialmente por técnicas taxinómicas (por classificação de elementos dos textos em função de critérios internos ou externos), são métodos de observação que funcionam segundo o mecanismo da indução e servem para a experimentação de hipóteses.

Enquanto que os *procedimentos de exploração*, aos quais podem corresponder técnicas ditas *sistemáticas* (e nomeadamente automáticas), permitem, a partir dos próprios textos, apreender as ligações entre as diferentes variáveis, funcionam segundo o processo dedutivo e facilitam a construção de novas hipóteses.

Segundo os autores, cujo ponto de vista particular os conduz ao desejo de insistir, quer nas *condições de produção* – ou campo de determinações – dos textos no sentido lato (situação de comunicação, meio sócio-cultural, psicologia individual, etc.), quer nas relações entre os próprios documentos e as suas condições de produção, os métodos exploratórios sistemáticos têm a vantagem de poder servir de introdução aos únicos procedimentos experimentais capazes de apreender as ligações funcionais entre o que estes autores chamam o plano vertical (nível de condições de produção, enquanto variáveis independentes) e o plano horizontal (nível dos textos analisados enquanto variáveis dependentes).

No entanto, em muitos casos, o trabalho do analista é insidiosamente orientado por hipóteses implícitas. Daí a necessidade das posições latentes serem reveladas e postas à prova pelos factos,

⁽¹⁾ P. Henry e S. Moscovici. «Problèmes de l'analyse de contenu» em *Langage*, n.º II, Setembro, 1968.

posições estas susceptíveis de introduzir desvios nos procedimentos e nos resultados. Formular hipóteses consiste, muitas vezes, em explicitar e precisar – e, por conseguinte, em dominar – dimensões e direcções de análise, que apesar de tudo funcionam no processo.

d) *A referenciação dos índices e a elaboração de indicadores.* – Se se considerarem os textos uma manifestação que contém índices que a análise vai fazer falar, o trabalho preparatório será o da escolha destes – em função das hipóteses, caso elas estejam determinadas – e sua organização sistemática em indicadores.

Por exemplo, o índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem. Se se parte do princípio de que este tema possui tanto mais importância para o locutor quanto mais frequentemente é repetido (caso da análise sistemática quantitativa), o indicador correspondente será a frequência deste tema de maneira relativa ou absoluta, relativamente a outros.

Por exemplo: supõe-se que a emoção e a ansiedade se manifestam por perturbações da palavra durante uma entrevista terapêutica. Os índices retidos⁽²⁾ («hã», frases interrompidas, repetição, gaguez, sons incoerentes...) e a sua frequência de aparição vão servir de indicador do estado emocional subjacente.

Uma vez escolhidos os índices, procede-se à construção de indicadores precisos e seguros. Desde a pré-análise devem ser determinadas operações de *recorte do texto* em unidades comparáveis de *categorização* para análise temática e de modalidade de *codificação* para o registo dos dados.

Geralmente, certificamo-nos da eficácia e da pertinência dos indicadores testando-os em algumas passagens ou em alguns elementos dos documentos (pré-teste de análise).

e) *A preparação do material.* – Antes da análise propriamente dita, o material reunido deve ser preparado. Trata-se de uma preparação material e, eventualmente, de uma preparação formal («edição»).

Por exemplo: as entrevistas gravadas são transmitidas (na íntegra) e as gravações conservadas (para informação paralinguística), os artigos de imprensa são recortados, as respostas a questões abertas são anotadas em fichas, etc. É aconselhável que se prevejam

(2) G. F. Muhl, «Exploring emotional states by content analysis», em I. de S. Pool, *Trends in content analysis*, Urbana, University of Illinois Press, 1959.

cópias em número suficiente (recortes, equipa numerosa) e que se numerem os elementos do *corpus*. Suportes materiais de um tipo específico podem facilitar a manipulação da análise: entrevistas dactilografadas num rolo de papel, dispondo de colunas vazias à esquerda e à direita para o código, e respostas a questionários em fichas-padrão para que se possam marcar os contrastes.

A preparação formal, ou «edição», dos textos pode ir desde o alinhamento dos enunciados intactos, proposição por proposição, até à transformação linguística dos sintagmas, para padronização e classificação por equivalência. No caso do tratamento informático, os textos devem ser preparados e codificados segundo as possibilidades de «leitura» do computador e segundo as instruções do programa.

2. A EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

Se as diferentes operações da pré-análise forem convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efectuadas por computador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente. Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas (cf. capítulo seguinte).

3. TRATAMENTO DOS RESULTADOS OBTIDOS E INTERPRETAÇÃO

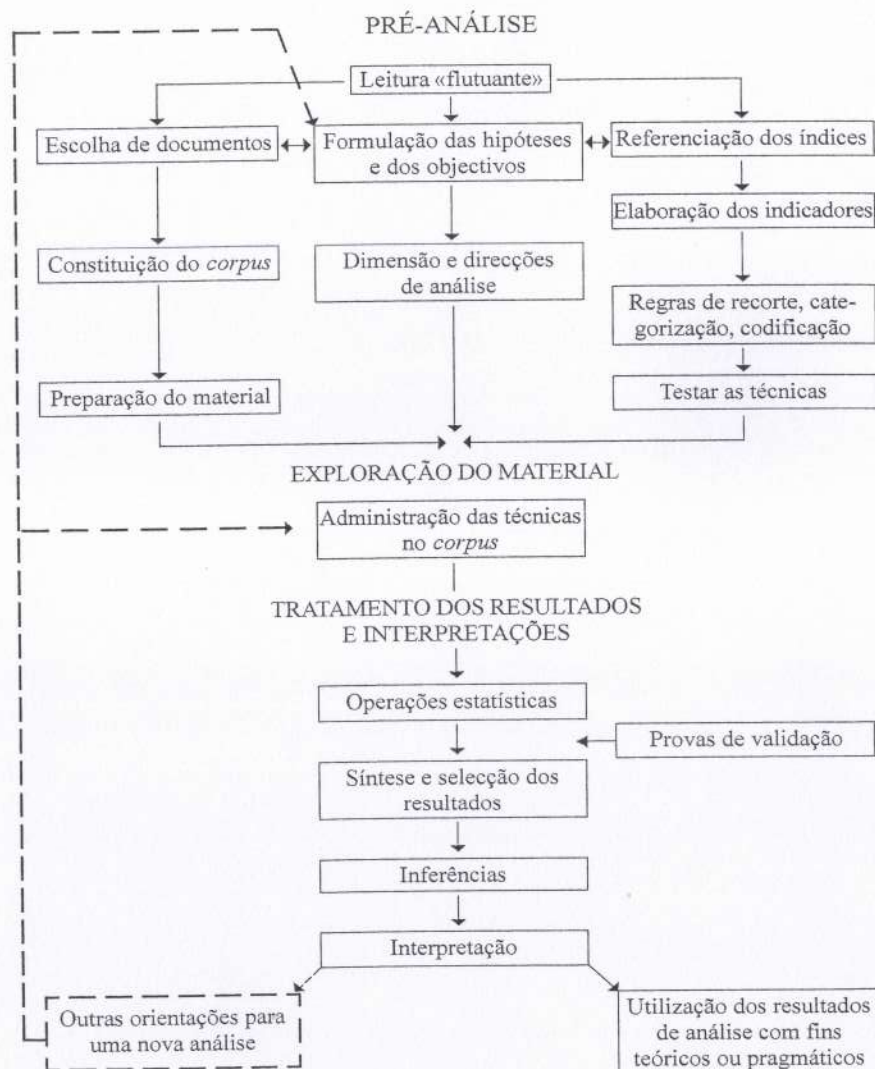
Os resultados em bruto são tratados de maneira a serem significativos («falantes») e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise factorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise.

Para um maior rigor, estes resultados são submetidos a provas estatísticas, assim como a testes de validação.

O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objectivos previstos –, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.

Por outro lado, os resultados obtidos, a confrontação sistemática com o material e o tipo de inferências alcançadas podem servir de base a uma outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas, ou praticada graças a técnicas diferentes (ver figura em baixo)

Desenvolvimento de uma análise



II

A codificação

Torna-se necessário saber a razão *por que é que* se analisa, e explicitá-lo de modo a que se possa saber *como* analisar. Daqui, a necessidade de se especificar hipóteses e de se enquadrar a técnica dentro de um quadro teórico, tal como acabamos de ver. A menos que se façam *fishing expeditions*, como dizem os anglo-saxónicos, quer dizer, análises exploratórias «para ver o que há». Neste caso, é o como (a técnica) que poderá precisar o porquê (a teoria). Em ambos os casos, contudo, existe um elo entre os dados do «texto» e a teoria do analista.

Tratar o material é codificá-lo. *A codificação* corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas – dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão; susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices, ou, como diz O. R. Holsti⁽¹⁾:

«A codificação é o processo pelo qual os dados em brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo.»

A organização da codificação compreende três escolhas (no caso de uma análise quantitativa e categorial):

- O recorte: escolha das unidades;
- A enumeração: escolha das regras de contagem;
- A classificação e a agregação: escolha das categorias.

⁽¹⁾ O. R. Holsti, *Content Analysis for the Social Sciences and Humanities*, Addison-Wesley Publishing Company, 1969.

1. UNIDADES DE REGISTO E DE CONTEXTO

Quais os elementos do texto a ter em conta? Como recortar o texto em elementos completos? A escolha das unidades de registo e de contexto deve responder de maneira pertinente (pertinência em relação às características do material e face aos objectivos da análise).

a) *A unidade de registo.* – É a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. A unidade de registo pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis. Reina uma certa ambiguidade no que respeita aos critérios de distinção das unidades de registo. Efectivamente, executam-se certos recortes a nível semântico, o «tema», por exemplo, enquanto que outros são feitos a um nível aparentemente linguístico, como por exemplo, a «palavra» ou a «frase»⁽²⁾.

Isto serve de crítica a disciplinas cujo carácter científico e rigoroso é mais evidente. De facto, o critério de recorte na análise de conteúdo⁽³⁾ é sempre de ordem semântica, se bem que, por vezes, exista uma correspondência com unidades formais (exemplos: palavra e palavra-tema; frase e unidade significante).

A título ilustrativo podem ser citados de entre as unidades de registo mais utilizadas:

• *A palavra:* é certo que a «palavra» não tem definição precisa em linguística, mas para aqueles que fazem uso do idioma corresponde a qualquer coisa. Contudo, uma precisão linguística pode ser suscitada se for pertinente.

Todas as palavras do texto podem ser levadas em consideração, ou pode-se reter unicamente as palavras-chave ou as palavras-tema (*symbols* em inglês); pode igualmente fazer-se a distinção entre palavras plenas e palavras vazias; pode ainda efectuar-se a análise de uma categoria de palavras: substantivos, adjectivos, verbos, advérbios (...) a fim de se estabelecer quocientes.

⁽²⁾ Mas o que será uma frase? Que critérios de definição se deve reter? Será a frase a unidade de sentido que exprime um pensamento completo? Será uma proposição lógica: sujeito (aquilo de quem se diz alguma coisa) mais predicado (o que dele se diz)? Ou então será o critério fonético a defini-la: paragens, silêncio, rupturas na curva melódica (ou os equivalentes gráficos: ponto, ponto e vírgula)? (G. Mounin, *Clefs pour la linguistique*, Seghers).

⁽³⁾ Em análise de conteúdo, isto é, das significações, e não na análise de expressão, ou seja, dos aspectos formais das significações.

• *O tema:* a noção de tema, largamente utilizada em análise temática, é característica da análise de conteúdo. Berelson definia o tema como:

«Uma afirmação acerca de um assunto. Quer dizer, uma frase, ou uma frase composta, habitualmente um resumo ou uma frase condensada, por influência da qual pode ser afectado um vasto conjunto de formulações singulares.»

Na verdade, o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. O texto pode ser recortado em ideias constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significações isoláveis. O tema é

«uma unidade de significação complexa, de comprimento variável; a sua validade não é de ordem linguística, mas antes de ordem psicológica: podem constituir um tema tanto uma afirmação como uma alusão; inversamente, um tema pode ser desenvolvido em várias afirmações (ou proposições). Enfim, qualquer fragmento pode remeter (e remete geralmente) para diversos temas...», escreve M.-C. d'Unrug⁽⁴⁾.

Fazer um análise temática consiste em descobrir os «núcleos de sentido» que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido.

O tema, enquanto unidade de registo, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida uma vez por todas, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas. Não é possível existir uma definição de análise temática, da mesma maneira que existe uma definição de unidades linguísticas.

O tema é geralmente utilizado como unidade de registo para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc. As respostas a questões abertas, as entrevistas (não directivas ou mais estruturadas) individuais ou de grupo, de inquérito ou de psicoterapia, os protocolos de testes, as reuniões de grupo, os psicodramas, as comunicações de massa, etc., podem ser, e são frequentemente, analisados tendo o tema por base.

⁽⁴⁾ M. C. d'Unrug, *Analyse de contenu et acte de parole*, Ed. Universitaires, 1974.

Notemos que, em certos casos, pode ser útil uma preparação das mensagens em unidades linguísticas normalizadas (enunciados, proposições, sintagmas).

- *O objecto ou referente*: trata-se de temas-eixo, em redor dos quais o discurso se organiza. Por exemplo, as divisões de uma casa citadas num inquérito sobre a habitação. Ou então os «objectos de atitudes» (cf. a análise avaliativa de Osgood), numa análise da imprensa política. Neste caso, recorta-se o texto em função destes temas-eixo, agrupando-se à sua volta tudo o que o locutor exprime a seu respeito.

- *O personagem*: o actor ou actante pode ser escolhido como unidade de registo. Neste caso, o codificador indica os «personagens» (ser humano ou equivalente, tal como um animal, etc.) e, no caso de uma análise categorial, as classes em função da grelha escolhida. Tal grelha é geralmente estabelecida em função das características ou atributos do personagem (traços de carácter, papel, estatuto social, familiar, idade, etc.). As obras de ficção (filmes, emissões, romances, bandas desenhadas, fotonovelas, peças de teatro) podem ser analisadas segundo os seus personagens, do mesmo modo que os artigos de imprensa, manuais escolares, etc.

Quem e em que ocasião? Com que papel? Em que situação?, etc. A unidade «personagem» pode ser combinada com outros tipos de unidade.

- *O acontecimento*: no caso de relatos e de narrações, é possível que a unidade de registo pertinente seja o acontecimento. Neste caso, o ou os relatos (filmes, lendas, contos, relatos míticos, artigos da imprensa) serão recortados em unidades de acção.

- *O documento*: o documento ou unidade do género (um filme, um artigo, uma emissão, um livro, um relato) por vezes serve de unidade de registo, desde que possa ser caracterizado globalmente e no caso de análise rápida. Também é possível tomar como unidade de registo a resposta (a uma questão aberta) ou a entrevista, na condição de que a ideia dominante ou principal seja suficiente para o objectivo procurado.

Na realidade, a unidade de registo existe no ponto de intersecção de unidades perceptíveis (palavra, frase, documento material, personagem físico) e de unidades semânticas (temas, acontecimentos, indivíduos), embora pareça difícil, mesmo existindo correspon-

dência, procurar fazer-se um recorte de natureza puramente formal, na maioria das práticas, pelo menos na análise temática, categorial e frequencial (aquela que nos serve de base neste capítulo).

- b) *A unidade de contexto*. – A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores à da unidade de registo) são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registo. Esta pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema.

Com efeito, em muitos casos, torna-se necessário fazer (conscientemente) referência ao contexto próximo ou longínquo da unidade a registar. Se vários codificadores trabalham num mesmo *corpus*, torna-se imprescindível um acordo prévio. Por exemplo, no caso de análise de mensagens políticas, palavras como liberdade, ordem, progresso, democracia, sociedade, têm necessidade de contexto para ser compreendidas no seu verdadeiro sentido. A referência ao contexto é muito importante para a análise avaliativa e para a análise de contingência. Os resultados são susceptíveis de variar sensivelmente segundo as dimensões de uma unidade de contexto. A intensidade e a extensão de uma unidade podem surgir de modo mais ou menos acentuado, consoante as dimensões da unidade de contexto escolhida. No que se refere às co-ocorrências, é evidente que o seu número aumenta com as dimensões da unidade de contexto: é pouco provável, por exemplo, que se possam encontrar temas semelhantes num parágrafo: ou em alguns minutos de gravação, mas a probabilidade aumenta num texto de várias páginas, ou numa emissão de uma hora. Geralmente, quanto maior é a unidade de contexto mais as atitudes ou valores se afirmam numa análise avaliativa, ou mais numerosas são as co-ocorrências numa análise de contingência.

A determinação das dimensões da unidade de contexto é presidida por dois critérios: o custo e a pertinência. É evidente que uma unidade de contexto alargado exige uma releitura do meio, mais vasta. Por outro lado, existe uma dimensão óptima, ao nível do sentido: se a unidade de contexto for demasiado pequena ou demasiado grande, já não se encontra adaptada; também aqui são determinantes quer o tipo de material, quer o quadro teórico.

De qualquer modo, é possível testar as unidades de registo e de contexto em pequenas amostras, a fim de que nos asseguremos que operamos com os instrumentos mais adequados.

2. REGRAS DE ENUMERAÇÃO

É necessário fazer a distinção entre a unidade de registo – o que se conta – e a regra de enumeração – o modo de contagem.

Vejamos o seguinte exemplo: temos um «texto» concluído, em que a identificação e o recorte forneceram os elementos ou unidades de registo (palavras, temas ou outras unidades) seguintes:

a, d, a, e, a, b.

Sabendo-se que a lista de referência, estabelecida a partir de um conjunto de «textos», ou segundo uma norma, é *a, b, c, d, e, f*, é possível utilizar-se diversos tipos de enumerações:

- *A presença (ou ausência)*: neste mesmo «texto», estão presentes os elementos *a, b, c, d* e *e*, presença esta que pode ser significativa, funcionando nesse caso como um indicador.

No entanto, a ausência de elementos (relativamente a uma certa provisão) pode, nalguns casos, veicular um sentido. Aqui, os elementos *c* e *f* estão ausentes. Com efeito, para certos tipos de mensagens, como para certos objectivos de análise, a ausência constitui a variável importante. Por exemplo, a ausência pode manifestar bloqueamentos ou recalamentos nas entrevistas clínicas, podendo igualmente traduzir uma vontade escondida, no caso de uma declaração pública.

- *A frequência*: a frequência é a medida mais geralmente usada. Corresponde ao postulado (válido em certos casos e noutros não) seguinte: a importância de uma unidade de registo aumenta com a frequência de aparição. No nosso exemplo, a frequência de cada elemento é:

a = 3;
b = 1;
c = 0;
d = 1;
e = 1;
f = 0.

Uma medida frequencial em que todas as aparições possuam o mesmo peso postula que todos os elementos tenham uma importância igual. A escolha da medida frequencial simples não deve ser

automática. É preciso lembrarmo-nos de que ela assenta no pressuposto implícito seguinte: a aparição de um item de sentido ou de expressão será tanto mais significativa – em relação ao que procura atingir na descrição ou na interpretação da realidade visada – quanto mais esta frequência se repetir. A regularidade quantitativa de aparição é, portanto, aquilo que se considera como significativo. Isto supõe que todos os itens tenham o mesmo valor, o que nem sempre acontece.

- *A frequência ponderada*: se supusermos que a aparição de determinado elemento tem mais importância do que um outro, podemos recorrer a um sistema de ponderação. Por exemplo, se considerarmos que a aparição de *b* e *d* possui uma importância dupla da de *a, c* e *f*, afectam-se todos os elementos com coeficientes, no momento da codificação.

Vejá-se, por exemplo, a ponderação seguinte:

a = 1;
b = 2;
c = 1;
d = 2;
e = 1;
f = 1.

Isto dá os seguintes resultados:

a = 3 × 1 = 3;
b = 1 × 2 = 2;
c = 0 × 1 = 0;
d = 1 × 2 = 2;
e = 1 × 1 = 1;
f = 0 × 1 = 0.

Obtém-se, por conseguinte, resultados diferentes daqueles que foram obtidos na medida de frequência não ponderada.

A ponderação pode corresponder a uma decisão tomada *a priori*, mas pode também traduzir as modalidades de expressão ou a *intensidade* de um elemento.

• *A intensidade*: tome-se no nosso exemplo três níveis (correspondentes a variações semânticas ou formais no seio de uma só classe), na aparição de um elemento:

$$a_1, a_2, a_3 - b_1, b_2, b_3, \text{ etc.}$$

e a afectação de uma nota diferente, segundo a modalidade de expressão:

$$\begin{array}{ll} a_1 = 1; & b_1 = 1; \\ a_2 = 2; & b_2 = 2; \\ a_3 = 3; & b_3 = 3, \text{ etc.} \end{array}$$

No «texto»:

$$a_1, d_3, a_3, e_1, a_3, b_1.$$

A medida será:

$$\begin{array}{l} a = 7 \ (1 + 3 + 3) = 7; \\ b = 1; \\ c = 0; \\ d = 3; \\ e = 1; \\ f = 0. \end{array}$$

A medida de intensidade com que cada elemento aparece é indispensável na análise dos valores (ideológicos, tendências) e das atitudes. Se encontrarmos os quatro enunciados que se seguem num estudo da imprensa chinesa dos anos 60, é necessário podermos diferenciar a intensidade das posições correspondentes:

1. «Poderíamos achar necessário reprovar a política de Krushev.»
2. Deveríamos denunciar amargamente a política de Krushev.»
3. «Começaremos brevemente a denunciar a política de Krushev.»
4. «No passado, estivemos algumas vezes em desacordo com a política de Krushev.» ⁽³⁾

⁽³⁾ Exemplo dado por O. R. Holsti.

Para facilitar a avaliação do grau de intensidade a codificar, podemos-nos basear, como sugeria Osgood, em critérios precisos: intensidade (semântica) do verbo, tempo do verbo (condicional, futuro, imperativo...), advérbios de modo, adjectivos e atributos qualificativos...

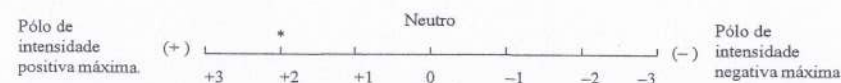
• *A direcção*: a ponderação da frequência traduz um carácter quantitativo (intensidade) ou qualitativo: *a direcção*. A direcção pode ser favorável, desfavorável ou neutra (eventualmente ambivalente), num caso de um estudo de favoritismo/desfavoritismo. Os pólos direccionais podem, no entanto, ser de natureza diversa: bonito/feio (critério estético), pequeno/grande (tamanho), etc.

Atribui-se aos elementos do texto um sinal (índice qualitativo), ou uma nota.

$$a_+, d_0, a_+, e_-, a_+, b_+$$

(por exemplo: + = positivo; - = negativo; 0 = neutro; ± = ambivalente).

Osgood, na análise avaliativa, recorreu a escalas bipolares para codificar *a intensidade* e *a direcção*. A ponderação das medidas frequenciais conduziu-o, em seguida, à representação dos resultados sob a forma de *perfis*.



Escala bipolar de sete pontos (ou graus), para um exemplo em que *a* é de direcção positiva e de intensidade 2 (a_{+2}). Indicada pelo sinal *.



Perfil. O perfil traduz o conjunto de frequências para cada elemento. Por exemplo, aqui, A (conjunto das unidades registadas para um dado *corpus*) e E são muito positivos, D é neutro, F e B são ligeiramente negativos e C é bastante negativo.

- *A ordem:* a ordem de aparição das unidades de registo (por exemplo, numa entrevista ou num relato) pode ser o índice pertinente. Se *a* está em primeiro lugar e *d* em segundo, se *a* precede *d* ou *d* sucede a *a*, isto pode ter um significado mais importante (no quadro da inferência) do que a frequência. Ou então a frequência e o encadeamento das unidades de registo podem combinar-se nas medidas. Pode ser útil saber-se se existem constantes que são evidenciadas, a ordem de sucessão dos elementos (por exemplo, se $a \rightarrow d \rightarrow a$, aparece com uma frequência significativa).

- *A co-ocorrência:* a co-ocorrência é a presença simultânea de duas ou mais unidades de registo numa unidade de contexto. Existem duas possibilidades para tomarmos uma decisão sobre a unidade de contexto:

- Escolhe-se esta segundo o número de unidades de registo: por exemplo, recortando o texto em três (ou quatro, cinco ou mais) unidades: por exemplo o texto: *a, d, a, c, a, b, e, e, ...,* depois de recortado fica: *a, d, a/c, a, b/e, e, e/...* Resultados: dois elementos *a* na primeira unidade, três elementos *e* na terceira unidade.
- Decide-se o número de unidades de registo anteriores e/ou posteriores segundo uma unidade determinada, que serve de eixo: por exemplo, uma palavra que antecede ou sucede a cada um dos substantivos, ou dois temas anteriores a um tema escolhido, etc.

A medida de co-ocorrência (análise de contingência) dá conta da *distribuição* dos elementos e da sua *associação*. A distribuição dos elementos pode constituir um ponto significativo de conhecimento. Por exemplo, dois «Textos» apresentam o mesmo número de elementos *a*, mas no primeiro estes elementos encontram-se dispersos por todo o texto, enquanto que no segundo estão concentrados numa determinada passagem.

O uso da associação como indicador assenta geralmente no postulado de que elementos associados numa manifestação da linguagem estão (ou estarão) igualmente associados no espírito do locutor (ou do destinatário). Existem modalidades qualitativas que, eventualmente, diferenciam a natureza da co-ocorrência:

- associação (o elemento *a* aparece com o elemento *b*).
- equivalência (o elemento *a* ou o elemento *d* aparecem num contexto idêntico. Talvez se possa deduzir um carácter de equivalência ou de substituição).
- oposição (o elemento *a* nunca aparece com o elemento *c*).

Notemos, por último, que a proximidade de ocorrência pode ser medida: se *a* se encontra a três unidades ou a dois minutos de distância de *b* talvez não possua a mesma importância do que se estiver a sete unidades de registo ou a quatro minutos e meio de *b*.

Considerações. – Qualquer escolha de uma regra (ou de várias regras) de enumeração assenta numa hipótese de correspondência entre a presença, a frequência, a intensidade, a distribuição, a associação da manifestação da linguagem e a presença, a frequência, a intensidade, a distribuição, a associação de variáveis inferidas, não linguísticas. É conveniente procurar-se a correspondência mais pertinente.

– Uma variável de inferência pode manifestar-se, por vezes, de diversas maneiras. É possível atingi-la através de índices diferentes ou complementares. Por exemplo, na análise da imprensa, a superfície dos antigos, o tamanho dos títulos ou a frequência dos acontecimentos descritos talvez sejam três modos de codificação e de enumeração aptos para elucidarem a mesma realidade.

– Tentou-se utilizar sistemas de enumeração aplicáveis a um material contínuo (medida de espaço e de tempo) ou graduado (medidas de cor). A precisão da medida, salvo casos particulares, é mais aparente do que real, a contagem de uma unidade de registo

por minuto ou por centímetro quadrado é, talvez, ainda mais artificial do que o recorte de um texto por frases ou por parágrafos. Acontece, no entanto, que existem medidas deste tipo que são adaptadas ou as únicas possíveis. Se se demonstrou em experiências anteriores que a análise dos *slogans* publicitários permite chegar aos mesmos resultados que a análise do texto correspondente, na condição de estes *slogans* serem ponderados em função das suas dimensões, torna-se mais rápido utilizar a primeira medida. Caso se confirme, por comparação com os resultados obtidos através de outros testes de personalidade, que o recorte em quadrículas da superfície de um teste constitui um método exacto, é conveniente empregá-lo. Se a análise de uma emissão de tipo narrativo, por sequências temporalmente mensuradas, fornece bons resultados em função do objectivo, há que praticá-la.

3. ANÁLISE QUANTITATIVA E ANÁLISE QUALITATIVA

Nos anos 50, houve um apaixonante debate entre procedimentos «quantitativos» e procedimentos «qualitativos». Uns definiam a análise segundo o carácter «quantitativo», enquanto outros defendiam a validade de uma análise «qualitativa».

Durante o primeiro congresso de analistas, A. L. George⁽⁶⁾ tentou precisar as características de ambos os métodos. Na medida em que «a análise de conteúdo é utilizada como um instrumento de diagnóstico, de modo a que se possam levar a cabo inferências específicas ou interpretações causais sobre um dado aspecto da orientação comportamental do locutor», o seu procedimento não é obrigatoriamente quantitativo, como até então se admitia (por influência de Berelson, principalmente).

A abordagem quantitativa funda-se na *frequência* de aparição de determinados elementos da mensagem. A abordagem não quantitativa recorre a indicadores não frequenciais susceptíveis de permitir inferências; por exemplo, a *presença* (ou a *ausência*) pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição.

⁽⁶⁾ A. L. George, «Quantitative and qualitative approaches to content analysis, em I. S. Pool, *Trends in Content Analysis*, 1959.

Qual será a evolução da frequência da palavra «*pátria*» nos manuais de História de há cinquenta anos para cá? Estará a palavra «*pátria*» ausente ou presente dos manuais de História de 1975? Num dado contexto, por exemplo, os discursos de um político, a aparição de uma palavra não esperada, ou própria da oposição, uma frase mais temperada ou mais restritiva do que as habituais proposições sobre o assunto, podem funcionar como índice de peso, se não forem diluídas num desconto frequencial. A abordagem quantitativa e a qualitativa não têm o mesmo campo de acção. A primeira obtém dados descritivos através de um método estatístico. Graças a um desconto sistemático, esta análise é mais objectiva, mais fiel e mais exacta, visto que a observação é mais bem controlada. Sendo rígida, esta análise é, no entanto, útil, nas fases de verificação das hipóteses. A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses. Este tipo de análise deve ser então utilizado nas fases de lançamento das hipóteses, já que permite sugerir possíveis relações entre um índice da mensagem e uma ou diversas variáveis do locutor (ou da situação de comunicação).

A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais. Pode funcionar sobre *corpus* reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes, visto não estar ligada, enquanto análise quantitativa, a categorias que dêem lugar a frequências suficientemente elevadas para que os cálculos se tornem possíveis. Levanta problemas ao nível da pertinência dos índices retidos, visto que selecciona estes índices sem tratar exhaustivamente todo o conteúdo, existindo o perigo de elementos importantes serem deixados de lado, ou de serem tidos em conta elementos não significativos. A compreensão exacta do sentido é, neste caso, capital. Além do mais, o risco de erro aumenta, porque se lida com elementos isolados, ou com frequências fracas. Donde a importância do contexto. Contexto da mensagem, mas também contexto exterior a este; quais serão as condições de produção, ou seja, quem é que fala a quem e em que circunstâncias? Qual será o montante e o lugar da comunicação? Quais os acontecimentos anteriores ou paralelos? Por outro lado, a abordagem qualitativa evolutiva confronta-se com o perigo de «circularidade» em maior grau do que a

abordagem quantitativa e fixa. As hipóteses inicialmente formuladas podem ser influenciadas no decorrer do procedimento por aquilo que o analista compreende da significação da mensagem. Principalmente neste caso, torna-se necessário reler o material, alternar releituras e interpretações e desconfiar da evidência (existirá uma «evidência» contrária?), funcionando por sucessivas aproximações. A análise qualitativa que é maleável no seu funcionamento deve ser também maleável na utilização dos seus índices. As manifestações da mesma realidade pela comunicação podem modificar-se rapidamente, particularmente na propaganda ou na psicoterapia, em que as condições de produção, por vezes, se transformam bruscamente. Por outras palavras, os índices são instáveis e uma resistência por parte do analista à mudança será tanto mais nefasta quanto o procedimento qualitativo funda a sua interpretação em elementos escassos.

Por último, precisemos que a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação. Somente os índices é que são retidos de maneira não frequencial, podendo o analista recorrer a testes quantitativos: por exemplo, a aparição de índices similares em discursos semelhantes.

Em conclusão, pode dizer-se que o que caracteriza a análise qualitativa é o facto de a «inferência – sempre que é realizada – ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc.!), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual.»

A discussão abordagem quantitativa *versus* abordagem qualitativa marcou um volte-face na concepção da análise de conteúdo. Na primeira metade do século XX, o que marcava a especificidade deste tipo de análise era o *rigor* e, portanto, a *quantificação*. Seguidamente, compreendeu-se que a característica da análise de conteúdo é a *inferência* (variáveis inferidas a partir de variáveis de inferência ao nível da mensagem), quer as modalidades de inferência se baseiem ou não em indicadores quantitativos.

É evidente que a natureza do material influi na escolha do tipo de medida. Pode, por exemplo, fazer-se a distinção entre mensagens normalizadas e mensagens singulares. As primeiras corresponderão a um *corpus* constituído por mensagens provenientes de diferentes locutores. Por exemplo: resposta a questões abertas, organizadas para a codificação, com tudo o que isso implica de *standartização*, nivelamento e conformação; neste caso, o tipo de

investigação prepara e orienta um tipo de análise baseada na quantificação numa situação normalizada. As segundas são mensagens provenientes de um único ou de vários emissores, mas irredutíveis à normalização (singularidade da expressão, da situação, nas condições de produção e da finalidade no objectivo da comunicação). Este é, por exemplo, o caso de uma entrevista não-directiva que se apresenta como um todo, como um sistema estruturado segundo leis que lhe são próprias e portanto analisável em si, ou incomparável.

Por vezes torna-se necessário distanciarmo-nos da crença sociológica na significação da regularidade. O acontecimento, o acidente e a raridade possuem, por vezes, um sentido muito forte que não deve ser abafado.

III

A categorização

«Content analysis stands or falls by its categories.» ⁽¹⁾

A divisão das componentes das mensagens analisadas em rubricas ou categorias não é uma etapa obrigatória de toda e qualquer análise de conteúdo. A maioria dos procedimentos de análise organiza-se, no entanto, em redor de um processo de categorização.

1. PRINCÍPIOS

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão das características comuns destes elementos. O *critério* de categorização pode ser semântico (categorias temáticas: por exemplo, todos os temas que significam a ansiedade ficam agrupados na categoria «ansiedade», enquanto que os que significam a descontração ficam agrupados sob o título conceptual «descontração»), sintático (os verbos, os adjectivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento

⁽¹⁾ «A análise de conteúdo mantém-se ou desaparece pelas suas categorias», Berelson, 1952 (*N. do T.*).

dos sinónimos e dos sentidos próximos) e expressivo (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem).

A actividade taxonómica é uma operação muito vulgarizada de repartição dos objectos em categorias. Se antes de colocarmos um disco no gira-discos nos interrogarmos sobre a vontade que temos de ouvir Bach, Ravel ou Boulez, não utilizamos o mesmo critério que preside às escolhas possíveis, caso nos interroguemos acerca do desejo de ouvirmos violino, órgão ou piano. O *critério de categorização* não é o mesmo (compositor ou instrumento). Não acentuamos o mesmo aspecto da realidade. Por outro lado, o critério que empregamos é mais ou menos adaptado à realidade que se nos oferece. É possível que os nossos dois desejos convirjam e venham precisar a escolha por nós feita (um determinado instrumento e um determinado compositor). De igual modo, em análise de conteúdo, a mensagem pode ser submetida a uma ou várias *dimensões* de análise.

Classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles. É possível, contudo, que outros critérios insistam noutros aspectos de analogia, talvez modificando consideravelmente a repartição anterior.

A categorização é um processo de tipo estruturalista e comporta duas etapas:

- o *inventário*: isolar os elementos;
- a *classificação*: repartir os elementos, e portanto procurar ou impôr uma certa organização às mensagens.

A categorização é quotidiana na nossa vida: os jogos radiofónicos baseiam-se inteiramente na capacidade em produzir com rapidez numerosos elementos desta ou daquela categoria (descobrir em trinta segundos dez cidades começadas por determinada letra do alfabeto, cada uma das quais com 50 a 100 mil habitantes: cruzam-se aqui dois critérios). Desde a escola pré-primária que as crianças aprendem a recortar, classificar e ordenar, através de exercícios simples. O processo classificatório possui uma importância considerável em toda e qualquer actividade científica.

A partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objectivo (da mesma maneira

que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados em bruto. Na análise quantitativa, as inferências finais são, no entanto, efectuadas a partir do material reconstruído. Supõe-se portanto, que a decomposição-reconstrução desempenha uma determinada função na indicação de correspondências entre as mensagens e a realidade subjacente. A análise de conteúdo assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados em bruto a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados em bruto. Isto talvez seja abusar da confiança que se pode ter no bom funcionamento deste delicado instrumento. É preferível estar-se consciente do que se passa quando se efectua uma operação de tal modo habitual que parece anódina.

Um bom analista será, talvez, em primeiro lugar, alguém cuja capacidade de categorizar – e de categorizar em função de um material sempre renovado e de teorias evolutivas – está desenvolvida.

A categorização pode empregar dois processos inversos:

- é fornecido o sistema de categorias e repartem-se da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados. Este é o procedimento por «caixas» de que já falámos, aplicável no caso da organização do material decorrer directamente dos funcionamentos teóricos hipotéticos;
- o sistema de categorias não é fornecido, antes resulta da classificação analógica e progressiva dos elementos. Este é o procedimento por «acervo». O título conceptual de cada categoria somente é definido no final da operação.

Geralmente as categorias terminais provêm do reagrupamento progressivo de categorias com uma generalidade mais fraca.

Existem boas e más categorias. Um conjunto de categorias boas deve possuir as seguintes qualidades:

- a *exclusão mútua*: esta condição estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão. As categorias deveriam ser construídas de tal maneira que um elemento não pudesse ter dois ou vários aspectos susceptíveis de fazerem com que fosse classificado em duas ou mais categorias. Em certos casos, pode pôr-se em causa esta regra, com a condição de se adaptar o código de

maneira a que não existam ambiguidades no momento dos cálculos (multicodificação).

- *A homogeneidade*: o princípio de exclusão mútua depende da homogeneidade das categorias. Um único princípio de classificação deve governar a sua organização. Num mesmo conjunto categorial só se pode funcionar com um registo e com uma dimensão da análise. Diferentes níveis de análise devem ser separados em outras tantas análises sucessivas. No exemplo – citado nesta obra – de análise da simbólica do automóvel, a categorização «objectos de referência» só se cruza após a categorização «tipo de relação».

- *A pertinência*: uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido. Na pertinência (*pertinens*: que diz respeito a, relativo a...) há uma ideia de adequação óptima. O sistema de categorias deve reflectir as intenções da investigação, as questões do analista e/ou corresponder às características das mensagens.

- *A objectividade e a fidelidade*: estes princípios, tidos como muito importantes no início da história da análise de conteúdo, continuam a ser válidos. As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises. As distorções devidas à subjectividade dos codificadores e à variação dos juízos não se produzem se a escolha e a definição das categorias forem bem estabelecidas. O organizador da análise deve definir claramente as variáveis que trata, assim como deve precisar os índices que determinam a entrada de um elemento numa categoria.

- *A produtividade*: adicionaremos às condições geralmente invocadas uma qualidade muito pragmática. Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exactos.

2. EXEMPLOS DE CONJUNTOS CATEGORIAIS

Se na maioria dos casos se torna necessário criar uma grelha de categorias para cada nova análise, os estudos anteriores são susceptíveis de inspirar o analista. É por este motivo que vamos citar alguns exemplos de conjuntos categoriais, já utilizados.

a) *A análise dos valores*

Exemplo 1:

White especializou-se, logo após a Segunda Guerra Mundial, na análise de valores. Analisa, em primeiro lugar, a autobiografia de Richard Wright, *Black Boy* (1947); seguidamente analisa o estilo de propaganda de Hitler e Roosevelt (1949) e, mais tarde, os discursos de Kennedy e de Krushev (1967). Propomos uma das suas grelhas de análise ⁽²⁾.

A / Valores fisiológicos

1. Alimentação
2. Sexo
3. Repouso
4. Saúde
5. Segurança
6. Conforto

B / Valores sociais

1. Amor sexual
2. Amor familiar
3. Amizade

C / Valores relativos ao Ego

1. Independência
2. Cumprimento
3. Reconhecimento
4. Amor-próprio
5. Dominação
6. Agressão

D / Valores que exprimem o medo (segurança emocional)

E / Valores de jogo e de alegria

1. Experiência nova
2. Excitação, emoção
3. Beleza
4. Humor
5. Auto-expressão criativa

F / Valores práticos

1. Sentido prático
2. Possessão
3. Trabalho

G / Valores cognitivos

1. Conhecimento

H / Diversos

1. Felicidade
2. Valor em geral

Exemplo 2:

V. Isambert-Jamati ⁽³⁾ mostrou a evolução dos valores pregados pela instituição escolar entre 1860 e 1965, a partir da análise de uma amostra de discursos de distribuição de prémios; proferidos por vários oradores directa ou

⁽²⁾ R. K. White, *Value-analysis: the nature and use of the method*, Glen Gardiner, N. J., Libertarian Press, 1951. Citado por Holsti, *op. cit.*

⁽³⁾ Isambert-Jamati, *Crises de la société, crises de l'enseignement*, P. U. F., 1970.

indirectamente envolvidos no ensino secundário, produzidos regularmente durante este período e de fácil acesso, estes discursos de entrega de prémios serviram de material de base para todo um estudo sobre a «moral de referência» da Escola, acerca dos fins – e dos meios para se atingirem esses fins – visados pela instituição escolar e ainda sobre os objectos de conhecimento intelectual a promover, etc.

Um conjunto de cinco categorias e de subcategorias, serviu de base à análise.

– *As mudanças que o ensino das disciplinas escolares deve produzir nos alunos:*

- Participação nos valores supremos.
- Aperfeiçoamento individual procurado pelo próprio aluno.
- Exercício de mecanismos operatórios.

– *Os objectos a conhecer:*

- Os homens do passado e as suas obras.
- Os homens contemporâneos.
- A natureza humana e universal.
- A natureza.

– *Os objectos da educação moral:*

- Lealdade em relação à Universidade nacional e laica.
- Lealdade em relação ao estabelecimento.
- Exílio do mundo como condição vantajosa para a educação.
- Valor educativo da disciplina.
- Acção dos pares na formação do carácter.
- Tomada em consideração das diferenças individuais entre os alunos.
- Utilização das tendências lúdicas.
- Exemplo moral dos professores.
- Ascendente voluntário dos professores.

– *A definição institucional:*

- É bom que a definição central do ensino secundário mude, para que se adapte às mudanças sociais.
- A escolaridade de nível secundário deve ser longa.
- O ensino secundário deve bastar aos alunos, sem que lhes seja necessário continuarem os estudos.
- Os liceus não devem servir para preparar o futuro profissional dos alunos.
- O público visado é a elite social.

– *Os valores de referência:*

- Moral individual de perfeição ou de imperativo categórico.
- Moral individual de tendência hedonista, ou de tipo «higiene mental».
- Moral individual de solidariedade.
- Exortação ao trabalho.
- Exaltação do progresso.

- Exaltação da juventude.
- Exaltação da família.
- Exaltação da pátria.
- Exaltação da paz e da compreensão internacional.

A conclusão final deste estudo demonstra que as mudanças da sociedade francesa se repercutem nos objectivos que os sistemas de ensino propõem e que as crises da sociedade e as do ensino aparecem sincronizadas. Os objectivos da instituição escolar evoluem. Deste modo, é possível dividir os períodos segundo os valores dominantes:

- 1) 1860-1870: valores supremos e integração na elite.
- 2) 1876-1885: integração na elite e transformação do mundo.
- 3) 1896-1905: transformação do mundo e entusiasmo laico.
- 4) 1906-1930: gratuidade da cultura.
- 5) 1931-1940: aprender a aprender.
- 6) 1946-1960: o ensino secundário defende-se: retorno ao estetismo.
- 7) 1961-1965: crises dos objectivos⁽⁴⁾.

Sob o ponto de vista técnico, as análises foram essencialmente temáticas, mas sempre afinadas por precauções como a ponderação dos temas, a divisão em temas principais e secundários, a abordagem avaliativa (texto favorável, texto neutro) e a utilização de relações de género «coeficiente de dominância».

b) *A análise dos fins e dos meios*

Exemplo 1:

Trata-se de uma análise dos objectivos afectivos e objectivos racionais efectuada por R. Berelson e P. Y. Salter, acerca das revistas populares de ficção⁽⁵⁾. Foram utilizados dois sistemas de categorias.

A / *Intenções do «coração»*

1. Amor romântico
2. Casamento estabelecido
3. Idealismo
4. Afeição e segurança emocional
5. Patriotismo
6. Aventura
7. Justiça
8. Independência.

B / *Intenções na «cabeça»*

1. Solução de problemas concretos
2. Progresso pessoal
3. Dinheiro e bens materiais
4. Segurança económica e social
5. Poder e dominação

⁽⁴⁾ ... e a seguir vem o Maio de 68!

⁽⁵⁾ B. Berelson e P. J. Salter, «Majority and minority Americans: an analysis of magazine fiction», *Publ. Opin. Quart.*, 1946.

Exemplo 2:

Este estudo analisa as finalidades e possibilidades de êxito oferecidos às crianças nos programas televisivos, relacionando-as com os meios precocizados⁽⁶⁾.

A / *Categorias das finalidades*

1. Propriedade (êxito material)
2. Autopreservação (desejo de *statu quo*, inclusive)
3. Afeição
4. Sentimento
5. Poder e prestígio
6. Objectivos psicológicos (inclusive violência e educação)
7. Outros

B / *Categorias dos métodos*

1. Legais
2. Não legais (sem feridas nem estragos)
3. Económicas
4. Violência
5. Organização, negociação e compromisso
6. Evasão, fuga (tentativa de evitar os factos inerentes à realização do objectivo, esquecimento da finalidade, etc.)
7. Acaso
8. Outras

c) *A análise da interacção*

Exemplo:

A análise da interacção por sequências nas entrevistas terapêuticas foi estudada segundo as reacções de aproximação/evitamento do terapeuta em relação às expressões de hostilidade do paciente⁽⁷⁾. A sequência da interacção era do tipo:

enunciado exprimindo a hostilidade do paciente → resposta do terapeuta → enunciado imediato do paciente,

Foram utilizadas as seguintes categorias:

A / *Paciente*

1. *Hostilidade*: toda e qualquer expressão de aversão, ressentimento, cólera, antagonismo, oposição ou de atitude crítica

⁽⁶⁾ O. N. Larson, L. N. Gray e J. G. Fortis, «Goals and goal-achievement methods in television content: model for anomie?» em *Social Inquiry*, 33, 1963.

⁽⁷⁾ A. Bandura, D. H. Lipsher e Paula E. Miller, «Psychoterapists' approach-avoidance reactions to patients' expressions of hostility», *J. Consul Psychol.*, 1960, 24.

2. *Referente*

- | | |
|-------------|-----------------------------|
| a / Cônjuge | d / Ego |
| b / Criança | e / Terapeuta |
| c / Pais | f / Outra pessoa ou objecto |

B / *Terapeuta*

1. *Reacções de aproximação*: respostas concebidas para provocarem outras expressões de sentimentos, atitudes e comportamentos hostis

- | | |
|----------------|----------------------|
| a / Aprovação | d / Resposta-reflexo |
| b / Exploração | e / Designação |
| c / Incitação | |

2. *Reacções de evitamento*: respostas concebidas para inibir, desencorajar ou suscitar uma diversão em relação às expressões de hostilidade.
3. *Não classificado*.

d) *A análise de um estado psicológico*⁽⁸⁾

Há cerca de 20 anos, Gottschalk e a sua equipa tentaram avaliar, com o auxílio de grelhas de análise preestabelecidas, o grau de um estado ou de um sentimento psicológico. Estas grelhas podem funcionar sobre produções verbais diversificadas: cartas, autobiografias, literatura, testes projectivos, entrevistas de psicoterapia, falas suscitadas por um pedido para que se fale durante cinco minutos sobre, por exemplo, a vida própria actual nos seus bons e maus aspectos, sobre acontecimentos passados, sobre o cônjuge, etc.

Alguns estados psicológicos positivos ou negativos constituíram uma grelha.

Destes, citaremos:

- *ansiedade*;
- *ira*;
- *controlo da sua vida* (origin and pawn);
- *depressão*;
- *sociabilidade*;
- *hostilidade*;
- *percepções das interacções interpessoais*;
- *custo psicológico de um acontecimento* para uma pessoa;
- *repercussão* para a pessoa de uma mudança de vida (ex: tornar-se mãe, começar a trabalhar...);
- *evolução de uma psicoterapia*.

Uma grelha de análise deste tipo apresenta-se na forma de categorias e subcategorias temáticas (as modalidades de expressão podem ser levadas em conta) com avaliação da intensidade das ocorrências através de um sistema de ponderação (1, 2, 4).

⁽⁸⁾ Ver os artigos de L. A. Gottschalk, G. C. Gleser e L. L. Viney, em língua inglesa.

Extractos da grelha de análise da *depressão* ⁽⁹⁾:

I. *Ausência de esperança*:

- 1/ todas as referências da pessoa ao facto de não ter sorte ou não beneficiar de um acaso feliz;
- 2/ referências a si ou a outros como não recebendo ajuda, confiança, estima: *a/* dos outros, *b/* de si;
- 3/ referências a sentimentos de desespero, perda de autoconfiança, falta de interesse, sentimentos de pessimismo, desânimo... vivido: *a/* pelos outros, *b/* por si mesmo.

II. *Acusação de si*:

- A/ sentimentos de culpa (...);*
B/ sentimentos de vergonha (...);
C/ hostilidade dirigida a si,
 como ideias de suicídio, de mutilação, autodepreciação, decepção e arrependimentos (...).

III. *Atraso psicomotor*.

IV. *Preocupações psicossomáticas*, como hipocondria, perturbação do sono, problemas sexuais, problemas de saúde (dores de cabeça, perda de energia, etc.).

V. *Ideias de morte e de mutilação (...)*.

VI. *Angústia da separação*, como abandono, perda do amor, rejeição (...).

VII. *Hostilidade dirigidas ao outro*: desejos de matar, ferir, depreciar, maltratar (...).

e) *A análise de imprensa*

Exemplo:

A análise da viagem de Krushev a França foi efectuada por V. Morin ⁽¹⁰⁾, com base em sete jornais diários parisienses e nove semanários. Os textos analisados foram divididos em 8532 «unidades de informação» e reagrupados em 69 categorias. As unidades de informação foram caracterizadas por um índice de frequência, um índice de politização absoluta e relativa, um índice de orientação absoluta e relativa e um índice de compromisso. As 69 categorias foram reagrupadas em seis grandes temas:

⁽⁹⁾ L. A. Gottschalk e J. Hoigaard, «A Depression Scale Applicable to Verbal Samples», *Psychiatry Research*, 1986.

⁽¹⁰⁾ V. Morin, *L'écriture de presse*, Paris, Mouton, 1966.

- 1.º tema: a Volta a França (o programa, o ambiente, o acolhimento provincial, etc.).
- 2.º tema: Krushev-De Gaulle (Krushev feliz, Krushev o homem, Khroutchev comunista, etc.).
- 3.º tema: problemas políticos (o desarmamento e a paz, os partidos e os sindicatos franceses, etc.).
- 4.º tema: Krushev (Nina, os jornalistas, políticos e economistas, etc.).
- 5.º tema: afinidades «naturais» dos dois países (a amizade franco-russa, a URSS volta-se para a França, etc.).
- 6.º tema: Os ócios (a gastronomia, os presentes, os castelos, etc.).

3. OS ÍNDICES PARA COMPUTADORES

Para os analistas, o ideal seria não ser preciso reinventar uma grelha de categorias para cada material e cada objectivo de análise. Contudo, isso não é possível a não ser para materiais muito similares e para um objectivo idêntico (por exemplo, a comparação de dois ou mais grupos de documentos, de dois ou mais locutores). A comparação de textos submetidos a um mesmo conjunto de categorias permite a interpretação dos resultados obtidos de maneira relativa. Os resultados adequados desempenham, além disso, a função de *normas* de referência. Por exemplo, Hall ⁽¹¹⁾ apercebeu-se de que na Nova Guiné o conteúdo dos sonhos apresenta mais casos de «má sorte» que de «boa sorte». Terá a tribo estudada uma visão pessimista da vida? Não especialmente, se soubermos que em todo o mundo o infortúnio é maioritário nos sonhos.

No entanto, um campo de análise por um lado e um programa técnico por outro dão origem a grelhas categoriais fixas. É o caso do domínio dos testes projectivos e do tratamento analítico por computador.

Com efeito, a maioria dos testes projectivos produziu, conjuntamente com a teoria subjacente, um ou vários sistemas categoriais de análise, aplicáveis a um qualquer protocolo: TAT, Rorschach, Teste de Aldeia e grafologia baseiam-se em categorizações estabelecidas com uma relativa estabilidade ⁽¹²⁾.

⁽¹¹⁾ C. Hall, «Content analysis of dreams: categories, units and norms», em G. Gerbner, *The analysis of communication content*, op. cit.

⁽¹²⁾ Lamentemos de passagem a falta de comunicação entre a psicologia clínica e a psicologia social. Os investigadores e os praticantes destas duas disciplinas teriam muito que aprender neste assunto. Os primeiros por fazerem análise de conteúdo sem o saberem (testes projectivos), ou por ignorarem o interesse desta técnica. Os segundos, porque a preocupação de rigor metodológico os leva a desprezar o contributo da atitude clínica.

A utilização do computador em análise de conteúdo conduziu os investigadores à tentativa de construir grelhas de análise, susceptíveis de funcionar com vários tipos de materiais. Na realidade, a construção de um índice (ou dicionário), uma vez que necessita de um grande investimento, torna desejável que tal índice seja suficientemente geral e flexível, de modo a que possa servir várias vezes.

É assim que o primeiro programa de computador para a análise de conteúdo, o *General Inquirer* ⁽¹³⁾, elaborou ao mesmo tempo:

- índices correspondentes a um projecto específico (hipótese precisas) e dados particulares;
- índices gerais (número elevado de categorias), utilizáveis em diversos estudos exploratórios e em dados textuais variados.

O *índice*, ou dicionário, é um sistema de análise categorial adaptado ao tratamento automático. A sua concepção está mais próxima de um *Thesaurus* (dicionário analógico reunindo sob títulos conceptuais palavras com significação semelhante) do que de um dicionário vulgar (que fornece definições ou descrições do sentido das palavras; exemplo: o *Littre*). Num índice, a classificação das palavras faz-se ao nível de *conceitos-chave* ou *títulos conceptuais*. Cada um dos conceitos-chave reúne um certo número de unidades de significação (palavras, fórmulas, frases) e representa uma variável da teoria do analista. Os conceitos-chave são, portanto, intermediários entre a teoria (construída) e os dados verbais (brutos).

Por exemplo, ao conceito de «auto-imagem», corresponde o conceito-chave ou categoria «si», o qual agrupa dados verbais localizados no texto: «eu», «me», «o meu», «a minha», «eu próprio».

O índice compreende, geralmente, dois sistemas de entrada:

- um índice categorial: entrada pelos conceitos-chave, com lista das palavras classificadas para cada um deles;
- um índice alfabético: lista alfabética das palavras e retorno aos conceitos-chave.

⁽¹³⁾ P. J. Stone, D. C. Dunphy, M. S. Smith, D. M. Ogilvie, *The General Inquirer: a Computer Approach to Content Analysis*, The MIT Press, 1966

O índice apresenta uma certa flexibilidade, visto que está prevista uma «lista de espera» (*left over list*), em que as palavras do texto que não se encontram nesse índice podem ser registadas e, eventualmente, acrescentadas em seguida.

O *General Inquirer* compreendia em 1966 dezassete índices.

A vantagem deste conjunto de programas reside no facto de se poderem utilizar diferentes índices para o mesmo material. Citemos alguns destes índices.

– O *Harvard Third Psychosociological Dictionary*: este índice psicossociológico (segunda edição) pode registar 3564 entradas e classificá-las em 83 conceitos-chave (a maioria destes conceitos-chave reúne um mínimo de vinte palavras). A sua característica é a de comportar conceitos-chave de primeiro nível e de segundo nível. Os de primeiro nível (55) registam as palavras do texto segundo o seu sentido mais coerente e manifesto. Os de segundo nível (28) completam a informação, considerando as significações conotativas das palavras. A este nível, o sentido da palavra pode ser definido por um ou vários destes conceitos-chave (multicodificação). Por exemplo, a palavra *professor* será definida pelo seu contexto institucional, pela sua conotação de posição social e por uma característica psicológica (ou seja: função profissional, estatuto superior, contexto académico).

Os 55 conceitos-chave do primeiro nível podem ser reagrupados em treze rubricas e três domínios (processos, objectos, atributos):

OBJECTOS

- | | |
|-----------------|---|
| (Área social) | <i>Pessoas</i> : Eu, Nós, Outrem.
<i>Papéis</i> : papel masculino, papel feminino, papel neutro, papel profissional.
<i>Colectividades</i> : pequeno grupo, grupo alargado. |
| (Área cultural) | <i>Objectos culturais</i> : Alimentação, Indumentárias, Instrumentos.
<i>Localização social</i> : Lugar social.
<i>Modelos culturais</i> : Valor Ideal, Valor Desviante, Mensagem, Norma-Acção, Pensamento, Objecto Não Específico. |
| (Área natural) | Parte do corpo, objecto natural, mundo natural. |

PROCESSOS

(Processos psicológicos)	<i>Emoções:</i> Excitação, Impulso, Afecto, Cólera, Prazer, Desespero. <i>Pensamento:</i> Sentido, Pensamento, Condição, Igualdade, Negação, Causa. <i>Avaliação:</i> Bom, Mau, Dever,
(Processos comportamentais)	<i>Ações sócio-emocionais:</i> Aproximação, Guia, Controlo, Ataque, Evitamento, Seguir, Comunicar. <i>Ações instrumentais:</i> Tentativa, Trabalho, Movimento, Obtenção, Posse, Expulsão.

ATRIBUTOS

Referência temporal, Referência espacial, Referência quantitativa e Referência qualitativa.

Os conceitos-chave de segunda ordem são de três tipos:

Contexto institucional: Académico, Artístico, Comunitário, Económico, Familiar, Legal, Médico, Militar, Político, Distractivo, Religioso, Tecnológico.
Conotações de estatuto: Estatuto Superior, Estatuto Igual, Estatuto Inferior.

Temas psicológicos:

- a) Exagero, Subestima
- b) Significação de Força, Significação de Fraqueza
- c) Aceitação Rejeição
- d) Tema Masculino, Tema Feminino, Tema Sexual
- e) Tema de Nobreza
- f) Tema de Autoridade
- g) Tema de Perigo, Tema de Morte

Este índice psicossociológico foi aplicado a materiais e com objectivos variados. Paige utilizou-o para retomar a análise das cartas de Jenny, numa abordagem clínica da estrutura da personalidade⁽¹⁴⁾. Dunphy utilizou-a para observar a mudança social nos pequenos grupos de auto-análise. Smith, Stone e Glenn analisaram comparativamente vinte discursos de nomeação presidencial⁽¹⁴⁾. O problema das características das cartas de suicídios autênticas e simuladas foi retomado por Ogilvie, Stone e Schneidman⁽¹⁴⁾, etc.

(14) *The General Inquirer*, op. cit.

– *O Stanford Political Dictionary* (O. R. Holsti): este índice foi elaborado para a análise dos documentos *políticos*. Apoia-se no diferenciador de Osgood e pode registar perto de 4000 palavras, segundo três ou quatro dimensões positivas ou negativas, ou seja, seis ou oito conceitos-chave.

Eis a lista dos conceitos-chave e alguns exemplos de palavras:

<i>Conceitos-chave</i>	<i>Número de palavras</i>	<i>Exemplos de palavras</i>
Afectivo positivo	977	Mútuo, natural, normal, puro
Afectivo negativo	1513	Escândalo, profano, recusar, repugnante.
Força	1391	Aço, pedra, espada, duro.
Fraqueza	579	Fraco, ignorante, debaixo.
Actividade	1218	Reacção, reino, contacto, viagem.
Passividade	722	Imutável, espera.
Sobre-estima (<i>overstate</i>)	128	Absolutamente, exactamente, sempre.
Subestima (<i>understate</i>)	50	Se bem que, aparentemente, aproximadamente.
Negação (<i>not</i>)	6	Diferente, nem um nem outro.

Holsti utilizou este índice para estudar hipóteses relativas à tomada de decisão, numa situação de crise internacional (por exemplo, a «crise cubana», em 1962), ou para analisar o conflito entre o Leste e o Ocidente e as relações sino-soviéticas; Choucri serviu-se deste índice para estudar as componentes da atitude de «não alinhamento» (neutralidade política) dos Estados africanos e asiáticos.

– *O Need Achievement Dictionary* (D. Ogilvie, L. Woodhead): ao contrário dos precedentes, este índice é muito mais específico. Inicialmente foi concebido para estudar a concepção da «auto-realização» (necessidade de sucesso) nos protocolos dos testes projectivos. Comporta 1200 palavras, entre as quais 30 são fórmulas idiomáticas reunidas em 25 conceitos-chave (Necessidade, Ser, Competição, Verbo Positivo, Advérbio Positivo; Adjectivo Positivo, Valor Positivo, Papel Positivo, Bloqueamento, Sucesso, Fracasso, Afecto Positivo, Afecto Negativo, Tempo, etc.). A codificação é guiada por regras precisas, em função da combinação das palavras numa frase. Cada frase é codificada, sendo seguidamente definido o conjunto do protocolo: representação do sucesso (RS), realização única (RU), representação incerta do sucesso, representação incoerente, etc.

Citemos, finalmente, um exemplo de codificação⁽¹⁵⁾ de uma determinada história, contendo uma representação de sucesso (RS).

<i>Frase 1</i> O estudante <i>está a sonhar</i> que se tornou um <i>grande inventor</i> .	Necessidade, Ser, Adjectivo Positivo, Papel Positivo → Frase Global = RS.
<i>Frase 2</i> Depois de <i>anos</i> de <i>trabalho</i> , chega o momento <i>crucial</i> .	Tempo, Verbo Positivo, Advérbio, Positivo → Frase Global = RU.
<i>Frase 3</i> Ele <i>espera</i> que <i>tudo corra bem</i> .	Necessidade, Verbo Positivo, Advérbio Positivo → Frase Global = RS;
<i>Frase 4</i> Mas a <i>experiência</i> vai <i>falhar</i> .	Valor Positivo, Fracasso → Frase Global = RT.
<i>Frase 5</i> <i>Descontente</i> , mas ainda <i>confiante</i> , ele vai modificar os seus procedi- mentos e tentar tudo de novo.	Afecto Negativo, Valor Positivo → Frase Global = RS.

Resumo: este documento contém uma representação de sucesso.

– Foram construídos outros índices, no quadro do *General Inquirer*. Citaremos:

– O *Santa Fé Third Anthropological Dictionary* (Colby): de alcance geral, este dicionário foi concebido para a comparação transcultural dos contos populares e dos protocolos de testes projectivos.

– O *Simulmatics Dictionary* (Stone e Dunphy): este dicionário diz respeito à análise de produtos e de imagens de marca.

– O *Who Am I Dictionary* (McLaughlin): este dicionário pode ser utilizado na análise das respostas à pergunta aberta «quem sou eu».

– O *Davis Alcohol Dictionary* (Davis): foi construído para testar hipóteses relativas às relações temáticas de uma amostra mundial de contos populares e do consumo de álcool, segundo a cultura.

⁽¹⁵⁾ *The General Inquirer*, op. cit.

Após o impulso do *General Inquirer*, outros índices ou dicionários foram publicados, ou os que já existiam foram aumentados (sobretudo nos Estados Unidos, já que os outros países estavam menos interessados na elaboração de índices de análise por computador). Citemos um exemplo:

O IID ou *Interpersonal Identification Dictionary* e o TTD ou *Therapist Tactics Dictionary* (G. Psathas), aumentados para analisarem a interacção na conversação e na relação terapeuta-paciente. Estes dois índices são completados pelo PSYCHODIC ou *Psychological Content Dictionary*. O IID utiliza uma dúzia de conceitos-chave destinados a identificar e classificar as pessoas citadas em função da sua relação com o locutor (estatuto inferior, estatuto igual, ..., objecto de amor, figura de autoridade, etc.). O TTD contém três listas de classificação: uma relativa aos termos funcionais (determinantes, pronomes, advérbios, por exemplo), uma relativa aos diversos termos «tácticos» (elogio directo, tentativa, referência espacial, estado emocional, início, acordo moderado, resumo, capacidade potencial, etc.), e a terceira identifica a frase no seu todo (pergunta directa, declaração, negação, sugestão insistente, ..., etc.). O PSYCHODIC contém uma centena de categorias muito diversas relacionadas também com a idade, as condições somáticas, os tratamentos, as percepções sensoriais, os actos sexuais, as acções sociais, as acções conseguidas, os processos cognitivos, as emoções, etc., e as suas diferentes modalidades¹⁶.

A construção de índices para computador tem obrigado a fazer-se, como diz Holsti, a ligação entre a formulação teórica e os mecanismos da análise. A elaboração das categorias vê aumentar o seu rigor: preceitos rigorosos de «rotulação» das palavras (títulos conceptuais), definição unívoca das categorias e definição precisa das fronteiras entre conceitos e a lógica interna do processo de investigação.

IV

A inferência

Sobre o que é que pode incidir este tipo de interpretação controlada que é, na análise de conteúdo, a inferência? Vamos abordar o assunto teoricamente (possíveis pólos de atracção) e seguidamente de maneira realista, com exemplos de inferência actuais.

1. PÓLOS DA ANÁLISE

A análise de conteúdo fornece informações suplementares ao leitor crítico de uma mensagem, seja este linguista, psicólogo, sociólogo, crítico literário, historiador, exegeta religioso ou leitor profano que deseje distanciar-se da sua leitura «aderente», para saber mais sobre esse texto.

Mas a que corresponderá este «saber mais»? Sobre o quê e sobre quem e (também porquê) se poderá centrar a análise de conteúdo? Por outras palavras, quais serão os seus pólos de atracção?

Teoricamente, pode remeter para ou apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor, enquanto pólos de inferência propriamente ditos.

a) *O emissor*, ou produtor de mensagem. – Pode ser um indivíduo ou um grupo de indivíduos emissores. Neste caso, insiste-se na função expressiva ou representativa da comunicação. Com efeito, pode avançar-se a hipótese de que a mensagem exprime e representa o emissor.

Por exemplo, a análise do monólogo de um paciente num tratamento psicanalítico remete para a personalidade deste, para a sua

história pessoal, para os seus sintomas neuróticos e para a sua evolução (cf. análise diacrónica de conteúdo), visando uma melhor adaptação deste ao mundo, etc. A análise dos textos poéticos de Baudelaire informa o leitor que procura penetrar no seu universo pessoal acerca dos seus desejos e das suas angústias, da sua vida e dos seus tormentos... A análise do discurso político fornece dados sobre o orador, etc.

b) *O receptor*. – O receptor pode ser um indivíduo, um grupo (restrito ou alargado) de indivíduos, ou uma massa de indivíduos.

Nesta óptica, insiste-se no facto de a mensagem se dirigir a este indivíduo (ou conjunto de indivíduos) com a finalidade de agir (função instrumental da comunicação) ou de se adaptar a ele (ou a eles). Por consequência, o estudo da mensagem poderá fornecer informações relativas ao receptor ou ao público.

Deste modo, um romance de Balzac informa-nos acerca deste autor, assim como acerca dos leitores de Balzac. Os discursos de atribuição de prémios esclarecem-nos, no decorrer dos anos, sobre os oradores, as instituições que os englobam, mas também acerca dos alunos dos liceus a quem se dirigiam estes discursos. Por seu lado, as mensagens publicitárias dão indicações, quer sobre os publicistas, quer (acima de tudo) sobre os consumidores, visto que estas mensagens tentam cercar um «alvo», a fim de melhor agir sobre ele.

c) *A mensagem*. – Qualquer análise de conteúdo passa pela análise da própria mensagem. Esta constitui o material, o ponto de partida e o indicador sem o qual a análise não seria possível!

De facto, existem duas possibilidades, que correspondem a dois níveis de análise: o continente e o conteúdo; ou ainda os significantes e os significados; ou ainda o código e a significação... com uma possível passagem de informações entre os dois planos⁽¹⁾:

⁽¹⁾ Note-se que, para atingir o conteúdo, é necessário passar pelo continente, o que significa que qualquer significação é veiculada por um significante ou por um conjunto de significantes, e que qualquer mensagem se exerce através de um código. Existem, no entanto, gradações nesta passagem do signifiante ao significado:

- passagem imediata da leitura normal;
- passagem controlada da análise temática para a análise de conteúdo;
- passagem sistemática sempre que nos servimos de uma análise formal para atingirmos outras informações, a partir das características do próprio código, como é o caso da análise de conteúdo a partir da análise do «continente».

• *O código*: servimo-nos do código como de um *indicador* capaz de revelar realidades subjacentes.

Perguntar-nos-emos, por exemplo, a um nível puramente formal e descritivo: qual é o arsenal das palavras utilizadas por Balzac? Como varia o comprimento das frases, nos discursos políticos? Quais serão as figuras de retórica utilizadas pelo discurso publicitário? Quais as leis do código do vestuário? Serão os objectos quotidianos significantes ligados termo a termo a significados, ou será que a significação apenas surge na combinatoria destes objectos-signo?

As questões precedentes, uma vez resolvidas, devem ser, no entanto, seguidas de outras interrogações: o que é que o vocabulário de Balzac nos revela sobre o autor ou sobre os leitores? Em que medida é que o comprimento das frases de um discurso político nos informa sobre a segurança do orador? Qual será a presumível acção sedutora da retórica publicitária sobre os consumidores visados? Quem diz o quê e a quem – e com que grau de consciência da mensagem, enquanto mensagem emitida e recebida – pelo vestuário? Quais serão os objectos-signo, ou conjuntos de objectos-signo, que exprimem uma determinada classe social, sendo decifrados por uma outra classe?

• *A significação*: a passagem sistematizada pelo estudo formal do código não é sempre indispensável. A análise de conteúdo, pode realizar-se a partir das significações que a mensagem fornece.

Que temas estão presentes nos discursos de distribuição de prémios? Quais são os assuntos abordados por um paciente durante a cura psicanalítica? Quais os conteúdos do discurso publicitário? De que modo se sucedem os temas nas diversas sequências de um relato?

Isto pode já ser interessante, mas, muitas vezes, os conteúdos encontrados estão ligados a outra coisa, ou seja, aos códigos que contêm, suportam e estruturam estas significações (cf. *supra*), ou então, às significações «segundas» que estas significações primeiras escondem e que a análise, contudo, procura extrair: mitos, símbolos e valores, todos estes sentidos segundos que se movem com descrição e experiência sob o sentido primeiro.

Quais serão os sistemas de valores e as instituições contidas na temática dos discursos de distribuição de prémios? Que realidades inconscientes e recalçadas esconde o discurso falsificado do paciente, no divã psicanalítico?

Contentar-nos-emos aqui com citar alguns tipos de inferências possíveis⁽⁶⁾. Para Osgood⁽⁷⁾, as variáveis inferidas podem ser, por exemplo: a inteligência, a facilidade de comunicação, a origem racial, a ansiedade, a agressividade, a estrutura associativa, as atitudes e valores, os móveis, os hábitos linguísticos do emissor (ou, eventualmente, do receptor). Estas inferências podem ser obtidas a partir de um ou vários de entre os seguintes índices: unidades lexicais, co-ocorrências lexicais, estruturas sintáticas, características formais diversas, pausas, erros, expressões gestuais ou posturas. Holsti, por seu lado⁽⁸⁾, cita os seguintes exemplos inferenciais:

- *Os antecedentes da comunicação:*

- Assegurar as informações militares e políticas.

Por exemplo: as investigações sobre a propaganda inimiga, durante a guerra, ou a observação das grandes potências e do equilíbrio internacional actualmente, etc.

- Analisar as características psicológicas dos indivíduos.

Por exemplo: a estrutura da personalidade de um indivíduo, a evolução de uma doença mental, a coerência intelectual ou ideológica, a reacção a uma frustração ou a um perigo, a adesão a um sistema de crenças, a lógica de raciocínio de um político⁽⁹⁾, o diagnóstico psiquiátrico, a taxa de hostilidade, de ansiedade, de «defesa» de uma pessoa numa dada situação, as tomadas de decisão políticas, etc.

- Observar aspectos ou mudanças culturais.

Por exemplo: a influência socioeconómica nos problemas científicos abordados numa dada época, o desejo de êxito individual em diferentes contextos culturais, a tendência da sociedade americana de passar de uma ética protestante individual para uma ética social, a imagem da socialização na comunicação de massas, etc.

⁽⁶⁾ A parte seguinte, «Técnicas», propõe exemplos de índices utilizáveis, através de vários procedimentos.

⁽⁷⁾ C. E. Osgood, *ibid.*

⁽⁸⁾ O. R. Holsti, *Content analysis for the social sciences and humanities*, Addison-Wesley Publishing Company, 1969.

⁽⁹⁾ Cf., por exemplo, o estudo comparativo de Kennedy, Nixon e Krushev.

- *As provas de legalidade e de autenticidade:* por exemplo: as intenções criminosas ou de subversão política de certos redactores ou editores, a infracção literária, a autenticidade de uma obra.

- *Os resultados da comunicação:* por exemplo: os factores da exposição selectiva das mensagens, devido às atitudes pré-existentes, ao papel dos grupos de pertença, à credibilidade do locutor, à incidência persuasiva de uma mensagem, à medida de legibilidade, à evolução do fluxo de comunicação, à assimilação simbólica dos receptores, à difusão de uma teoria científica (exemplo: Freud e a Psicanálise).

Neste último domínio, parece no entanto difícil obter-se uma inferência válida sem se recorrer a dados complementares obtidos por outras técnicas de investigação, além da análise de conteúdo.

Por último, na página seguinte apresentamos extractos de uma nomenclatura de análise recentemente publicada (1972-1973-1974), resultante de um trabalho bibliográfico que efectuámos a fim de conhecer a evolução recente da análise de conteúdo e dos seus domínios.

A análise de conteúdo: alguns exemplos ⁽¹⁰⁾

Variáveis de inferência	Material analisado	Datas	Descrição ou hipóteses / interpretações
Símbolos políticos	Notícias necrológicas da morte de Mao	1978	Destaque do apoio dos líderes militares e civis segundo tendências moderadas ou radicais
Declarações de abandono do domicílio conjugal	Documentos de polícia: boletins periódicos	1978	Causas do processo de dissociação familiar
Imagens diferenciais dos papéis sexuais	Anúncios publicitários americanos de medicamentos psicotrópicos	1978	Os homens como médicos, as mulheres como doentes mentais
Características do tema do «lobo» nos contos infantis	Observações verbais de crianças doentes	1980	Interpretação psicanalítica e hipóteses psicopedagógicas
Temas abortados e referências à Bíblia	Sermões religiosos	1980	Função social da religião como instrumento de comunicação no seio das igrejas
Interesse das mulheres pelo trabalho profissional	Romances «cor-de-rosa» anglo-saxónicos <i>Harlequin</i>	1985	Compatibilidade entre trabalho profissional e relação com o homem
Processos de intervenção e situação de enunciação	Actas de reuniões de empresas de expressão directa	1987	Os factos linguísticos não são apenas um reflexo dos factos sociais
Imagens do amor e do desejo	Canções populares da China e dos Estados Unidos	1998	As canções de amor chinesas são mais «sôfregas» e pessimistas
Implicações e distância do científico segundo o contexto de produção textual	No cientista Darwin: comparação do diário de observação do seu próprio filho com os seus escritos oficiais	1998	Interesse da análise textual para a compreensão dos processos do pensamento
Modos narrativo e argumentativo, valores colectivos e individualistas	Conversas à mesa dos Noruegueses e dos Americanos	1998	Os Noruegueses utilizam mais o modo narrativo e abordam mais temas colectivos
Representações sociais do telemóvel na imprensa diária francesa	Conjunto de artigos do diário <i>Le Monde</i> , de 1994 a 2000	2004	Denúncias de falta de civismo no espaço público ligadas ao aparecimento de um objecto social perturbador, em comparação com a introdução do telefone fixo há um século: conversas indolentes, vulgaridades, chamadas intempestivas e, como reacção, novas regras de educação
Percepções e usos da prescrição literária junto de consumidores e leitores de romances	Discursos obtidos em 20 entrevistas de inquérito junto de consumidores	2005	A prescrição literária é um critério determinante na decisão de compra de livros pelo consumidor final

⁽¹⁰⁾ Escolhidos entre centenas de publicações antigas ou recentes, francesas ou estrangeiras.

V

A informatização da análise das comunicações

1. É POSSÍVEL FAZER ANÁLISE DE CONTEÚDO POR COMPUTADOR?

Que papel desempenha actualmente a informática na análise de conteúdo? Ou, de forma mais prática: «Posso ou não fazer a minha análise de conteúdo com o meu computador pessoal?»

Se alguns gabinetes privados comecem a responder «sim», sem rodeios, para atraírem o cliente face à concorrência (em matéria de escrutínio de entrevistas de estudos de motivação, por exemplo), convém ser mais prudente e, sobretudo, mais relativizado.

Para esclarecer as ideias, podemos decompor a pergunta: a saber, a que nível de processos pode a informatização ser, real e concretamente, um auxílio eficaz para a análise de conteúdo?

Poderemos assim diferenciar três níveis:

- o tratamento de texto, que corresponde de certo modo à função «cortar, colar»;
- as operações de análise do texto propriamente dito, como a categorização;
- a análise dos dados obtidos, ou seja, as operações estatísticas sobre os resultados.

Esta diferenciação é importante, porque embora o auxílio informático seja apreciável a vários níveis, não permite responder com um «sim» total à questão de partida. Os avanços informáticos e a proliferação dos computadores pessoais na sociedade generalizaram a ilusão de uma espécie de magia da máquina. Mas, no que respeita à metodologia da análise de conteúdo, a informatização, actualmente, dá apenas uma resposta parcial e até ambígua: «sim» e «não».

«Sim», porque algumas coisas são já possíveis, «não», porque normalmente essas coisas existem apenas a título experimental ou artesanal, ou só dizem respeito a *uma* parte dos processos (tratamento de texto, análise estatística dos resultados), a *certos* tipos de análise de conteúdo. «Sim», porque as pesquisas efectuadas pelos analistas de conteúdo (nomeadamente americanos) nos anos 60 aperfeiçoaram-se; «sim», porque algumas disciplinas conexas, como a linguística, a estatística lexical e a documentação progrediram rapidamente e criaram ferramentas; «sim», porque a evolução técnica das capacidades informáticas ou as pesquisas em inteligência artificial estão a avançar. «Não», porque se os progressos são reais, dizem por vezes respeito apenas aos avanços prévios: é o caso, por exemplo, dos trabalhos sobre a desambiguação das palavras. Ou então esses progressos não correspondem ao objectivo real da análise de conteúdo propriamente dita: é o caso das investigações em linguística e de certas formas de análise do discurso ou de análise da conversação, que procuram aumentar os conhecimentos sobre o funcionamento da língua e não inferir a partir de uma realidade exterior ao texto; ou o caso das práticas documentais, cuja informatização é rápida, mas que resolve apenas o problema de redução da informação para fins de manipulação e de acesso, que é um problema parcial na análise de conteúdo.

Apresentados estes pontos prévios, um estado da questão e vários exemplos de natureza diversa permitirão, talvez, que o eventual aprendiz ponha por sua vez as suas ferramentas na bancada.

2. A UTILIDADE DA INFORMÁTICA PARA A ANÁLISE DE CONTEÚDO

Os especialistas americanos em análise de conteúdo dão grande importância a este tema nos seus trabalhos (Holsti, Krippendorff, Weber)⁽¹⁾

Como diz Holsti, os computadores são capazes de efectuar qualquer tarefa que seja, desde que o analista lhes prepare instruções não ambíguas. Um computador é capaz de apreciar o valor de uma poesia se todas as condições necessárias e suficientes de um «bom» poema lhe forem claramente indicadas.

⁽¹⁾ O. R. Holsti, *Content analysis for the social sciences in humanities*, Addison Wesley, 1969; K. Krippendorff, *Content analysis. An introduction to its methodology*, Sage Publications, 1980; R. P. Weber, *Basic Content analysis*, Sage Publications, 1985.

Digamos que é interessante poder recorrer ao computador nos seguintes casos:

- a unidade da análise é a palavra, o indicador é frequencial (número de vezes em que a palavra ocorre);
- a análise é complexa e comporta um grande número de variáveis a tratar em simultâneo (por exemplo: número elevado de categorias e unidades a registar);
- deseja-se efectuar uma análise de co-ocorrências (aparição de duas ou várias unidades de registo na mesma unidade de contigência);
- a investigação implica várias análises sucessivas; o computador permite preparar os dados e armazená-los para usos sucessivos;
- a análise necessita no fim da investigação de operações estatísticas e numéricas complexas.

Pelo contrário, o uso do computador é inútil nos seguintes casos:

- a análise é exploratória e a técnica não é ainda definitiva;
- a análise é única e debruça-se sobre documentos especializados;
- a unidade de codificação é grande (exemplo: discurso ou artigo) espacial ou temporal.

O computador não pode fazer tudo, necessitando de operações prévias, geralmente uma preparação do material verbal e uma grande previsão das regras de codificação. A análise pode ser automatizada em diversos graus: algumas são automatizadas na quase totalidade e outras somente nalgumas operações, fazendo-se o resto manualmente.

O uso do computador tem consequências sobre a prática da análise de conteúdo:

- a *rapidez* aumenta;
- há um acréscimo de rigor na organização da investigação (uma vez que o computador recusa a ambiguidade); torna-se necessário explicar cada fase da investigação, definir com rigor e de maneira unívoca cada variável, avançar postulados e hipóteses, ter em consideração as regras de inferências;

o objectivo geral da análise de conteúdo (explicitar e controlar as operações tanto manuais como intelectuais) encontra-se assim reforçado;

- a *flexibilidade mantém-se*; podem utilizar-se de novo os dados classificados para novas hipóteses; introduzir seguidamente novas instruções no programa;
- a *reprodução* e a *troca* dos documentos (entre investigadores) são facilitadas (banco de materiais e de dados) pela normalização e pelo armazenamento;
- a manipulação de dados *complexos* torna-se possível;
- a *criatividade*, a reflexão, têm teoricamente um lugar destacado visto que o analista se vê livre de tarefas laboriosas, longas e estereis.

Isto na condição de não tomar o computador por um mágico (obter-se-á à saída o que se coloca à entrada, tanto o mau como o bom, o inútil como o útil), na condição de não concentrar o esforço na técnica esquecendo a pertinência e a produtividade em termos de resultados. Isto sucede muitas vezes numa fase de descoberta de um instrumento, tanto mais que os investigadores não são insensíveis à aparelhagem. Produzem-se então como diz Holsti⁽¹⁾ «estudos de grande precisão e de pouca importância».

Por seu lado, Krippendorff considera que a informática revolucionou alguns aspectos da análise de conteúdo. Com efeito, enormes volumes de dados podem ser «lidos» sequencialmente pelo computador; este pode efectuar operações lógicas ou algébricas a grande velocidade; a execução dos processos necessita de um programa que deve representar perfeitamente o funcionamento da máquina; a fiabilidade é perfeita porque o computador não tolera a incerteza. Mas o seu uso só é possível se o investigador ou o técnico conhecer suficientemente os dados e o seu contexto e se for capaz de explicar esse conhecimento na forma de um programa.

Quanto a Weber, cujos escritos são mais recentes⁽²⁾, vê o futuro da análise de conteúdo passar pelas descobertas – ainda balbucian-

⁽¹⁾ O. R. Holsti, *ibid.*

⁽²⁾ Na informática, tudo anda tão depressa actualmente, pelo menos no plano da técnica, que o curto prazo já se calcula em meses e já não em anos. O que dificulta o rigor na difusão da informação relativa aos materiais e aos programas disponíveis, já que podem ficar rapidamente caducos.

tes, mas prometedoras – da inteligência artificial e das ciências cognitivas. Com efeito, só estas ciências podem permitir progressos no centro da especificidade da análise de conteúdo, a saber, a interpretação e a compreensão do implícito.

3. O QUE PODE OU NÃO O COMPUTADOR FAZER

Actualmente, quem o desejar, pode explorar, num computador pessoal, as possibilidades dos programas de tratamento de texto existentes no mercado. Cortar trechos de frases ou de sequências e deslocá-los, procurar palavras e contabilizar a sua frequência, analisar o comprimento médio de frases, organizar classificações de temas com o auxílio de um processador de ideias e ordená-los em esquemas em árvore.

Além disso, outros programas permitem fazer cálculos estatísticos, depois de obtidos os resultados. Ninguém se lembraria de fazer uma análise factorial à mão! Mas a análise de dados não é específica da análise de conteúdo, ainda que, por vezes, haja uma mistura abusiva no espírito de algumas pessoas. Por isso, não trataremos dela aqui explicitamente⁽³⁾.

Tentemos, ao invés, descrever os processos informatizados específicos da análise de conteúdo e já explorados.

Tomando a palavra como unidade de contagem, o computador pode elaborar a lista alfabética de todas as palavras presentes no texto e, depois, calcular a *frequência de ocorrência das palavras*, a fim de se ter uma primeira ideia do vocabulário utilizado. Para simplificar, podemos pedir-lhe para não levar em conta sufixos gramaticais, ou seja, para reduzir as palavras às suas raízes: deste modo, «cantar», «cantante», «cantor», «cantora», serão reduzidos à palavra de base «cant», ou «educação», «educar», «educável», «educador» ou «educadora», são reduzidos a uma raiz «educ».

Podemos também decidir ignorar as palavras funcionais de alta frequência, mas pouco significativas do léxico, como os termos acessórios (artigos «um», «o», «a», «os», preposições «em», «de», etc). Ou, pelo contrário, rejeitar as palavras de frequência muito baixa ou as palavras raras.

⁽³⁾ Ver, por exemplo, Ph. Cibois, *L'analyse des données en sociologie*, PUF, 1984.

Aparentemente simples, esta produção de um léxico, que decorre mais da linguística do que da análise de conteúdo, pode ser completada por processos mais complexos. O computador, por exemplo, é capaz de localizar certas palavras e recolocá-las no seu contexto. Elabora assim a lista destas palavras no seu ambiente linguístico. Este «KWIG», ou «Key-Word-in-Context», como dizem os Anglo-Saxónicos, fornece informações suplementares ao analista e é capaz de servir de base à sua interpretação ou ao desenvolvimento ulterior de um sistema de categorias⁽⁴⁾.

O computador pode também localizar as *co-ocorrências* entre palavras: basta pedir-lhe precisamente que isole determinada palavra, combinada com palavras de contiguidade imediata, assim como o cálculo das associações, determinando a largura da «janela» (ou seja, o número de palavras à esquerda e à direita, de 1 a 20) como unidade de contexto. Os chavões ou os *leitmotiv* de alguns discursos políticos manifestam-se então explicitamente; ou então certas associações (ou exclusões) ricas de sentido inconsciente no psiquismo de um paciente em psicoterapia, mas invisível a «olho nu», podem servir de fio condutor a uma exploração pertinente. Neste domínio das co-ocorrências, a capacidade do computador mostra-se insubstituível.

Estas operações não são exclusivas da análise de conteúdo: a análise literária, a lexicometria, o tratamento documental da informação, por exemplo, também as praticam.

Krippendorff insiste para que se limite a designação de «análise de conteúdo informatizada» às «situações em que um computador é programado para imitar, modelizar, refazer ou representar algum aspecto do contexto social que trata, ou seja, quando o processo de inferência a partir do texto é total ou largamente informatizado».

Os «dicionários», índices ou *thesaurus*⁽⁵⁾, a partir do momento em que há processo de categorização entram no domínio limitado por Krippendorff. O computador, a partir de um programa previamente elaborado, pode indexar ou classificar as palavras por sinonímia ou similaridade semântica. A palavra ou a forma gráfica são sempre a unidade de contagem, mas o seu significado é levado em conta pelo computador, após indicações rigorosas.

(4) Exemplo de concordância, p. 135.

(5) Ver atrás as grelhas categoriais dos primeiros dicionários anglo-saxónicos, pp. 161 ss.

A grelha de categorias pode ser elaborada *a priori*, com base numa teoria ou a partir do senso comum: foi o caso da maioria dos dicionários oriundos do *General Inquirer*. Ou então, e isto deu origem a um debate anglo-saxónico de metodologia, as categorias podem emergir directamente do texto, por reagrupamento em aglomerados (*clustering*), como por exemplo no sistema Words (Iker, 1975) sobre entrevistas de psicoterapia. Seja como for, é sempre possível antever uma lista de previsão ou reunir categorias ou subcategorias suplementares.

Para se desenvolverem estes diferentes processos foi preciso ensinar o computador a ultrapassar alguns obstáculos, aparentemente simples para a bela máquina que é a mente humana, mas que criavam problemas à programação. Por exemplo, a *desambiguação* de palavras: entre «Buffalo», a cidade americana, e «Buffalo», o animal, ou entre a cidade francesa «Tulle» e o tecido com o mesmo nome [Tule], há uma diferença, que só pode ser distinguida por um conhecimento cultural. Outro exemplo, os pronomes pessoais que é preciso substituir por nomes próprios: que fazer se o pronome referencial estiver afastado da frase? Por exemplo, quando «esta família» está distante de um parágrafo da família em questão... Há também o caso das locuções de várias palavras: «os Estados Unidos da América» ou «um ponto de não regresso» têm de ser compreendidas em bloco, mas se o computador não recebeu informações rigorosas ou definições especiais, separa-as.

Também aqui estes obstáculos, que foram dos primeiros a ser resolvidos, não são específicos da análise de conteúdo; a tradução automática deparou com obstáculos semelhantes. Evocando-os, percebe-se melhor por que razão a linguística, a análise do discurso e a inteligência artificial deram e dão ainda grandes contributos.

No início dos anos 70, quando se tratava apenas de analisar um material simbólico complexo em listas grosseiramente ordenadas de palavras simples, o computador já podia, sobre textos não especializados, manipular 90 a 95% das palavras. Mas estes léxicos ou estas listas categoriais depressa se revelaram insuficientes. Os investigadores tomaram consciência da perda de informação relativamente à riqueza dos significados contidos numa comunicação humana. Os anos 80 assistiram à necessidade de *análises sintácticas*, da procura de *estruturas*, da compreensão da *lógica do discurso*, como condição prévia à maior informatização das análises. Começar por compreender «como isso funciona» na complexidade. Daí o recurso

às ciências cognitivas, às simulações, às análises da conversação ou do discurso e as suas aplicações em segmentos de comunicação curtos mas complexos, em vez da varredura puramente lexical sobre enormes conjuntos de textos.

As experiências actuais estão dispersas em campos ou disciplinas diferentes e muitas vezes divididas. Por vezes, parecem «gratuitas», ou seja, não susceptíveis de aplicações reais, como qualquer pesquisa fundamental exploratória. É preciso então vê-las como preliminares, certamente laboriosos, mas necessários para se avançar.

Entre os campos de experimentações, escolhemos os exemplos em língua francesa mais bem conseguidos ou os mais susceptíveis de aplicação à análise de conteúdo propriamente dita.

4. EXEMPLO: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE IMPRENSA

A análise de conteúdos de tipo categorial e temática pode ser formalizada de modo a dar lugar a tratamentos estatísticos. Cibois⁽⁶⁾ estabeleceu um programa (temas) a partir de um estudo de imprensa sobre um acontecimento (problema de imigrantes em Belle-Ile, em 1984).

Trata-se, com o auxílio de categorias «indígenas», isto é, com origem no material verbal em questão, de assinalar, através de uma «colocação em sinopse» dos diferentes textos, os «lugares de variações». Com efeito, os artigos de jornais sobre uma mesma realidade ou entrevistas desenvolvidas sobre um mesmo assunto falam das mesmas coisas, mas com maneiras de fazer e processos diferentes. Uma leitura pelo analista permite assinalar oposições, que são codificadas na forma de temas pela sua presença ou ausência em cada texto.

O estudo de imprensa relativo a Belle-Ile incidia sobre 22 textos de jornais, ou seja, 16 000 palavras. Dezassete categorias gerais permitiram assinalar 117 temas, por um estudo sequencial e, depois, por uma leitura em concordância⁽⁷⁾.

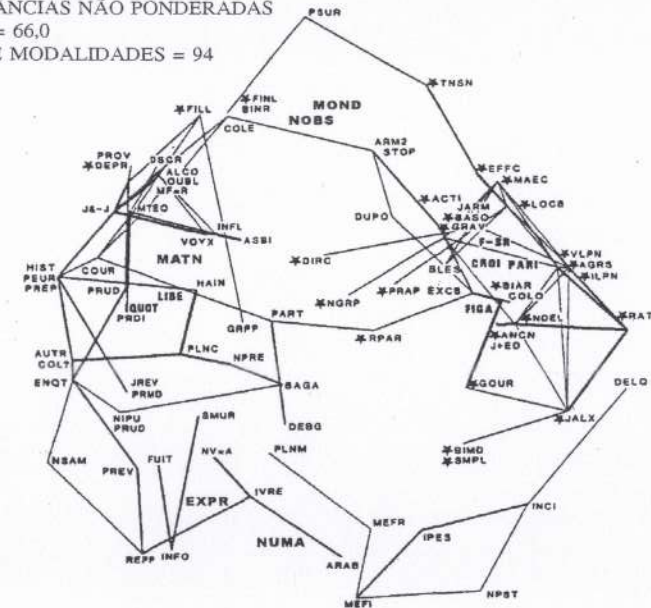
⁽⁶⁾ Ph. Cibois, do LISH (Laboratoire d'Information pour les Sciences de l'Homme), CNRS, Paris. Ver artigo: «Belle-Ile: débat de presse sur un été chaud. Étude par la méthode «synoptique», *Déviance et Société*, 1985, vol. 9, n° 4.

⁽⁷⁾ Em 1987, o programa era capaz de tratar em computador quadros da ordem de 50 temas e 1000 textos, ou 250 temas e 200 textos, por exemplo.

Fig. 1. – Belle-Ile

(ligações entre temas-índice de Jaccard superior ou igual a 0,66
representação simultânea dos jornais)

MÉTODO TRI-DEUX
DISTÂNCIAS NÃO PONDERADAS
MIN = 66,0
Nº DE MODALIDADES = 94



In Ph. Cibois, Belle-Ile: «Débat de presse sur un été chaud. Étude par la méthode synoptique», *Déviance et Société*, Genebra, 1985, vol. 9, n° 4, pp. 313-332.

Os caracteres a negrito remetem para os jornais (MOND = *Le Monde*; NOBS = *Nouvel Observateur*, etc.), os outros grupos de quatro letras referem-se aos temas (PSUR = «Os jovens não são suficientemente vigiados», FINL = «Finalidades da operação anti-Verão quente», COLE = «É um gesto de cólera», etc. As estrelas indicam que os jornais se caracterizam por muitos «esquecimentos».

O tratamento estatístico utiliza as técnicas factoriais e pós-factoriais. O método Tri-deux⁽⁸⁾ foi completado pelo índice de Jaccard, para determinar as proximidades entre temas ou entre jornais.

5. A ANÁLISE DE RESPOSTA A QUESTÕES ABERTAS

Na investigação por inquérito, o material verbal obtido a partir de questões abertas é muito mais rico em informações do que as respostas a questões fechadas ou pré-codificadas. Mas, quando o inquérito incide sobre um número elevado de indivíduos (um ou vários milhares, por exemplo), o tratamento da informação recolhida levanta problemas: como manter a complexidade e o valor informativo das respostas com um custo e tempo de análise mínimos? No âmbito do CREDOC⁽⁹⁾, Lebart desenvolveu uma cadeia de tratamentos estatísticos que, sem ser uma técnica de análise de conteúdo, por se situar a um nível estritamente linguístico (léxicos de palavras), parece ser muito operacional e eficaz⁽¹⁰⁾.

O seu objectivo é valorizar e tratar da forma mais automática possível a informação textual original, sem transformação nem «codificação», nem «redução *a priori* da informação de base».

Não se leva em conta a ordem das palavras, «cada discurso é, para o programa, um “saco de palavras”». O objectivo é efectuar agrupamentos, mas, para isso, há várias estratégias possíveis: pode-se fazer uma partição em torno de *núcleos factuais* com base em características pertinentes dos inquiridos (por exemplo, a idade, a categoria sócio-profissional, o sexo, etc.), ou nas respostas a certas questões fechadas do questionário. Uma técnica de classificação automática permite substituir vários milhares de indivíduos por cerca de 40 ou 50 grupos homogéneos. Ou então, pode-se partir directamente dos perfis lexicais das respostas e, depois, assinalar as categorias de pessoas mais ligadas à tipologia lexical.

Consideremos o exemplo da pergunta: «O que mais o preocupa neste momento no que respeita ao seu futuro?» Faz-se uma partição da população em 24 grupos (em função das categorias sócio-profissionais e da idade). Compara-se então, a partir de textos em

⁽⁸⁾ Ver Cibois, *op. cit.* 1984.

⁽⁹⁾ Centre de Recherche pour l'Etude et l'Observation des Conditions de Vie.

⁽¹⁰⁾ L. Lebart, «Analyse statistique des réponses libres dans les enquêtes par sondage», *Revue française du Marketing*, n° 109, 1986/4; L. Lebart e A. Salem, *Analyse statistique des données textuelles*, Dunod, 1989.

bruto e de forma totalmente automática, com o auxílio de um programa, a frequência das palavras em cada grupo. Por exemplo, para 6000 respostas, temos 3000 palavras distintas, das quais 400 aparecem mais de 10 vezes. Em seguida, o programa pode estabelecer a tabela de contingência das palavras mais frequentes em função dos grupos (24 x 400) e descrever as associações por uma análise de correspondência.

Para evitar a frieza apenas dos resultados calculados e gráficos, o método é completado por uma selecção automática de *respostas modais* ou «frases características». Não são respostas artificiais, mas respostas autênticas, representativas de um grupo de pessoas. Uma resposta modal contém as palavras mais características do seu grupo e o menor número possível de palavras características de outros grupos. A riqueza da fala real é assim reconstituída, no final da análise, na sua verdade insubstituível, mas também na sua representatividade.

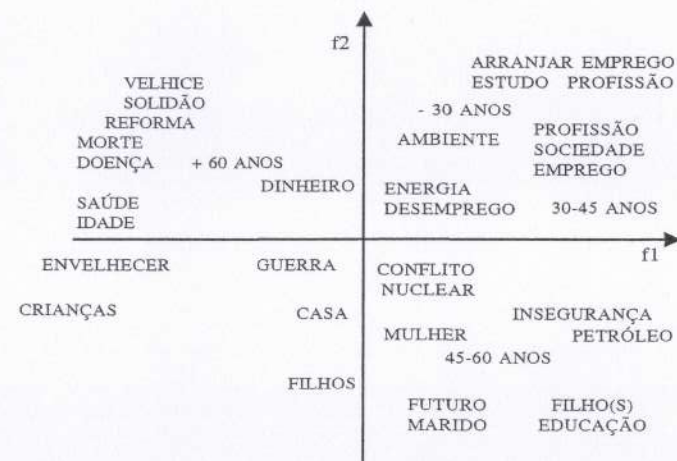


Fig. 2. - Preocupações relativas ao futuro

Visualização simplificada, por análise factorial lexical, das associações de palavras (aqui apenas cerca de trinta das mais frequentes) e das associações entre quatro classes etárias.

As palavras mais frequentes obtidas por questão aberta sobre o *casamento* entre os Franceses. Estas 187 formas lexicais mais frequentes foram cruzadas com uma tipologia de 7 famílias de opiniões (obtidas pelas respostas às principais perguntas de opinião do questionário). A análise factorial permite então obter as proximidades entre formas lexicais e tipo de opinião e interpretá-las (L. Lebart, 1982).

Perguntas sobre o casamento – As 187 palavras mais frequentes

Frequências	%	Discriminadas	Frequências	%	Discriminadas	Frequências	%	Discriminadas
814	5,47	Ê	36	0,24	Solução	18	0,12	Inútil
624	4,19	Não	36	0,24	Deixar	18	0,12	Invés
536	3,60	Para	36	0,24	Reflectir	18	0,12	Certos
405	2,72	Dos	35	0,23	Pessoas	18	0,12	Também
386	2,59	Os	35	0,23	Verdadeiramente	18	0,12	Mau
354	2,38	Crianças	35	0,23	Poder	18	0,12	Partir
302	2,03	Que	34	0,23	Eles	18	0,12	Todos
276	1,85	Quando	34	0,23	Separação	18	0,12	Podem
263	1,77	Mais	34	0,23	Entendimento	17	0,11	Mal
251	1,69	Uma	33	0,22	Simples	17	0,11	Problema
239	1,60	Vida	33	0,22	Sem	17	0,11	Então
230	1,54	Separar	33	0,22	Evitar	16	0,11	Deles
219	1,47	Casamento	32	0,21	Outro	16	0,11	Apoiar
213	1,43	Melhor	31	0,21	Seu	16	0,11	Entendem
205	1,38	Culpa	31	0,21	Comprometimento	16	0,11	Quando
191	1,28	Pode	30	0,20	Mulher	16	0,11	Esposos
189	1,27	Casado	29	0,19	Toda	16	0,11	Devia
165	1,11	Caso	29	0,19	Cada	16	0,11	Equilíbrio
159	1,07	Vale	28	0,19	Porquê	15	0,10	Criança
149	1,00	Juntos	28	0,19	Não	15	0,10	Devem
133	0,89	Entende	28	0,19	Portanto	15	0,10	Católico
124	0,83	Em	28	0,19	Normal	15	0,10	Casa
123	0,83	Deve	27	0,18	Pais	15	0,10	Partes
114	0,77	Ser	27	0,18	Eu	15	0,10	Incompatibilidade
104	0,70	Porque	26	0,17	Vez	15	0,10	Religião
100	0,67	Quem	26	0,17	Seguro	14	0,09	Ouvir
94	0,63	Viver	26	0,17	Nada	14	0,09	Livre
94	0,63	Ficar	25	0,17	Meu	14	0,09	Pensar
89	0,60	Mas	25	0,17	Contrato	14	0,09	Melhor
85	0,57	Divórcio	25	0,17	Lar	14	0,09	Homem
78	0,52	Acordo	25	0,17	Algum	14	0,09	Ideia
73	0,49	Divorciar	25	0,17	Pensa	14	0,09	Nunca
73	0,49	Graves	25	0,17	Contra	14	0,09	Encontra
69	0,46	Muito	24	0,16	Importante	14	0,09	Difícil
67	0,45	Feito	24	0,16	Depois	14	0,09	Ligeiro
66	0,44	Tudo	24	0,16	Pior	14	0,09	Algum
64	0,43	Dois	23	0,15	Tanto	14	0,09	Impossível
64	0,43	Bem	23	0,15	Amigável	14	0,09	Menos
58	0,39	Com	23	0,15	Indissolúvel	13	0,09	Religiosas
58	0,39	Fazer	23	0,15	Aos	13	0,09	Cônjuges
56	0,38	Sou	23	0,15	Sérios	13	0,09	Instituição
56	0,38	Demasiado	22	0,15	Infelizes	13	0,09	Momento
55	0,37	Grave	22	0,15	Pois	13	0,09	Fim
53	0,36	União	22	0,15	Saber	13	0,09	Passar
52	0,35	São	21	0,14	Gente	13	0,09	Dizer
51	0,34	Causa	21	0,14	Seja	13	0,09	Má
50	0,34	Família	21	0,14	Razão	13	0,09	Diferente
49	0,33	Liberdade	21	0,14	Mercado	13	0,09	Exemplo
47	0,32	Ter	21	0,14	Marido	13	0,09	Quando
47	0,32	Isso	20	0,13	Separado	13	0,09	Feliz
45	0,30	Por	20	0,13	Desacordo	13	0,09	Comprometido
45	0,30	Coisa	20	0,13	Possível	13	0,09	Chegar
45	0,30	Antes	20	0,13	Nós	12	0,08	Tomar
40	0,27	Mesmo	20	0,13	Coisas	12	0,08	Dissolver
40	0,27	Sempre	20	0,13	Razões	12	0,08	Soa
40	0,27	Sobretudo	19	0,13	Tempo	12	0,08	Bom
40	0,27	Casar	19	0,13	Questão	12	0,08	Inveja
40	0,27	Pena	19	0,13	Melhor	12	0,08	Entre
39	0,26	Problemas	19	0,13	Ninguém	12	0,08	Felicidade
38	0,26	Casal	19	0,13	Escolha	12	0,08	Depende
38	0,26	Corno	19	0,13	Esta	12	0,08	Lado
38	0,25	Preferível	19	0,13	Senão			
37	0,25	Sabe	19	0,13	Sagrado			

6. AS ANÁLISES LEXICOMÉTRICAS

Em França, desde há cerca de 20 anos, as pesquisas lexicométricas do Laboratório de Lexicologia Política da École Normal Supérieure de Saint-Cloud⁽¹¹⁾ têm sido inovadoras em matéria de aplicação da informática à análise do discurso. Não se trata de técnicas de análise de conteúdo, mas de estatística lexical sobre uma base linguística, num domínio que diz respeito sobretudo aos textos – actuais ou históricos – políticos. Contudo, o dinamismo deste pólo de investigação não pode ser ignorado pelo analista de conteúdo⁽¹²⁾.

Nos anos 70, dois estudos, um sobre os panfletos do Maio de 68 e o outro sobre proclamações eleitorais no século XIX⁽¹³⁾, estabeleceram os princípios de base. Desenvolveram-se operações de estatística lexical *fora de contexto* (separação das palavras funcionais; comprimento de unidades, como frases e segmentos; coeficiente de lexicalidade; extensão, estrutura e originalidade do vocabulário) ou *em contexto*, ou seja, de co-ocorrências (descrição da distribuição; pólos; índices de proximidade; lexicogramas horizontais e hierarquizados).

A análise factorial das correspondências, método matemático de tratamento dos dados de Benzecri⁽¹⁴⁾, ainda pouco generalizada nesta época, encontrava aqui possibilidades de aplicação.

Tournier tentou fazer o ponto da situação sobre o papel do computador em lexicometria⁽¹⁵⁾. «O computador não permite tratar directamente o conteúdo dos discursos políticos, mas, ao analisar as palavras que os compõem, faz aparecerem muitas escolhas, hábitos e ideias pré-concebidas», resume Tournier. Antes de inter-

(11) URL3 Laboratoire «Lexicométrie et textes politiques».

(12) Mais de meio milhão de referências de trabalhos publicados durante 20 anos. Ver, em especial, a revista *Mots... Ordinateurs... Textes... Sociétés*, Ed. du CNRS.

(13) Acerca da lexicometria e da análise do discurso em geral, o neófito poderá consultar o manual de D. Maingueneau, *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*, Hachette, 1976, bem como a actualização complementar: *Nouvelles tendances en analyse du discours*, Hachette, 1987.

(14) Além dos primeiros tomos de *L'analyse des données*, remeteremos para trabalhos mais recentes: J.-P. Benzecri et coll., *Linguistique et lexicologie*, Paris, Dunod, 1981 (col. «Pratique de l'analyse des données», n° 3).

(15) M. Tournier, «La lexicométrie socio-politique», in Dossier: l'ordinateur a-t-il changé les Sciences de l'Homme et de la Société?, *Le Courrier du CNRS*, Maio-Julho de 1986, n° 65.

pretar, é preciso descrever, «ver o reverso das coisas, ou seja, examinar primeiro a disposição do tecido parcial aparente antes de aceder aos seus sentidos profundos». É verdade que o computador não pode perceber o sentido das palavras, mas pode examinar essas palavras.

Os primeiros trabalhos de lexicometria foram criticados, nomeadamente pelos defensores da análise do discurso e pelo seu maior representante, Pêcheux, por não levarem em conta a organização do texto e as relações entre elementos. Os trabalhos ulteriores acentuaram o estudo das palavras em contexto graças às possibilidades informáticas. Há uma «variedade infinita de sítios de emprego (das palavras), nenhuma palavra se sobrepõe a si própria em ocorrências diferentes». A lexicometria teria então como objectivo «fazer o balanço formal (...) de certos discursos situados». A presença das palavras «- e mais ainda a sua co-presença - em determinado discurso e determinado momento do texto ou da história não tem qualquer inocência nem gratuidade. Determinar os pontos de ênfase ou de ausência relativa, distinguir o carácter específico ou banal da sua distribuição, perceber a cadência das suas ocorrências, inventariar e reunir as suas vizinhanças tanto próximas como distantes...»⁽¹⁶⁾.

Para isso, o computador é uma «ferramenta importante», porque sabe explorar signo a signo uma superfície; recensear e contabilizar as suas unidades formais (...) bem como as suas relações estatísticas; calcular as probabilidades intrínsecas dessas formas e dessas relações; classificar e hierarquizar; opor ou associar⁽¹⁷⁾.

Recentemente, a lexicometria, que Guilhaumou⁽¹⁸⁾ definiu como uma disciplina que reúne «um conjunto de métodos que permitem descrever quantitativamente as sequências textuais constitutivas de um *corpus*», desenvolveu alguns programas que tentam levar em conta as redes de relações entre ocorrências.

Por exemplo - e sempre a partir de formas gráficas (*i.e.* «séries de caracteres não delimitadores compreendidos entre dois caracteres delimitadores»), tendo a vantagem de serem automatizáveis -,

⁽¹⁶⁾ *Ibid.*

⁽¹⁷⁾ *Ibid.*

⁽¹⁸⁾ J. Guilhaumou, «L'historien du discours et la lexicométrie. Etude d'une série chronologique: le "Père Duchesne" d'Hébert (juillet 1793 - mars 1794)», *Histoire et mesure*, 1986, I, 3/4.

Salem⁽¹⁹⁾ desenvolveu um programa que faz o inventário de todos os *segmentos repetidos* (ISR) de um *corpus*. Por segmento deve entender-se a «série de formas gráficas não separadas por uma pontuação forte». Serão designadas por repetidas as ocorrências de segmentos que aparecem mais do que uma vez no *corpus* do texto. Estes segmentos repetidos são classificados segundo o seu comprimento, por ordem hierárquica ou alfabética, com indicação das suas localizações e frequências. Em seguida, são submetidos a analisadores estatísticos (análise das especificidades do vocabulário; análise das «rajadas» ou ritmo de chegada dos agrupamentos de ocorrências; análise das co-ocorrências; análise das correspondências) e a analisadores gramaticais automáticos.

Este tipo de procedimento permite destacar os usos estereotípicos de um locutor: palavras de ordem, locuções, lexias ligados... e todas as formas de co-ocorrências reiteradas.

Frequência	Comprimento	Segmento
41	6	La grande colère du Père Duchesne
35	3	Tonerre de Dieu
29	5	A chien et à chat
26	4	Le coup de grâce
17	5	Tous les coups de chien
16	6	La pluie et le beau temps

Alguns segmentos muito repetidos do *corpus* DUCH 96 (jornal panfletário da época da Revolução Francesa)

7. O PROGRAMA DEREDEC

O DEREDEC, elaborado em finais dos anos 70 por Plante, no Canadá⁽²⁰⁾, é um programa de análise automática de textos. Trata-se de um sistema geral de programação que o utilizador pode desenvolver à sua vontade. Escrito em LISP (linguagem de programação utilizada em inteligência artificial, muito adaptada ao trata-

⁽¹⁹⁾ A. Salem, «Segments répétés et analyse statistiques des données textuelles», *Histoire et mesure*, 1986, 1-2.

⁽²⁰⁾ Université du Québec à Montréal (UQAM), Centre d'Analyse de Textes par Ordinateur.

Exemplo de concordância (Jacques Guilhaumou)
Concordância de *Gout* [Sabor], nº 260-355 (17 de Julho 1793-12 de Março de 1794)

FUT REFAIT. IL FAUDRAIT AUPARAVANT FAIRE PERDRE LE GOUT DU PAIN. LE SANG COULERAIT 032653022
E PURIT IN. SI TOUTS CES CUMPLICES NE PERDENT PAS LE GOUT DU PAIN. LA REPUBLIQUE EST FOUTUE ET LA CONSTITUTION 032727006
IRES QUI VULAIENT BRULER<PAR>S. ET FAIRE PERDRE LE GOUT DU PAIN. AUX BRAVES MONTAGNARDS ET AUX<JAC>URINS. A 032841012
JUER L'UN PUELT. QUI SE VANTAIENT DE FAIRE PERDRE LE GOUT DU PAIN. A TOUS LES JACOBINS, QUI DEVAIENT CHASSER L 032842004
-S>. SI, FILLES ET TOUTE LA UAGRIC DE RACE PERDRA LE GOUT DU PAIN. LES LORDS, LES BARONNETS N AU 032856005
ISLATIVE. ET DANS LA CONVENTION, PERDENT EGALMENT LE GOUT DU PAIN. SI LA DISSETTE CONTINUE BIEN TOT, FOUTRE LE BL 032868007
ILS LES MACHENT DE LEUR FAIR<F> PERDRE B EUX MENES LE GOUT DU PAIN. SI LA DISSETTE CONTINUE BIEN TOT, FOUTRE LE BL 032868007
IALLIER ATOUR DE LA CONSTITUTION. LEUR INSPIRE LE GOUT DES VERTUS REPUBLICAINES. LEUR PRESENTER DE NOUVEL 032904022
F LA BENEDICTION POUR L'ENCOURAGER B FAIRE PERDRE LE GOUT DU PAIN. B L'AMI DU PEUPLE. VOIL. FOUTRE LA SUPPLE 032917014
JOUR DE TRIOMPHE POUR QUE LES PATRIOTES PERDENT LE GOUT DU PAIN. DANS TOUTE LA REPUBLIQUE. SONGEONS<F> FOUTRE<F> 032923014
E Y IL UN METIER. ON LUI EN DUNNE UN AUTHEIA Y IL DU GOUT POUR ETRE SOLDAT. IL FAUT OU IL SOIT CALOTIN. POUR SE 032923017
AE L'ANCIEN REGIM. POUR NOUS FAIRE B TOUS PERDRE LE GOUT DU PAIN. QUI D ACCORD AVEC<C>RISSOT> ET L'LEVE<F> 032963005
WDANT UNE ARME DEPARTIMENTALE POUR FAIRE PERDRE LE GOUT DU PAIN. CETTE MAUDITE ASSEMBLEE NATIONALE 032963005
:I CAR SI TOUTS LES<C>SANS<F>CULTOTES> N ONT PAS PERDU LE GOUT DU PAIN. AUX JACOBINS EN ALLUMANT LA GUERRE CIVILE. B 033023012
FAIT QUI PEUT TOUT DETRUIRE. IL PERAIT PERDRE LE GOUT DU PAIN. A CES PIERRES, MAINTENANT LES LAMENIEZ VUS 033023012
SE METTE LA CERVELLE B L'ENVERS POUR RAYOTTER MON LE GOUT DU PAIN. AUSTOT BENOU. NOUVEL VUS 033023018
ACTION D UN DES REPRESENTANTS DU JOUR. LE GOUT DU PAIN. AUSTOT BENOU. NOUVEL VUS 033023018
ASSACHA LES REPRESENTANTS DU JOUR. LE GOUT DU PAIN. AUSTOT BENOU. NOUVEL VUS 033023018
SEUL JACOBIN. DUS TOUTS ET FEDERALISTES ONT PERDU LE GOUT DU PAIN. NON FOUTRE NON. IL N EXISTERA AUCUNE TRA 033026007
SEULS JACOBINS TOUTS ET FEDERALISTES ONT PERDU LE GOUT DU PAIN. TOUT LE TERRITOIRE DE LA REPUBLIQUE SERAIT 033026007
RES DES GOURBETTES. MAIS, FOUTRE. ILS ONT PERDU LE GOUT DU PAIN. ET NOUS AUTRES<C>SANS<F>CULTOTES>. NOUS AVONS 033026007
DE CANGRE<F> DE CONSPIRER. FINIRONT PAR PERDRE LE GOUT DU PAIN. ILS DEVAIENT UNE BONNE FOIS SE SOUVENIR DE 033026007
I L DORE<C>CAPET> ET SON ARMINABLE RACE PERDAIENT LE GOUT DU PAIN. PAS UN SEUL CHEVALIER DU POIGNARD N AURAIT 033026007

mento simbólico), numa forma mais evoluída e utilizável pelo não-informático, caracteriza-se pelo facto de as entradas, saídas e programas serem esquemas em árvore.

O método do DEREDEC é construtivista: não se limita a verificar hipóteses, também produz novos conhecimentos. Além disso, é, em simultâneo, ascendente e descendente. Significa que, com o DEREDEC, não se parte apenas de uma construção teórica que se aplica ao texto, mas procede-se a uma construção por etapas, a partir de itens lexicais e sintagmas estruturados. Por último, trata-se de um método aberto e ágil, os processos permitem «a possibilidade de associar informações aos nós dos esquemas em árvore, de os armazenar, de os analisar e de os modificar por processos ulteriores»⁽²¹⁾.

O programa DEREDEC cruza a análise do discurso com a análise de conteúdo. Após os obstáculos encontrados pela análise automática do discurso (AAD, Pêcheux), na corrente dos anos 70, alguns postulados teóricos e certos processos práticos foram recuperados e integrados num conjunto que conta com contributos de outros campos de pesquisa.

Contrariamente à análise de conteúdo no sentido estrito, a análise do discurso⁽²²⁾ preconiza como princípio o facto de não haver conteúdo independentemente do funcionamento da língua. Por conseguinte, trata-se de observar as modalidades desse funcionamento, «é necessário procurar no próprio discurso, apreendido como um processo complexo, a origem do sentido...» e «referenciar os diversos dispositivos ou mecanismos que dão lugar à produção de sentidos».

As funções do DEREDEC são de quatro tipos:

- funções descritivas;
- funções de explorações;
- funções de análise;
- funções de controlo.

⁽²¹⁾ A. Lecomte, J. Léon, J.-M. Marandin, «Analyses du discours: stratégie de description textuelle», *Mots*, 9, 1984.

⁽²²⁾ Ver, a propósito deste debate: G. Bourque, J. Duchastel, *Restons traditionnels et progressifs. Pour une nouvelle analyse du discours politique. Le cas du régime Duplessis au Québec*, cap. 2, Boréal, Montreal, 1988.

As funções de controlo comportam varias operações, como a preparação de ficheiros, elaboração e edição de dicionários, obtenção de estatísticas, apresentação de estruturas em árvore.

As funções descritivas são as principais, pois as funções exploratórias baseiam-se nas descrições obtidas, mas há a possibilidade de combinar as duas.

Funções descritivas de textos

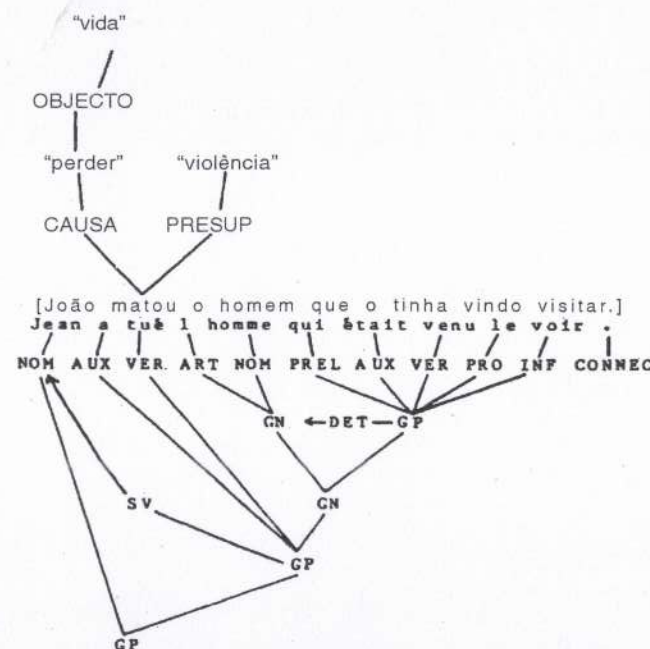
Como escreve Plante⁽²³⁾, «a estrutura em árvore de representação textual em DEREDEC é muito geral e possibilita o tratamento de grande variedade de problemas linguísticos (semântica, sintaxe, lógica...) e de análise de conteúdo de textos».

A descrição do texto faz-se pela construção de esquemas em árvore sobre expressões atómicas (itens lexicais) e dos nós (constituintes sintagmáticos). Designa-se por EXFAD (expressão de forma admissível nas descrições) uma unidade de representação, por exemplo uma palavra num texto ou, de maneira mais complexa, uma estrutura em árvore na qual se juntam várias expressões atómicas.

Por outro lado, pode-se associar informações de tipo paradigmático a cada expressão atómica da sequência de entrada. Chama-se EXFAL (expressão atómica ligada) a estes subconjuntos dos EXFAD. No exemplo aqui mostrado, isso corresponde à parte superior relativa à palavra «matou» [*tué*]. Os EXFAL permitem introduzir nas sequências informações sobre co-textos (outras partes, outros textos do *corpus*).

(23) P. Plante, «Le système de programmation DEREDEC», *Mots*, 6, Março de 1986.

Exemplo de uma EXFAD



A parte de baixo da frase corresponde a caracterizações sintáticas. Como diz Plante, «o utilizador investe como quiser estas possibilidades de categorização, de colocação em relação e de agrupamento encaixadas; as categorias, os sintagmas ou as relações serão outras tantas variáveis dos seus programas DEREDEC de descrição de texto».

As descrições são obtidas por uma programação do utilizador – em função de determinados critérios – com o auxílio de «máquinas» ou autómatos. Estes autómatos lêem o texto, sequência por sequência, executando as várias regras programadas. As operações permitem, entre outras, a modificação de uma descrição, o apelo a outros autómatos ou a processos contextuais alargados, a paragem para uma passagem «assistida», a despistagem de erros de programação (autocorreção por um sistema de diagnóstico automático)...

Além disso, Plante elaborou uma *Gramática de Superfície do Francês* (GDSF), cujo objectivo é a despistagem das estruturas sintáticas do francês corrente. Este analisador sintáctico funciona por duas etapas:

- Um dicionário e autómatos interactivos indexam categorias de base aos lexemas (ver a /).

• Outros autómatos compõem grupos sintagmáticos, despistando assim relações de dependência contextuais (RDC).

Obtêm-se então gráficos em árvore em que as palavras principais de uma frase são restructuradas segundo as relações privilegiadas que as unem (ver *b* /).

No início, a gramática totalizava cerca de 60 autómatos⁽²⁴⁾ para 1700 regras. Noventa por cento das ocorrências de um texto podiam ser categorizadas pelo dicionário, que continha 14 lexemas (mas enriquecido por cada aplicação sobre um novo *corpus*).

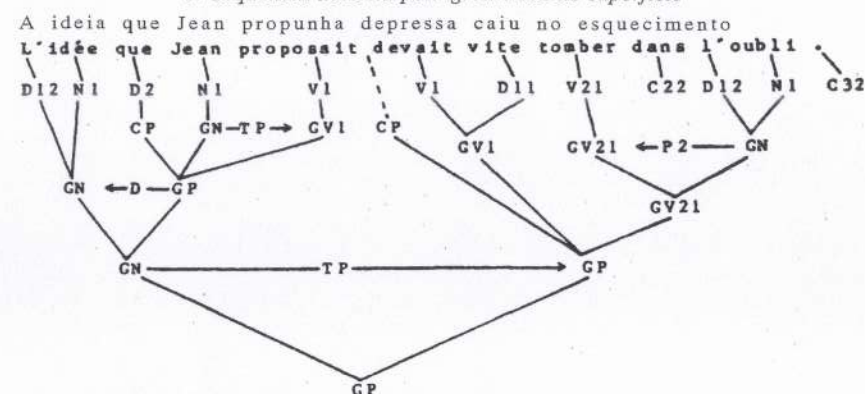
O analisador sintáctico pode resolver algumas ambiguidades com o auxílio de várias estratégias de desambiguação, mas no caso de frases atípicas, não analisáveis pela gramática, esta armazena as frases em questão e prossegue para outras sequências.

Para qualquer oração, esta gramática tem a possibilidade de despistar o *tema* e a *intenção* (*focus-comment*), indicações sobre os complementos verbais (directos e circunstanciais) e vários tipos de determinações nominais.

a/ As categorias de base

N1	Nomes próprios e comuns;	V1	Outros verbos;
N211	Pronomes pessoais, sujeitos (eu, tu...);	V21	Infinitivos;
N212	Pronomes pessoais complementos (mim, ti...);	V22	Particípios presentes;
N22	Outros pronomes;	V23	Particípios passados e adjectivos;
N23	Pronomes relativos;	C1	Conjunções de coordenação;
D11	Determinantes verbais (não...);	C21	Preposições fracas (de);
D12	Determinantes nominais (meus, teu...);	C22	Preposições fortes (com, sem...);
D2	Determinantes conectores (que, como...)	C31	Pontuação fraca (,; ; !...);
		C32	Pontuações fortes (. ; : !...).

b/ Sequência descrita pela gramática de superfície



- TP → a relação tema intenção
 P1 → primeira relação de desenvolvimento da intenção;
 P2 → segunda relação de desenvolvimento da intenção;
 D → a relação de determinação nominal;
 CO → a relação de coordenação

c/ As categorias sintagmáticas

GN	Grupo nominal;	GV23	Grupo verbal construído sobre um V23;
GV1	Grupo verbal construído sobre um V1;	GD11	Grupo determinante construído sobre um D11;
GV21	Grupo verbal construído sobre um V21;	GP	Grupo proposicional
GV22	Grupo verbal construído sobre um V22;	GP	Conector de proposições

(24) Dados de 1983 susceptíveis de evolução.

A exploração dos textos

Efectuada a descrição, pode-se proceder a algumas explorações ou pesquisas.

Por exemplo, Bourque e Duchastel, no seu estudo sobre os discursos do orçamento do Quebec, utilizaram alguns modelos de exploração:

- modelos de exploração de *ocorrências*:
 - pesquisa-modelo de ocorrência simples (MOD1): importância quantitativa de diferentes palavras ou categorias nos textos;
 - léxicos qualificados de palavras ou categorias que ocupam a posição de tema na frase (MOD8);
- modelos de exploração de *co-ocorrências*:
 - pertença de palavras a um mesmo espaço, depois da escolha de uma amplitude de segmentos (número de palavras a montante e a jusante) (MOD5)
 - léxicos de palavras pertencentes à *intenção* associada ao grupo sintagmático que contém um dado tema (MOD3), por exemplo aquilo que é dito a propósito da palavra-tema «comunidade».

As funções de análise

O programa DEREDEC pode fornecer *léxicos* de palavras por ordem alfabética ou ordem de frequência crescente. Pode também apresentar *léxicos comparados*: reunir todos os temas ou todas as circunstâncias que rodeiam este ou aquele tema. «Os temas são as “razões” por que se constroem as frases», escreve Plante. Mas o programa é também capaz de analisar perfis de texto, de identificar automaticamente paradigmas, de fazer comparações intertextuais...

Além disso, se se quiser, é possível elaborar uma categorização de tipo sociológico ou psicológico. Deste modo, Bourque e Duchastel programaram uma grelha categorial de tipo clássico. Só os nomes, adjetivos e participios passados foram categorizados; os autores notaram que poderiam também ter usado os verbos para oporem acção e estado, técnica e de avaliação. Quinze por cento

das palavras puderam ser categorizadas fora de contexto, com o auxílio de um dicionário *ad hoc*, as outras foram divididas por um processo interactivo, algumas que não entravam nas categorias foram deixadas de lado.

As possibilidades de aplicação oferecidas pelo sistema de programação DEREDEC são muitas. Os campos de aplicação são variados: análise de um texto literário complexo, como a *Sarrasine* de Balzac⁽²⁵⁾, a observação de conversas telefónicas com as suas aberturas, os preliminares e as rotinas⁽²⁶⁾, o seguimento de percursos judiciais, a actualização de modelos pré-construídos num dicionário do século XVIII... só para citar alguns exemplos.

Os promotores do DEREDEC⁽²⁷⁾, no Centre d'Analyse de Textes par Ordinateur do UQAM, pretendem continuar os seus esforços em diferentes direcções e integrar módulos já existentes, de modo a oferecerem uma espécie de panóplia ao utilizador: Sistema de Análise de Conteúdo Assistida por Computador (SACAO), Sistema de Análise Assistida de Entrevistas (SAADI)... por exemplo.

Em conclusão, pode dizer-se que, com a informatização, já não se pode ver a metodologia da análise de conteúdo de maneira isolada. Com efeito, os avanços neste domínio estão ligados à evolução noutros sectores, quer se trate do aperfeiçoamento técnico do material ou dos conhecimentos no tratamento da linguagem.

Por exemplo, ao nível puramente técnico, a possibilidade totalmente automatizada de *reconhecimento da fala* ou a *leitura de textos impressos e manuscritos* pelo computador constitui uma etapa que permite simplificar as preparações de textos fastidiosos e trabalhosos. A máquina que obedece à voz e ao toque, o lápis óptico são capazes de dar uma ajuda acrescida.

O desenvolvimento de programas informáticos em francês, e não apenas em inglês, dificilmente convertíveis, constitui uma condição de progresso para os países francófonos⁽²⁸⁾.

O avanço – muito rápido, sob a pressão de uma informação exponencial – da *informática documental*⁽²⁹⁾ pode, paralelamente

⁽²⁵⁾ J. Léon, J.-M. Marandin, equipa SLID (Syntaxe, Léxico, Informática, Discurso).

⁽²⁶⁾ B. Conein com o programa SAGA.

⁽²⁷⁾ Distribuído em França pela ACT Informatique.

⁽²⁸⁾ Podemos encontrar a descrição de vários programas em L. Lebart e A. Salem, *Statistique textuelle*, Dunod, 1994.

⁽²⁹⁾ S. Chaumier, *Le traitement linguistique de l'information*, Entreprise Moderne d'Édition, 3.^a ed. actualizada, 1988.

às análises de comunicação, fornecer-lhes processos por vezes próximos das suas preocupações. Não se deve ignorar os programas documentais (há quem fale de «programas-linguísticos»^(*)) de análise sintáctica da língua, de extracção das ideias de um texto, de auxílio à indexação, de análise da linguagem natural adaptada à pesquisa de bases de dados.

Além disso, a um certo nível de complexidade, nos próximos anos espera-se muito da *inteligência artificial* e dos *sistemas especializados*. A programação de um sistema especializado implica uma base de conhecimento específica do domínio de aplicação (diagnóstico a estabelecer, resposta a um problema ou a uma determinada situação) aliada a um motor de inferência que permita tratar esses conhecimentos. A intervenção de um especialista ou «cognitivo» é por vezes necessária para fazer a ligação entre o especialista que possui conhecimentos e uma técnica difícil de formalizar e a maquinaria informática. A análise de conteúdo de entrevistas de tipo temático e enunciativo, por exemplo, recorre a este tipo de processo.

Tudo isto pressupõe avanços nos domínios da psicologia cognitiva, da representação do conhecimento, bem como modelizações e simulações e o desenvolvimento de sistemas interactivos inteligentes.

Tendo em conta a análise de conteúdo, existe uma sociedade internacional, a SCCAC ou Society for Conceptual and Content Analysis by Computer. Interessada no uso da informática nas ciências sociais, na psicologia e nas ciências da comunicação, cobre um domínio de métodos bastante extenso, como a lexicometria, a indexação, a análise de textos, a construção de glossários documentais ou de dicionários de análise de conteúdo, sem esquecer disciplinas conexas como a inteligência artificial, a tradução automática ou a elaboração de bancos de dados.

O desenvolvimento e os progressos dos programas de análise textual

O desenvolvimento e os progressos dos programas de análise textual (SPADT, Alceste) não devem monopolizar a atenção e fazer esquecer as utilizações já antigas da informática, falamos das clássicas triagens cruzadas.

(*) No original, «linguisticels» (N.T.).

No desenrolar de um inquérito por questionário, quando este inclui perguntas fechadas e algumas perguntas abertas, é muito interessante fazer uma triagem das respostas a determinada pergunta aberta (depois da categorização) pelas respostas a uma pergunta fechada: depois de as respostas à pergunta aberta terem sido afectadas às diferentes categorias, podemos fazer-lhes uma triagem pelas respostas a uma pergunta fechada, quer se trate de uma pergunta de opinião, de uma pergunta de comportamento ou de características das pessoas questionadas. Para o computador que efectua esta tiragem cruzada, tratar-se-á sempre de uma triagem cruzada, em todos os pontos idêntica à triagem cruzada entre duas perguntas fechadas.

Estas triagens podem ser efectuadas:

- quer sobre categorias criadas de forma tradicional, *i.e.* sem o auxílio do computador;
- quer sobre categorias criadas graças à utilização prévia de um programa de análise textual.

Cada um dos dois exemplos seguintes diz respeito a uma destas situações de pesquisa. Têm em comum o facto de as temáticas tratadas – respectivamente, a política e a alimentação – serem domínios que implicam uma verbalização rica aquando de uma pergunta aberta.

Numa pesquisa sobre os jovens e o sentimento nacional, Hélène Feertchak utiliza a frase para completar: «Sou francês, por isso...» e faz a triagem das respostas em função do último diploma obtido pelos jovens questionados. As variações observadas para as categorias «A minha pátria» e «A Europa» são notáveis: a proporção dos jovens que evocam a Europa aumenta de 1% naqueles com menos habilitações para 33% nos que têm mais habilitações; nestes, pelo contrário, a vocação da pátria é menor (2%)⁽³⁰⁾.

A pesquisa que Saadi Lahlou⁽³¹⁾ realizou no CREDOC sobre as representações sociais do «comer bem» é exemplar do segundo caso. As 2000 respostas à pergunta aberta: «Se eu lhe disser “comer bem”, no que é que pensa?» foram analisadas com o programa Alceste.

⁽³⁰⁾ H. Feertchak, *Les motivations et les valeurs en psychosociologie*, Armand Colin, col. «Cursus», 1996.

⁽³¹⁾ S. Lahlou, «Cahier de recherche», CREDOC, n° 24, Abril de 1992; *Penser manger*, PUF, 1998.

As oito grandes categorias que se destacaram foram depois passadas a peneira fina. Para cada uma delas, conhecia-se os subgrupos de população que estão sobre-representados de forma significativa (com o apoio do qui-quadrado); estes subgrupos correspondem a algumas modalidades das variáveis sócio-demográficas habituais, ou então a variáveis de comportamento ligadas à alimentação. Assim, na categoria de respostas «Entrada, prato principal, queijo, sobremesa» (respostas em termos de pratos precisos, declinados segundo a ordem habitual de uma refeição completa), observa-se uma sobre-representação dos Parisienses e dos consumidores de produtos enriquecidos em vitaminas. Ou então verifica-se uma sobre-representação das mulheres na categoria «Comer o que gosto», bem como na categoria «Comer de forma equilibrada», enquanto que os homens estão sobre-representados na categoria «Comer no restaurante». A categoria «Convívio» é típica dos jovens.

A informática permite assim descrever, em simultâneo, classes de respostas e subgrupos de pessoas, e, sobretudo, navegar entre um e outro destes objectivos.

QUARTA PARTE

TÉCNICAS

I

A análise categorial

No conjunto das técnicas da análise de conteúdo, é de citar em primeiro lugar a análise por categorias; cronologicamente é a mais antiga; na prática é a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou *análise temática*, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos (significações manifestas) e simples.

Tendo até aqui servido de base para descrever as principais fases de uma análise de conteúdo, a análise categorial é citada para rememoração no princípio desta quarta parte, e abordaremos de imediato as outras técnicas mais específicas.

II

A análise de avaliação

1. UMA MEDIDA DAS ATITUDES

A *evaluative assertion analysis* (EAA), literalmente, análise de asserção avaliativa, foi elaborada por Osgood⁽¹⁾, por Saporta e Nunnally em 1956. Tem por finalidade medir as *atitudes* do locutor quanto aos objectos de que ele fala. À concepção da linguagem em que esta análise se fundamenta chama-se «representacional», isto é, considera-se que a linguagem representa e reflecte directamente aquele que a utiliza. Por conseguinte, podemos contentar com os indicadores manifestos, explicitamente contidos na comunicação para fazer inferências a respeito da fonte de emissão.

A análise de asserção avaliativa de Osgood tira partido dos conhecimentos da psicologia social sobre a noção de atitude. Uma atitude é uma pré-disposição, relativamente estável e organizada, para reagir na forma de opiniões (nível verbal), ou de actos (nível comportamental), em presença de objectos (pessoas, ideias, acontecimentos, coisas, etc.) de maneira determinada. Correntemente falando, nós temos opiniões sobre as coisas, os seres, os fenómenos, e manifestamo-las por juízos de valor. Uma atitude é um núcleo, uma matriz muitas vezes inconsciente, que produz (e que se traduz por) um conjunto de tomadas de posição, de qualificações, de descrições e de designações de avaliação mais ou menos coloridas. Encontrar as bases destas atitudes por trás da dispersão das manifestações verbais é o objectivo da análise de asserção avaliativa.

⁽¹⁾ C. E. Osgood, «The representational model and relevant research methods», em I. de Sola Pool (org.) *Trends in content analysis*, Urbana University of Illinois Press, 1959.

Tradicionalmente, em psicologia social, as atitudes são caracterizadas pela sua intensidade e direcção. Estas duas dimensões são utilizadas pela técnica de EAA para definir e medir as atitudes subjacentes.

A *direcção* é o sentido da opinião segundo um par bipolar. Pode-se ser a favor ou contra, favorável ou desfavorável. A opinião pode ser positiva ou negativa, amigável ou hostil, aprovadora ou desaprovadora, optimista ou pessimista, pode-se julgar uma coisa como boa ou má, etc. Entre os dois pólos nitidamente orientados existe eventualmente um estado intermédio, a neutralidade, ou a ambivalência.

A *intensidade* demarca a força ou o grau de convicção expressa: uma adesão pode ser fria ou apaixonada, uma oposição pode ser ligeira ou veemente.

O método de Osgood é bastante parecido com a análise de conteúdo temática, uma vez que funciona baseando-se igualmente na decomposição do texto em unidades de significação. O objectivo é contudo específico, uma vez que se atém não somente à ocorrência deste ou daquele tema (presença ou ausência), mas à carga avaliativa das unidades de significação tomadas em conta. À etapa de referência dos segmentos semânticos (asserções) a contabilizar junta-se então um procedimento de avaliação da direcção e da intensidade dos juízos seleccionados, procedimento este que só pode ter lugar depois da etapa intermédia de normalização dos enunciados.

2. AS DIFERENTES FASES DA TÉCNICA

Nem todo o texto é tido em consideração. Não se trata pois de um método exaustivo, pelo menos em relação ao conteúdo do texto. Apenas uma dimensão, a das atitudes, é tida em consideração, e por consequência só os enunciados que exprimem uma avaliação são submetidos à análise. A primeira operação consiste, portanto, em extrair da mensagem as proposições que respondem a este critério.

a) *Os componentes dos enunciados avaliativos.* – As proposições avaliativas são compostas por três elementos; ou pelo menos é necessário restituí-las a estes três constituintes através da operação de normalização.

• *Os objectos de atitude* (em inglês *attitude objects* ou *AO*). São os objectos sobre os quais recai a avaliação: pessoas, grupos, ideias,

coisas, acontecimentos, etc. Estes serão anotados em maiúsculas. São geralmente os substantivos (exemplo, a França, os Socialistas, a Liberdade, o Meu Marido, um Tal...) ou os pronomes pessoais.

• *Os termos avaliativos com significação comum* (em inglês, *evaluative common-meaning terms* ou «*cm*»). Serão anotados em itálico e em minúsculas. São termos que qualificam os objectos da atitude. Em linguística chamar-se-iam «predicados», quer dizer, comentários do tema («o que se diz acerca dele»). São quer adjetivos (exemplo: honesto, limpo, interessante), quer substantivos (exemplo: bondade, segurança, inimigo, paz), quer advérbios formados a partir dos adjetivos (exemplo: lealmente, docemente), quer ainda verbos (exemplos: mentir, ameaçar, respeitar). Osgood considera que a significação dada a estes termos é comum e estável, isto é, que há nela um certo consenso ao nível do sentido para um conjunto de pessoas. O que não é o caso dos objectos de atitude dos quais se procura justamente definir a significação para um dado locutor.

Teoricamente, então, a avaliação dos *cm*, num registo do tipo favorável/desfavorável, deveria ser simples e sem ambiguidade para os codificadores, em virtude deste consenso semântico. Entretanto, se existem dúvidas podem submeter-se os *cm* que são de significação ambígua a um pequeno teste de congruência. Colocam-se os *cm* em questão em afirmações contendo os protagonistas com forte polaridade, tais como o Herói ou o Celerado, Santo ou Pecador (exemplos dados por Osgood como símbolos de dimensão do bom e do mau⁽²⁾), desempenhando a função de objectos em que a significação é conhecida.

Vejamos para o termo «paz»:

- 1) «O HERÓI oferece a paz.»
- 2) «O CELERADO oferece a paz.»

O primeiro caso parece mais congruente (esperado, normal) que o segundo, sendo *paz* avaliada na direcção «bom».

(2) Recordaremos rapidamente que Osgood, sob o nome de diferenciação semântica, demonstrou que a significação conotativa e afectiva das palavras, qualquer que seja a cultura, pode ser analisada por escalas bipolares em que as mais eficazes são relativas às dimensões da avaliação (bom ou mau), de poder (forte ou fraco) e de actividade (rápido ou lento).

• *Os conectores verbais.* Ligam no enunciado os objectos de atitude e os termos de qualificação.

Resumindo, os objectos de atitude dos quais se procura avaliação serão rodeados por termos avaliativos de significação comum (supondo que remetem para valores estáveis ou separados) e os conectores verbais são também avaliáveis.

b) PRIMEIRA ETAPA: *identificação e extracção dos objectos de atitude (AO).* No decorrer da leitura, começa-se por referenciar e recensar os objectos de atitude. A identificação é relativamente fácil uma vez que se trata de nomes próprios ou comuns (ou de pronomes de substituição).

Os enunciados que contêm os AO são postos entre parêntesis. Para afastar toda a subjectividade dos codificadores, pode-se tomar a precaução de dissimular os objectos de atitude substituindo-os por símbolos (AZ, BY, ...).

c) SEGUNDA ETAPA: *normalização dos enunciados.* Uma vez isolados os enunciados, trata-se de proceder à preparação da codificação para os transformar numa forma canónica. (Este procedimento, chamado por vezes «edição» dos textos, foi aperfeiçoado posteriormente em análise de conteúdo, em virtude dos desenvolvimentos da linguística e do recurso à automatização da codificação, automatização esta que exige materiais normalizados). Aqui, a finalidade é obter formas afirmativas segundo a combinação sintáctica mais elementar (actor-acção-complemento), ou seja:

Objecto de atitude avaliado / conector verbal / material avaliativo,

O que se traduz sob a forma a) ou b):

a) AO₁/c/cm

b) AO₁/c/AO₂ (em que AO₂ é um segundo objecto de atitude em situação de objectivo para AO₁).

Exemplos:

a) A UNIÃO SOVIÉTICA / é / agressiva.

O PEDRO / está / apaixonado.

b) A UNIÃO SOVIÉTICA / ameaça / os ESTADOS UNIDOS.

O PEDRO / não ama / a MARIA.

Esta normalização assenta na equivalência funcional dos termos na linguagem. O procedimento consiste em transformar o texto pertinente segundo uma sequência de enunciados deste tipo.

Por exemplo a frase seguinte (fictícia):

«Embora o jornal X conteste eternamente as decisões repressivas do Governo, os esquerdistas recusam ler um jornal corrompido pelo dinheiro e embora esta atitude possa ser demasiado sistemática, no entanto é bastante honesta.»

Os objectos de atitude são os seguintes:

O jornal X = X

O governo = Y

Os esquerdistas = Z.

Depois da transformação isto dá:

/X/ contesta eternamente /as decisões repressivas

/Y/ toma / decisões repressivas

/Z/ recusa /X/

/X/ ⇔ ⁽³⁾

/X/ está / corrompido

/Z/ é / talvez demasiado sistemático

/Z/ tem / uma atitude honesta.

d) TERCEIRA ETAPA: *a codificação.* – O codificador imprime uma direcção (positiva ou negativa) a cada conector verbal (c) e a cada qualificador (cm). Além disso, esta direcção é avaliada em *intensidade* numa escala de sete pontos (– 3 a + 3):



– *Notação dos conectores (c):* os conectores podem ser associativos (logo, na direcção positiva), quando o verbo liga o sujeito ao seu complemento, ou dissociativos (portanto, na direcção negativa), quando o verbo separa o sujeito do seu complemento.

Uma intensidade forte (+ ou – 3) é indicada pelo uso do verbo «ser» ou «ter», por certos verbos no presente, pela presença de certos advérbios do tipo «absolutamente», «definitivamente», que reforçam

⁽³⁾ Este sinal de inversão da relação precedente é indicado para termos a certeza que todos os AO estão mencionados na primeira coluna.

a acção do verbo. Uma intensidade média (+ ou - 2) é marcada por verbos que indicam a iminência, o parcial, o provável, o crescimento (exemplo, ele vai tentar...) e por outros tempos verbais que não sejam o presente. Uma intensidade fraca (+ ou - 1) é caracterizada por uma relação hipotética, apenas esboçada, ou pela presença de advérbios do tipo «ligeiramente», «ocasionalmente» ...

— *Notação dos qualificadores (cm)*: Osgood parece considerar que existe pouca dificuldade em codificar como favoráveis ou desfavoráveis os termos avaliativos de significação comum, isto numa escala de sete pontos em que os três níveis positivos ou negativos correspondem a «muito», «bastante», «pouco». Se é entretanto fácil de classificar «muito honesta» por + 3, ou «interessante» por + 1, ou «atroz» por - 3, pode-se perguntar, apesar dos trabalhos de Osgood, se diferenças individuais e culturais não enviesam a notação da carga avaliativa de certos termos. Neste caso o teste de congruência recomendado pelo autor (cf. *supra*) parece ser bem anódino. É verdade que a dificuldade não é específica desta técnica e que o codificador (ou os codificadores, se provêm do mesmo grupo de pertença cultural) nunca estará seguro de não projectar o seu próprio uso linguístico e o seu sistema de valores pessoais no texto que está a examinar.

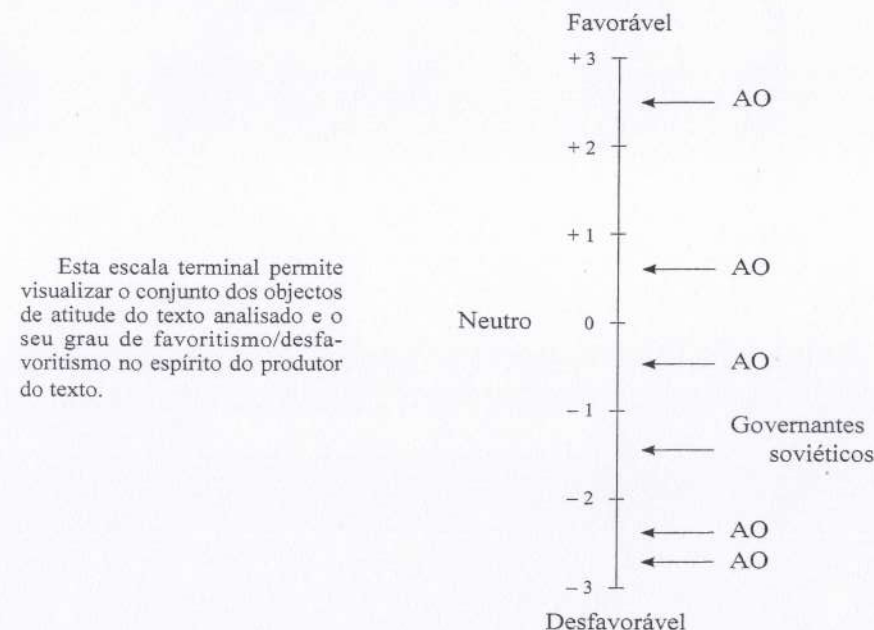
AO (objecto de atitude)	c (conector verbal)	cm			Produto (c x cm)
		Valor de c	(Termo de significação comum)	Valor de cm	
1. (Os) dirigentes soviéticos	são	+ 3	impiedosos	- 3	- 9
2. (Os) dirigentes soviéticos	são	+ 3	ateus	- 3	- 9
3. (Os) dirigentes soviéticos	são	+ 3	déspotas	- 3	- 9
4. (Os) dirigentes soviéticos	prosseguiram no passado	+ 2	fins maléficos	- 3	- 6
5. (Os) dirigentes soviéticos	poderiam estar talvez neste momento de acordo com	+ 1	algumas das medidas indicadas para desanuviar as tensões mundiais	+ 2	+ 2
6. (Os) dirigentes soviéticos	poderiam talvez estar desejosos	+ 1	de renunciar a projectos agressivos	+ 3	+ 3
					Total = - 28

Como poderá avaliar o adjectivo «burguês» na frase «é uma família burguesa»? A direcção é positiva ou negativa, isto é, favorável ou desfavorável? E «gentil» é obrigatoriamente positivo? E «ateu» no exemplo do quadro seguinte?

— *Notação dos objectos de atitude*: calcula-se pela multiplicação e soma das notas atribuídas aos qualificadores e aos conectores por cada objecto de atitude. O codificador colecta por cada AO os valores de todas as asserções. Veja-se o exemplo precedente, a respeito dos dirigentes soviéticos (*).

Obtém-se o resultado médio para o objecto de atitude considerado dividindo-se o total da coluna do produto (c x cm) pelo número de temas registados, neste caso $-28/6 = -4,67$. Se desejarmos comparar os resultados dos AO entre si numa escala de sete escalões, dividimos este total por 3N (N: número de temas; 3: amplitude da escala); assim: $-28/3(6) = -1,56$.

*Nível de favoritismo / desfavoritismo
de cada objecto de atitude do texto analisado*



(*) Citado por O. R. Holsti em *Content analysis for the social sciences and humanities*, Addison-Wesley Publishing Company, 1969.

3. COMENTÁRIOS SOBRE O MÉTODO

O próprio Osgood julga esta técnica extremamente trabalhosa (é necessário cerca de uma hora e três analistas para examinar 133 palavras de material!). Isto limita o seu alcance pragmático e transforma-o num instrumento de investigação (para testar por exemplo a fidelidade dos codificadores). Para além disso, só o conteúdo manifesto, explícito, é tomado em consideração, servindo apenas para trabalhar as comunicações que obedecem aos princípios «do modelo representacional» (esta expressão reflecte exactamente as atitudes do locutor). Pelo contrário, é inadequada para as mensagens que relevam da concepção «instrumental» da linguagem (as atitudes ou motivações não se exprimem directamente, ou seja, um sentido latente, percebido conscientemente ou não pelo próprio locutor, esconde-se por detrás da expressão manifestada). Esta técnica é por isso inoperante nas mensagens de propaganda, de acção voluntariamente insidiosa, ou em falas do género da entrevista psicoterapêutica em que o importante é a mensagem latente.

Outras críticas se juntaram à autocritica dos autores do EAA. Sendo a componente afectiva das atitudes a componente privilegiada, o campo de inferência desta técnica é muito restrito. Por outro lado, a preparação dos textos (normalização) carece de rigor e aproxima-se mais de uma tradução interpretativa, «na melhor das hipóteses», do que dum procedimento com regras linguísticas precisas. Apercebemo-nos deste facto quando tentamos aplicar o EAA a amostras de textos.

4. VARIANTES E APLICAÇÕES DA TÉCNICA

No entanto, na mesma época ou posteriormente, técnicas mais simples ou mais elaboradas, mas derivando do mesmo princípio de análise das atitudes, foram aplicadas em materiais da mesma natureza. Estes materiais são geralmente provenientes de meios de comunicação de massa e relativos aos escritos que se referem ao domínio político. Este foco de interesse corresponde a uma tripla determinação: a atracção pelos *mass media* na sociologia americana, o desenvolvimento privilegiado da análise de conteúdo nos departamentos de ciência política das universidades dos Estados Unidos, o desejo directamente pragmático deste país de dominar o campo político, as suas manifestações e fontes de influência e em particular dominar a política internacional.

• Assim, W. Gieber⁽⁵⁾, num estudo sobre a importância das informações «negativas» publicadas pelos jornais diários, utilizou um esquema de classificação bipolar (positivo ou negativo) relativamente simples:

Negativo: os itens que tratam dos conflitos e da desorganização são codificados negativamente nas seguintes categorias de conteúdo:

- *Tensão internacional* (conflitos militares, políticos ou económicos entre nações).
- *Perturbações civis* (conflitos políticos, económicos ou sociais entre grupos).
- *Crimes e vícios*.
- *Acidentes e desastres*.

Positivo: são codificados positivamente os itens que reflitam a coesão social e a cooperação:

- *Cooperação internacional* (comunicações normais entre nações).
- *Actividades do governo* (informações – não contestárias – sobre as actividades do governo).
- *Actividades sociais* (informações sobre os grupos que cooperam em actividades não governamentais).
- *Vida quotidiana* (informação sobre os cidadãos).

Apercebemo-nos de que o objectivo que emerge desta grelha categorial é medir a tendência (e a título hipotético a influência) que um jornal diário tem para a cooperação.

• J. Tabak⁽⁶⁾, para citar outro exemplo, na análise de uma revista durante o período da campanha eleitoral de 1960 para a presidência dos Estados Unidos sentiu a necessidade de completar as três categorias tradicionais de medida das atitudes (favoráveis, desfavoráveis e neutra) com uma quarta, «equilibrada», que assinala a possível ambivalência.

⁽⁵⁾ W. Gieber, «Do newspapers overplay negative news?» *Journalism Quarterly*, 1955, vol. 32.

⁽⁶⁾ J. Tabak, *A content analysis of «United States News and World Report Magazine» during the 1960 presidential election campaign*, tese não publicada da Universidade de Iowa, 1961, citada por W. Budd, R. K. Thorp e L. Donoweh, em *Content analysis of communications*, MacMillan Company, N. I., 1967.

Quanto a O.R. Holsti⁽⁷⁾, tirou partido recentemente dos progressos dos programas informáticos elaborados especificamente para as necessidades da análise de conteúdo (cf. o sistema *General Inquirer*). Holsti apresenta um método de análise derivado directamente do EAA mas completado no plano teórico (diferenciação das componentes «qualitativas» e de «performance» de uma atitude) e no plano técnico (adaptação ao tratamento informático).

O objectivo deste autor é idêntico ao de Osgood: inferir as atitudes dos locutores a partir das suas mensagens. É porém feita uma distinção em termos dos objectos sociais (nações, instituições, grupos, pessoas, conceitos, programas, ideologias, etc.) ou antes em termos da sua percepção pelo locutor. Tendo como referência Parsons, faz-se uma distinção entre:

- «conjunto de qualidades», ou seja, aquilo que o objecto é, os seus atributos ou qualificativos;
- «conjunto de performance», o que o objecto faz, ou seja, as suas acções.

A técnica de Holsti permite medir estas duas dimensões em separado.

Como muitos dos programas de análise de conteúdo que recorrem ao computador, o procedimento de Holsti apoia-se num «dicionário» ou índice acabado, mas ao qual é possível juntar uma lista de palavras específicas do material examinado.

O «dicionário»⁽⁸⁾ utilizado é proveniente do diferenciador semântico de Osgood, sendo capaz de tratar 3521 palavras definidas segundo três dimensões (as três dimensões determinadas por Osgood como sendo as mais pertinentes independentemente das diferenças culturais) de avaliação, de potência e de actividade. Isto em escalas bipolares de sete pontos:

Exemplo para o termo ABANDONO

	Positivo				Neutro					Negativo
AValiação	Bom	+3	+2	+1	0	-1	(-2)	-3		Mau
POTência	Forte	+3	+2	+1	0	-1	-2	(-3)		Fraco
ACTIVIDADE	Activo	+3	+2	+1	0	-1	-2	(-3)		Passivo

(7) O. R. Holsti, «A computer content analysis program for analysing attitudes: the measurement of qualities and performances», em Gerbner, *op. cit.*, 1969.

(8) *Stanford Political Dictionary*.

Por exemplo, ABANDONO é codificado: - 2, - 3, - 3 (mau, muito fraco e muito passivo).

CUMPLICIDADE é codificada: + 2, 0, + 3 (bom, neutro em relação à potência e muito activo).

– *A preparação dos dados*: para aprofundar as atitudes do locutor do texto não basta identificar os objectos e a frequência da sua ocorrência, é necessário determinar as relações (tais como são expressas pelo emissor) que existem entre eles no interior de uma mesma frase. Isto impõe uma codificação prévia das unidades de de sentidos que sirvam de testemunho da relação lógica sujeito-acção-alvo.

É feita uma distinção num «tema» (unidade de significação bastante similar à frase) entre:

		Número de código
a) Aquele que apreende a acção ou o estado	• O autor do documento • Aquele que se apercebe quando se trata de um outro que não o autor	1 2
b) O sujeito ou aquele que é percebido	• O sujeito e as suas modalidades	3
c) A acção	• A acção e as suas modalidades	4
d) O objectivo da acção ou o alvo	• O objecto (quando o alvo é um objecto indirecto) e as suas modalidades • O alvo e as suas modalidades	5 7

Exemplo: «*As políticas agressivas de B ameaçam a paz*» é codificado do seguinte modo: as políticas/3 – agressivas/3 – de B/3 – ameaçam/4 – a paz/7.

Exemplo: «*O nosso objectivo é defender o nosso sólido e corajoso aliado*» é codificado: o nosso/3 – objectivo/3 – é defender/4 – o nosso sólido/7 – e corajoso/7 – aliado/7.

Por outro lado, para obter informações que a simples descrição lexical negligencia, é possível codificar as modalidades temporais (presente, passado, futuro), os modos de expressão (indicativo, comparativo, normativo, imperativo, interrogativo, a probabilidade, a aspiração) e os enunciados condicionais (antecedente, por exemplo: *se...*; ou consequente, por exemplo: *e depois...*).

– *Os resultados*: depois do tratamento em computador, obtém-se dois conjuntos de painéis de resultados. Um dizendo respeito aos atributos qualitativos («conjunto de qualidades»), o outro às acções avaliadas («conjunto de *performances*») dos objectos sociais de que o locutor fala.

Graças à codificação prévia, os resultados diferenciam estes objectos sociais consoante sejam sujeitos ou objectivos. Por outro lado, o programa produz uma série de quadros medindo a relação, tal como é apercebida pelo emissor da mensagem, entre os objectos de atitude ao nível das suas acções recíprocas. Assim, pode saber-se como o locutor avalia as acções de A(B ...N) em relação A, B, ..., N.

Por fim, do computador «sai» também uma «lista de espera» (*left-over list*) das palavras presentes no texto mas ausentes do índice utilizado pelo programa. Basta uma vista de olhos pela lista de palavras não tratadas para que nos seja permitido seleccionar as que interessa reter, juntando-as então ao dicionário do programa para outra passagem do material pela máquina.

No plano prático, Holsti parece satisfeito com o manejo da técnica. A título de exemplo, indica que «numa passagem» em que se utilizou o «dicionário» do diferencial semântico, para avaliar dez objectos de atitude em dezasseis documentos que totalizam 92 000 palavras, necessitou de 17 minutos, ou seja, 5 300 palavras por minuto. À saída obtiveram-se treze pares de quadros (quadros de frequência, quadros de frequência $\times$ intensidade) para cada documento, ou seja um total de 416. Mas, antes de tudo foi certamente necessário codificar o material...

Que pensar das análises avaliativas? O refinamento técnico, a importância dada nos relatórios americanos às questões de método em detrimento dos resultados e da sua interpretação deixam perplexo o leitor francês pouco habituado a incomodar-se com tais subtilidades de procedimento. O problema que se põe aqui é o de avaliar, sem juízo subjectivo da parte do analista, os juízos (ideologia, atitude, afectos, reacções emocionais, auréola conotativa acerca de...) de um produtor de comunicação! É perseguir o velho sonho que gera uma boa parte da actividade de pesquisa em matéria de técnicas de análise, o ser-se rigoroso frente a um material tendencioso.

Apesar da morosidade dos procedimentos, a análise avaliativa – que se vai talvez abreviando por eliminação de operações inúteis e pela entrega automática de algumas tarefas ao computador – provavelmente não disse a sua última palavra. Tendo por base o EAA, Osgood sugeria outras pistas, a que na sua perspectiva não faltava interesse:

- Medição da *incongruência* avaliativa de uma mensagem. Qual a coerência de um texto nos seus juízos? Uma pessoa ou um jornal são sempre homogêneos nas suas afirmações? O que revela um índice de incongruência elevado (determinado pelo número de afirmações desviantes em relação ao conjunto)? Uma tibieza ou uma ambivalência na atitude? A presença de juízos voluntariamente não conforme com as convicções reais?

- Medição da *carga avaliativa* de uma mensagem. A carga avaliativa de uma conversa pode indicar a percentagem de emotividade ou afectividade das pessoas em presença. Pode dar conta do carácter tendencioso ou ideológico de um artigo de jornal, determinar a relação informação/persuasão de um anúncio publicitário, etc.

III

A análise da enunciação

«É necessário estarmos dispostos a fazer um desvio para seguir os desvios do texto.»

M.-C. d'Unrug.

A análise da enunciação tem duas grandes características que a diferenciam de outras técnicas de análise de conteúdo. Apoia-se numa concepção da comunicação como processo e não como dado. Funciona desviando-se das estruturas e dos elementos formais.

D'Unrug ⁽¹⁾ apresenta uma técnica assente nesta concepção. O método proposto, não hermético na nossa opinião (pode procurar-se outros indicadores e adaptá-los a materiais diferentes), tem a vantagem de ser acessível sem necessidade de formação superior específica (psicanálise, linguística), sendo maleável e manejável, muito operativo e produtivo. Além do mais, aplica-se particularmente bem a um tipo de discurso habitualmente abandonado pelas técnicas exactas: a *entrevista* não directiva.

1. UMA CONCEPÇÃO DO DISCURSO COMO PALAVRA EM ACTO

Chama-se geralmente *discurso*, na prática das análises a toda a comunicação estudada, não só ao nível dos seus elementos constituintes elementares (a palavra por exemplo) mas também e sobre-

⁽¹⁾ M.-C. d'Unrug, *Analyse de contenu et acte de parole*, Delarge, 1974.

tudo a um nível igual e superior à frase (proposições, enunciados, sequências).

A análise da enunciação assenta numa concepção do discurso como palavra em acto. A análise de conteúdo clássica considera o material de estudo um *dado*, isto é, um enunciado imobilizado, manipulável, fragmentável. Ora, uma produção de palavra é um *processo*. A análise da enunciação considera que na altura da produção da palavra é feito um trabalho, é elaborado um sentido e são operadas transformações. O discurso não é transposição transparente de opiniões, de atitudes e de representações que existam de modo cabal antes da passagem à forma linguageira. O discurso não é um produto acabado mas um momento num processo de elaboração, com tudo o que isso comporta de contradições, de incoerências, de imperfeições. Isto é particularmente evidente nas entrevistas em que a produção é ao mesmo tempo espontânea e constrangida pela situação.

Se o discurso for perspectivado como processo de elaboração onde se confrontam as motivações, desejos e investimentos do sujeito com as imposições do código linguístico e com as condições de produção, então o desvio pela *enunciação* é a melhor via para se alcançar o que se procura.

a) *As condições de produção da palavra.* – Em qualquer comunicação, e não apenas na cura psicanalítica ou na entrevista, um «triângulo» estrutura a produção: os três pólos são o locutor, o seu objecto de discurso ou de referência, e um terceiro (psicanalista, entrevistador ou outrem). O locutor exprime com toda a sua ambivalência os seus conflitos de base, a incoerência do seu inconsciente, mas na presença de um terceiro a sua fala deve respeitar a exigência da lógica socializada. «Bem ou mal» a sua fala torna-se necessariamente um discurso. É pelo domínio da palavra, pelas suas lacunas e doutrinas que o analista pode reconstruir os investimentos, as atitudes, as representações reais.

Perspectivado deste modo, o discurso é, por um lado, «uma actualização parcial de processos na sua grande parte inconscientes»⁽²⁾ e por outro a estruturação e as transformações provocadas pela passagem pelo «fluxo» da linguagem e pelo «outro».

(2) M.-C. d'Unrug, *op. cit.*

b) *O desvio pela enunciação.* – Podem distinguir-se três níveis de aproximação desviada numa análise da enunciação.

- *A análise sintática e paralinguística:* o estudo incide sobre as estruturas formais gramaticais.
- *A análise lógica:* apoia-se num conhecimento do arranjo do discurso.
- *A análise dos elementos formais atípicos:* estão neste caso, por exemplo, as omissões, os ilogismos, os silêncios, etc.

Na técnica de análise de entrevistas não directivas que propõe, M.-C. d'Unrug baseia-se essencialmente:

- na análise da lógica do discurso: a *dinâmica* da entrevista;
- nas *figuras de retórica*.

As figuras de retórica exerceram desde longa data um certo fascínio no estudo do estilo literário. Ao contrário do que na generalidade se supõe, elas não são um ornamento gratuito. Fazem parte do trabalho do discurso e não se inscrevem nele inofensivamente. Para M.-C. d'Unrug, funcionam como «operadores que introduzem as transformações eficazes» e em geral têm uma função de resistência, «no sentido psicanalítico»: permitem retardar o conflito, dominá-lo parcialmente ou resolvê-lo por meios laterais.

«Se a maior parte do tempo as figuras dizem simultaneamente o verdadeiro e o falso, isto implica uma relação complexa mas sempre motivada por um referente implícito, redescobrem-se através dela os pressupostos do locutor, os seus investimentos e sua relação, muitas vezes irracional, com este referente.»

O desvio pela enunciação (organização formal do discurso e referência dos elementos formais atípicos) permite a inferência indirecta. Os *indicadores formais* elucidam sobre o *processo*, e a compreensão deste facilita a referência e a interpretação dos *conteúdos* (variáveis de inferência do tipo motivação, atitudes, representação e organização destas entre si). Trata-se de uma análise de conteúdo, mas o acesso a este passa pelo continente e pelas suas modalidades.

c) *Uma convergência de influências teóricas e metodológicas.* – A análise da enunciação é o resultado de influências de variadas origens. Lacan e a psicanálise participam na concepção de um dis-

curso em que a manifestação formal esconde e estrutura a emergência de conflitos latentes. O interesse pelos jogos de palavras, pelos lapsos, pelos silêncios como indicadores privilegiados, é herdeiro directo das intuições de Freud.

O estudo da disposição do discurso considerado como um todo coerente, e até mesmo como um sistema em equilíbrio (sucessão de desequilíbrios dominados e ultrapassados) em que a própria organização tem um sentido, provém de uma linha específica de trabalhos: a *lógica* como ciência do raciocínio (correcto); a linguística, vinda dos formalistas russos e da escola de Geneve, atenta às funções de expressão, à enunciação e à sua determinação pelo grupo social, o distribucionalismo e a análise do discurso de S. Z. Harris que, por processo de redução e formalização, fazem aparecer esquemas característicos; a gramática gerativa de Chomsky, tentativa para alcançar os processos gerativos da língua, assente em regras inconscientes, mas também os trabalhos de análise estrutural do discurso, tais como os de Lévi-Strauss ou de Greimas.

A introdução no campo da análise de conteúdo das figuras de retórica é herdeira de uma longa tradição literária. A acumulação de estudos e de definições fornece dicionários de figuras de estilo, em que cada uma é cuidadosamente recenseada.

d) *A aplicação da análise da enunciação à entrevista não directiva.* – A entrevista não directiva é um material privilegiado da análise da enunciação. Por entrevista não directiva entende-se um tipo de entrevista:

- obedecendo à atitude não directiva ou centrada na pessoa, enaltecida pelo psicoterapeuta americano Carl Rogers. Ela supõe uma atitude de *consideração positiva e incondicional* (nem selecção, nem juízo de valor ou de desvalorização) da parte do entrevistador, uma atitude de *empatia* (coloca-se no ponto de vista e no quadro de referência do entrevistado) e o recurso às técnicas de *reformulação* (remissões, respostas-reflexos);

- desenvolvendo-se por isso deliberadamente segundo a lógica própria do entrevistado, sendo as únicas limitações as *instruções temáticas* postas à partida para centrar a entrevista no assunto que interessa ao entrevistador e a presença deste como interlocutor;

- caracterizada por uma pré-formação mínima (ao contrário das entrevistas e questionários pré-formados), um aspecto de improvisação devido a uma relativa autonomia, uma certa unidade e coe-

rência (cada entrevista forma um todo original e singular, mas comparável em certa medida às outras, devido à estandarização da questão inicial), uma focalização do conteúdo na relação (subjectiva) do locutor com o «objecto» do discurso (representação, atitude, etc.), uma elaboração do pensamento *aqui e agora* ligada à elaboração da palavra.

Trata-se por isso de um discurso *dinâmico* e não estático que se apresenta como uma sucessão de transformações do pensamento/ /forma. Este jogo de transformações actua a níveis múltiplos. O objectivo e a ambição da análise da enunciação é apreender ao mesmo tempo diversos níveis imbricados (ao contrário da análise de conteúdo estrita, que se baseia essencialmente no registo semântico elementar).

Na entrevista não directiva, devido a circunstâncias de produção (situação, que provoca simultaneamente espontaneidade e constrangimento), o *trabalho de elaboração* é ao mesmo tempo «emergência do inconsciente e construção do discurso»:

«Para a análise de conteúdo, as “racionalizações”, as “defesas” ou as resistências no que têm de significativo no plano social não têm menos interesse do que as rupturas do discurso, em que se traduz um “conteúdo latente” por vezes bastante pobre e estereotipado.»

2. CONDIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DE UMA ANÁLISE DA ENUNCIÇÃO

– *Corpus*: se a análise for *intensiva*, é necessário (custo) e suficiente (a qualidade da análise substitui a quantidade do material analisado) trabalhar um material restrito. Digamos que quinze a trinta entrevistas. Deve ser feita uma *amostragem* rigorosa. A diferenciação das variáveis sexo, idade, etc., ao nível do resultado impõe um aumento deste número médio.

Se a análise for *comparativa* (pelo menos no fim da tarefa), é necessário que as condições sejam estandarizadas (com a mesma problemática de partida, e com as mesmas condições situacionais). Se contudo a análise estiver centrada na *singularidade da elaboração individual* do discurso, a redacção respeita a liberdade e a criatividade individuais (não directividade).

Se o alinhamento e a progressão do discurso forem tomados em conta, enquanto indicadores, cada discurso deve ter um texto suficientemente grande para formar um todo. Porém, a extensão das

entrevistas pode variar no seio dum mesmo *corpus* (tempo médio: de meia hora a uma hora; transcrição dactilográfica: de quatro a cinco páginas até vinte ou trinta páginas).

O exemplo apresentado aqui aplica-se a entrevistas não directivas, mas o *corpus* pode ser de natureza muito diversa: comunicações de massa, discussões de grupos restritos, entrevista clínica ou de psicoterapia, discurso político. Contudo, M.-C. d'Unrug parece privilegiar os discursos portadores de *ideologia* e resultantes de uma abordagem *clínica*; enquanto materiais para os quais a análise da enunciação está particularmente adaptada.

A) *Preparação do material*. – Cada discurso (entrevista por exemplo), isto é, a produção de um locutor, é a unidade de base. A preparação do material deve conduzir à transcrição exaustiva de cada produção. A apresentação mais cómoda é a forma dactilografada de cada exemplar em duplicado ou em triplicado, com margens à esquerda e à direita para anotações⁽³⁾.

A transcrição que tem por fim uma análise da enunciação deve conservar o máximo de informação, tanto linguística (registo da totalidade dos significantes) como paralinguística (anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais tais como o riso, o tom irónico, etc.).

B) *As diferentes etapas da análise*. – A análise da enunciação é complementar de uma análise temática previamente efectuada. A análise da enunciação propriamente dita efectua-se a diversos níveis (nível das sequências, das proposições, dos elementos atípicos) e a interpretação, ou seja, a compreensão do *processo* em acto, resulta da confrontação dos diferentes indicadores. Na análise da enunciação, a validade é resultante de uma coerência interna entre os diversos traços significativos.

Portanto são de distinguir:

– *A análise temática*: é transversal, isto é, recorta o conjunto das entrevistas através de uma grelha de categorias projectada sobre os conteúdos. Não se têm em conta a dinâmica e a organização, mas a frequência dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados dados segmentáveis e comparáveis.

– *A análise da enunciação*: cada entrevista é estudada em si mesma como uma totalidade organizada e singular. Trata-se do

⁽³⁾ A utilização de papel informático é muito prática (largura suficiente, comprimento ajustável à extensão da entrevista).

estudo dos casos. A dinâmica própria de cada produção é analisada e os diferentes indicadores adaptam-se à irredutibilidade de cada locutor.

Ao contrário da análise temática, que através de um sistema de categorias aplica uma teoria (corpo de hipóteses em função de um quadro de referência) ao material, a análise da enunciação está virgem de qualquer hipótese interpretativa antes do estudo formal do discurso.

a) *O alinhamento e a dinâmica do discurso*. Trata-se aqui de encontrar a lógica intrínseca que estrutura cada entrevista.

• *Análise lógica*: é uma análise das relações entre *proposições*. Um trabalho de observação do encadeamento das proposições. O que é uma proposição?

«Por *proposição* entende-se uma afirmação, uma declaração, um juízo, (ou até uma pergunta ou uma negação), em suma, uma frase ou um elemento da frase que instaure, tal como a proposição lógica, uma *relação entre dois ou mais termos*. Em princípio é uma *unidade que se basta a si própria* (pronunciada sozinha tem um sentido...); deve poder ser afirmada ou negada encarada separadamente ou nas suas relações com outras, pronunciada com exactidão ou inexactidão, deve poder-se fazê-la preceder de cada vez das seguintes palavras: “o facto de...”»

A primeira operação consiste em escandir o texto oração por oração, quer seja por um sinal de separação do tipo /, seja recopiando-o numa coluna. Em seguida, a observação da sucessão das proposições põe em evidência relações e formas de raciocínio. Com efeito, parece que «tudo se passa como se uma forma de raciocínio estivesse presente no discurso antes mesmo deste ser formulado».

• *Análise sequencial*:

«Distinguir-se-á uma nova *sequência* de cada vez que há uma *mudança de assunto*, ou existe a passagem da narração à descrição, à explicação, etc. A referenciação é quase sempre facilitada pela presença de rupturas no discurso: silêncios, palavras ou grupos de palavras que asseguram a transição de um assunto para outro (*agora...*, *dito isto...*, *contudo...*, *quer dizer...*)»

A análise das *sequências* destaca a escansão, o ritmo, a progressão do discurso a um nível mais global que o nível precedente. É também uma análise das *rupturas*. Quais são os acontecimentos, as forças subjacentes ou a reacção às coisas expressas susceptíveis de modificar bruscamente o conteúdo (assunto abordado ou a expressão («tom», estilo de expressão)?

A análise lógica e a análise de sequência são duas etapas (sem primado cronológico de uma sobre a outra no decorrer das operações) reveladoras da «dinâmica» da entrevista. Confrontados os resultados obtidos com os da análise estilística e os dos elementos atípicos, é-nos permitido compreender a conexão com os temas abordados, as tensões, as pausas, as perdas de domínio, o controlo, as contradições, os conflitos, etc., que animam e estruturam o discurso.

Por exemplo, o frequente bloqueio no início de uma entrevista manifesta-se na sua organização lógica. Certas entrevistas obedecem à dinâmica do mais controlado ou do menos controlado. Os indicadores estilísticos ou semânticos: confusão, redundância, (sinais de perda do domínio do discurso ou de inibição na progressão), digressões, ilogismos, temas recorrentes, denegações, lapsos, etc., completam a compreensão, como em seguida se verá.

Tomemos o exemplo de uma entrevista citada por M.-C. d'Unrug sobre a imagem do corpo. A questão era a seguinte:

«Pode falar-me do corpo e da imagem que tem dele?» Depois de uma *sequência de arranque* marcada por recorrências (repetição do mesmo tema) e de sinais de tensão em relação ao interlocutor, seguem-se as três sequências aqui representadas:

Sequência II	(...) tenho uma estatura média; / não sou um atleta / <i>fiz muito desporto</i> (2) sou relativamente musculado / não tenho ombros muito largos / mas enfim, <i>passo por um gajo que gosta de desporto</i> (2) (de qualquer forma tenho passado por), / <i>pratiquei desporto</i> (2) e na verdade, <i>na medida em que se faça muito desporto</i> (2) a gente sente-se bastante à vontade na nossa pele (3);
Sequência III	quer dizer, lembro-me quando se é adolescente, por exemplo aí aos 16 anos, ou aos 14/15 anos, sim, 14/15 anos bem, era um bocado complexado por me achar um pouco magro, ou por ter os ombros estreitos, ou por coisa parecida;
Sequência IV	estes complexos desapareceram assim que sai da adolescência; / quando era adolescente ficava complexado em fato de banho porque me achava magro / e depois, agora, acabou-se de vez, / <i>sinto-me bem na minha pele</i> (3) / Certamente porque fiz muito desporto (2) / isto é, aprendi a <i>servir-me do meu corpo</i> (4) / aprendi a fazer certos gestos (...)

Legenda:

- Limite das proposições = / .
- Temas ou palavras em itálico e número entre parêntesis (podem sublinhar-se com cores diferentes) = *temas recorrentes*. Neste caso são:
(2): tema de desporto; (3): tema do à vontade; (4): tema do uso e fruição do seu corpo.
- Entre parêntesis () = são distinguidos os *incidentes* e as *interpolações*.
- Na margem são indicadas:
– a característica marcante da *sequência* (arranque, equilíbrio, desequilíbrio, resistência);
– as características *estilísticas* (estilo literário, confuso, redundante, lírico, entrecortado, etc.);
– as *figuras de estilo* (cf. *infra*) e os *operadores* (conjunções, transições, etc.).

Dividida em *proposições*, a sequência II é uma dialética do tipo:

Eu não sou.

Mas eu fiz.

E eu sou:

Ou seja a sucessão das proposições (sublinhando as articulações):

- 1) Tenho uma estatura média.
- 2) Não sou um atleta.
- 3) Fiz muito desporto.
- 4) Sou relativamente musculado.
- 5) Não tenho os ombros muito largos, mas (*enfim*).
- 6) Passo por um gajo que gosta de desporto.
- 7) (De qualquer forma tenho passado por).
- 8) Pratiquei bastante e (*na verdade*).
- 9) *na medida em que se faça muito desporto a gente sente-se bastante à vontade na nossa pele.*

De facto, o raciocínio implícito é o seguinte:

(5), mas (*enfim*), (6) (8) e (*na verdade*) (9).

Ao nível das três sequências a dinâmica é a seguinte:

Os estilos são sucessivamente:

- II. – Estilo linear,
- III. – Estilo confuso, excitante e repetitivo,
- IV. – Estilo linear.

Os raciocínios sucessivos são:

- II. – Afirmação,
- III. – Problematização,
- IV. – Reafirmação.

O acontecimento conflitual que perturba a progressão do discurso e a sua enunciação é a irrupção, na sequência III, de uma recordação (os *complexos*). A estruturação geral é então:

- II. – Raciocínio – domínio do discurso – estilo linear,
- III. – *Intervenção de uma recordação* – perda do domínio do raciocínio e do estilo,
- IV. – Retomar do raciocínio e do domínio do discurso – restabelecimento do estilo.

Na fase III o locutor é «ultrapassado pelo seu pensamento e/ou pela sua palavra que vêm negar o que ele tinha afirmado anteriormente». O conflito devido ao complexo (ameaçado e recusado) é dominado pelo raciocínio implícito:

Eu não sou (nem sempre fui).

Mas fiz.

E sou (actualmente).

A oposição (disjunção) *eu sou e não sou* é resolvida pela sucessão temporal: os complexos são remetidos para a adolescência (um outro que não eu, visto que nego a sua existência actual, logo a existência de complexos). O reequilíbrio é facilitado pelo uso de um *lugar comum*: «complexado em fato de banho» e pela forma impessoal «se» (quando se é adolescente) que permite generalizar o problema.

b) O *estilo*. – A expressão e o pensamento progridem lado a lado. Como já vimos no exemplo dado na imagem do corpo, o estilo confuso, redundante, é significativo da perda do domínio do discurso; pelo contrário, um estilo controlado, uma sucessão de proposições lógicas indicam geralmente um retomar deste domínio.

O ideal na análise estilística, enquanto desvio para uma análise de conteúdo, seria poder generalizar a significação de certos indicadores. Isto é todavia tão utópico como estabelecer uma chave dos sonhos com uma correspondência unívoca e universal entre significantes e ignificados.

Não obstante, M.-C. d'Unrug, à luz de exemplos concretos, sugere certos índices no quadro de uma análise da enunciação de entrevistas não directivas:

- a *sobriedade* pode testemunhar um «compromisso real numa situação real»;
- o *lirismo* manifesta a força de um investimento no tema abordado e a necessidade de o manter;
- as *litanias*, isto é, a acumulação por repetições aproximadas (as *recorrências* são repetições distantes), a ausência de progressão, podem manifestar a paixão do locutor mas também a necessidade de falar para aliviar uma tensão. A interpretação pode ser feita em termos de descarga ou de tentativa de domínio de uma representação (o referente é manejado sob todas as suas facetas para que se torne familiar);

- as *interpolações*: trata-se de incidentes, de perífrases, de silêncios e de lacunas que favorecem o retardar da progressão. Podem ser considerados sinais de inibição de paragem no discurso, de rotura na continuidade do que vem ao pensamento. Ao invés das litanias, que criam um «lugar onde o terceiro está ausente», revelam um discurso socializado em que o lugar do interlocutor é importante. O discurso é vivido do exterior.

Aqui a razão pode desempenhar um papel de defesa. A interpolação pode ser do tipo *sustentação* (*suspense* seguido da surpresa pela demora) ou *correção* (retracção de uma afirmação devido a uma afirmação mais forte ou mais adequada, ou por rectificações sucessivas).

c) Os elementos atípicos e as figuras de retórica

– As *recorrências*: estas são repetições de um mesmo tema ou da mesma palavra em contextos diferentes. No início da entrevista, as recorrências são uma reacção directa à pergunta-estímulo que se explica por um «preenchimento» compulsivo do tempo de fala por bloqueio e pela familiarização progressiva com um novo tema. É o caso da entrevista citada sobre a imagem do corpo, em que o tema *corpo* é retomado oito vezes nas doze primeiras proposições.

No decorrer da entrevista, as recorrências propriamente ditas (espaçadas no discurso) podem ser um indicador:

- *de importância*. Do mesmo modo que se postula um vínculo proporcional entre a frequência relativa de um tema numa mensagem, pode adiantar-se que a repetição, a insistência de um tema que ressurgue em momentos diferentes, revela o investimento psicológico da pessoa nesse tema;

- *de ambivalência*. Se o tema ressurgue a despropósito, como que por acaso, em diferentes contextos, pode supor-se que está mal integrado no sistema conceptual do locutor. A relação é do tipo atracção/receio ou do tipo desejo/recusa. A insistência numa noção pode ser esclarecedora da natureza do conflito em jogo;

- *de denegação*. Regressar incessantemente ao mesmo assunto (por exemplo, insistir no «sinto-me bem na minha pele») pode ser o sinal do desejo de nos convenceremos de uma ideia. De facto,

quando se duvida de uma afirmação feita, para nos autoconvencer-mos e conseguir convencer o outro, repete-se esta. O «eu não sou racista» é típico da denegação;

- *da presença indiscutível da ideia recusada.* Por exemplo, sempre na mesma entrevista sobre a imagem do corpo, o autor assinala a presença recorrente da ideia de *prazer* indicando a força do tema subjacente, rejeitada pela consciência da sexualidade.

Na mesma ordem de ideias, para interpretar as recorrências pode fazer-se apelo à noção freudiana de *resistência com benefício secundário*. A pessoa está mobilizada por um conflito, mas este dá-lhe vantagens secundárias. Está então entretido, mas dá lugar a «obsessões» verbais, aparecendo essas bruscas irrupções do inconsciente que são os lapsos.

- *os lapsos:* nos lapsos passa-se qualquer coisa involuntária e uma ideia, uma palavra, substitui a ideia ou a palavra prevista pela consciência. Isto manifesta a insistência não dominável de uma ideia recusada (seja pela consciência, seja pela situação do momento).

Se ao escrever este livro, eu escrevo «é preciso preparar o jantar» em vez de «é preciso preparar o texto» adequado ao meu propósito, eu manifesto involuntariamente a minha preocupação de momento.

Se ao estar a fazer um curso sobre a análise de mensagens publicitárias escrevo como exemplo no quadro «com toda a firmeza», em lugar do *slogan* «com toda a feminidade»⁽⁴⁾, como me comunica o anúncio que tenho na mão, manifesto, por mais que isso me custe, a um anfiteatro de estudantes de psicologia (divertidos) a recusa, devido às circunstâncias imediatas (fazer um ar sério, impor a sua autoridade, manifestar portanto qualidades não femininas) ou um conflito mais profundo.

Interpretado há muito pela psicanálise, o lapso, cuja ideia facilmente se vulgarizou, é o tipo próprio do elemento atípico carregado de sentido, logo, índice precioso para o analista. Irrupção irracional num contexto racionalizado, quebra bruscamente a defesa, transgride a norma. Exactamente como os dois exemplos precedentes, incongruentes ou impudicos, transgridem a lei do livro *Manual de Métodos para Autores de Puro-Espírito Despersonalizado*.

⁽⁴⁾ A tradução rouba a força que este lapso tem em francês – *Fermeté/Féminité*. (N. do T.).

zado, porque o meu corpo tem fome, ou o meu ego necessidade de expressão.

- *Os ilogismos ou falhas lógicas:* são geralmente acompanhados de uma perda de domínio do discurso. O ilogismo corresponde a uma tentativa de raciocínio, a um desejo de demonstração que encalha na argumentação. Falhas lógicas ou ilogismos são indicadores de uma necessidade de justificação de um comportamento pessoal ou de um juízo em contradição com a situação real. Ou então revelam má-fé.

Correspondem a uma defesa do superego, mas cada tentativa de simulação pela racionalização conduz ao falhanço, sem que o locutor disso se aperceba claramente.

A coerência aparente (num discurso desconexo, por exemplo) pode ser dada pela *utilização retórica* (no sentido da argumentação como função persuasiva) de procedimentos lógicos: a utilização de conjunções (portanto, e, mas, ora, ...) pode dar artificialmente uma ilusão de rigor de raciocínio ou desviar a atenção do verdadeiro raciocínio.

- *Os álibis:* a resolução (aparente ou mágica) de conflitos, de contradições, a conjunção de factos incompatíveis, a justificação, o reassegurar das próprias convicções... recorrem à autoridade dos lugares comuns, dos jogos de palavras, da lógica do «pronto a vestir», ou seja, álibis que se aplicam no discurso.

- *Os lugares comuns.* Têm um papel justificador. São resumos sociais que têm uma função de sustentação do discurso. Trata-se de obter a adesão do interlocutor, a sua cumplicidade, usando noções que são partilhadas culturalmente (estereótipos, frases feitas, alusões literárias ou históricas, máximas e provérbios).

Podem ter também a função de desviar a atenção e ser indicadores de recusa a uma questão.

- *Os jogos de palavras.* É conhecido o sentido atribuído por Freud ao jogo de palavras ou chiste: a descarga de uma tensão pela manifestação indirecta da libido. É certo que o jogo de palavras dá o prazer de um sucesso formal e de uma transgressão comparável à de uma história divertida. Pode ser também um sinal de descontração, mas também, tal como o lugar comum pode ser um meio de desvio, um distanciamento face a um problema premente, um processo de controlo sofisticado pela descontração aparente face ao outro. «O humor é a delicadeza do desespero» disse um desesperado refinado...

– *As figuras de retórica*⁽⁵⁾: jogam com o raciocínio ou com o sentido das palavras. Existem quando a implicação afectiva com o referente é forte (como, por exemplo, na produção poética) mas precisando de um mínimo de distância e de à-vontade.

M.-C. d'Unrug distingue as figuras de *conjunção* e de *redução*.

• *A conjunção*. Logo que existe disjunção na realidade (por exemplo, incompatibilidade de dois factos, duas ideias, dois juízos), portanto dissonância, a pessoa procura restabelecer a consonância e a harmonia. Pode tentar fazê-lo por um processo mágico ao nível do próprio discurso, para tentar dominar a contradição. Por exemplo, pela manipulação:

- do *paradoxo* (reunião de duas ideias aparentemente inconciliáveis; exemplo: «restabelecer a sua honra com a força da infâmia». [Boileau]);
- da *hipérbole* (Aumento ou diminuição excessiva das coisas; exemplo: «estou morto de sede»). O afastamento entre a expressão e a realidade traduz a intensidade do desejo.

• *A redução*. Podem citar-se duas figuras entre as mais conhecidas:

- a *metonímia*, ou, mais exactamente, a *sinédoque* (tomar a parte pelo todo, o abstracto pelo concreto) é uma redução do tipo lógico. Permite chamar a atenção do interlocutor para somente um aspecto, portanto desviar a sua atenção de qualquer coisa por ocultação. É muito frequente nas comunicações de massa e, como medida subversiva, pode manifestar má-fé;
- a *metáfora*, e mais precisamente a *catacrese*, forma vulgarizada da metáfora. A metáfora é uma figura de tipo associativo. Designa qualquer coisa por outra. Geralmente o significante de substituição é mais simbólico. A *ruptura* faz-se pela pas-

⁽⁵⁾ Álibis, lugares comuns, jogos de palavras, figuras de retórica, não são apenas cometidos «por descuido» por um locutor espontâneo. Os discursos persuasivos (políticos, publicitários) de massa fazem um uso refinado, conscientemente ou não, destes processos. Por exemplo, o discurso publicitário funciona frequentemente segundo um mecanismo de conciliação dos contrários, reforçado pelo recurso aos jogos de palavras, provérbios, metáforas, etc. A análise de conteúdo, não apenas temática mas também a de enunciação, de mais de duzentas mensagens publicitárias permitiu pôr a nu uma das funções da publicidade da nossa sociedade, função essa que se assemelha aos ritos mágicos e às palavras sagradas. Cf. L. Bardin, *Les mécanismes idéologiques de la publicité*, Delarge, Ed. Universitaires, 1975.

sagem de um plano denotativo a um plano conotativo. Conotações e metáforas têm um grau de figuração elevado, um grande poder de sugestão porque extraem as significações sobre-determinadas, aderentes ao significante que as suporta por razões históricas (individuais e sociais). Com forte carga emocional, indicam que «o coração tem razões que a razão desconhece»⁽⁶⁾.

3. UMA ABORDAGEM LINGÜÍSTICA. A INTERPRETAÇÃO DO IMPLÍCITO

Citaremos aqui, ainda que não se trate, propriamente falando, de análise de conteúdo, os trabalhos de Kerbrat-Orecchioni, como exemplo das investigações realizadas por alguns linguistas que, para nosso proveito, não hesitam em sair do quadro rígido da linguística. Isto na linhagem de Austin, onde «dizer é fazer», onde se considera que os enunciados verbais funcionam como actos e são regidos por regras. «(...) hipótese luminosa», como diz a autora⁽⁷⁾, «infinitamente produtiva, eminentemente certa [a nosso ver, com certeza], que permite à linguística alargar consideravelmente o seu campo de pertinência e sair do seu esplêndido isolamento imanentista para estabelecer relações orgânicas com a psicologia, a sociologia a «etnografia da comunicação», a teoria das interacções (verbais e não verbais) e das acções (verbais e não verbais).»

Kerbrat-Orecchioni, entre outros, dedicou-se à descoberta dos mecanismos do *implícito*. «Nem sempre falamos directamente. Alguns dizem até que *nunca* se fala directamente.» Longe de serem excepcionais, «os conteúdos implícitos são omnipresentes». Mas como compreender numa troca verbal o cálculo interpretativo de um destinatário descodificador que recebe um conteúdo implícito de um locutor? Observando múltiplos exemplos retirados da

⁽⁶⁾ Na produção deste texto, esta citação conhecida e metafórica (coração) marca:

- a força do investimento do autor: o interesse pela noção de conotação;
- um meio de redução de uma tensão: desejo de desenvolver este ponto mas resistência em ultrapassar o quadro previsto na realização da obra;
- o álibi: meio de terminar bruscamente um raciocínio apercibido como truncado, a ilusão que o leitor compreenderá e ele próprio introduzirá aqui as suas reflexões.

⁽⁷⁾ C. Kerbrat-Orecchioni, *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*, Colin, 1980; *L'implicite*, Colin, 1986.

literatura ou da vida corrente. A autora utiliza aqui o termo inferência, ou seja, «qualquer proposição implícita que se pode extrair de um enunciado e deduzir do seu conteúdo literal». Decompõe assim a complexidade da tarefa situando a sua observação em vários níveis:

- a *natureza* dos conteúdos implícitos veiculados pelo enunciado;
- o seu *suporte linguístico*, que necessita de uma competência linguística da parte do receptor;
- o seu *estatuto*, i.e., o seu modo de apresentação, a forma como estão alojados no enunciado (pressupostos, subentendidos, insinuação, alusões...);
- a *gênese*, ou seja, os mecanismos que sustentam a extracção do sentido e que necessitam, simultaneamente, de uma competência enciclopédica, uma competência lógica e uma competência retórico-pragmática.

Kerbrat-Orecchioni aventura-se assim nos *pressupostos* e nos *subentendidos*, as informações implicadas na formulação do enunciado ou actualizadas pelo contexto enunciativo.

Por exemplo: «O meu filho comprou um Jaguar» subentende um carro de corrida, que ele está na idade de fazer uma compra deste género e, por último, que tenho um filho.

Passa em revista os *tropos*, essas figuras de retórica, mas amplia o seu inventário. Assim, esta frase aparentemente anódina:

«Caíste da cama outra vez esta manhã?»

subentende (à escolha):

- «Levantaste-te cedo outra vez?» (metáfora)
- «Levantaste-te tarde outra vez?» (ironia)
- «Levantaste-te tarde muitas vezes » (demasiado pressuposto)
- «É porque tu és mandrião
deitas-te tarde
levas uma vida dissoluta» (tropo implicativo)

Esta exploração do implícito faz tomar consciência da extrema complexidade das operações interpretativas que permitem a sua descodificação. Estas operações requerem competências múltiplas da parte do descodificador, nomeadamente retórico-pragmáticas. Em relação a estas, o recurso a certos estudos sobre a troca verbal pode

revelar-se útil: máximas conversacionais (Grice), leis do discurso (Ducrot), postulados de conversação (Gordon e Lahoff). Algumas regras retórico-pragmáticas servem de apoio: princípio de cooperação, de pertinência, lei da sinceridade, código das conveniências, condições de sucesso, etc.

E Kerbrat-Orecchioni conclui: «Dizer ou não dizer: esta é, em parte, para o locutor, a questão. Mas só em parte. Porque se pode, simultaneamente, *dizer* E não *dizer*.»

IV

A análise proposicional do discurso

A *análise proposicional do discurso*, ou APD, pode ser considerada uma variante da análise temática, que procura resolver algumas insuficiências da divisão em categorias. Em teoria adaptável a quaisquer dados da linguagem, adapta-se especialmente ao material verbal produzido por entrevistas.

Os seus autores⁽¹⁾ começaram a elaborar esta técnica em 1974, à qual chamaram «análise por agregados». Tal como a análise automática do discurso de Pêcheux, foi influenciada pela abordagem do linguista Harris. Com efeito, a linguística descritiva tem por finalidade introduzir regras a partir de um *corpus*, permitindo descrever todos os enunciados do *corpus*. Em linguística, a procura de uma estrutura distributiva (disposição respectiva das partes umas em relação às outras) faz-se então independentemente do sentido ou de dados exteriores à linguagem. Pelo contrário, a análise proposicional é uma análise de conteúdo com um objectivo inferencial: é verdade que se procuram «modelos argumentativos», mas trabalha-se com o significado dos enunciados. Ainda que se apoie em bases linguísticas, aliás simples, e que se sinta um certo espírito vindo da análise do discurso, a APD continua a ser uma técnica empírica relativamente fácil de aplicar.

O objectivo da APD é identificar o «universo de referências» dos agentes sociais. Por outras palavras, como e através de que

⁽¹⁾ R. Ghiglione, J.-L. Beauvois, C. Chabrol, A. Trognon, *Manuel d'analyse de contenu*, Colin, 1980; R. Ghiglione, B. Matalon, Bacrin, *Les dires analysés: l'analyse propositionnelle du discours*, PUV, 1985; J.-M. Léger, M.-F. Florand, «L'analyse de contenu: deux méthodes, deux resultants», in Blanchet *et al.*, *L'entretien dans les sciences sociales*, 1985.

estrutura argumentativa se exprimem as questões e as acções dos agentes?

A técnica comporta uma série de operações. As duas primeiras, que permitirão a descodificação ulterior, são, após a transcrição e a dactilografia prévia das entrevistas:

- a determinação dos referentes-núcleos;
- a divisão do texto em proposições.

Os *referentes-núcleos*, ou RN, são uma das bases do método. A hipótese subjacente é de inspiração estruturalista: parte-se do princípio de que um determinado número de pólos de atracção semântica estrutura o conjunto das palavras num dado contexto (aqui, a entrevista). Raymond, num estudo já antigo mas fecundo sobre o *habitat* residencial, partira do mesmo princípio, integrando-o num sistema oposicional⁽²⁾.

Os referentes-núcleos são geralmente substantivos ou então pronomes. São em número limitado, de dez a vinte. Com efeito, «um pequeno número de objectos temáticos estrutura as cognições do sujeito a propósito de determinado tema».

Como, em concreto, é que esses referentes-núcleos são determinados e seleccionados? Em função do seu «poder estruturante do discurso», bem como do seu «forte valor referencial do ponto de vista dos conteúdos», e «não apenas da sua frequência de ocorrência». O objectivo nesta selecção é que a grelha dos RN possa dar conta de um máximo de proposições do texto.

As *proposições* são frases, na sua forma elementar, que qualificam, explicam os referentes-núcleos. A proposição é definida como um «segmento de texto de forma geralmente predicativa: sujeito, verbo, complemento». O trabalho complementar, ou *determinação dos RN*, é isolar no texto todas as proposições aferentes a um ou outro desses referentes-núcleos. Isto implica uma *reescrita* das proposições numa forma simplificada, e depois uma redução do número destas proposições por eliminações justificadas (por exemplo, equivalências sinonímicas, proposições encaixadas), ou por decisão do investigador em função do seu objectivo.

Consideremos um exemplo para ilustrar estas duas noções (referentes-núcleos e proposições).

⁽²⁾ Ver o capítulo «A análise das relações» neste livro.

Exemplo 1: um estudo das «necessidades em formação» da EDF-GDF suscitou um inquérito por entrevistas junto dos agentes envolvidos⁽³⁾. A técnica foi aplicada numa amostra de 11 entrevistas (de um total de 95). Os referentes-núcleos determinados são também das noções (a formação), das instâncias organizacionais (EDF, o meu Serviço), dos membros da organização (o meu Chefe, os nossos subordinados) ou o locutor (Eu). Mas podem manifestar-se por equivalentes, por exemplo:

«*nós* estamos encarregados da verificação das contas dos clientes»

ou «há *aqui* muito trabalho»

ou «as coisas, *aqui*, funcionam bem...»

A lista dos temas ou «referentes-núcleo» retidos contém cerca de vinte entradas. Responde ao duplo condicionalismo de ser limitada para ser manejável e de dar conta de um máximo de proposições susceptíveis de serem encontradas nas entrevistas.

Lista dos temas ou «referentes-núcleos»

- O meu Serviço (enquanto unidade organizacional);
- O meu Serviço (enquanto grupo de pessoas);
- Os rapazes (os subordinados, as pessoas que eu dirijo);
- As unidades superiores (os organismos de dimensão superior ao meu serviço, incluindo o meu serviço; o Centro, por exemplo);
- As unidades exteriores (organismos hierarquicamente independentes do meu serviço, outro distrito, outro serviço de contabilidade...);
- A formação na EDF-GDF;
- A EDF-GDF;
- A clientela;
- O nosso trabalho (o trabalho do nosso serviço, da nossa equipa, aqui e agora);
- Eu, mim;
- O empregado-tipo EDG-GDF, o estereótipo: os rapazes da EDF;
- O(s) meu(s) chefe(s), com quem lido;
- A direcção, enquanto entidade; o «decisor abstracto»;
- A promoção;
- Os salários, a grelha;
- O computador;
- A informação na EDF-GDF.

⁽³⁾ Ghiglione..., *op. cit.*, 1980.

Uma vez elaborada a grelha de temas, procede-se à ventilação das proposições referentes a cada RN, reescrevendo essas proposições uma a uma.

Considere-se, por exemplo, o RN «o empregado-tipo EDF-GDF»; é afectado às proposições:

O1: os *rapazes* queixam-se aqui muitas vezes

O2: Perguntamo-*nos* o que vai acontecer a tudo isto

O3: *Ele* faz o que pode para estar integrado

O4: *Ele* tenta não se deixar ultrapassar

O número de proposições por referente-núcleo, após a eliminação máxima, é muito variável. Neste caso, varia de 4 (RN: «a informação na EDF-GDF») a 101 («Eu, mim»), sendo o total 555 proposições repartidas em 17 RN.

Exemplo 2: retomemos um exemplo a partir de um estudo sobre as motivações dos estudantes de psicologia⁽⁴⁾.

Considere-se o excerto seguinte extraído de uma entrevista em que uma futura estudante fala espontaneamente da sua relação com os homens:

«... eu vivo sozinha... não suporto viver com as pessoas... em comunidade ainda menos... tenho uma amiga que foi para um *kibutz*... isso não era para mim, de certeza... isso nem me interessa, porque, afinal de contas, se quiser, eu não tenho de todo uma imagem concreta de alguém...

«Não estou a ver ninguém... não digo que viva assim, mas não de certa maneira... a partir do momento em que não encontro realmente a pessoa que procuro... (...) É que, definitivamente, talvez me interesse por pessoas pelas quais, afinal, não tenho admiração... é uma impressão demasiado forte... pessoas em quem não vejo os defeitos... e a partir do momento em que os vejo... afinal também os vejo muito depressa... não dura muito... talvez as queira pôr num pedestal durante algumas semanas e, depois, é a derrocada... e assim, afinal de contas, sinto-me muito bem...»

A selecção dos referentes-núcleos é feita a partir de uma leitura global da entrevista. Esta passagem é dividida em 23 proposições, repartidas em 6 referentes-núcleos:

- M *Eu, mim*
G *as pessoas, comunidade*
Q *alguém, a pessoa*
C *maneira*
R *relação*
L₁ *amiga*

(4) Blanchet *et al.*, 1985, *op. cit.*

APD: Quadro de codificação das proposições

Locutor	N.º de ordem	REFERENTES-NÚCLEOS						PROPOSIÇÕES	MODALIZAÇÕES	VERBOS			MODELOS ARGUMENTATIVOS
		M	G	Q	C	R	L ₁			Tempo	Categorias	Polaridades	
i	1	x						<i>eu vivo () sozinha</i>	tudo	presente	S	+	MSY
i	2	x	x					<i>eu não suporto () viver com as pessoas</i>	tanto	presente	S	-	MSYnrG
i	3	x	x					<i>em comunidade [eu suporto] () menos</i>	ainda	presente	S	+	MSY
i	4	x					x	<i>eu tenho uma amiga</i>		presente	S	+	MSYL ₁
i	5	x					x	<i>que foi para um kibutz</i>		presente	F	+	LIFY
i	6	x						<i>() isso não serei () eu</i>	então; com certeza	futuro	S	-	MSYn
i	7	x						<i>() isso não me interessa</i>	aliás	presente	F	-	MFYn
i	8	x		x				<i>porque () eu não tenho () uma imagem concreta de alguém</i>	afinal de contas; se quiser; de todo	presente	S	-	MSYnQ
i	9	x		x				<i>eu não estou a ver () alguém</i>	de todo	presente	F	-	MFYnQ
i	10	x						<i>eu não vos digo</i>		presente	D	-	MDYn
i	11	x			x			<i>eu vivo () mas não de uma () maneira</i>	assim; assim, alguns	presente	S	-	MSYnC
i	12	x		x				<i>() em que eu não encontro () a pessoa</i>	a partir do momento; realmente	presente	F	-	MFYnQ
i	13	x		x				<i>que eu procuro</i>		presente	F	+	MFYQ

Por exemplo, a proposição «porque, afinal de contas, se quiser, eu não tenho de todo uma imagem concreta de alguém» é assim codificada: «porque () () eu não tenho () uma imagem concreta de *alguém*». «Eu» e «alguém» referem-se aos RN «M» e «Q»; «porque», «se quiser» e «uma imagem concreta de» não são codificados. «Afinal de contas» e «de todo» são modelizações extraídas, ou seja, codificadas numa coluna à parte. Os verbos são também codificados pelo seu tempo (aqui o *presente*), pela sua função (aqui, verbo estacional, i.e. do tipo *ser* ou *ter*) e pela sua polaridade (*positiva* ou *negativa*). Por fim, a última coluna do quadro de codificação das proposições resume na forma de letras os «modelos argumentativos». Assim, a frase será sintetizada deste modo:

M S Y n Q

ou seja, RN *eu* = M, verbo estacional = S, sintagma no lugar de complemento = Y, polaridade negativa = n, RN *alguém* = Q.

Assim, a primeira metade do excerto da entrevista citada é codificada da forma identificada no quadro na página anterior.

Após estas operações de determinação dos RN e da divisão em proposições, já se pode trabalhar com a estrutura dos *modelos argumentativos*. Estes modelos argumentativos são uma tradução simplificada das proposições. Por exemplo, as 8 primeiras proposições podem ser assim resumidas:

Proposições	Modelo argumentativo	Tradução
1	MSY	EU/SER-TER
2	MSYnrG	EU/NÃO SER-TER COM/AS PESSOAS
3	MSYG	EU/NÃO SER-TER/AS PESSOAS
4	MSYL1	EU/SER-TER/AMIGA
5	L1FY	AMIGA/FAZER
6	MSYn	EU/NÃO SER-TER
7	MFYnQ	EU/NÃO FAZER/ALGUÉM
8	MSYnQ	EU/NÃO SER-TER/ALGUÉM

A partir daqui, com toda a codificação, podemos reagrupar as proposições com o mesmo RN. Por exemplo, nesta futura estudante, podemos fazer aparecer e tornar legível, por síntese de dez propo-

«Discurso-descoberto» de M. sobre a sua relação com os homens

N.º de proposições \ R.N.	M	G	Q	H	R	O	P	B
	EU	AS PESSOAS	ALGUÉM	OS HOMENS	RELAÇÃO	PROBLEMA	PSICO	NECESSIDADE
9	0	0	0					
34	0	0						
2	0	0	0					
1	0				0	0		
4	0			0				
1					0	0		
7	0	0						0
6	0				0	0		
4	0				0	0	0	
2				0	0	0		

sições extraídas da sua entrevista, o «discurso-descoberto» da sua relação com os homens. A comparação do RN e do número de proposições permite fazer aparecer uma organização cognitiva e afectiva subjacente.

Apresentamos agora um exemplo parcial de resultados susceptíveis de servirem de índice para a interpretação final. Outros tipos de dados podem também ser explorados. Além da frequência de ocorrência dos RN, podemos debruçar-nos sobre as «modelizações», por exemplo, fazer gráficos que expressem as estratégias dos locutores a partir de «blocos de modelos interpretativos...»

Há uma informatização da APD ⁽⁵⁾. Uma vez efectuada manualmente a divisão das proposições, alguns dos processos são automatizados. Considere-se (cf. extractos de quadros em cima e nas páginas seguintes) a quinta frase de uma entrevista: «...non pas que autrui n'ait à jouer un rôle éminent dans cette relation...» [... não é que o outro não tenha a desempenhar um papel eminente nesta relação...].

A automatização incide assim nos processos seguintes:

- os verbos são codificados a partir de um dicionário de 2500 termos em todos os tempos e todos os modos, estabelecido

(5) Programa APD. Cf. Ghiglione.

QUADRO 1. - Programa APD
Operações de categorização das palavras de uma proposição (nº 5)

ANÁLISE DO TEXTO

NÚMERO	PALAVRA ==	POLARI ==	VERBOS				REFER	CONECTORES				MODALIZAÇÕES				F		
			CARACT.	MOD	TEMPO			TIPO	CC	CC	CC	CC	CC	CC	CC			
5	non pas.																	
	que																	
	autrui																	
	n.																	
	ait.																	
	S.																	
	N.																	
	à.																	
	jouer																	
	un.																	
	role.																	
	étaient.																	
	Y.																	
	dans.																	
	cette.																	
	relation.																	
	>																	
	X.																	
	/.																	

QUADRO 2. - Quantificações das proposições

PROPOSIÇÕES =====	TOTAL =====	RELAÇÃO =====
	15	100.00
	15	100.00
PROP NON AF.	0	0.00
PROPOSITIONS -	3	20.00
PROPOSITIONS 0	11	73.33
PROPOSITIONS +	1	6.67

QUADRO 3. - Lista e frequência de ocorrência dos RN

REFERENTES NÚCLEOS =====	R		F	NÚMERO =====
	R	N		
je.....				2
en.....				4
philosophie.....				1
les.....				1
quelques.....				1
probleme.....				1
la.....				2
connaissance.....				1
un.....				2
not.....				1
autrui.....				2
est.....				1
une.....				1
ait.....				1
role.....				1
dans.....				1
cette.....				1
relation.....				1
cependant.....				1
il.....				2
son.....				1
temps.....				1
objets.....				1
ils.....				5
des.....				1
se.....				1
le.....				1
or.....				1
étaient.....				1
passage.....				2
seront.....				1

QUADRO 4. – Início da lista total das palavras segundo a ordem de ocorrência

PALAVRAS =====	V R D	M O D	J C T	R F N	F F F	NÚMERO =====
is.....	.	.	.	.	.	2
ne.....	.	.	.	.	.	2
suis versé.....	.	.	.	.	.	1
guère.....	.	.	.	.	.	1
en.....	.	.	.	.	.	1
philosophie.....	.	.	.	.	.	1
mais.....	.	.	.	.	.	1
les.....	.	.	.	.	.	1
longues.....	.	.	.	.	.	1
meditations.....	.	.	.	.	.	1
a.....	.	.	.	.	.	1
amenent.....	.	.	.	.	.	1
à.....	.	.	.	.	.	3
quelques.....	.	.	.	.	.	1
conclusions.....	.	.	.	.	.	1
touchant.....	.	.	.	.	.	1
l.....	.	.	.	.	.	1
antique.....	.	.	.	.	.	1
probleme.....	.	.	.	.	.	1
de.....	.	.	.	.	.	2
la.....	.	.	.	.	.	2
connaissance.....	.	.	.	.	.	1
un.....	.	.	.	.	.	2
mot.....	.	.	.	.	.	1
crois.....	.	.	.	.	.	1
que.....	.	.	.	.	.	4
presence.....	.	.	.	.	.	1
d.....	.	.	.	.	.	1
autrui.....	.	.	.	.	.	2

de uma vez por todas, numa base linguística: características como factual, estacional, declarativa... bem como modais e temporais;

- um segundo dicionário, estabelecido a partir de hipóteses do investigador (e, por isso, variável), permite codificar os *referentes núcleos*. Na proposição citada, há dois: «outrem» e «relação»;
- os *conectores* (como consequências, causalidade, fim, adição, disjunção, etc.) baseiam-se num dicionário fixo de 9 categorias;
- as *modalizações* são repartidas em advérbios de tempo, de lugar, de modo, aos quais se juntam a afirmação, a dúvida, a negação e a intensificação (ex. «amo-te muito»);

- por fim, entra em jogo um dicionário de francês fundamental, que comporta 1700 palavras de linguagem corrente com os seus sentidos flectidos (ex. plural, feminino). Na prática, permite levar em conta 70 a 90% das palavras do texto.

Uma vez efectuados estes processos, automaticamente ou pelo investigador em função do contexto, várias quantificações podem ser efectuadas pelo computador:

- número total de proposições de uma sequência (aqui 15), tratadas ou não tratadas, positivas ou não;
- número total de palavras, tratadas ou não, diferentes ou não;
- número de ocorrências por verbos, modalizações e conectores;
- número de RN (aqui 50, 31 deles diferentes);
- por fim, o computador elabora a lista de todos os referentes-núcleos (principais, secundários) e a sua frequência em função da ordem de ocorrência e faz o mesmo para todas as palavras do texto e para a sua categorização.

Ao funcionar sobre proposições de forma predicativa e necessitando de uma reescrita normalizadora dos textos, como a análise de avaliação de Osgood de há 30 anos, a APD pode sofrer as mesmas críticas (cf. pp. 208-213), a principal das quais é o peso dos processos de partida. No entanto, encontramos nos dois casos a mesma tentativa para estruturar o texto a partir de objectos ou de conceitos de referência nodais (objectos de atitude, referentes-núcleos), em torno dos quais gravitam campos semânticos (*common meaning terms*, proposições), segundo a velha divisão linguística ainda válida tema/intenção.

Mas se, na análise de avaliação, se tratava sobretudo de determinar a ideologia subjacente dos textos mediante a direcção e a intensidade dos significados, na análise proposicional do discurso o objectivo é antes determinar a organização subjacente da produção verbal a fim de se perceber as estratégias psicológicas em acção.

A análise da expressão

Existem várias técnicas que podem ser classificadas sob a denominação de análise de expressão. Com efeito, os indicadores utilizados não são de ordem semântica (conteúdo plano dos significados) mas de ordem formal (plano dos significantes e da sua organização). Apesar disto, estas técnicas pertencem ao domínio da análise de conteúdo, na medida em que a passagem pela forma é apenas uma maneira indirecta de atingir um outro nível. Este nível, o das variáveis inferidas, é atingido graças ao desvio através das características formais.

Teoricamente podem apresentar-se dois tipos de influência:

- 1) Forma → conteúdo → variáveis de inferência.
- 2) $\left\{ \begin{array}{l} \text{Forma} \\ \text{(conteúdo)} \end{array} \right\} \rightarrow \text{variáveis de inferência.}$

A hipótese implícita que subentende geralmente este tipo de técnica com base na inferência formal é a de que existe uma correspondência entre o tipo do discurso e as características do seu locutor ou do seu meio. «Os traços pessoais mais ou menos permanentes, o estado do locutor ou a sua reacção a uma situação, modificam o discurso tanto na sua "forma" como no conteúdo», segundo M.-C. d'Unrug ⁽¹⁾.

Os sectores normalmente mais propícios à aplicação de técnicas de análise de expressão são os seguintes: a investigação da autenticidade de um documento (literatura, história), a psicologia clínica (psicoterapia, psiquiatria), os discursos políticos ou os que são susceptíveis de veicular uma ideologia (retórica).

⁽¹⁾ M.-C. d'Unrug, *op. cit.*

Parece ser possível classificar os diversos indicadores formais da seguinte maneira: os indicadores lexicais e a estilística; as análises do discurso ou da narrativa (encadeamento lógico, arranjo de seqüências, estrutura narrativa, estruturas formais de base).

1. OS INDICADORES

A estilística quantitativa, que se baseia na frequência relativa das palavras, inspirou algumas medidas à análise de conteúdo. A estilística qualitativa tornou-se menos intuitiva e mais sistemática (definição exacta dos parâmetros utilizados), o que deu lugar à elaboração de alguns índices. A necessidade de uma abordagem diferencial e comparativa orientou as investigações para o estabelecimento de taxas médias, características modais, normas de referência, a fim de ser possível a comparação das produções analisadas com outras produções.

Entre os indicadores léxicos utilizou-se:

– o TTR (*type token ratio*). Este indicador mede a variedade (ou a pobreza) do vocabulário calculando a razão entre o número de palavras diferentes sobre o número total de palavras. Dito de outra forma:

$$\frac{\text{léxico}}{\text{ocorrências}} \text{ ou seja } \frac{L}{O}$$

Quanto maior for o resultado, maior é a variedade, diversidade, ou riqueza vocabular que o texto manifesta.

Ou, se utilizarmos a relação inversa (que dá números inteiros):

$$\frac{O}{L}$$

Neste caso, quanto mais elevado for o resultado, maior será a pobreza do léxico utilizado.

As taxas de referência (normas) podem calcular-se sobre amostras de igual tamanho (cem, duzentas, quinhentas, ou mil palavras) a partir de determinados tipos de discursos.

O que é que significa a pobreza/riqueza lexical? A partir de 1944, por exemplo, os investigadores americanos tentaram verificar a hipótese de a variedade do léxico aumentar com o êxito de

uma psicoterapia. Utilizou-se ainda este quociente no estudo do grau da desorganização e da alienação social dos esquizofrênicos (Gottschalk). Osgood e Walker utilizaram-no entre os seus indicadores de estereotipia e de redundância na comparação de cartas escritas por «candidatos ao suicídio» e por escritores «normais».

– *Quociente de género gramatical*: a relação relativa dos substantivos, verbos, adjectivos, advérbios, num dado texto, é aplicada sob variadas formas.

• Adjectivos/verbos $\left(\frac{A}{V}\right)$. Por exemplo, o número de adjectivos por cada cem verbos foi utilizado para diferenciar a fala esquizofrênica da fala «normal».

• Substantivos + verbos/adjectivos + advérbios $\left(\frac{S + V}{A + Ad}\right)$. Este quociente serviu a Osgood e a Walker na medição do estereótipo – repetição – redundância.

• Verbos + advérbios/substantivos + adjectivos $\left(\frac{V + Ad}{S + A}\right)$. Para J. Roche⁽²⁾, no quadro dos discursos, o estilo é considerado *dinâmico* se o quociente for superior a 1 ($V + Ad > S + A$) e *descritivo* se o quociente for inferior a 1 ($V + Ad < S + A$).

– O DRQ (*discomfort-relief quotient*). – Elaborado por Dollard e Mowrer⁽³⁾ em 1947, o DRQ deriva da teoria da aprendizagem, e é um indicador de tensão. Calcula-se dividindo o número de palavras que exprimem o *mal-estar* pelo número de palavras que exprimem a *descontracção*. Foi utilizado para observar a consequência da intervenção de ajuda a pessoas numa situação difícil. Além de que, em certos casos, pode estabelecer uma correlação significativa com outros testes, tais como a medida da transpiração.

⁽²⁾ J. Roche, *Le style des candidats à la présidence de la République*, Ed. Privat, 1971.

⁽³⁾ J. Dollard e O. H. Mowrer, «A method of measuring tension in written documents», em *Journ. Abn. Soc. Psicho.*, 1947, 42.

– O PNAQ (*positive-negative-ambivalent quotient*). Um pouco mais tarde, Raimy (1948)⁽⁴⁾, no quadro da entrevista de ajuda, propôs um quociente bastante parecido que media as auto-avaliações positivas, negativas ou ambivalentes por parte do paciente. Na mesma ordem de ideias, prepararam-se indicadores de *reações de defesa* nas terapias não directivas⁽⁵⁾ e escalas de medida de *hostilidade*⁽⁶⁾ e de *ansiedade*⁽⁷⁾ na expressão verbal, mas tendo por bases índices do tipo semântico, mais do que do tipo formal.

– Os indicadores fraseológicos funcionam basicamente ao nível de frase e da sua composição. Calcula-se assim:

- o *tamanho* da frase: o tamanho médio é obtido pelo cálculo do número de palavras por frase;
- a *estrutura* da frase: quantas proposições há em média na frase? Qual é a «taxa de adaptação»?; isto é, qual a importância das inclusões e das subordinadas?
- a *abertura* ou o *fecho* da frase: para R. Barthes, o não acabar uma frase é um sinal de subversão pela linguagem⁽⁸⁾.

A partir destes cálculos de base, pode medir-se a tendência fluida ou entrecortada da frase, a diversidade da sua construção, os elementos atípicos da composição característicos do autor, etc.

Pode ver-se exemplos concretos em análises como as de Roche⁽⁹⁾ sobre o estilo do General De Gaulle (análise da distribuição do vocabulário, análise da frase e da sua composição, análise das características estilísticas, análise das figuras de retórica), ou nas de Richaudeau sobre «eficiência» da linguagem.

A dificuldade e o «risco» neste género de análise (pelo menos

⁽⁴⁾ V. C. Raimy, «Self reference in counseling interviews», em *J. Consul. Psychol.*, 1948.

⁽⁵⁾ G. Haigh, «Defensive behavior in client centered therapy», *J. Consul. Psychol.*, 1949, 13.

⁽⁶⁾ L. A. Gottschalk, C. Goldine, Gleser e Kayla J. Springer, «Three hostility scales applicable to verbal samples», em *Arch. Gen. Psychiat.*, 1963, 9.

⁽⁷⁾ E. B. Gleser, C. Goldine, L. A. Gottschalk e Kayla J. Springer, «An anxiety scale applicable to verbal samples», em *Arch. Gen. Psychiat.*, 1961, 5.

⁽⁸⁾ R. Barthes, Conferência sobre «modernité», no Institut des Sciences politiques, Paris, 9-16 Abril, 1975.

⁽⁹⁾ J. Roche, *Le style des candidats à la présidence de la République*, Ed. Privat, 1971. E também F. Richaudeau, *Le langage efficace*, Paris, CEPL, Denoël, 1973; «Le langage de deux journalistes efficaces: Giroud, Ferniot», em *Communication et langage*, CEPL, 1973, n.º 19.

do ponto de vista da análise de conteúdo) é passar de uma fase descritiva a uma fase interpretativa, ou seja, fazer funcionar as medidas utilizadas como indicadores reveladores de variáveis de ordem psicológica ou sociológica.

2. ALGUNS EXEMPLOS DE APLICAÇÃO

Vejamos alguns exemplos de análises efectuados com base em índices linguísticos (ou para-linguísticos), lexicais, sintácticos ou estilísticos.

a) *A ideologia racista revelada por diversos índices formais*. (G. Guillaumin)⁽¹⁰⁾: o racismo estaria presente mas recalcado na nossa linguagem actual. Esta «latência» no discurso manifestado não o impede de funcionar como modo de percepção estruturante da visão da realidade social. Por exemplo, os índices como prefixo de «senhora» ou de «senhor» antes de certos nomes e não de outros, a ordem de nomeação, as precisões para citar certas raças, são índices isolados por, e onde, o racismo involuntariamente se revela. O autor utilizou indicadores variados:

- construção da frase;
- ordem das palavras;
- escolha das palavras;
- conotações das palavras;
- reticências, denegação, afirmações de boa-fé, exactidões inúteis, qualificativos, generalizações.

A análise toma em consideração a *presença* mas também a *ausência* (omissões, «cegueira lógica») dos indicadores conforme os casos. Foi aplicada a uma amostra da imprensa francesa de 1945 a 1960.

b) *Estados emocionais e perturbações da linguagem* (G. F. Mahl)⁽¹¹⁾: Mahl é um adepto da concepção instrumental da comunicação. A comunicação é encarada como um instrumento de influência. O importante é o que é veiculado pela mensagem,

⁽¹⁰⁾ G. Guillaumin, *L'idéologie raciste, genèse et langage actuel*, Paris, La Haye, Mouton, 1972.

⁽¹¹⁾ G. F. Mahl, «Exploring emotional states by content analysis», em I. de S. Pool, *Trends in content analysis*, 1959.

estando definido o seu contexto e circunstâncias. Por outras palavras, não existiria aí uma transparência, uma correspondência directa entre as variáveis do texto e as variáveis psicossociológicas da origem (emissor). Neste campo, esta teoria opõe-se aos defensores do modelo representacional (Osgood em especial) que fundamentam os seus indicadores sobre o postulado teórico da existência de uma «relação isomórfica entre os estados de comportamento e as propriedades quantitativas do conteúdo léxico» (frequência → intensidade; co-ocorrência → associação). Para Mahl, um estado de medo não é traduzido obrigatoriamente por significações de medo na comunicação.

O seu problema é exactamente o seguinte: inventar indicadores estáveis do estado emocional do locutor. Para conseguir isso, ele analisa as *perturbações da fala* nas entrevistas de psicoterapia e tenta demonstrar a sua correlação com a *ansiedade* e com o *conflito*. Como se altera a ansiedade imediata do paciente nas suas interações com o psicoterapeuta? Como se manifesta ela ao nível da linguagem falada?

Para se responder a estas perguntas é necessário «tratar a linguagem como um sistema comportamental expressivo, com propriedades instrumentais e expressivas». As *rupturas* no processo da fala (linguagem agitada, confusa, perturbada) não poderiam ser uma pista para avaliar a ansiedade do doente? De facto, pode julgar-se que a ansiedade tem por efeito perturbar o procedimento de uma conduta coordenada, logo a linguagem (comportamento), e isto independentemente da origem da ansiedade.

Mahl utilizou os seguintes indicadores:

- *Ãh* (A)
- *Correcção* (rectificação no decorrer de uma frase) (C)
- *Frase interrompida* (Int)
- *Repetição* em série de uma ou mais palavras (R)
- *Gaguez* (G)
- *Intrusão de sons incoerentes* (IS)
- *Bifurcamento da língua* (neologismos, inversão de palavras ou de sílabas) (BL)
- *Omissão* (de palavras ou partes de palavras, sílabas finais por exemplo) (O)

Com a ajuda desta grelha de análise, a entrevista é codificada do seguinte modo⁽¹²⁾:

BL - C

A

2 G

A - R

Int

R

BL

O

A

A

2 Int

C - G

A

R

IS - O(?) - IS - G

O - C

A - C

P: «A minha impressão na minha relação com D (filho) foi sempre a razão pela qual ele não p' ... tinha ... me· parecia não ter sentido o mesmo amor por ele que sentia por Y (filha), durante os dezasseis primeiros meses da sua vida, eu estava ausente. Não cresci com ele. Se ele teve ciúmes de D, isso esteve relacionado com os avós. Agora é muito possível. Se bem que seja uma coisa que eu também suprimi. Ah· ... e a razão pela qual digo que é possível é devido a esta espécie de fé· ... fé· férias, uma... Ah· ... uma· espécie de recordação quando eu· ...»

T: «Tem ciúmes dos avós maternos dele?»

P: «Ah, dos avós maternos dele, sim. Porque ele foi criado por eles até... até eu voltar para casa. Ele nasceu no seu hos· ... hospital e veio. casa deles, e a minha mulher vivia com os pais dela».

T: «O que é que ... O que é que pensa que significa que tenha ciúmes dos avós dele?»

P: «Bom... Ah· ... quando voltei para casa e durante o primeiro ano aproximadamente, ou mais do que o primeiro ano... Ah· ... gostava mais de ir para o avô e para a avó do que para mim.»

P: «... E contudo, era mais natural para ele· ... de até se tornar· ... completamente que· ele su· supere a sua. Ah· ... falta de familiaridade comigo, e isso levou muito tempo. Ah· depois houve houve algum ressentimento. Não era dirigido contra os pais ou vo· ...era ... de ... re ... realmente dirigido contra uma circunstância que me tinha afastado. Era um ressentimento que con· ... numa· certa Ah· que· numa certa medida se reflectia também no sentimento que eu tinha contra as pessoas que tinham ficado para trás e que tinham ganho dinheiro.»

T: «Os seus sogros ganham dinheiro?»

P: «Sim, o meu sogro ganhou muito dinheiro com a guerra.»

⁽¹²⁾ Este excerto foi traduzido do inglês e adaptado ao francês, tendo sido extraído de um exemplo citado por Mahl. Tanto a grelha como o exemplo citado tiveram de ser adaptados para português, tendo por base o original francês. (N. do T.)

Pode estabelecer-se a medida do nível de perturbações pelo quociente seguinte:

Quociente de perturbações da fala

$$\frac{\text{Número de perturbações de palavras}}{\text{Número de «palavras»}^{(13)} \text{ numa amostra.}}$$

Desta forma é possível observar a *frequência de perturbações de palavras* nos locutores e em diferentes circunstâncias. Por exemplo:

- 1 perturbação de cinco segundos (tempo de palavra real) nas primeiras entrevistas de doentes.
- 1 perturbação de quatro segundos nos estudantes em situação de *role playing* (stress).
- 1 perturbação de cinco segundos nos psicólogos e psiquiatras membros da Universidade que participavam em discussões por ocasião de seminários sobre a validade do Rorschach.

As perturbações da palavra são igualmente *involuntárias* e suscitam reacções fortes se depois são mostradas aos locutores (entrevistas transcritas).

Existem diferenças notórias segundo os indivíduos, quanto à frequência e natureza da perturbação. Isto acontece igualmente no decorrer da mesma entrevista, ou de entrevistas do mesmo indivíduo. Baseada num corte de cada entrevista em frases (dois minutos), a medida pela análise das perturbações e da ansiedade (pela competência de terapeutas) permitiu estabelecer correlações entre alguns indicadores e a ansiedade. Contudo parecia que o «ãh» não era significativo da ansiedade e que o sexo era uma variável que afectasse consideravelmente os resultados.

c) *A intenção de se suicidar é uma motivação que modifica os hábitos de expressão* (Osgood e Walker)⁽¹⁴⁾: para Osgood a expressão linguística é um comportamento como qualquer outro,

⁽¹³⁾ Definição operatória de palavra: palavras incompletas, completas, sons distintos e «ãh». Esta unidade pode ser substituída pelo *segundo* (unidade de tempo) de palavra.

⁽¹⁴⁾ C. E. Osgood e E. G. Walker, «Motivation and language behavior: content analysis of suicide notes», em *J. Abnorm. Soc. Psychol.* 1959, ou em S. Moscovici, *The psychosociology of language*.

susceptível de aprendizagem e de hábitos (hábitos de codificação). Pergunta-se qual é o efeito da *motivação* no comportamento linguístico. As «cartas de suicídio» (cartas de despedida escritas pelas pessoas antes de se suicidarem), comunicações individuais submetidas a um móbil muito forte, deveriam ser caracterizadas por diferenças de expressão se comparadas com *cartas vulgares* (enviadas pelos sujeitos aos familiares e aos amigos), ou com *as cartas de suicídio simulado* (cartas fictícias produzidas artificialmente por outras pessoas).

Os autores organizam a análise comparada dos três tipos de cartas, tendo por base quatro hipóteses. A intenção de se suicidar deve provocar mensagens marcadas por:

- A) *uma estereotipia elevada* (repetição, pobreza de léxico, pobreza de adjetivos e advérbios);
- E) *uma grande desorganização* (erros, rupturas);
- C) *uma manifestação crítica de si e dos outros*, uma atitude de procura face ao interlocutor;
- D) *manifestações de conflito*. Tudo isto em comparação, por um lado, com as cartas vulgares, e por outro, com as cartas de suicídio simulado.

A análise consistiu em pôr operacionais os indicadores textuais que fossem susceptíveis de esclarecer estas hipóteses. Foram utilizadas dezasseis medidas:

• Índices de *estereotipia*:

1. Número médio de sílabas por palavras (tamanho de palavras).
2. Número de *palavras diferentes* no número total de palavras (TTR).
3. Número de *palavras repetidas* no número total de palavras (redundância).
4. Quociente $\frac{\text{substantivos} + \text{verbos}}{\text{adjectivos} + \text{advérbios}}$
5. Teste de Clozure (teste de legibilidade no material mutilado, medindo a redundância e a estereotipia).
6. Número de palavras «*extremistas*» no número total de palavras. (palavras «*extremistas*» = «sempre», «jamais», «pessoa», «todos», etc.).

• Índices de *desorganização*:

7. Número de erros por cem palavras (erros gramaticais, de soletração, de pontuação, esquecimentos, etc.).

8. Número total de palavras da mensagem no número de segmentos independentes (*tamanho das proposições*).

• Índices de «orientação» (de si e de outrem):

9. Quociente de angústia/alívio (DRQ quociente).
 10. Número de palavras *avaliativas com significação comum*⁽¹⁵⁾ no número total da mensagem.
 11. *Número de proposições avaliativas positivas* no número total de proposições positivas e negativas⁽¹⁵⁾.
 12. Referências ao passado, *presente* e futuro.
 13. Número de *construções* «apelativas» por cada cem palavras (medida do «apelo»: necessidade que o locutor sente de ter um interlocutor)⁽¹⁶⁾.

• Índices de *conflito*:

11. Número de *formas verbais complexas* (exemplo: «I used to be good» em lugar de «I was good»)
 15. Número de *construções ambivalentes* por cada cem palavras (sinais de indecisão).
 16. Percentagem de *proposições avaliativas ambivalentes*.

A maior parte das medidas conduziu a resultados significativos a favor das hipóteses para a comparação, cartas de suicidas, cartas normais. Contudo o índice (7) não trouxe diferença significativa, o índice (8) deu um resultado inverso (proposições independentes mais longas nas cartas de suicídio), o índice (12) assinala uma orientação virada para o passado.

Uma comparação com as cartas de suicídio simulado e o uso de outras técnicas (medidas do léxico, análise das co-ocorrências), confirma as hipóteses (A), (C) e (D), mas infirma a hipótese (E).

d) *A expressão política e suas manifestações no Maio de 68*⁽¹⁷⁾: a expressão política de uma quinzena de grupos ou grupúsculos manifestou-se sob a forma de *panfletos*, em Maio de 1968. Não está em questão resumir o trabalho ao qual fazemos referência, bastante volumoso e de princípios e medidas detalhadas, com resultados e provas estatísticas, dizendo respeito à análise do vocabulário e conteúdo dos documentos. A análise do vocabulário

⁽¹⁵⁾ Cf. análise de avaliação.

⁽¹⁶⁾ A aproximar da função fática da comunicação definida por Jakobson.

⁽¹⁷⁾ M. Demotet, A. Geffroy, J. Gouaze, P. Lafon, M. Mouillaud, M. Tournier, *Des tracts en mai 68, mesure de vocabulaire et de contenu*, Paris, FNSP, A. Colin, 1975.

quer-se uma lexicometria. Isto é, nenhum princípio director *a priori*, nenhuma hipótese foi projectada sobre o material.

«Ater-nos-emos ao discurso, não para o explorar em tal ou tal sentido, incluindo o linguístico, mas para o descrever o mais formalmente que pudermos, antes de o interpretar.»

«Para a lexicometria, a objectividade começa quando as projecções tendem a ser substituídas pelas formalizações. Não se fixa *a priori* nem testemunhos nem grelha, nem esquemas, nem hierarquias. Tudo é tratado (exaustividade das letras) da mesma maneira (uniformidade do despojamento) e segundo um critério único (invariância de uma unidade de base anónima)».

Trata-se portanto de uma exigência da máxima *neutralidade*, tendo entretanto duas limitações:

- um postulado implícito, o da frequência: cada ocorrência é considerada como igualmente significativa;
- uma diferença: distinção entre formas funcionais (lista fechada e arbitrária de 330 formas gráficas que correspondem a cerca de 50% do vocabulário de um texto) e formas lexicalizadas (lista aberta).

Ao nível lexicométrico, os autores utilizam essencialmente os índices seguintes:

• *Componentes textuais*:

- tamanho dos panfletos,
- tamanho dos itens («palavras»),
- tamanho e complexidade das frases.

• *Lexicalidade e funcionalidade*:

- utilização de um *coeficiente de lexicalidade* (ou do seu inverso: coeficiente de funcionalidade) na base da relação entre formas plenas de significação e formas vazias ou gramaticais. O coeficiente de lexicalidade exprime a percentagem de itens lexicais de um texto.

• *Extensão e estrutura do vocabulário*:

- extensão: número de unidades diferentes;
- estrutura: distribuição das frequências das unidades diferentes;
- coeficiente de *repetição geral*: relação do número de ocorrências com o número de formas;
- um coeficiente de *repetição/funcional*;
- *coeficiente de repetição lexical*.

• *Originalidade e banalidade do vocabulário:*

- índice de originalidade: percentagem de leitura de um emissor das formas que não se encontram nele;
- núcleo lexical: formas comuns a todos os locutores (duas origens: o francês básico e a política fundamental dos panfletos de Maio de 68);
- perfil do emprego das formas nos diferentes grupos políticos.

Inovadores em França nos anos 80, com este estudo sobre os panfletos do Maio de 68, os trabalhos lexicométricos aplicados a textos históricos e/ou políticos multiplicaram-se deste então e dispomos agora de todo um arsenal de medidas possíveis⁽¹⁸⁾.

⁽¹⁸⁾ Cf. URL3, *Lexicométrie et textes politiques*, e a revista *Mots*, Ed. du CNRS.

VI

A análise das relações

«Pouco importam os objectos relacionados. Devo aprender primeiro que tudo a ler as ligações.»

A. de Saint-Exupéry, *Cidadela*.

A teoria da associação (Freud, mas também a teoria da aprendizagem) numa primeira etapa, o aparecimento dos computadores e a facilitação das análises factoriais numa segunda, o estruturalismo (linguística e sociologia) contribuíram finalmente para orientar as técnicas de análise não mais para a simples frequência da aparição dos elementos do texto, mas para as *relações* que os elementos do texto mantêm entre si.

Esboçada por Baldwin⁽¹⁾ em 1942 nas «cartas de Jenny», defendida por Osgood⁽²⁾, desenvolvida pelo computador⁽³⁾, a análise das *co-ocorrências* ou análise de contingências (*contingency analysis*) reveste-se cada vez de mais importância e vem completar a análise frequencial simples.

1. ANÁLISE DAS CO-OCORRÊNCIAS

A análise das co-ocorrências procura extrair do texto as relações entre os elementos da mensagem, ou mais exactamente, dedica-se a assinalar as presenças simultâneas (co-ocorrência ou rela-

⁽¹⁾ A. L. Baldwin, «Personal structure analysis», *Journ. Abn. Soc. Psychol.*, 1942, 37.

⁽²⁾ C. E. Osgood, «The representational Model and Relevant research Methods», em I. de Sola Pool (org.), 1959.

⁽³⁾ Cf. *General Inquirer*.

ção de associação) de dois ou mais elementos na mesma unidade de contexto, isto é, num fragmento de mensagem previamente definido.

«A análise de contingência não se coloca o problema da frequência de aparição de uma dada forma significativa em cada uma das diversas partes de um texto, mas qual é a sua frequência de aparição com as outras unidades significantes» escreve Osgood.

É de notar que uma referenciação das dissociações ou exclusões de elementos assinalados pela não presença «anormal» de certos elementos na mesma unidade de contexto pode também ser significativa.

Enquanto que a frequência de aparição das unidades de significação ou de elementos formais assenta no princípio de que quanto maior for a frequência dos elementos, maior será a sua importância, a co-ocorrência (ou a não co-ocorrência) de dois ou mais elementos revelaria a associação ou dissociação no espírito do locutor. Se o elemento A aparece muitas vezes (co-ocorrência superior ao acaso) pode ser posta a hipótese de que A e B estejam ligados, ou seja, associados no emissor. Ao contrário, se o elemento B raramente aparece em simultâneo com o elemento C (co-ocorrência inferior ao acaso), pode ser posta a hipótese de serem exclusivos, dissociados na mente do locutor. Por exemplo, depois da análise das co-ocorrências, é assinalada uma associação significativa entre o tema da doença e do dinheiro⁽⁴⁾ numa doente mental, de quem se estudou cuidadosamente a correspondência. Qual é o sentido deste índice e doutras ligações obtidas pelo mesmo processo? Por exemplo, põe-se em evidência a existência de uma relação negativa, num indivíduo, entre a menção de práticas homossexuais e masturbatórias e a referência à sua mãe. Que significado existe, se estes dois temas nunca aparecem juntos? Ou ainda, assinala-se que num caso de psicoterapia o tema *mãe* e o tema *sexo* estão muitas vezes associados, mas com um terceiro elemento, manifestações da ansiedade. A interpretação de Osgood é a seguinte: «A lembrança de um inibe a lembrança de outro.»

(4) Baldwin, *op. cit.*

a) O *procedimento de Osgood*. Osgood propõe a seguinte abordagem:

- Escolha das unidades de registo (palavras-chave por exemplo) e a categorização (temas), se tal tiver cabimento.
- Escolha das unidades de contexto e o recorte do texto em fragmentos.
- Codificação: presença ou ausência de cada unidade de registo (elemento) em cada unidade do contexto (fragmento).
- Cálculo das co-ocorrências (matriz de contingência). Comparação com o acaso.
- Representação e interpretação dos resultados.

• *Escolha das unidades de registo*: as unidades de registo devem ser determinadas com cuidado em função desta técnica, porque podem surgir enviesamentos. Osgood referiu casos de elementos substitutivos com sentido muito aproximado: se «mulher jovem» e «rapariga» têm um sentido equivalente para o locutor, ver-se-á aparecer uma dissociação nos resultados porque terá usado ora um, ora outro, em virtude de serem homónimos.

• *Escolha das unidades de contexto e recorte*: numa mensagem descontínua, a unidade de contexto pode corresponder ao documento singular: o dia num diário íntimo, a carta na correspondência, o artigo num conjunto de imprensa, a entrevista numa série ou numa amostra. Se o texto é contínuo (exemplo: romance, entrevista longa, psicodrama, discurso político, etc.), escolhe-se uma unidade arbitrária correspondente a um certo espaço temporal de ressonância psicológica. Depois da experiência feita, Osgood propõe que a unidade de contexto seja constituída por fragmentos de cento e vinte a duzentas e dez palavras para que as co-ocorrências tenham sentido.

• *Codificação e matriz de contingência*. Realçar os elementos em cada fragmento permite obter uma matriz dos dados brutos e em seguida uma matriz de contingência.

• *Matriz de dados brutos*: denominamos A, B, C, ..., N os elementos ou unidades a registar e 1, 2, 3, ..., n, os fragmentos ou contextos de um registo. Obtém-se um quadro de dupla entrada do tipo seguinte:

UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO				
	A	B	C	...	N
	1	+	-	+	etc.
	2	-	+	-	
	3	-	+	-	
	...	+	+	-	
	n	etc.			
Porcentagem	.40	.20	.60		

Assinale-se simplesmente a presença (+) ou a ausência (-) de um elemento ou de um fragmento. Mas podem também ser referidas as frequências de aparições dos elementos. Neste caso, Osgood sugere que se assinale com (+) as frequências superiores à mediana e com (-) as frequências inferiores.

• *Matriz de contingência*: representou-se em seguida na mesma matriz as co-ocorrências obtidas e as co-ocorrências esperadas, isto é, as contingências reais e as contingências que se apresentariam se fosse o acaso o único factor a jogar.

• *Representação e interpretação dos resultados*. Os resultados podem ser representados da seguinte forma:

- Tabelas de contingência significativas: é feita uma lista para cada uma das outras categorias em relação às quais há associação ou dissociação.
- Quadros de *redes* e de *núcleos* (*cluster analysis*): num espaço bidimensional é possível visualizar as relações das diferentes categorias sob a forma de círculos secantes (pôr em evidência os *núcleos*). Ou então um esquema de redes pode traduzir a projecção de uma representação tridimensional (fósforos e bolas de espuma) a duas dimensões.

Como interpretar os resultados? Ou melhor, será que o diagrama em rede, os núcleos de associações que aparecem depois da análise e o cálculo das ocorrências serão representações das estruturas associativas ou dissociativas do locutor? A existência de uma

	A	B	C	...	N
A	-	.08	.24		
B	.60	-	.12		
C	.38	.02	-		
...					
N					

↖ Contingências esperadas (acaso)

↗ Contingências obtidas

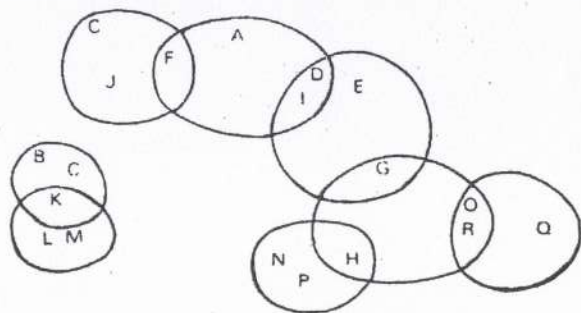
correspondência entre a co-presença textual e a associação real é postulada por Osgood e pela análise das co-ocorrências, mas uma associação ao nível das palavras pode por vezes esconder uma dissociação nos factos. Quando um paciente em tratamento psicoterapêutica repete com insistência «eu amo/gosto da minha mãe», *amor e mãe* aparecem de facto, em co-ocorrência nos resultados. A análise de contingência revela as co-presenças mas sem as explicar: co-presenças deliberadas para assinalar as exclusões? Ou co-presenças devidas às preocupações latentes inconscientes do locutor?

Para Osgood, a análise de contingência é pertinente em relação às mensagens espontâneas, não estratégicas (isto é, representativas, por oposição à concepção instrumental da linguagem) ou para mensagens deliberadas com origem institucional. De qualquer forma, o locutor (ou grupo de locutores) não pode controlar totalmente as suas associações ou as exclusões (e falsificar assim o sentido das co-ocorrências manifestadas no texto).

A análise das co-ocorrências parece ter utilidade para clarificar as estruturas da personalidade, as «preocupações latentes» individuais ou colectivas, os estereótipos, as representações sociais e as ideologias.

Para aumentar a significação das co-ocorrências obtidas, tentam estabelecer-se normas de referência (frequência das co-ocorrências «normais») constituídas por *corpus* grandes. Contudo, na maior parte das vezes estes dados de comparação são muito gerais para servir de quadro de referência às amostras particulares produzidas por locutores com características especiais e em circunstâncias determinadas.

Exemplo fictício de um esquema de núcleos de relações



b) O prosseguimento da investigação; um exemplo, os panfletos de Maio de 68.

— Em França, centros de lexicometria e de lexicologia (em particular a Escola Normal Superior de Saint-Cloud) prosseguem a construção das co-ocorrências como instrumento de análise com a ajuda do computador. No estudo *Os Panfletos em Maio de 68*⁽⁵⁾, por exemplo, a análise das co-ocorrências apresenta as seguintes características:

- As co-ocorrências são estudadas a partir de *palavras-pólo*.
- A unidade de contexto é a frase (precisamente com um máximo de dez itens lexicais em cada expansão antes ou depois do pólo).

«Na proximidade a que tem acesso, o computador determina, depois de lhe ser fornecida a localização do pólo, uma expansão esquerda e uma expansão direita, releva as vizinhanças fraseológicas que as povoam, adicionando em seguida (varrimento a varrimento) as ocorrências de cada forma (co-frequências).»

- Os índices seguintes são calculados:
 - *Índice de co-frequência* (co-frequência observada e esperada): dá-nos a frequência de aparição de um termo vizinho de outro.
 - *Índice de proximidade*: mede a distância de vizinhança e indica a que proximidade (afastamento) um termo se encontra em relação a outro, (por exemplo uma palavra-pólo). Fica-se assim a saber se existem 0 (contiguidade), 1, 2, 3, 4, etc. (segundo as pos-

⁽⁵⁾ *Os Panfletos em Maio de 1968*, op. cit.

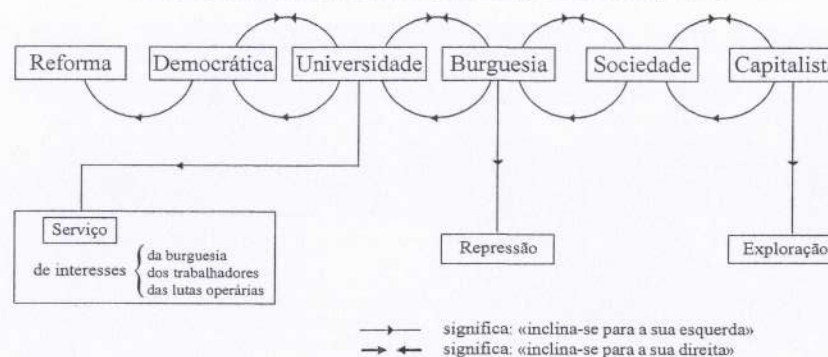
sibilidades do computador) palavras entre as duas palavras observadas. A medida é feita à direita e à esquerda da palavra-pólo.

— *Índice de desvio*: trata-se do desvio entre a co-frequência observada e a co-frequência teórica. A vizinhança é considerada normal desde que o desvio entre as duas esteja perto de zero. Se a co-frequência observada é nitidamente superior à co-frequência teórica (existe outra causa para além do acaso), pode dizer-se que o pólo «atrai» a palavra pela qual se obtém este resultado. Se a co-frequência observada se revela nitidamente inferior ao que se poderia esperar, pode dizer-se que o pólo «repele» esta palavra e pode falar-se de recusa de vizinhança, de proibições, ou de tabus lexicais. Contudo os autores lexicólogos recusam-se a fazer qualquer tipo de interpretação extra-linguística.

Partindo destes índices, a análise dos resultados aplica e explora a teoria dos gráficos para evidenciar as relações de vizinhança e as percursos privilegiados em tal ou tal texto, ou determinado grupo político. Os componentes do texto aparecem-nos assim imbricados a diversos níveis (linguístico, semântico) dos componentes do texto⁽⁶⁾. Uma vez que, como diz Lacan, «qualquer discurso se verifica e se alinha nas várias pautas de uma partitura» e basta escutá-lo para o ouvir em polifonia.

Neste caso, a busca do computador em matéria de co-ocorrência fornece redes e gráficos dos quais propomos uma forma entre os mais simples dos que resultaram de um estudo dos panfletos de Maio de 68:

Exemplo parcial, extraído de um gráfico geral de co-ocorrências positivas, inclinações e vizinhanças



⁽⁶⁾ O psicólogo acrescentaria «psicológico», o sociólogo «sociológico», etc.

2. A ANÁLISE «ESTRUTURAL»

«O essencial é invisível ao olhar.»

A. de Saint-Exupéry, *O Príncipezinho*.

A terceira contribuição de que os métodos de análise de conteúdo beneficiam resulta dos processos convergentes da *linguística* e da invasão da *atitude estrutural*, desde os anos 60.

Por um lado, toma-se consciência de que o corte de item por item e a classificação em frequência são insuficientes:

«... nada nos diz que aquilo que retorna mais frequentemente seja o mais importante e o mais significativo, pois um texto é... uma *realidade estruturada*⁽⁷⁾ no interior do qual o *lugar* dos elementos é mais importante do que a sua quantidade...»⁽⁸⁾.

Assim, a multiplicação de trabalhos de linguística estrutural instaura procedimentos novos, pois alarga-se a toda a análise de mensagens.

Por outro lado, a voga e a crença na existência, sob a aparente diversidade dos fenómenos, de estruturas universais ocultas, ou no interesse operatório de revelar tais estruturas pela construção de modelos, vieram, por reincidência, influenciar de modo diferente a atitude dos analistas de comunicações.

O que fazem os estruturalistas? Procuram a ordem imutável sob a desordem aparente, o esqueleto ou ossatura invariável sob a heterogeneidade patente dos fenómenos.

Por detrás da análise das frequências existia a mania do colecionador. Por detrás da análise estrutural existe um gosto pelo jogo do mecano: desmontar o mecanismo, explicar o funcionamento e... reencontrar as mesmas engrenagens ou o mesmo motor, qualquer que seja a forma do relógio ou a cor da carroçaria.

Tudo isto, tendo a consciência, inseparável da noção de sistema, de que qualquer modificação num dos mecanismos ou no menor parafuso muda o conjunto da mecânica. Na mesma ordem de ideias, se todo o discurso, qualquer que seja o seu código e a sua sintaxe, é mais ou menos estruturado, e se a significação é organizada por esta estruturação, a mais pequena variação ao nível

(7) Os sublinhados são nossos.

(8) O. Burgelin, «Structural Analysis on mass-communication», em *Studies of broadcasting radio and T. V.*, Culture Research Institute Nippon, Mosokyokai, 1968, n.º 6, citado por E. Morin no *Essais sur les mass media et la culture*, Paris, Unesco, 1971.

dos elementos constitutivos ou do seu arranjo produz, por consequência, uma mudança na emergência da significação. Isto estará na origem dos testes de diferença ou dos procedimentos de comutação, pacientemente utilizados na análise estrutural.

As análises «de contingência, que situam o item considerado no seu universo contextual, as referências frequenciais da co-ocorrência (ou da co-exclusão) de elementos nas análises «associativas», a investigação de «blocos» ou de agregados significativamente constantes, de componentes (palavras, imagens, temas, sequências de signos ou de significações), constituíram um primeiro passo na estruturação da mensagem estudada.

Na análise com carácter «estrutural» não se trabalha mais (ou jamais só) na base da classificação dos signos ou das significações, mas debruçamo-nos sobre o arranjo dos diferentes itens, tentando descobrir as constantes significativas nas suas *relações* (aparentes ou latentes) que organizam estes itens entre si.

Para cada material, para cada código ou cada conteúdo estudados, espera-se fazer surgir um sentido suplementar pela clarificação de uma «sintaxe» ou de uma «gramática» que se sobrepõem à sintaxe ou à gramática conhecidas do código.

A análise aplica-se, já não ao vocabulário, léxico ou repertório semântico ou temático da mensagem, mas aos princípios de organização subjacentes, aos sistemas de relações, aos esquemas directores, às regras de encadeamento, de associação, de exclusão, de equivalência, aos agregados organizados de palavras ou de elementos de significação, às figuras de retórica, etc., isto é, todas as relações que estruturam os elementos (signos ou significações) de maneira invariante ou independente destes elementos.

A via foi aberta por C. Lévi-Strauss no seu esforço de se apoderar da lógica subjacente que ordena e rege, nas sociedades primitivas, as estruturas elementares do parentesco ou a combinatória mitológica.

O método estruturalista procura «revelar, por debaixo da disparidade dos fenómenos, as relações ilegíveis ou diluídas que verificam uma ordem escondida». A estrutura, realidade oculta do funcionamento da mensagem, ou modelo operatório construído pelo analista, permite abstrair-se dos elementos que a compõem. As regras de articulação, as leis relacionais, tomam então, aos olhos do analista, a dianteira sobre as unidades mínimas da comunicação, aparentemente desorganizadas e variáveis, e que escondem estas leis e regras profundas.

De facto, este termo de «análise estrutural» engloba um certo número de técnicas que tentam passar do nível atómico da análise a um nível molecular, e centram os seus procedimentos, mesmo num plano muito elementar, mais nos *laços* que unem as componentes do discurso, do que nos próprios componentes.

Na análise estrutural, as análises de frequência «de coleccionador atomista» não são abandonadas, porque numa primeira etapa são muitas vezes úteis. Antes de descobrir as leis que regem o mundo das borboletas (na hipótese de tais leis existirem), é necessário esgravatar pacientemente os lepidópteros!

Contudo, os procedimentos estruturais impregnam certas análises e com maior ou menor pertinência, elegância, eficiência, existem modelos, matrizes, estruturas – simples ou complexas – que emergem das leituras sistematizadas dos discursos.

O desmembramento estrutural (desmembramento seguido sempre de reconstrução) mais elementar é aquele que se fundamenta na oposição binária.

Vejamos os seguintes exemplos:

a) *A lógica simbólica e ideológica do «habitante de moradias».*

Foi utilizado um modelo de análise por pares de oposições, termo a termo, ou tema a tema, a propósito de entrevistas não directivas relativas ao *habitat* (e mais precisamente ao *habitat* em moradias individuais) pela equipa de investigação urbana de H. Raymond⁽⁹⁾. Este explica-nos como conseguimos despojar e fazer «falar» a enorme massa de informações sobre o alojamento, obtidas graças a umas duzentas entrevistas⁽¹⁰⁾.

O objectivo da análise era o seguinte: demonstrar que existe na população dos «habitantes em moradias» um sistema de relações, uma correspondência termo a termo, entre a organização espacial (material) do alojamento em casas individuais e as representações e as significações associadas ao alojamento. Donde a possibilidade de estudar os discursos dos entrevistados segundo uma dupla articulação dos elementos ao nível:

- de um sistema prático (sensível, objectal);
- de um sistema simbólico e/ou ideológico.

⁽⁹⁾ N. Haumont et H. Raymond, *L'habitat pavillonnaire*, Paris, CRU.

⁽¹⁰⁾ H. Raymond, «Analyse de contenu et entretien non directif: application au symbolisme de l'habitat», in *Revue française de sociologie*, número especial: «Urbanisme», Paris, 1968.

Muito mais importante do que isso é estabelecer a correspondência entre os dois sistemas.

O processo de tratamento da informação teve lugar em duas fases:

– *Primeira fase:* uma *fragmentação* do discurso por temas que se referem à estrutura material do *habitat* (exemplo: a cozinha, a frente da casa), seguindo-se o recenseamento pela análise do contexto de tudo quanto foi dito (ao nível simbólico e/ou ideológico) sobre cada tema, tudo o que foi associado pelo entrevistado a cada elemento material mencionado na entrevista (exemplo: a intimidade, a desordem).

– *Segunda fase:* uma *redução* (a reconstrução teórica do sistema subjacente pelo par de oposições, pelo analista), acompanhada por um par de relações do tipo:

$$\frac{A/c}{B/d}$$

em que A e B remetem para os elementos espaciais, e c e d para os símbolos ou significações correspondentes.

Por exemplo:

$$\frac{\text{Quarto/privado}}{\text{Sala de jantar/pública}}$$

em que o critério «intimidade» indica uma hierarquia segundo os diferentes espaços da casa;

$$\frac{\text{Cozinha/ desordem}}{\text{Sala/ordem}}$$

em que o critério «ordem» por oposição a «desordem» manifesta a diferença entre dois compartimentos.

$$\frac{\text{Cozinha/quotidiano}}{\text{Sala de jantar/festa}}$$

em que o critério «quotidiano» por oposição ao «excepcional» revela as normas das práticas dos «habitantes de moradias» quanto à tomada de refeições.

Donde a conclusão geral:

«o modo de habitar moradias e os comportamentos que lhe estão associados têm significações que ligam o *habitat* a um modo de vida ideal.»

Contudo, este sistema de relações entre um plano objectal e um plano simbólico-ideológico, que aqui se torna particularmente pertinente e fecundo, não é generalizável a toda a relação indivíduo/meio; o próprio H. Raymond reconhece que este caso é particularmente favorável à exploração de pares binários. E apesar de H. Lefebvre escrever a propósito deste estudo sobre o mundo dos «habitantes de moradias»:

«o sistema dos objectos permite abordar e analisar o sistema de significações verbais, sendo o inverso verdadeiro»,

estamos bem longe de um dicionário geral de correspondência entre o sistema de significações simbólicas e o universo material. Mesmo que o campo de estudos sobre o mundo material se multiplique, não há a certeza de que um tal dicionário de relação entre representações individuais e sociais, por um lado, e o meio físico do homem, pelo outro, possa existir. Isto porque as associações homens/objectos vividas pelo homem fazem parte destas linguagens extremamente incertas e flutuantes que o empreendimento semiológico tenta descobrir.

b) *A análise das relações por oposições aplicada ao universo dos afectos.* – Esta tentativa de H. Raymond – inovadora e original na época – foi recentemente retomada. Trata-se ainda de material verbal produzido por entrevista não directiva, mas os autores⁽¹¹⁾ tentaram sistematizar o método e alargar-lhe o domínio de aplicação. Embora a introdução de conceitos como significado e significante, aqui utilizados de forma mais perturbadora do que clarificadora, altere um pouco a compreensão, vale a pena referir este exemplo recente.

Se partirmos deste postulado de base: «... a estruturação do discurso em oposições é uma constante da produção de linguagem ...», podemos tentar determinar numa entrevista não directiva a estrutura de significações a partir das oposições manifestadas.

⁽¹¹⁾ J.-M. Léger e M.-F. Florand, «L'analyse de contenu: deux méthodes, deux résultats», in A. Blanchet, *L'entretien dans les sciences sociales*, Dunod, 1985.

A técnica da ARO (análise das relações por oposições) comporta algumas operações sucessivas:

- começa-se por dividir o texto em segmentos ou enunciados. O enunciado é aqui definido como «uma relação de significação entre um significante e um significado». Concretamente, é «significante» um substantivo, um verbo, uma proposição construída em redor de um substantivo ou de um verbo, e «significado» um adjetivo, um advérbio ou a sua proposição. Disto se diferencia o «significado mediador», que é aquilo que explica, justifica, ilustra;
- em seguida, procede-se a uma redução dos enunciados por palavras-chave, em fichas que permitirão depois a manipulação e a agregação dos dados, intra- e inter-entrevistas. Assim, o excerto sobre a relação de uma estudante com os homens:

«... /eu vivo sozinha /eu não suporto viver com as pessoas... /em comunidade ainda menos... /tenho uma amiga que foi para um *kibutz*... /isso não era para mim, de certeza... /isso aliás nem me interessa.../ porque, afinal de contas, se quiser, eu não tenho de todo uma imagem concreta de alguém.../

é codificado em duas etapas de seguinte maneira:

Significantes	Significados mediadores	Significados
Eu vivo sozinha Viver com as pessoas (alguém)	○ (*) Porque não tenho de todo uma imagem concreta de alguém	○ Não suporto, isso não me interessa
Em comunidade	Tenho uma amiga que foi para um <i>kibutz</i> ... isso não era para mim, de certeza	(Suporto) ainda menos

(*) O sinal ○ representa a proposição em falta

M...		nº 1		Viver	
				sozinha – com alguém – em comunidade	
Significantes		Significados mediadores		Significados	
Viver	sozinha com alguém em comunidade	○	Sem imagem concreta Kibutz: não é para mim	○	Não suportar Suportar ainda menos

Fez-se uma divisão dos «significantes» e dos «significados» na entrevista para delimitar a relação de significação que permite a divisão. Fez-se também um «emagrecimento» do texto, suprimindo locuções inúteis, repetições, expressões como «afinal de contas», que funcionam como tiques de linguagem no locutor.

• Depois de a entrevista ser inteiramente codificada (neste caso concreto obtiveram-se 155 enunciados), as fichas são manipuladas como cartas de jogar para serem classificadas. Por exemplo, juntam-se os enunciados aos significados idênticos. Obtém-se assim a base de uma interpretação sobre o universo dos afectos do locutor pelo jogo dos sistemas de contrastes encontrado (aqui, por exemplo, positividade ou negatividade da relação com os outros e sobretudo com os homens).

b) *Uma «sócio-semiologia séria do vestuário»*. – Esta descrição do percurso que conduz à elaboração de «matrizes significantes», é contudo mais complexa na obra de método *Système de la Mode*, de R. Barthes⁽¹²⁾.

A passagem do vestuário real ao vestuário-imagem e ao escrito na literatura de moda, e a construção de dois pares de classes comutativas (par A: a relação vestuário/mundo, ou seja, a relação das características técnicas do vestuário, tais como comprimento, por exemplo, com os traços caracteriais ou circunstanciais, tais como o vestuário desportivo ou o vestuário fim-de-semana; par B: a relação vestuário/moda, isto é, a relação destas características técnicas do vestuário sempre explícitas no texto, pela moda/fora de moda, na maior parte das vezes implicitamente significado) permitem ao autor definir o código do vestuário que ele está a estudar enquanto linguagem articulada a vários patamares em que os níveis de significação se imbricam uns nos outros.

O modelo «matriz significante» de base de qualquer comentário de moda está tripartido:

O objecto	(a peça de roupa)	ex.: vestido, casaco.
S o suporte da significação	(a parte da peça de roupa ou «vestema»)	ex.: colarinho, mangas.
V o elemento variável	(as oposições possíveis)	ex.: aberto/fechado comprido/curto.

⁽¹²⁾ R. Barthes, *Système de la mode*, Paris, Seuil, 1976 [*Sistema da Moda*, Edições, 70].

Tudo isto remete para o mundo (carácter do vestuário – desportivo ou solene – e circunstância de uso: para o campo ou para a cidade) e sempre mais ou menos implicitamente na *Moda* (a questão é estar ou não «na moda»).

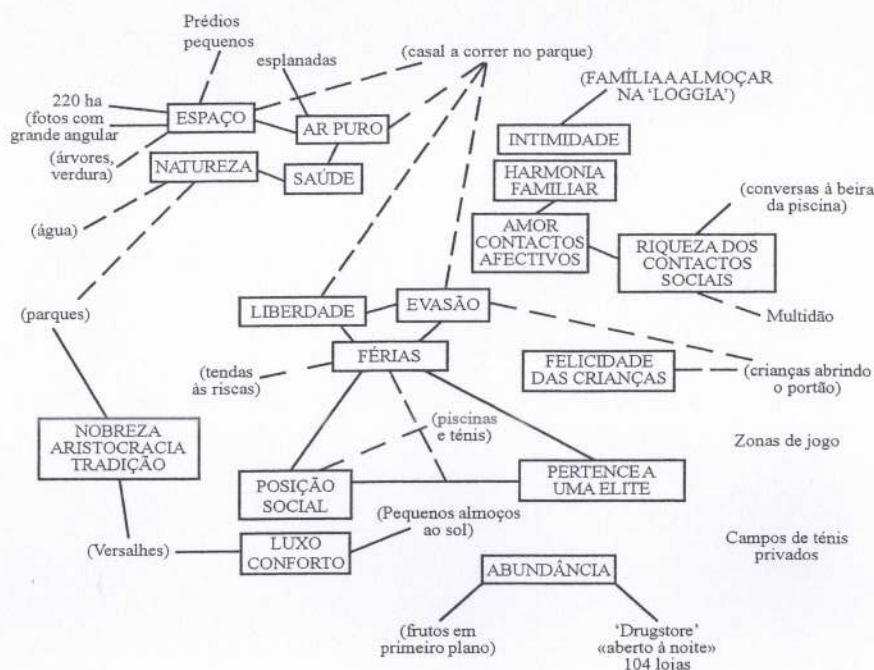
d) *Palavra persuasiva e estrutura narrativa: a publicidade* ⁽¹³⁾. Como decompor um anúncio publicitário, explicitar a sua retórica, quer dizer, os seus meios específicos de persuasão e expressão? Como descobrir a estrutura ideológica interna que organiza um anúncio? Pode-se também tentar extrair a organização conotativa subjacente que governa este discurso.

• *Uma grelha de valores implícitos: as conotações*. – A persuasão é muitas vezes sedução; muitas vezes seduz-se mais pelo latente, pelo evocado e pelo subentendido do que pelo manifesto; do mesmo modo, para compreender a estrutura dos textos publicitários e a lógica narrativa das «historiazinhas» (divertidas ou não) que estes textos narram é necessário em primeiro lugar apreender a grelha dos valores implícitos a que o código publicitário recorre.

Após a análise *temática*, tradicional, que permite perceber a frequência dos temas manifestos visíveis nos anúncios, ou seja, a análise da *dimensão denotativa* do discurso, procede-se a uma segunda análise, virada para as associações que ligam significados primeiros e significados segundos, para os valores implícitos, evocados pelas imagens, as viragens expressivas (*i.e.* as conotações). Estas não surgem isoladas e, através da análise, pode-se perceber a lógica das suas relações.

⁽¹³⁾ L. Bardin, *Les mécanismes idéologiques de la publicité*, Paris Delarge, Ed. Universitaires, 1975.

*Configuração dos valores sugeridos
por alguns significantes linguísticos e icónicos
numa publicidade imobiliária (Parly II)*



Maiúsculas enquadradas = valores;
Minúsculas = significantes linguísticos;
Minúsculas entre parêntesis = significantes icónicos;
Tracejado = relação entre dois valores.

A análise estrutural da narrativa baseia-se num domínio de investigação pluridisciplinar (poética, linguística textual, psicossociolinguística, pragmática...), que tem existência própria fora da análise de conteúdo. Mas, em muitos casos (comunicações de tipo narrativo como mitos, contos, relatos orais ou escritos, histórias de vida⁽¹⁴⁾, entrevistas...), é indispensável o recurso a modelos de análise narrativa. Como diz Jakobson⁽¹⁵⁾: «... em certos discursos, a

⁽¹⁴⁾ J. Poirier, S. Clapier-Valadon, P. Rambaut, *Les récits de vie. Théorie et pratiques*, PUF, 1983.

⁽¹⁵⁾ Citado por J.-M. Adam, *Le texte narratif. Précis d'analyse textuelle*, Nathan, 1985.

“dominante” narrativa governa e transforma os elementos; garante a coesão-coerência da estrutura (sequência ou texto)».

Pode-se procurar as unidades de base e as leis que regem e estruturam as narrativas: «Deve ser possível ver qualquer processo como composto de um número limitado de elementos que reaparecem constantemente em novas combinações», escreve Hjelmslev. Foi o que tentou fazer, em 1928, o formalista russo Propp, seguido por Lévi-Strauss, Greimas, Brémond e Todorov, cada qual tentando, num determinado nível, descrever a estrutura narrativa graças a funções ou acções-tipos, acontecimentos de base, fases de encaideamento, agentes ou actores, sequências, núcleos de sentido, transformações, etc. Propp, o primeiro a tentar, ao analisar contos orais realça «funções», que são 13 (como «afastamento», «transgressão», «má acção», «partida», «provas impostas», «recepção do objecto mágico», etc.), e «esferas de acção», que são 7 («agressor», «doador», «auxiliar mágico», «princesa e o seu pai», «mandador», «herói», «falso herói»). Lévi-Strauss estuda as diferentes versões das narrativas míticas e descreve a sua estrutura fundamental. Greimas procura uma «gramática profunda», reintroduzindo a personagem, ignorada por Propp, e propõe, por exemplo, um modelo com 6 «actantes» (com «destinador», «objecto», «destinatário», «adjuvante», «sujeito», «oponente»). Brémond corrige o esquema unilinear de Propp situando-se a vários níveis; introduz na sua lógica da narrativa o «motivo» como unidade narrativa e vários modelos de análise. Todorov trabalha sobre unidades de base que são proposições narrativas, do tipo sujeito + predicado, reagrupáveis em sequências, com, por exemplo, um modelo de fases de equilíbrio e desequilíbrio.

3. A ANÁLISE DO DISCURSO

Seria difícil concluir uma obra sobre a análise de conteúdo sem fazer referência, mesmo que brevemente, à(s) análise(s) do discurso. Sob este conceito de discurso, muito em voga, escondem-se várias definições que são fontes de confusão. As raízes da análise são diversas, heterogêneas, e vários campos de pesquisas e práticas se desenvolveram independentemente – e continuam a coexistir – sem relação entre si.

A corrente anglo-saxónica designa por discurso qualquer forma de interacção formal ou informal, qualquer linguagem no seu contexto social e cognitivo⁽¹⁶⁾, e inspira-se na psicologia, na antropologia, na pragmática e na etnometodologia (que observa o modo como a linguagem é utilizada em situações da vida corrente).

Em França, a análise do discurso, vinda do estruturalismo e da linguística (análise distributiva, gramática generativa e transformacional), mas que sofreu o questionamento da translinguística, nomeadamente pelas teorias da enunciação, está dividida entre a descrição linguística a um nível superior à frase e a dificuldade em responder às exigências interpretativas das ciências humanas. No entanto, as abordagens linguísticas, sintácticas e enunciativas interferem agora na prática, e, para além de Harris, Chomsky, Jakobson, Benveniste, Foucault, Kristeva, Pêcheux, Kerbrat-Orecchioni, etc., podemos resumir uma determinada concepção do discurso: «Entendemos por “discurso”, essencialmente organizações transfrásicas que decorrem de uma tipologia articulada em condições de produção sócio-históricas.»⁽¹⁷⁾

Os analistas da escola francesa do discurso (AD) já não deixam de defender a sua herança linguística nem as suas preocupações ideológicas e históricas. Próximos de uma linguística descritiva que, porém, reivindicam com minúcia, refreada por debates teóricos ou metodológicos, não deixam de proceder a práticas experimentais, que, pela sua importância epistemológica e pelo seu interesse na organização dos enunciados de um discurso, só podem ser proveitosas para a análise de conteúdo.

Como escreve Lacan: «Qualquer discurso pode ser alinhado nas várias pautas de uma partitura.» E várias chaves podem servir para ouvir a música de múltiplas vozes que brota de seres humanos que comunicam.

⁽¹⁶⁾ J. Potter, M. Wetherell, *Discourse and social psychology*, Sage Publications, 1987.

⁽¹⁷⁾ D. Maingueneau, *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*, Hachette, 1976 e *Nouvelles tendances en analyse du discours*, Hachette, 1987.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA (*)

I. METODOLOGIA GERAL E EPISTEMOLOGIA

Nos Estados Unidos da América

- BERELSON (B.), *Content analysis in communication research*, Nova Iorque, Ill. Univ. Press, 1952, Hafner Publ. Co., 1971.
- LASSWELL (H. D.), LEITES (N.) et al. (org.), *The language of politics: studies in quantitative semantics*, Nova Iorque, G. Stewart, 1949; Cambridge, Mass., MIT Press, 1965.
- LASSWELL (H. D.), MERNER (D.), POOL (I. d. S.) (org.), *The comparative study of symbols*, Stanford Univ. Press, 1952.
- POOL (I. de S.) (org.), *Trends in content analysis*, Urbana, Illinois Univ. Press, 1959.
- STONE (P. J.), DUNPHY (D. C.), SMITH (M. S.), OGILVIE (D. M.) (org.), *The general inquirer. A computer approach to content analysis in the behavioral sciences*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1966.
- GERBNER (G.), HOLSTI (O. R.), KRIPPENDORFF (K.), PAISLEY (W. J.), STONE (P. J.) (org.), *The analysis of communication contents. Developments in scientific theories and computer techniques*, Nova Iorque, Wiley, 1969.
- HOLSTI (O. R.), *Content analysis for the social sciences and humanities*, Addison Wesley, 1969.
- KRIPPENDORFF (K.), *Content analysis. An introduction to its methodology*, Sage Publications, 1980.
- ROSENGREN (K. E.) (org.), *Advances in Content Analysis*, Sage Publications, 1981.
- WEBER (R. P.), *Basic Content Analysis*, Sage Publications, 1985.

Em França

- Bulletin do CERP*, número especial, 1967, t. 16, nº 3
- HENRY (P.), MOSCOVICI (S.), «Problèmes de L'analyse de contenu», in *Langages*, Setembro 1968, II.

(*) Entre as centenas de referências possíveis, seleccionámos as publicações mais úteis para uma primeira abordagem da análise de conteúdo.

- Sujet(s) et objet(s) de l'analyse de contenu* (1), *Interprétation et analyse de contenu* (II), números especiais de *Connexions*, 11 e 12, EPI, 1974.
- LASSARE (D.), «L'analyse de contenu», *Psychologie française*, t. 23, Julho-Dezembro 1978.

II. TÉCNICAS E APLICAÇÕES (ALGUNS EXEMPLOS)

Sobre a análise da avaliação

- OSGOOD (C. E.), «The representational model and relevant research methods», in Pool. (I. de S.) (org.), *Trends in content analysis*, Urbana, Univ. of Ill. Press, 1959.
- HOLSTI (O. R.), «A computer content analysis program for analysing attitudes: the measurement of qualities and performances», in GERBNER (G.) (org.), *The analysis of communication content, developments in scientific theories and computer techniques*, Nova Iorque, Wiley, 1969.

Sobre a análise da enunciação

- UNRUNG (M.-C. d'), *Analyse de contenu et acte de parole*, Paris, Delarge (Ed. universitaires), 1974.

Sobre a análise proposicional do discurso

- GHIGLIONE (R.), BLANCHET (A.), *Analyse de contenu et contenus d'analyses*, Dunod, 1991.

Sobre a análise da conversação

- MICHELAT (G.), «Sur l'utilisation de l'entretien non directif en sociologie», *Revue française de Sociologie*, XVI, 1975.
- BLANCHET et al., *L'entretien dans les sciences sociales*, Dunod, 1985.

Sobre a análise da expressão

- Os trabalhos da equipa de Gottschalk: GOTTSCHALK (L. A.), LOLAS (F.), VINEY (L. L.), *Content Analysis of Verbal Behavior*, Springer Verlag, 1986.

Sobre a análise textual

- LEBART (L.) e SALEM (A.), *Statistique textuelle*, Dunod, 1994.

Sobre a análise estrutural e a análise das narrativas

- RAYMOND (H.), «Analyse de contenu et entretien non directif: application au symbolisme de l'habitat», in *Revue française de sociologie*, IX, número especial «Urbanisme», Paris, 1968.
- «L'analyse structurale du récit», *Communications*, n.º 8 (especial), Seuil, 1966.
- VERRIER (J.), art. «Récit» na *Encyclopaedia Universalis*.

- POIRIER (J.), CLAPIER-VALADON (S.), RAMBAUT (P.), *Les récits de vie. Théorie et pratiques*, PUF, 1983.
- ADAM (J.-M.), *Le texte narratif. Précis d'analyse textuelle*, Nathan, 1985.

Sobre a análise do discurso

- MAINGUENEAU (D.), *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*, Hachette, 1976, bem como a actualização complementar: *Nouvelles tendances en analyse du discours*, Hachette, 1987.
- POTTER (J.), WETHEREL (M.), *Discours and Social Psychology beyond Attitudes and Behavior*, Sage Publications, 1987.

Sobre a análise das comunicações de massa

- MOULLAUD (M.) e TÉTU (J.-F.), *Le journal quotidien*, Presses Universitaires de Lyon, 1989.
- GHIGLIONE (R.) e BROMBERG (M.), *Discours politique et télévision. La vérité de l'heure*, PUF, 1998.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
PREFÁCIO	11
Primeira Parte – HISTÓRIA E TEORIA	13
I. EXPOSIÇÃO HISTÓRICA	15
1. Os antecedentes e a pré-história	15
2. Os começos: a imprensa e a medida	17
3. 1940-1950: a sistematização das regras e o interesse pela simbólica política	18
4. 1950-1960: a expansão e a problemática	21
5. 1960 e os anos seguintes	24
6. Tendências actuais	27
II. DEFINIÇÃO E RELAÇÃO COM AS OUTRAS CIÊNCIAS	29
1. O rigor e a descoberta	30
2. O campo	33
3. A descrição analítica	37
4. A inferência	40
5. A análise de conteúdo e a linguística	45
6. A análise de conteúdo e a análise documental	47
Segunda Parte – PRÁTICAS	49
I. ANÁLISE DOS RESULTADOS NUM TESTE DE ASSOCIAÇÃO DE PALAVRAS: ESTEREÓTIPOS E CONOTAÇÕES	53
1. A administração do teste	53
2. Propostas de análise	54
II. ANÁLISE DE RESPOSTAS A QUESTÕES ABERTAS: A SIMBÓLICA DO AUTOMÓVEL	61
1. As perguntas	61
2. Propostas de análise	64

III. ANÁLISE DE COMUNICAÇÕES DE MASSA:	69
O HORÓSCOPO DE UMA REVISTA	71
1. O jogo das hipóteses	73
2. A análise temática de um texto	78
3. Análise léxica e sintáctica de uma amostra	
IV. ANÁLISE DE ENTREVISTAS:	89
FÉRIAS E TELEFONE	89
1. A entrevista: um método de investigação específico	92
2. A decifração estrutural	94
3. Exemplo: uma entrevista sobre as férias	103
4. Exemplo: um conjunto de respostas sobre a relação com o telefone	
Terceira Parte – MÉTODO	119
I. ORGANIZAÇÃO DA ANÁLISE	121
1. A pré-análise	121
2. A exploração do material	127
3. Tratamento dos resultados obtidos e interpretação	127
II. A CODIFICAÇÃO	129
1. Unidades de registo e de contexto	130
2. Regras de enumeração	134
3. Análise quantitativa e análise qualitativa	140
III. A CATEGORIZAÇÃO	145
1. Princípios	145
2. Exemplos de conjuntos categoriais	149
3. Os índices para computadores	155
IV. A INFERÊNCIA	163
1. Pólos de análise	163
2. Processos e variáveis de inferência	166
V. A INFORMATIZAÇÃO DA ANÁLISE DAS COMUNICAÇÕES	171
1. É possível fazer análise de conteúdo por computador?	171
2. A utilidade informática para a análise de conteúdo	172
3. O que pode ou não o computador fazer	175
4. Exemplo: uma análise de conteúdo de imprensa	178
5. A análise de resposta a questões abertas	180
6. As análises lexicométricas	183
7. O programa DERECEC	185

Quarta Parte – TÉCNICAS	197
I. A ANÁLISE CATEGORIAL	199
II. A ANÁLISE DE AVALIAÇÃO	201
1. Uma medida das atitudes	201
2. As diferentes fases da técnica	202
3. Comentários sobre o método	208
4. Variantes e aplicações da técnica	208
III. A ANÁLISE DA ENUNCIACÃO	215
1. Uma concepção do discurso como palavra em acto	215
2. Condições e organização de uma análise da enunciação	219
3. Uma abordagem linguística. A interpretação do implícito	229
IV. A ANÁLISE PROPOSICIONAL DO DISCURSO	233
V. A ANÁLISE DA EXPRESSÃO	245
1. Os indicadores	246
2. Alguns exemplos de aplicação	249
VI. A ANÁLISE DAS RELAÇÕES	257
1. A análise das co-ocorrências	257
2. Análise «estrutural»	264
3. A Análise do discurso	273
Bibliografia sumária	275
Índice	279